CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

"SOU DALTÔNICO, NÃO VEJO CORES": NOVAS [VELHAS] ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO DO RACISMO NO BRASIL NEOLIBERAL

Roberta da Silva Calixto dos Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Orientadora: : Profª. Drª. Luciana de Mesquita Silva
Coorientadora: Profª. Drª. Maria Cristina Giorgi

Rio de Janeiro
Novembro de 2020

"SOU DALTÔNICO, NÃO VEJO CORES": NOVAS [VELHAS] ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO DO RACISMO NO BRASIL NEOLIBERAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Roberta da Silva Calixto dos Santos

Banca Examinadora:

_____

Presidente, Profª. Drª. Luciana de Mesquita Silva (CEFET/RJ) (orientadora)

_____

Profª Drª. Maria Cristina Giorgi (UFF) (coorientadora)

_____

Profª Drª. Maria de Fátima Lima Santos (CEFET/RJ)

_____

Prof. Dr. Décio Orlando Soares da Rocha (UERJ)

_____

Profª Drª. Luciana Salazar Salgado (UFSCar)

SUPLENTES

_____

Prof. Dr. Fábio Sampaio de Almeida (CEFET/RJ)

_____

Prof. Dr. Bruno Rego Deusdará Rodrigues (UERJ)

Rio de Janeiro
Novembro de 2020

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

S237 Santos, Roberta da Silva Calixto dos
"Sou daltônico, não vejo cores": novas [velhas] estratégias de manutenção do racismo no Brasil neoliberal / Roberta da Silva Calixto dos Santos — 2020.
183f. + anexo : il. color. , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca , 2020.
Bibliografia : f. 175-183
Orientadora: Luciana de Mesquita Silva
Coorientadora: Maria Cristina Giorgi

1. Racismo - Brasil. 2. Neoliberalismo. 3. Linguagem e cultura. 4. Negros – Identidade racial - Brasil. 5. Nacionalismo – Brasil. 6. Foucault, Michel, 1926-1984. I. Silva, Luciana de Mesquita (Orient.). II. Giorgi, Maria Cristina (Coorient.). III. Título.

CDD 305.896081

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

DEDICATÓRIA

Esta dissertação é dedicada à Maria Vera Cruz Silva ou, na verdade, a quem ela sempre foi, a Dona Ciça. Por ter sido sempre um exemplo de força e de coragem, mas também, e principalmente, de fé e generosidade. Embora muitas das coisas do que você nos falava com sua força característica não fizessem sentido enquanto você ainda estava entre nós, suas palavras estão guardadas comigo e sua sabedoria me sustenta nos meus passos, enquanto sei que, onde estiver, está tomando conta de nós, como sempre fez.

E também a Allan Silva Gomes, cuja vida foi ceifada precocemente por um sistema racista, capitalista, LGBTfóbico cruel que é indiferente aos corpos negros que seguem tão duramente explorados. Sua irreverência, seus escritos, sua crença na educação transformadora e seu amor por nós não se perderão no tempo. Tenho certeza que o Orun está alegre com a sua presença porque é isso que você é para todos que te conheceram: alegria de viver.

AGRADECIMENTOS

Eu não cheguei a este programa de mestrado sozinha. E nem gostaria que assim o fosse. Essa pesquisa e os resultados dela tampouco. Acreditar que uma pesquisadora produz qualquer tipo de pesquisa isolada dentro de sua cabeça é uma falácia e, especialmente, nos casos como o meu e de tantos outros corpos negros cujo espaço da pós-graduação é negado, é impossível não dividir o mérito dessa construção com quem foi co-responsável por este momento.

Essa é uma pesquisa coletiva. Ela é fruto não só das minhas mãos e de minhas orientadoras, nem inclui apenas a banca que generosamente cedeu seu tempo e conhecimento para contribuir nesse processo. E, no entanto, não posso passar por esses agradecimentos sem dizer o meu muito obrigada a Luciana de Mesquita Silva por ter me aceitado como sua orientanda e permanecido ao meu lado, mesmo quando esta pesquisa tomou rumos pelos quais ninguém de nós saberia percorrer, mas também pela sua paciência, generosidade e pela defesa firme e coerente que sempre fez do debate racial dentro e fora da sala de aula. Também a Maria Cristina Giorgi, que coorienta este trabalho e cujas práticas pedagógicas, além da sede por pesquisa inspiram a mim e a tantas/os outras/os cotidianamente. Esse agradecimento não estaria completo sem incluir os professores Fábio Sampaio, cuja paciência e a disponibilidade demonstram sempre seu compromisso com a luta antirracista e com a educação, ao professor Alexandre Castro, que com seu brilhantismo e ironia característicos tem a habilidade de nos tirar do lugar comum e ao grupo de pesquisa PRADISIS, composto por pesquisadoras/es que têm tanto amor pela pesquisa e fé na contribuição que essas pesquisas podem dar para a sociedade.

Incluo também aqui um agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de fomento, que foi um aporte fundamental para que esta pesquisa pudesse se desenvolver de forma aprofundada. Que esta iniciativa se mantenha e se propague cada vez mais a fim de que mais pesquisadoras/es tenham a possibilidade de executar seus trabalhos com qualidade e segurança.

Mas, antes de toda a pesquisa, existia uma Roberta que chegou ao PPRER em 2018. E para que ela chegasse a esse ponto, muitas pessoas mais vieram comigo. Por isso, agradeço a minha avó, D. Ciça, a quem essa dissertação é dedicada, uma mulher negra que só chegou à 4ª série e, ainda assim, ou justamente por isso, sempre fez questão de nos demonstrar o valor e o poder transformador da educação. À minha mãe, Marli da Silva, que sempre me amou, respeitou e deu apoio em todos os caminhos que decidi percorrer. Ao meu pai, Carlos Roberto Calixto dos Santos, o homem que, além de seu amor incondicional, também foi quem me disse a primeira vez que eu era negra e que permitiu que todo esse ciclo se iniciasse. Aos dois, por terem me ensinado no cotidiano sobre coletividade e amor ao próximo mais do que qualquer texto religioso ou político.

Ao amigo Rodrigo Almeida, que num momento de incerteza da minha vida me falou sobre o PPRER e abriu o caminho para que eu chegasse a esse espaço. Ao meu companheiro Lucas Ramos dos Santos, que confiou desde sempre e muito mais do que eu, que era possível estar aqui. Sem ele, eu não teria me inscrito para a seleção. Minha formação como pessoa não estaria completa sem agradecer à minha família, que são o maior e melhor suporte que eu sempre tive em todas as adversidades: obrigada, Suely Maria da Silva, Elisangela Narcisa Silva de Freitas, Ana Suely Silva de Freitas, Carla Cristina Freitas Ramos, Ana Maria Calixto dos Santos, Marli Calixto dos Santos, Letícia Calixto Bahia, Taysa de Fátima Calixto, Francisco Gonçalves de Souza, Maria Cristina Mendes e as pequenas Rafaela de Freitas Ramos e Isabel de Freitas Ramos, a quem eu recorri constantemente nos momentos em que precisava jogar tudo para o alto. Às/aos amigas/os com quem sempre pude contar: Jade Wendling Apparicio, Jennifer Seraphim, Marcele Barbosa, Fabíola Ronsac, Rebecca Moraes, Ludmila Queiroz, Iuri Martins, Thaiz Senna, Rozeani Araujo, Jakeline Granadeiro, Raíssa Teixeira, Débora Ferreira, Luiz Sanchez, Lauren Fernandes e Aira Nascimento.

Esses agradecimentos não estariam completos sem falar sobre aquelas/es que estiveram juntos comigo nesses dois anos e meio de pós-graduação e que fizeram da pós-graduação um espaço acadêmico muito diferente do que se constrói pela perspectiva eurocêntrica. Muito obrigada, Allan Silva, Luisa Peixoto, Carolina Marinho, Maiana Santos, Ludmila Lis, Claudia Maria Cardoso, João Bigon, Claudio da Silva Costa, Tiago Alves Pereira, Yago José, Gabriel Merlim, Isabel Ribeiro, Talita Oliveira, Fátima Lima e Elisangela de Jesus Santos pelas trocas, pelos choros, pelos bares, pelas voltas pra casa, pelo acolhimento e por tudo que existe em volta dessas letras no papel, mas que são fundamentais para que elas estejam aqui.

Por fim, quero agradecer às contribuições das mulheres negras brasileiras que há muito tempo vem trabalhando para desmontar a farsa da democracia racial brasileira: obrigada Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Luiza Bairros e tantas outras cujo nome não ficou marcado, mas cuja luta certamente contribuiu para o ponto em que hoje estamos.

Coletivamente chegamos a este ponto e coletivamente seguiremos, embora o mundo atual tente, a todo custo, nos empurrar no fluxo contrário.

Axé Muntu!

Invocando estas leis
imploro-te Exu
plantares na minha boca
o teu axé verbal
restituindo-me a língua
que era minha
e ma roubaram
sopre Exu teu hálito
no fundo da minha garganta
lá onde brota o
botão da voz para
que o botão desabroche
se abrindo na flor do
meu falar antigo
por tua força devolvido

Padê de Exu Libertador, de Abdias do Nascimento

RESUMO

"Sou daltônico, não vejo cores": novas [velhas] estratégias de manutenção do racismo no brasil neoliberal

Esta pesquisa se propõe a abrir um debate sobre a constituição do discurso racial no Brasil contemporâneo. Sendo a raça um conceito que já não mais encontra base científica para se apoiar dentro das ciências biológicas ou da genética (MUNANGA, 2003), a persistência desse "grande sistema classificatório que organiza a sociedade" (HALL, 1995) é um fenômeno da ordem da linguagem que se mantém porque a raça é um elemento central para a estruturação e distribuição do poder econômico e social na modernidade. É nessa perspectiva, de ordem discursiva, que me alinho aos conceitos de dialogismo (BAKHTIN,1997) e práticas discursivas (MAINGUENEAU, 2005) para tecer reflexões sobre os discursos sobre raça produzidos no Brasil por três figuras que vem ganhando expressão no cenário político nacional: Fernando Holiday, Helio Lopes (ou Helio Bolsonaro) e Sérgio Camargo. Compreendendo a relação intrínseca entre discurso e instituições (MAINGUENEAU, 2005), as mudanças no cenário institucional brasileiro podem ser compreendidas a partir de uma análise discursiva. Para pensar essas mudanças, parto ainda dos conceitos de linguagem-intervenção (ROCHA, 2006; 2014), governamentalidade (FOUCAULT, 2014) e neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016; MBEMBE, 2018a) e dispositivo (FOUCAULT, 1999b; 1979), a partir dos quais traço considerações sobre nossa formação nacional, bem como da indissociabilidade entre o discurso racial e o sistema capitalista. O corpus escolhido para tecer a análise nesta pesquisa são as postagens que os próprios sujeitos disponibilizam em suas redes sociais. A partir das análises evidencio como os enunciados destacados, atravessados pela construção do inimigo, pelo apagamento do racismo estrutural e pela defesa da meritocracia estão correlacionados com os discursos de formação nacional do Brasil, a partir do dispositivo que nomeio "brasilidade".

Palavras-chave: Raça; Racismo; Neoliberalismo; Linguagem; Governamentalidade.

ABSTRACT

"I'm colorblind, I don't see colors": new [old] strategies for maintaining racism in neoliberal Brazil

This research proposes to open a debate about the constitution of racial discourse in contemporary Brazil. Considering "race" as a concept that no longer finds a scientific basis to support itself within the biological sciences or genetics (MUNANGA, 2003), the persistence of this "great classification system that organizes society" (HALL, 1995) is substantially a language phenomenon that is maintained because race is a central element for the structuring and distribution of economic and social power in modern times. In view of this discursive order, I align myself with the concepts of dialogism (BAKHTIN, 1997) and discursive practices (MAINGUENEAU, 2005) to make considerations about the racial discourses produced in Brazil by three individuals with increasing popularity in the Brazilian political scene: Fernando Holiday, Helio Lopes (or Helio Bolsonaro) and Sérgio Camargo. Considering the intrinsic relationship between discourse and institutions (MAINGUENEAU, 2005), the changes in the Brazilian institutional scenario can be understood from a discursive analysis. To think about these changes, I start with the concepts of *linguagem-intervenção* (ROCHA, 2006; 2014), governmentality (FOUCAULT, 2014), neoliberalism (DARDOT; LAVAL, 2016; MBEMBE, 2018a) and device (FOUCAULT, 1999b; 1979), from which I trace considerations about Brazilian national formation, as well as the inseparability between racial discourse and the capitalist system. The corpus chosen to the analysis in this research are the aforementioned individual's posts on social networks. From the analysis, I show how the highlighted statements, crossed by their construction of the enemy, erasing structural racism and defending a supposed meritocracy, are correlated with the discourses of national formation in Brazil, from the device that I call "brasilidade".

Keywords: Race; Racism; Neoliberalism; Language; Governmentality.

SUMÁRIO

Introdução		**12**
1	**Quem conta um conto, mostra o seu ponto: linguagem, construção de realidades, poder, racismo e neoliberalismo**	**16**
1.1	Reflexões sobre linguagem e construção de realidades	18
1.2	Raça como linguagem: a ficção perversa do capitalismo	26
1.3	Racismo e colonialismo: a invenção do negro	31
1.4	Governamentalidade, regime de verdade e relações de poder	36
1.5	Neoliberalismo como governamentalidade contemporânea: origens e história e formação de subjetividades	45
1.6	Políticas da inimizade e discurso contemporâneo de "inimigo": inspirações raciais	57
2	**"Minha cor é o Brasil!": a formação do dispositivo brasilidade e suas inspirações raciais**	**67**
2.1	O conceito de dispositivo por Foucault e Agamben	68
2.2	Identidade e nacionalismo	74
2.3	Brasilidade como dispositivo	92
2.4	A brasilidade em funcionamento	102
3	**"Sou daltônico, não vejo cores": brasilidade e neoliberalismo na sociedade brasileira atual**	**113**
3.1	A brasilidade no contexto contemporâneo brasileiro	114
3.2	"Aqui é lugar de ordem e progresso": uma análise sobre racismo e neoliberalismo nos discursos contemporâneos acerca da brasilidade	122

3.2.1 Nacionalismo e intolerância como formas de governo no Brasil (ou o reavivamento do “cidadão de bem”) 124

3.3 Entre a liberdade e os algoritmos: os discursos dos cidadãos [negros] de bem nas plataformas da internet 130

3.3.1 Para além do verbo: apontamentos para uma análise intersemiótica 164

Considerações Finais **170**

Referências **175**

Anexo A **184**

Anexo B **187**

Anexo C **190**

Anexo D **192**

Anexo E **193**

Anexo F **195**

Anexo G **196**

Anexo H **197**

Anexo I **198**

Anexo J **199**

Anexo L **200**

Introdução

A carne mais barata do mercado é a minha carne negra
Que fez e faz história
Segurando esse país no braço
O cabra aqui não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador é lento
Mas muito bem intencionado
E esse país
Vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado...

Escrevo esta dissertação porque minha carne continua em promoção. Escrevo também porque durante muito tempo odiei minha própria carne: odiei minha boca, meu nariz, meus cabelos. E porque durante anos me submeti a procedimentos dolorosos, exaustivos e até mesmo nocivos à saúde para tentar alterar minha carne. Em suma: sou uma mulher negra brasileira como qualquer outra que tenha nascido nesse país desde a colonização. No entanto, tive acesso a algo que muitas pessoas negras que vieram antes de mim não

puderam ter: oportunidades. Tive uma mãe negra que trabalhou duramente para garantir um direito que deveria ser garantido a todos os jovens: estudar sem trabalhar. Ainda que eu insistisse em ajudar em casa, por experiência ela soube que ensino superior nunca foi um espaço aberto e acessível para quem precisa estudar e trabalhar. Vivi minha adolescência sob um governo que criou um programa chamado ProUni, no qual pude me graduar em uma das melhores instituições do país sem pagar nenhuma das mensalidades custavam mais que o dobro da minha renda mensal familiar. Por fim, cheguei a um programa de pós-graduação que é fruto da lei 10.639/2003, implementada graças a décadas de lutas de diversos coletivos e movimentos negros brasileiros.

Assim como eu, diversas outras carnes baratas passaram a circular em lugares onde sua presença não era conveniente. E para que esse inconveniente seja resolvido, é preciso muito discurso. “Discurso”, aliás, foi outra noção que só o acesso à pós-graduação me permitiu alcançar. A partir dele, entendi que um discurso não se resume a falas detrás de um púlpito ou proferidas em um microfone e isso foi fundamental para todos os questionamentos que iniciaram esta pesquisa. Aprendi que o poder mais eficiente se

exerce na sutileza de se construir – sem placas e leis – quem pode falar, onde pode falar, que espaços pode frequentar, onde pode morar, o que pode fazer e que tudo isso se constrói no discurso. Foi essa percepção que me fez alterar radicalmente o projeto de pesquisa com que fui admitida nesse programa.

Porque toda a angústia que vem me atravessando no tempo presente, com as ameaças de suspensão das mesmas oportunidades que permitiram a mim e a outras/os chegar à pós-graduação, tem uma raiz profunda nos discursos que formaram esse país supostamente igualitário. Ver as lutas de tantas Lélias, Suelis, Solanos, Beatrizes, Abdias e de meus pais, pela emancipação de seu povo, ser retirada das próximas gerações – e ainda ser tomada como vitória pela descendência desse mesmo povo que tanto lutou para caminhar alguns poucos passos – é o que me fez seguir nesta pesquisa.

Talvez algumas pessoas achem precipitado fazer uma pesquisa com tão pouco – ou nenhum – distanciamento histórico que me permita compreender com mais profundidade o momento atual, no entanto, este trabalho busca uma reflexão sobre o tempo presente de modo que estas elucubrações possam contribuir de alguma maneira com nossas práticas sociais na busca por uma sociedade igualitária. Assim como os discursos, este trabalho também não é estático nem se pretende definitivo: é apenas um caminho que para outras pessoas possam refletir, contestar, complementar, ressignificar, reconstruir e prosseguir por quaisquer caminhos por onde essas reflexões as levarem. São as ponderações de uma designer, recém-iniciada nos estudos do discurso, que caminha, ainda um pouco trôpega, entre dialogismos e formações discursivas. Que tenta se acostumar a desenvolver uma pesquisa interdisciplinar e toda uma nova forma de pensar o mundo, uma vez que as bases teóricas utilizadas nesta dissertação não estão disponíveis nos currículos básicos que muitas vezes ainda seguem uma lógica positivista da ciência, ignorando outras perspectivas possíveis.

Diante do cenário brasileiro atual que, seguindo a tendência de diversos outros países no mundo, tem observado uma ascensão dos discursos conservadores, esta dissertação volta seus esforços para compreender como se articulam os discursos raciais num país que tem sua estrutura e relações sociais firmemente ancoradas no racismo. Para isso inicio minhas reflexões com algumas considerações sobre a linguagem e sua função estruturante nas relações sociais, bem como sua importância na organização do poder. Nesse sentido, aponto, ainda, como a linguagem é central na construção da raça e do

racismo e, consequentemente, na organização da vida colonial. Ainda centrada nas questões de linguagem e poder, o capítulo 1 se encerra com os conceitos de governamentalidade e neoliberalismo – e sua contextualização histórica e social – que fazem a ponte com os dias atuais e a onda conservadora/reacionária que atinge diversos países no mundo, e se apoia no que Achille Mbembe chama de "políticas da inimizade", cuja formação discursiva guarda muitas semelhanças com o contexto colonial.

O capítulo 2 se dedica a desenvolver o que eu chamo de "brasilidade" e que desenvolvo a partir do conceito de dispositivo, proposto inicialmente por Michel Foucault. Para tanto, trago alguns elementos importantes que dão suporte a essa hipótese: o debate sobre nacionalismo e identidade nacional e sua base moderna/capitalista, além de uma pesquisa sobre a formação nacional do Brasil e como os ideais modernos e racistas atravessam nosso dispositivo nacional e as subjetividades dos brasileiros, inclusive de negras e negros que sempre constituíram a maioria de sua população, a fim de normalizar as desigualdades raciais que estruturam a sociedade brasileira que ainda carrega em si uma forte herança colonial.

Finalmente, o capítulo 3 se centra no cenário atual do Brasil. Inicio com a caracterização do reavivamento dos discursos nacionalistas e suas relações com projetos internacionais de poder nesse momento em que a governamentalidade neoliberal luta para se consolidar no mundo. Após isso, retomo novamente as questões de linguagem e poder para compreender as condições de produção e a forma como se estruturam os discursos raciais produzidos por negros que compõem a chamada "nova direita brasileira". Para tanto elenquei três sujeitos que têm ganhado expressão no cenário político nacional com a produção de discursos, os quais nomeei "cidadãos [negros] de bem": o deputado federal Helio Lopes, o vereador de São Paulo Fernando Holiday e o presidente da Fundação Palmares Sergio Camargo. Partindo de uma análise macro, que considera as instituições e sua correlação com a emergência de diferentes tipos de discurso, penso a relação entre os novos formatossurgidos na internet com a democratização de seu acesso, especialmente a plataformização das redes sociais e a automatização dos sistemas virtuais e como isso se relaciona como a emergência de discursos reacionários e que privilegiam a intolerância. Por fim, apresento uma análise dos discursos desses três sujeitos, a partir de seus perfis pessoais na internet. Nela, evidencio como os discursos racistas que dão base ao dispositivo nacionalista brasileiro

são novamente acionados e ajudam a massificar ideais neoliberais que dão base para aumentar e justificar as desigualdades raciais, bem como responsabilizar os sujeitos, de forma individual, pelas condições de subalternidade a que são submetidos, inclusive seu próprio extermínio.

1. QUEM CONTA UM CONTO, MOSTRA O SEU PONTO: LINGUAGEM, CONSTRUÇÃO DE REALIDADES, PODER, RACISMO E NEOLIBERALISMO

Sempre ouvimos dizer que "quem conta um conto, aumenta um ponto". Pois bem. Este capítulo é sobre os pontos. E também sobre quem conta um conto. Mas, principalmente, sobre o conto ou, na verdade, os contos que são o assunto central deste capítulo. Os contos fazem parte da história da humanidade, entretanto alguns deles são mais poderosos que outros. Tão poderosos, persistem por muitos séculos e deixam marcas profundas por onde passam. A raça é um desses contos capazes de mobilizar uma multidão de pessoas e construir muitos cenários distintos partindo apenas da linguagem. E digo "apenas" porque do ponto de vista do senso comum, do meu inclusive, antes de iniciar esta dissertação, a linguagem é considerada inofensiva ou, pelo menos, neutra.

Hoje, mais do que em momentos anteriores, é possível perceber a potência que tem a linguagem e foi isso que me motivou a escrever o capítulo que segue. Historicamente, sempre houve disputa em torno da Verdade e dos fatos, como se somente existisse uma Verdade e uma perspectiva de um fato, porém os dias atuais e as novas ferramentas tecnológicas parecem permitir que a velocidade na qual essas disputas acontecem alcance um ritmo cada vez mais acelerado. Todos os dias aparecem narrativas, seguidas, quase imediatamente, de contra-narrativas que, por sua vez, dão lugar a *contra-contra-narrativas*[1] e por aí segue.

No momento em que escrevo esta dissertação, vivemos no mundo uma pandemia: o Covid-19 se alastrou pelo mundo inteiro e, até esse momento, mais de 150 mil pessoas já morreram em decorrência da doença somente no Brasil. Mesmo nesse cenário caótico/apocalíptico, no Brasil estamos em meio a uma disputa discursiva, cujo resultado influencia diretamente não só na vida, mas na morte das pessoas. A forma como nomeamos essa doença que vem matando pessoas no mundo todo diz respeito à forma como a encaramos e às nossas práticas diante das medidas que são estabelecidas

[1] A expressão "contra-contra-narrativas" foi originalmente citada na banca de qualificação deste trabalho pela Professora Doutora Fátima Lima.

pelos governos. Se o presidente do país a define como uma "gripezinha"[2] ou "o maior desafio da nossa geração"[3] faz muita diferença do ponto de vista linguístico. A seção que abre o capítulo introduz exatamente o conceito de *linguagem-intervenção* (ROCHA, 2006), que está diretamente ligado a esse momento no qual vivemos. É dele que me aproprio e utilizo como uma chave para dialogar com as seções que se seguem.

Centrado em uma perspectiva que privilegia um ponto de vista linguístico, em cada uma das seções são produzidas reflexões sobre o papel preponderante que a linguagem desempenha como produtora de realidades e subjetividades diversas. Seguindo nessa lógica, Foucault (1999a; 2002; 2004; 2008; 2014) é, em muitos aspectos teóricos e metodológicos, uma grande referência: dentre as muitas contribuições da obra do francês para este capítulo destaco os conceitos de poder, Verdade, saber-poder, governo, governamentalidade e arquivo.

É ainda me fundando na metodologia foucaultiana que busco subsidiar os temas sobre os quais disserto, iluminando discursos que perpassam diferentes momentos históricos e processos sociais que nos auxiliem a pensar mais profundamente sobre o momento que vivemos. A raça, nesse sentido, ganha um destaque especial, pois é nela que me fixo, além dos aspectos linguísticos para amarrar todo o capítulo. Apesar de ter incluído em suas produções o debate racial e sua lógica de funcionamento, o trabalho de Foucault não se aprofunda nesse conceito que é central para a compreensão do Estado Moderno, especialmente para pensar sociedades que, assim como a nossa, são frutos de processos de colonização. Para enriquecer o debate de raça, trago os trabalhos de Stuart Hall (1995), Kabengele Munanga (2003), Lucia Silva (2006), Silvio Almeida (2018), Mbembe (2018a; 2018b). Achille Mbembe, filósofo camaronês, é outro dos autores centrais deste capítulo. São seus estudos, que articulam a raça e o colonialismo – em seus aspectos históricos, sociais, culturais e, sobretudo, econômicos – aliados a reflexões sobre o neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016) que alimentam o debate da última seção deste capítulo. Nele, trato dos discursos de inimigo que se avolumam na sociedade atual (MBEMBE, 2017) e têm se reforçado com o apoio de discursos

[2] Em referência ao pronunciamento oficial de Jair Messias Bolsonaro em 24 de março de 2020. O vídeo do pronunciamento pode ser acessado em: https://www.youtube.com/watch?v=Vl_DYb-XaAE. Para ler a transcrição do pronunciamento, acesse: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm

[3] As aspas também se referem a um pronunciamento de Jair M. Bolsonaro. Desta vez, no dia 31 de março de 2020. O vídeo do pronunciamento pode ser acessado em: https://www.youtube.com/watch?v=fy_HP3_gOoI&feature=emb_title.

conservadores de caráter nacionalista que, por sua vez, estão profundamente atravessados pela lógica racial.

1.1 - Reflexões sobre linguagem e construção de realidades

Assim como o amor e o ódio são duas faces da mesma moeda, o Eu e o Outro constituem essa mesma estranha relação simbiótica: quando falo de mim, preciso do outro e quando falo do outro, digo tanto – talvez até mais – de mim do que dele. E assim, observando cuidadosamente, nota-se que essa não é uma relação de contrários, mas de avessos. Esses elementos não são elementos separados que se opõem, mas sim parte de um todo interdependente que somente se compõe quando suas partes estão juntas. Todas essas complexas relações de amor e ódio, de identidade e de identificação e tantas outras possíveis são, todas elas, formadas no âmbito da linguagem. Esta é uma dissertação sobre poder, sobre amor e ódio, sobre o Eu e o Outro e, principalmente, sobre a linguagem, que é a poderosa ferramenta que amarra todos esses elementos.

A linguagem é, certamente, uma das mais antigas práticas humanas e é também um dos elementos que tornou possível que nos reconhecêssemos como sujeitos e, consequentemente, como sociedade. Dentre os estudos que se dedicam a refletir sobre a relação da linguagem enquanto prática social e formação de subjetividade, destaco, neste primeiro momento, o trabalho de Mikhail Bakhtin e seu círculo. Foi ele que nomeou, em uma de suas mais famosas teorias, esse fenômeno de construção de si e do outro através da linguagem: o dialogismo. Ao desenvolver este conceito, Bakhtin (1997) traz algumas concepções muito importantes como a relação dialógica dos enunciados. Ao afirmar, por exemplo, que a língua, qualquer que seja ela, em seu uso concreto, tem a propriedade de ser dialogar com enunciados outros que o precedem e o sucedem. Dessa forma, qualquer enunciado, ao ser produzido por um sujeito, está sempre entrecruzado por outros que o atravessam e o constituem.

Para nos aproximarmos mais do sentido dessas afirmações bakhtinianas, é preciso que também compreendamos, além do dialogismo, outros dois conceitos apresentados por ele: o *enunciado* e o *sujeito*. Segundo Fiorin (2006, p. 20), os

enunciados são, para Bakhtin, “as unidades reais de comunicação” . Essas unidades reais de comunicação se opõem às unidades da língua – os sons e as palavras – pois as palavras são passíveis de repetições por um sem fim de vezes, enquanto os enunciados são acontecimentos únicos, dotados de uma especificidade de entonação, um momento e um contexto histórico-social únicos, o que torna também únicos esses eventos chamados enunciações. Um enunciado é único, é mais que uma palavra, embora possa ser constituído por uma única palavra. Um enunciado é marcado, principalmente, pela “réplica de um diálogo”, o que significa que sua delimitação é estabelecida pela “alternância entre os falantes. Um enunciado está acabado quando permite uma resposta de outro” (FIORIN, 2006, p. 21). Diferente das palavras, que não pertencem a ninguém em específico, um enunciado tem autoria e, portanto, revela uma posição e se direciona a um destinatário. Assim sendo, para que possamos compreender o sentido de um enunciado, não basta saber o significado isolado de cada uma das unidades da língua, mas é preciso conjugar todas as informações que caracterizam um enunciado: quem disse? O que disse? Para quem disse? Em que contexto disse? Para Bakhtin, as respostas a essas perguntas variam em função do contexto sócio-histórico na qual o sujeito está imerso. O sujeito, por sua vez, constitui e é constituído pela subjetividade, ou seja, “pelo conjunto de relações sociais de que participa o sujeito” (FIORIN, 2006, p. 55).

Afirma ainda Bakhtin que a linguagem tem uma centralidade ímpar, visto que a apreensão de mundo e a construção das diferentes subjetividades por parte dos sujeitos se concretizam a partir das diferentes vozes sociais que atravessam a realidade na qual este mesmo sujeito está mergulhado. Nesse cenário, pode-se afirmar que o sujeito é “constitutivamente dialógico” (FIORIN, 2006, p. 55) e que traz dentro de si diferentes vozes que não necessariamente são coerentes ou concordam entre si. Essas vozes, que têm características diferentes, a todo tempo disputam espaço nas diferentes subjetividades e influenciam em maior ou menor grau a forma como um sujeito assimila uma determinada realidade. Já para Décio Rocha (2006), o papel que a linguagem desempenha socialmente vai ainda mais além: mais do que dar as ferramentas para a análise de uma realidade dada, a linguagem tem o poder de atuar como uma espécie de criadora da realidade. Esse conceito desenvolvido por Rocha (2006) e que cumpre uma função-chave para esta dissertação é chamado *linguagem-intervenção* (2006, p. 356). Foi proposto em oposição à concepção amplamente aceita de que a linguagem

funcionaria meramente como uma espécie de representação de uma realidade única, que já está dada no mundo. Sua função seria reproduzir esta realidade fielmente e qualquer "desvio" em relação a ela seria considerado mentira. Essa forma de perceber a linguagem – bastante simplista e mesmo ingênua – já vinha sendo desconstruída ainda nas reflexões bakhtinianas a partir dos conceitos de subjetividade e de sujeito dos quais tratei há pouco.

Se a formação de diferentes subjetividades e sujeitos permite diversas compreensões de uma mesma realidade, não é possível falar em realidade, mas em realidades, já que essa "Realidade" (única, estável, inconteste) jamais poderá ser alcançada por ninguém, pois não existe. Isso não significa, obviamente, que todos os acontecimentos só existam numa dimensão linguística, mas significa que a relação entre o sujeito e o mundo é muito menos delimitada do que nos faz crer o senso comum. Rocha (2006) traz a voz de Naffah Neto para exemplificar o quão embaraçada é essa conjugação sujeito-mundo do qual não somos nem meros espectadores nem completamente livres:

> [...] o mundo não é tão-somente exterior, nem tão-somente interior; está sempre fora e dentro ao mesmo tempo ou, melhor dizendo, constitui-se nessa imbricação de um *exterior* e de um *interior*, fluindo e refluindo por movimentos de *projeção* e *introjeção* [...] *Fora* e *dentro* participam, pois, da mesma substância, o *dentro* constituindo-se como uma *envergadura do fora*; o *fora* como uma multiplicidade de perfis projetados de *dentro*. Ao fora aprendemos a chamar de *mundo*; ao *dentro*, de *subjetividade*. (NAFFAH NETO apud ROCHA, 2006, p. 356, grifos do autor)

A partir desse fragmento podemos notar como a realidade e a subjetividade, as duas dimensões que constituem o mundo, são compostas pela mesma substância e são, a todo tempo, permeadas pela linguagem. Mas esses atravessamentos são tão múltiplos e diversos que, mais do que tão só reproduzir o que está dado – função que também pode ser desempenhada pela linguagem – um sujeito, ao produzir sua leitura de mundo, busca no exterior referências que confirmem a sua visão particular. Assim sendo, há uma via de mão dupla na qual ele enxerga o mundo e projeta para o mundo a partir de sua subjetividade. Decorre justamente dessa projeção do sujeito para o mundo, por meio da linguagem, essa função ainda mais poderosa, a que Rocha (2006) caracteriza como

linguagem-intervenção. Ao analisar o discurso do então presidente dos Estados Unidos da América, George W. Bush, a respeito do atentado de 11 de setembro de 2001 ao *World Trade Center*, o linguista mostra que, além de representar um fato empírico (o atentado às Torres Gêmeas), também em seu discurso, Bush constrói uma série de cenários que não mais fazem parte da função representativa da linguagem. Seus enunciados projetam e constroem sentidos específicos de povo, de inimigo, de guerra, de liberdade, de fé, de futuro e tantos outros significantes, cujos significados são preenchidos a partir das subjetividades daqueles que co-produzem esses enunciados e que, ao mesmo tempo, são produzidos por eles. Seu discurso produz uma relação em que tempo e espaço não têm relação alguma com o empírico, são sim, antes de qualquer representação, uma produção de realidade, cujos impactos podem ser medidos ainda hoje pela força que o discurso antiterrorista ganhou no mundo inteiro.

Outro bom exemplo em que se pode notar a ação da linguagem-intervenção, ainda que não construa sua abordagem a partir desse conceito, pode ser encontrado no artigo de Célia Regina Jardim Pinto (2019). Nele, a autora analisa discursivamente a mudança na trajetória dos discursos produzidos pelas manifestações brasileiras que se iniciaram em 2013 e culminaram, em 2015, com o golpe que tirou Dilma Rousseff da Presidência da República. Recorrendo principalmente a Laclau (2005; 2014) para construir seu aporte teórico, Pinto caracteriza o campo discursivo denominado por ela "discurso político": diferente do discurso religioso ou do científico, que se legitimam por reivindicar a verdade pela fé ou pelos paradigmas, o discurso político disputa espaço de verdade em uma contínua contenda com seus opositores, no interior da arena política (PINTO, 2019, p. 20).

Justamente pela já citada disputa discursiva constante no campo político, Pinto afirma que a prática articulatória [prática discursiva] pode ser identificada com mais facilidade do que em outros campos, uma vez que a disputa por fixar sentidos acaba evidenciando o embate entre diferentes posições discursivas. A autora traz também nesse artigo o conceito laclauniano de *equivalência* ao qual, nesta dissertação, aproximarei do conceito de *linguagem-intervenção* de Rocha (2006). Pinto (2019, p. 21), ao abordar a equivalência, afirma que

> [...] duas coisas só se tornam equivalentes se forem diferentes. Por exemplo, corrupção e desemprego só podem ser equivalentes dentro de uma prática articulatória; fora dela, não há porque afirmar que essas duas condições se equivalham, que uma existe devido à outra.

O esforço do discurso político para construir uma "cadeia de equivalências" (p. 21) se dá através de uma prática articulatória que se aproxima de certa maneira da linguagem-intervenção. É nítida a semelhança entre o discurso de Bush, analisado por Rocha (2006), no qual o presidente estadunidense busca construir um cenário de oposição entre americanos – amantes da liberdade, trabalhadores, pessoas de fé inabalável e sujeitos de direito – em contraposição aos "extremistas", "selvagens", "terroristas" e "bárbaros" sauditas e as manifestações brasileiras de 2013-2015. Neste último caso, o fato de que muitas vezes as pessoas se manifestavam em favor de pautas genéricas, como "saúde" e "educação", levou a diferentes discursos que poderiam preencher essa demanda (PINTO, 2019, p. 34): tal como médicos formados no Brasil protestando contra a vinda de profissionais cubanos para o país. Em ambos os casos, é possível notar a formação de discursos muito genéricos e com forte apelo, que mobilizam subjetividades diferentes, afinal de contas quem seria a favor de "terroristas extremistas" ou da "corrupção"? E, da mesma forma, quem seria contra os homens de fé trabalhadores americanos ou, pior ainda, contra "a saúde" e "a educação"? É diante desse cenário de disputas discursivas incessantes, de construção de realidades distintas a todo tempo, que Laclau se utiliza da lógica da equivalência de significados para forjar os conceitos de *significante vazio* e *significante flutuante*.

O significante vazio, diferente do que possa parecer à primeira vista, não se refere a um significante com significado vazio, mas aquele em que muitos significados distintos estão associados: *Black Lives Matter*, por exemplo. A essa palavra de ordem, que surgiu nas redes sociais em 2013 após a absolvição de George Zimmerman – vigilante que assassinou a tiros o jovem negro Trayvon Martin[4] – não é mais possível atribuir um único sentido. Ela traz consigo um conjunto de reivindicações e significados que ultrapassam até mesmo as reivindicações somente de pessoas negras, alcançando, através da luta do movimento pela libertação de negras e negros, também a defesa de "pessoas com deficiência, pessoas sem documentos [...] [e todos] aqueles que foram

[4]O caso detalhado pode ser acessado em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/03/120323_entenda_trayvon_florida_cc

marginalizados”[5]. Já o significado flutuante se caracteriza por ser um significante que está “à disposição de discursos que o disputam” (PINTO, 2019, p. 23) ou “significantes cujo sentido está, assim, ‘suspenso’” (LACLAU, 2005, apud PINTO, 2019, p. 23). A raça, por exemplo, é um conceito que Stuart Hall (1995) define como uma categoria discursiva cujo significado é flutuante, ou seja, seu significado não pode ser fixado em qualquer âmbito, seja ele histórico, geográfico ou cultural. Mais a frente abordarei novamente essa relação entre raça e discurso, mas, por enquanto, gostaria de me fixar em uma ideia específica: a de que por trás desses conceitos de significantes vazios e, principalmente, dos inesgotáveis embates acerca dos significados que preencheriam os significantes flutuantes está colocada uma luta pela fixação dos sentidos de um discurso. E essa busca pela fixidez dos significados costuma se apresentar discursivamente, muitas vezes, como uma busca pela Verdade.

Em *A verdade e as formas jurídicas* (2002), Michel Foucault mostra como até mesmo um conceito que dentro do senso comum parece tão absoluto quanto Verdade pode ser historicamente localizado e analisado. A partir do exemplo do famoso mito do Édipo Rei, Foucault fundamenta sua teoria de que o pensamento ocidental, ainda na época de Platão, vai se fundar a partir da ideia de que poder [*político; governo*] e saber [*Verdade; conhecimento*] são duas coisas distintas e inclusive contraditórias. Nessa lógica, indispensável à concepção ocidental, o poder seria algo cego e o saber verdadeiro só poderia advir ou do contato com os deuses ou de uma experiência física, de um testemunho, “quando abrimos os olhos para o que se passou” (p. 51). Completamente avesso a essa ideia tão fundamental de nossa civilização, Foucault vai se utilizar dos versos de Nietzsche para afirmar que o conhecimento

> é ao mesmo tempo o que há de mais generalizante e de mais particular. O conhecimento esquematiza, ignora as diferenças, assimila as coisas entre si, e isto sem nenhum fundamento em verdade. Devido a isso, o conhecimento é sempre um desconhecimento. (FOUCAULT, 2002, p. 25)

Entendo que esse fragmento vai nos mostrar que, para Foucault, não só esses dois domínios – poder e saber – não se separam, como estão completamente imbricados. O autor afirma, por exemplo, que a formação dos diferentes domínios do saber é resultante de embates de relações de força e de relações políticas estabelecidas na

[5] https://blacklivesmatter.com/about/

sociedade. Nesse sentido, o conhecimento não é algo que precise ser revelado e o poder é um grande obstáculo que se impõe entre o sujeito e a Verdade. Ao contrário, o saber é político e a formação do *sujeito de conhecimento* e *das relações de verdade* (FOUCAULT, 2002) só é possível porque existe certa conformação política que permite a produção de diferentes sujeitos, domínios de saber e relações com a verdade. Desenvolvendo mais ainda sua teoria sobre a mecânica do poder, no livro *Em defesa da sociedade* (1999), Foucault destaca como o discurso sobre a verdade é, de fato, um motor fundamental para o funcionamento de qualquer sociedade. É o discurso do Verdadeiro que estabelece e organiza as relações de poder que constituem qualquer corpo social. O autor teoriza inclusive sobre o que ele denomina economia dos discursos de verdade – produção, acumulação e circulação desses discursos – sem a qual não é possível haver exercício de poder, posto que o poder funciona nela, a partir e através dela.

Em seu apanhado histórico, que se inicia com a Grécia Antiga, Foucault apresenta como os processos de inquérito – investigação, busca da verdade – se organizaram de diferentes formas e produziram diferentes subjetividades, mas sempre estavam atravessados por relações de poder. Desde a Grécia Antiga, na qual o testemunho ocular dava poderes até mesmo de contestação da realeza, passando pelo direito germânico, que durou até o período feudal, no qual testemunhas eram absolutamente irrelevantes para a solução do caso, Foucault aponta como o inquérito é a junção de diversos procedimentos que, em uma sociedade, funcionam como produtores/ autenticadores da verdade. No direito feudal, por exemplo, era possível inocentar uma pessoa de uma acusação de assassinato se doze testemunhas, que precisavam ter uma relação de parentesco com o acusado, jurassem sua inocência. A lógica desse tipo de prova não estava exatamente associada ao testemunho e à "revelação da verdade", mas sim a uma demonstração de importância social do acusado e de pessoas que estavam dispostas a apoiá-lo em caso de um conflito decorrente desse processo. Ainda no direito feudal, em casos de roubo ou assassinato, era possível uma pessoa atestar sua inocência se pronunciasse corretamente algumas fórmulas. Neste caso é possível observar o poder efetivamente funcionando através da linguagem quando nos damos conta de que não é possível estabelecer nenhuma relação entre a acusação e a contraprova: bastava que se dissesse corretamente algumas fórmulas e o sujeito era inocentado. Não é difícil

imaginar quem tinha acesso não só às fórmulas, mas também à sua pronúncia correta [o que também era levado em consideração para a presunção de inocência], ou seja, quem produzia a verdade e quem vivia à margem e a reboque dela.

É importante também ressaltar que se num primeiro momento os inquéritos eram realizados somente entre as duas partes envolvidas num determinado acontecimento, a inclusão de uma terceira parte – a criação do poder judiciário – não só concentrou o poder de decisão acerca da "verdade", mas também tornou a reparação dos danos causados pelo condenado extensíveis não apenas à parte lesada, mas também ao Estado. É importante dizer que os procedimentos de inquérito foram incorporados desde as primeiras formações estatais no Ocidente e, portanto, são uma parte importante da administração do Estado como o conhecemos. Também é importante destacar que não só o Estado, mas também a Igreja se fortaleceu e exerceu poder através de inquéritos: os procedimentos de confissão, por exemplo, constituíram uma parte importante da inclusão do inquérito no âmbito do Direito que, justamente por isso, é cheio de categorias religiosas. Não menos importante, Foucault (2002) ressalta também que todas as formas de ciência, de produção e validação do saber científico são avaliadas por critérios que derivam dos processos de inquérito vigentes. Com esses elementos é possível constatar quão abrangente é o discurso do Verdadeiro: Estado, fé e ciência não só são atravessados por esse tipo de discurso, como também atendem aos mesmos critérios validação.

Os estudos de Foucault buscam explicitar que o discurso do Verdadeiro, apesar de ser essencial para a existência de uma sociedade, é um conceito que pode variar de acordo com o contexto histórico-social em que se situa. Para além desse discurso em si, Foucault também ressalta o que ele chama de economia dos discursos de verdade e a intrínseca relação que existe entre a produção, o acúmulo e a distribuição dos discursos de verdade com a manutenção do poder, bem como essa forma de administração do poder contribuiu para a formação do Estado no Ocidente. A próxima seção se dedica a analisar uma certa produção de sujeitos e de relações de poder que é considerada um dos imperativos da formação do Estado Moderno e talvez um dos fenômenos mais complexos já produzidos pela linguagem: o racismo.

1.2 - Raça como linguagem: a ficção perversa do capitalismo

Os seres humanos podem ser classificados em raças?

Para responder a essa pergunta controversa, Stuart Hall, durante uma conferência realizada no ano de 1995 no Goldsmiths College – University of London, apresenta o conceito de "raça" como um "significante" ou uma "construção discursiva", ou seja, algo que não pode ter significado fixo em quaisquer dimensões, sejam elas geográficas, culturais, sociais, históricas e temporais. Para sustentar essa ideia, que encontra resistências, ainda que tenha sido defendida há 15 anos, o autor ressalta como as sucessivas tentativas de caracterizar "raça" enquanto um fator físico através das ciências biológicas e da genética não se sustentaram durante muito tempo. Apesar disso, ninguém consegue negar que, socialmente, o conceito de raça existe e atravessa a história. É justamente no paradoxo da não existência da raça biológica e na existência explícita da raça como fator social que Hall constrói seu argumento principal de raça como linguagem.

Apresentar a raça enquanto um significante, como elemento que pertence ao campo da linguagem, é também dizer que ela faz parte de um sistema de classificações e de produção de sentido cujas origens são múltiplas e estão vinculadas a diferentes culturas e contextos sociais. Essas diferentes culturas são responsáveis por diferentes processos de produção de sentido que

> [...] por ser relacional e não essencial, nunca pode ser fixado definitivamente, mas está sujeito a um processo constante de redefinição e apropriação. Está sujeito a um processo de perda de velhos sentidos, apropriação, acúmulo e contração de novos sentidos; a um processo infindável de constante ressignificação, no propósito de sinalizar coisas diferentes em diferentes culturas, formações históricas e momentos (HALL, 1995, n.p.).

Hall destaca ainda que "raça é um dos principais conceitos que organiza [*sic* organizam] os grandes sistemas classificatórios da diferença que operam em sociedades humanas" (HALL, 1995, n.p.). No entanto, apesar de sua condição de não-fixidez, seja no tempo ou no espaço, para esta dissertação tentarei demonstrar que é possível traçar alguns pontos comuns sob os quais o discurso racista vem operando dentro do sistema

capitalista. Ressalto aqui a preponderância do racismo enquanto sistema estruturante em relação ao conceito de raça, pois como destaca Silvio Almeida (2019) "[...] é o racismo que cria a raça e os sujeitos racializados" (p. 64). Essa distinção é muito importante e o esforço de trazê-la se dá para reforçar a ideia de que a raça não é um fenômeno natural, mas uma construção social que se manifesta a partir da formação do racismo. Devido à sua persistência histórica e complexidade de seu desenvolvimento, concluo que somente uma análise aprofundada do racismo pode dar conta de compreender sua funcionalidade e utilidade dentro do Estado Moderno desde sua formação.

Michel Foucault fornece algumas pistas sobre essa funcionalidade ao afirmar que

> A especificidade do racismo moderno, o que faz sua especificidade, não está ligado a mentalidades, a ideologias, a mentiras do poder. Está ligado a técnica do poder, a tecnologia do poder. [...] Portanto, o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano. (FOUCAULT, 1999, p. 309)

Como se pode notar por esse fragmento, o racismo é um dos operadores fundamentais do poder em nossa sociedade. De fato, Almeida (2019) reafirma a relevância do racismo enquanto processo histórico e político e destaca que, devido às suas características, esse fenômeno deve ser analisado sob a perspectiva da institucionalidade e do poder. Em se tratando do campo da institucionalidade, o autor destaca o Estado, que é "a forma política do mundo contemporâneo" (p. 87) e, ainda segundo ele, o Estado Moderno, modelo de organização sob o qual ainda vivemos, pode ser classificado ou como Estado racista – como na Alemanha nazista, como no regime Jim Crow[6] nos Estados Unidos antes de 1963, ou ainda como no Apartheid na África do Sul – ou como Estado Racial – aqueles que são "determinados estruturalmente pela classificação racial" (p. 87). Almeida ressalta que não há opção de configuração de Estado fora desses dois formatos.

[6] Leis Jim Crow são como ficaram conhecidas as diversas leis de segregação racial que vigoraram nos Estados Unidos desde o final da guerra secessão que teve como um de seus resultados a abolição da escravidão no país. Jim Crow é um personagem fictício criado pelo comediante branco Thomas Rice que reproduz diversos estereótipos preconceituosos sobre a raça negra e se tornou uma referência para referir-se a essas pessoas.

O caráter eminentemente racista dos Estados Modernos num geral se deve, segundo Charles Mills (1999), a um elemento a que ele denomina *contrato racial*, descrito por ele como "um contrato de exploração que cria dominação europeia da economia mundial e privilégio racial branco nacional" [tradução minha][7] (p. 31). Mills destaca como o contrato racial – do qual todos são signatários, embora nem todos sejam beneficiários – permite a existência de um sistema político nomeado por ele como supremacia branca. Segundo o autor, esse é o sistema que tem persistido ao longo da história moderna ocidental, embora se mantenha de forma velada e que, no entanto, não é compreendido enquanto sistema político. Sob esse sistema, outras formas de organização, essas sim compreendidas como políticas, vão se formando, competindo e se destacando enquanto a supremacia branca segue intacta. Em sua constante busca para construir uma analítica do poder, Foucault (1999) também chega a essa mesma conclusão de que o racismo é parte integrante do Estado Moderno, e, para o francês, isso se dá porque o discurso racista é um elemento fundamental na dinâmica de poder do Estado.

Foucault argumenta que o racismo – assim como outros elementos de exclusão – já existia anteriormente e, por causa de seus mecanismos de funcionamento, é apropriado por aqueles que historicamente têm concentrado mais poder, de forma que estes possam, apoiando-se nesse discurso, manter sua hegemonia social. Para ilustrar essa teoria de Foucault, trago os estudos de Kabengele Munanga (2003) que, em suas investigações, vai em busca da etimologia da palavra "raça": "do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie" (n.p.). Ele destaca que o latim medieval foi pioneiro em utilizar-se do conceito de raça para designar uma linhagem, descendência ou família, aqueles que têm um ancestral comum e, consequentemente, possuem características físicas semelhantes.

Se neste momento já é possível falar em raça como fator biológico, falta uma característica fundamental do debate moderno sobre raça: a disputa de poder. É na França, no ano de 1684, que se registra pela primeira vez a palavra "raça" com sentido semelhante àquele que compreendemos modernamente e utilizamos: o antropólogo e

[7] Texto original: *"an exploitation contract that creates global European economic domination and national white racial privilege."*

médico francês François Bernier emprega o termo para referir-se à classificação de grupos humanos a partir de suas características físicas contrastantes, porém, nesse caso, é possível verificar a utilização da raça pelos francos. Eles, que ocupavam o lugar da nobreza francesa e eram descendentes dos germânicos, numa transposição do conceito de raça utilizado na botânica e na zoologia, se colocavam como "raça pura" em oposição aos gauleses, que eram a plebe. Dentro desse contexto social, os francos não somente se consideravam superiores fisicamente, mas alegavam possuírem poderes mágicos ou dons "naturais" para governar e dominar os gauleses que, em sua posição inferior, deveriam viver para servir, o que justificava "naturalmente" sua escravidão. Esse exemplo é bastante ilustrativo do conceito já citado anteriormente de linguagem-intervenção (ROCHA, 2006). É explícito como, a partir de uma noção de raças, construídas no plano discursivo, toda a sociedade francesa se dividiu e se reorganizou de forma hierárquica. Essa nova hierarquia produziu não só uma nova sociedade, mas também novas subjetividades e novas formas de organização do poder que surgem em sua consequência.

Mas a partir da observação das disputas de poder por essa matriz racial, também podemos constatar a centralidade que têm o corpo e a linguagem nas disputas por hegemonia. Foucault promove uma reflexão sobre isso ao afirmar que:

> [...] o que faz que um corpo, gestos, discursos, desejos sejam identificados e constituídos como indivíduos, é precisamente isso um dos efeitos primeiros do poder. Quer dizer, o indivíduo não é o *vis-a-vis* do poder; é, acho eu, um de seus efeitos primeiros. O indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu. (FOUCAULT, 1999, p. 35)

Neste fragmento, Foucault (1999) sintetiza as bases de formação da chamada sociedade de normalização, que surge a partir da organização do biopoder, que, segundo o autor, é uma tecnologia de poder que vai se estabelecer a partir da industrialização e do desenvolvimento das ciências biológicas. As novas formas de organização social e mesmo geográficas (com a formação das cidades) e a formação de novos saberes geram também novas formas de organização do poder, que não atendem mais à lógica de disciplinar/docilizar os corpos individualmente como se vinha praticando mais amplamente durante a Idade Média. A partir da ideia de coletividade da espécie sofisticam-se tipos de saberes e, portanto, de poderes – como a medicina e a economia –

que não são aplicados no nível do indivíduo, mas num nível muito mais amplo, o da população. Se num momento anterior a sociedade se organizava a partir da premissa de que o ser humano é um indivíduo – um ser único – nesse momento, ele passa a ser identificado como espécie e, portanto, dentro de uma concepção muito menos e individualista e muito mais coletiva. O que se percebe de modo geral com o desenvolvimento desses tipos de saberes é que a sociedade passa a ser vista por uma perspectiva muito mais sistêmica do que em épocas anteriores.

Essa alteração gera também uma mudança significativa na forma como os agenciamentos de poder se dão: sobre o homem-indivíduo se impõe o poder disciplinar, cujos mecanismos se instauravam sobre os corpos, visando extrair o máximo de sua força. Sobre o homem-espécie se estabelece o biopoder: aquele que não necessariamente busca a exploração máxima do indivíduo, mas sim estabelece mecanismos mais globais, que, devido à sua abrangência, produzirão padronizações e regularidades de ações da humanidade enquanto espécie. É nesse sentido que o poder disciplinar, cuja expressão máxima de controle se materializava no soberano e em seu direito de dizer quem pode viver e quem deve morrer se altera drasticamente. O desenvolvimento dos mecanismos de manutenção da vida – a medicalização, a redução das taxas de mortalidade, o combate às endemias, o sanitarismo, a seguridade social, as poupanças individuais e coletivas, entre outras iniciativas que visam o prolongamento da vida – fazem com que cada vez mais o limite do poder não seja focado no controle da morte, mas no controle da vida e, sobretudo, em como os indivíduos vivem essa vida que lhe foi prolongada. A sociedade disciplinar cede espaço para a sociedade da normalização.

A normalização e a norma são dois conceitos importantes para a compreensão do biopoder e serão retomadas mais à frente nesta dissertação e, por essa razão, destaco a definição que Foucault dá sobre esses dois conceitos, bem como a relação que se estabelece entre eles:

> De uma forma mais geral ainda, pode-se dizer que o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador, que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a "norma". A norma é

> o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço – essa não é, acho eu, senão uma primeira interpretação, e insuficiente, da ideia de sociedade de normalização. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. (FOUCAULT, 1999, p. 302)

Se o Estado Moderno foi capaz de, em certo sentido, controlar a vida dos indivíduos através dos mecanismos da disciplina e da regulamentação, faltava ainda para esse mesmo Estado, que se especializou na produção da vida, uma justificativa que lhe permitisse controlar também a morte. Nesse contexto é que o discurso racista vai ser apropriado pelo biopoder enquanto mecanismo de produção do excedente, pois o biopoder não pode ser direcionado a todas as pessoas. O racismo torna-se fundamental para o Estado Moderno pois, sem ele, não há justificativa para práticas genocidas que antes eram supridas pela lógica da soberania. Se o biopoder, a princípio, se constitui de políticas de manutenção da vida, é preciso que se construa um discurso que justifique o extermínio, mas que ainda esteja em consonância com o biopoder, com a defesa da vida. O racismo é exatamente esse dispositivo que permite uma "relação positiva" (FOUCAULT, 1999, p. 305) de aceitabilidade sobre a morte. E é diante do empreendimento colonial europeu que o racismo vai ganhar contornos explícitos e preponderância dentro das formas de governo, conforme veremos na seção seguinte.

1.3 Racismo e colonialismo: a invenção do negro

Com a fé de quem olha do banco a cena
Do gol que nós mais precisava na trave
A felicidade do branco é plena
A pé, trilha em brasa e barranco, que pena
Se até pra sonhar tem entrave
A felicidade do branco é plena
A felicidade do preto é ***quase***
Emicida

Quase.

Palavra que traz em si o significado de incompletude, de algo que falta, de expectativa frustrada. Inicio essa seção com o fragmento do rapper Emicida que diz tanto sobre a experiência de ser negro. Sobre essa sensação eterna de uma busca por algo que nunca se alcança, mesmo quando você está tão perto. Pode parecer excessivamente poético ou filosófico tratar desse jeito um conceito cujos efeitos são tão concretos, mas, assim como Achille Mbembe, em *Crítica da razão negra* (2018a), também eu acredito que "só é possível falar da raça (ou do racismo) numa linguagem fatalmente imperfeita, dúbia, diria até inadequada" (p. 27). Olhando pra estas cenas: pra essa bola na trave, pra essa quase felicidade, só posso concluir que tudo isso é o fruto da quase humanidade na qual foi forjado o sujeito negro.

Achille Mbembe (2018a) aborda a construção do sujeito racial, especialmente da condição do negro. Para ele, raça pode ser definida como um complexo perverso baseado na lógica do alterocídio, ou seja, numa percepção do outro como diferente de si, como não-humano, apesar de quase humano, como aquele a quem se deve odiar e temer. Sobre os aspectos da racialização do negro, Mbembe destaca que esse processo é fictício e real ao mesmo tempo, no sentido de que, apesar de não ter fundamento empírico, seus efeitos são perfeitamente visíveis e mensuráveis. Ao longo de sua escrita, fica evidente o papel que a linguagem desempenhou e ainda desempenha nessa construção do racismo e da raça. A começar por chamar esses processos de "ficção útil" (p. 28) e defender que sua construção "com freqüência recorreu a processos de *fabulação*" (p. 31. Grifo meu) por parte daqueles que inventaram o ser negro, o camaronês afirma que

> [...] enquanto *objetos* de discurso e *objetos* do conhecimento, desde o início da época moderna, a África e o negro têm mergulhado numa crise aguda tanto a teoria da nominação quanto o estatuto e a função do signo e da representação.[...] De fato, sempre que se tratou dos negros e da África, a razão, arruinada e esvaziada, jamais deixou de girar em falso e muitas vezes se perdeu num espaço aparentemente inacessível, onde, fulminada a linguagem, as próprias palavras careciam de memória. (MBEMBE, 2018a, p. 31-32. Grifo meu)

Negro-objeto: essa também é uma das metáforas centrais da teoria de Mbembe. Para ele, a invenção do ser negro tem servido, ao longo da história, para converter esses

sujeitos designados como negros em coisa, objeto e mercadoria. Essa conversão – cujas raízes estão fincadas no projeto Moderno ocidental capitalista – é inédita em sua forma de operar, posto que nunca antes na história da humanidade, ainda que tenha havido distintas formas de servidão, o princípio racial foi utilizado para transformar uma raça inteira em objeto de troca. Ao construir um breve apanhado histórico sobre a raça, é notável a persistência dessa objetificação e dessa sub-humanidade que – não por acaso – tem seu início juntamente com o século XVI e as grandes navegações.

As grandes navegações fizeram com que o ocidente descobrisse a existência de outros povos, com outras cores e costumes, e isso coloca em xeque a ideia de humanidade que até então fora constituída na Europa. O confronto com esses diferentes povos deixou uma série de perguntas não respondidas: quem eram aqueles seres humanos? Mbembe (2018a) destaca que o pensamento ocidental-europeu foi o responsável por uma "ávida necessidade de mitos destinados a fundamentar seu poder. [...] [a Europa] considerava-se o centro do globo, *a terra natal da razão* da vida universal e da verdade da humanidade" (p. 29, grifo meu).

E é a tal razão ocidental a responsável por fundamentar toda a hierarquia de poder, bem como justificar toda a objetificação e exploração daqueles que foram chamados negros. Eram mesmo humanos? A resposta a essa pergunta variou em função do tempo e do contexto em que estava inserida, entretanto, Ortegal (2018) nos leva a perceber quão relevante é essa pergunta em pleno século XVI: com a efervescência do antropocentrismo que emanava do Renascimento na Europa, ser considerado semi-humano ou mesmo não-humano isentava moralmente os europeus de qualquer culpa em relação a práticas de exploração, de escravização e até mesmo de extermínio desses povos.

Mas antes mesmo de o iluminismo e a razão científica vigorarem como regimes de verdade dominantes, a teologia, que ocupou esse lugar ao longo dos séculos XVI e XVII, já vinha desenvolvendo sua hipótese: para o pensamento judaico-cristão predominava a chamada teoria camita. Segundo essa teoria, a região que era então conhecida como Aethiopia — "aethiops" do grego = filhos do deus Vulcano, passou também a significar "aqueles que têm a pele escura"; seria, portanto, a terra dos homens de pele escura, uma terra amaldiçoada bem como todos aqueles que nasciam naquele

lugar, posto que eram descendentes de Cam, filho mais novo de Noé, que teve sua descendência amaldiçoada após zombar de seu pai bêbado e nu. A maldição que fora aplicada ao filho de Cam, Canaã, seria se tornar servo eterno de seus tios, Jafet e Sem.

Anderson Oliva (2007) destaca que, apesar de a Bíblia não fazer nenhuma referência à cor da pele de nenhum dos filhos de Noé, bem como não afirmar nada sobre o destino da descendência de Canaã, conjuntos de textos de nomes consagrados pelo cristianismo, como São Ambrósio, esforçaram-se, desde o século IV, para construir as seguintes associações: os filhos de Cam teriam ocupado o território do sul da Síria ao norte da África, sendo eles os geradores das populações que lá habitavam. Desta maneira, Cus teria gerado os etíopes (árabes), Mesraim, os egípcios, Phut, os trogloditas e Canaã, os afris e os fenícios. Esses últimos, segundo consta nesses documentos, carregariam consigo a herança maldita de seu pai, e estariam também eles condenados à servidão eterna. Outra associação que ganha força dentro da construção judaico-cristã é aquela que liga a cor preta ao mal, em alusão às trevas que representavam a ausência de luz. Por essa razão, os negros seriam aqueles que andam com a marca do pecado e da maldade em suas peles, aqueles em quem predomina visivelmente sua ascendência e essência "diabólicas". Até mesmo as referências às imagens diabólicas passaram a dialogar com essa ideia de África negra-pecaminosa: no fim da Idade Média, é possível encontrar quadros em que os demônios eram pintados de preto e também várias referências textuais nas quais Satã era denominado *Cavaleiro Negro* e *Grande Negro*.

Com a chegada do século XVIII, a Era da Razão, a ciência, cada vez mais central como regime de verdade vigente, reivindicou para si o direito de buscar também ela uma explicação para essa diferença já não mais baseada em mitos bíblicos. Mbembe (2018a) faz, a começar pelo título de sua obra, uma feroz crítica a esse período e destaca que, apesar de se afastarem de uma versão bíblica acerca dos homens e mulheres de África, o que a ciência produzia sobre aquele continente durante o século XVIII era tão ficcional quanto as explicações advindas do livro sagrado cristão. Além disso, é durante esse período que o negro passa a ser despido de sua humanidade: deixa de ser um humano amaldiçoado e se torna, como toda a natureza era considerada na época, algo cuja função existencial no mundo era ser explorado por aqueles que eram dotados de razão. Os negros eram vistos muitas vezes como seres pouco mais evoluídos que as

formas de vida vegetais e, recorrendo aos estudos botânicos e zoológicos, os cientistas da época consideraram a cor da pele como elemento preponderante para definir as diferentes raças, bem como determinar sua evolução. Argumentos sustentados por grandes pensadores europeus, tais como Hegel[8] e sua herança kantiana[9], classificavam os negros como "estátuas sem linguagem nem consciência de si" (MBEMBE, 2018, p. 30).

No século XIX, com os avanços da ciência em seus moldes cartesianos, novos parâmetros de análise científica foram adicionados à cor da pele como forma de sofisticar essa análise e enfatizar a divisão dos seres humanos em raças. A forma do nariz, do crânio, da boca e do queixo passaram a constar nos estudos classificatórios da humanidade. O século XX e o avanço dos estudos da genética levaram, através de análises químicas do sangue, a uma suposta confirmação da existência das raças e não só delas, mas também de várias subclassificações humanas em escala. As doenças hereditárias e as incidências recorrentes de certas doenças em alguns povos mais que em outros reafirmavam a hipótese de que a humanidade tinha diferentes espécies com características que lhes seriam próprias.

A questão primordial dentro desses estudos taxonômicos da humanidade é que eles, durante muito tempo, mais do que apenas verificar ou apontar a diversidade humana como no caso de plantas e animais, buscaram, desde o princípio, hierarquizar os seres humanos e assim legitimar as relações de poder e dominação que iam se estabelecendo ao longo da história ocidental: a raciologia, pseudociência que vigorou durante as primeiras décadas do século XX, por exemplo, ganhou muito espaço dentro dos círculos acadêmicos durante esse período. Mesmo com a posterior invalidação de raça como fator biológico, o que anulou seu caráter científico, os discursos gerados por

[8]Georg Wilhelm Friedrich Hegel foi um filósofo nascido na Alemanha e considerado uma das pessoas mais influentes no pensamento europeu moderno. Compunha um dos primeiros grupos de filósofos que se dedicou a refletir sobre a cultura alemã no final do século XVIII. Baseado na Crítica da Razão Pura de Immanuel Kant, Hegel estava entre os filósofos que desenvolveram o sistema filosófico que denominado Idealismo Absoluto: filosofia que buscava compreender ou atingir um saber absoluto.

[9]Immanuel Kant foi um filósofo prussiano nascido no começo do século XVII. Considerado o filósofo que inaugura o conceito de modernidade ocidental, Kant tem entre suas mais célebres obras a *Crítica da Razão Pura* na qual o filósofo acentua a superioridade moral da raça branca baseada em sua capacidade de educarem-se através de gerações com base na disciplina. A disciplina seria, para ele, responsável por aproximar os seres humanos de sua humanidade, enquanto os demais animais racionais, não sendo dotados desta capacidade, estariam essencialmente ligados à sua animalidade.

esses estudos já haviam se expandido e se tornado palatáveis para a população em geral. Nesse caso, mais uma vez, vemos a linguagem funcionando como construtora de realidades: essas teorias alcançaram tamanha aceitação a ponto de seus argumentos serem apropriados pelos movimentos nacionalistas europeus para justificarem o extermínio de vários povos, como negros e judeus, e encontrarem amplo apoio popular.

Independentemente dos estudos que invalidaram o conceito de raça biológica e dos documentos da Igreja Católica que se reposicionaram em relação às suas práticas racistas, a raça segue sendo um elemento preponderante dentro das relações sociais nos mais diferentes contextos. Essa recorrência se dá porque a raça está impregnada por uma ideia de "naturalidade" bastante útil dentro de uma sociedade em que a lógica do poder opera fortemente associado à normalização. Nesse sentido, esse tipo de discurso é muito poderoso, visto que consegue facilmente apagar as relações de poder que lhe são inerentes. E, apesar de ser uma construção discursiva – e, portanto, estar atravessada por diversas ideologias a todo o tempo – é explícito como, ainda hoje, o discurso de raça é uma construção social que segue sendo utilizado em diversas disputas de poder, ainda que se altere a forma como opera este poder. A próxima seção trata mais detalhadamente sobre um tipo específico de operação de poder – o governo – e sobre como a raça tem desempenhado papel central para a operação do governo na lógica colonial.

1.4 - Governamentalidade, regime de verdade e relações de poder

Neste capítulo, em seções anteriores, já tratei do regime de verdade e seu papel destacado na formação de diferentes subjetividades e dos sujeitos. Essa seção, no entanto, abordará o regime de verdade como elemento central para se desenvolverem o governo, como tipo de poder, e a governamentalidade, como mecânica de operação do governo. Aproprio-me aqui desses dois conceitos, assim definidos por Foucault:

> "governo" entendido, claro, não no sentido estrito e atual de instância suprema das decisões executivas e administrativas nos sistemas estatais, mas no sentido lato, e aliás antigo, *de mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens, a conduzir a conduta dos homens*. (FOUCAULT, 2014, p.13, grifo meu).

> [a governamentalidade é][...] a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e desde muito tempo, à preeminência

> desse tipo de poder que podemos chamar de 'governo' sobre todos os outros: soberania, disciplina, e que, por uma parte, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, de outra parte], ao desenvolvimento de toda uma série de saberes. (FOUCAULT, 2014, p. 111-112)

Dialogando com os sentidos construídos a partir de Foucault, deparamo-nos com a declaração, no ano de 1988, de Margaret Thatcher: "Economia é o método. O objetivo é mudar a alma"[10] [tradução minha]. Essa frase proferida pela primeira mulher a ocupar o cargo mais alto do Estado inglês guarda uma profunda relação com essas técnicas de governo apresentadas por Foucault. Na base de seu discurso sobre mudar a alma via economia, reside uma das características mais importantes desse tipo de poder, a sutileza da gestão de uma população.

População é, aliás, um conceito fundamental sobre o qual precisaremos nos debruçar para tentar compreender a fundo a noção de governo, uma vez que esse é um tipo de poder que somente se exerce sobre um conjunto de pessoas. Contudo, para fazer um recorte preciso sobre qual população trato aqui, alguns pontos importantes precisam ser destacados: o primeiro deles é que "população" aqui se refere à noção que se desenvolve durante o século XVIII. Foucault (2014) afirma que na literatura que aparece antes desse período já é possível encontrar referência ao termo "população". Não deixa de ressaltar, no entanto, que até esse momento histórico específico o uso desse termo, geralmente, carrega em si uma conotação negativa: até então "população" era geralmente utilizado como o contrário de depopulação, ou seja, a população era o processo que se instaurava após um grande desastre – guerras, epidemias, escassez – e pelo qual se buscava repovoar um determinado território.

No século XVII, porém, surgem novas formas de concepção acerca da organização social que permitem que outra noção de população seja formada e com ela outra forma de se exercer poder: trata-se do cameralismo [doutrina de administração do Estado] e do mercantilismo [doutrina de organização econômica do Estado]. Nesse momento, sobretudo no desenvolvimento da doutrina mercantilista, é que começam a se fortalecer noções positivas acerca da população, posto que, para os mercantilistas, uma

[10] Texto original: *"Economics are the method. The object is to change the soul"*

população numerosa representa, do ponto de vista econômico, muitos braços para trabalhar na produção, mão de obra barata [fruto da concorrência entre os numerosos trabalhadores], o que gera baixo custo de produção e, por consequência, mercadorias baratas e possibilidade de exportação. Foucault ressalta, entretanto, que essa concepção de população como a base do poder e da riqueza de um Estado pode ser arriscada para o soberano a não ser que esta população esteja cercada de uma série de aparatos regulamentares que garantam o controle da população de modo que ela continue, obedientemente, se expandindo e produzindo.

O século XVIII apresenta uma mudança radical na forma de pensar a população. Se, mesmo desenvolvendo essa visão mais sistêmica, mercantilismo e cameralismo ainda tratavam a população como um conjunto de súditos que deveriam sempre se expandir e expandir, por consequência, o poder e a riqueza do soberano, os fisiocratas apresentam uma oposição completa à forma de compreender a população e, por isso mesmo, uma oposição à forma de geri-la. Para os fisiocratas, a população passa a ser compreendida como um elemento pertencente à natureza e, por esta característica, ela não pode sempre simplesmente se dobrar à vontade do soberano sempre. É preciso que a população seja administrada em suas características mais naturais e a partir da natureza. Contradizendo o que poderia parecer a princípio, não é porque a população passa ao âmbito natural que ela não pode ser controlada. Obviamente, a uma lógica soberana de imposição é insuficiente nesse tipo de poder, uma vez que não se pode alterar um comportamento por decreto. O que os fisiocratas conceberam como forma de influenciar a população surgiu a partir do aperfeiçoamento de saberes-poderes que estudavam especificamente o comportamento da população: a economia, a medicina, a psicologia. Se é possível àqueles que governam saber as taxas de natalidade, mortalidade, fome e as reações diante de cada cenário desses, é possível também agir sobre a população e influenciá-la sem que necessariamente se criem decretos ou leis. "Trata-se ao contrário de fazer os elementos de realidade funcionarem uns em relação aos outros" (FOUCAULT, 2008, p. 86).

O desenvolvimento dos estudos sobre população fez com que os primeiros teóricos se dessem conta de que até incidentes que parecem aleatórios – como epidemias ou mesmo acidentes de carro – acontecem com certa regularidade que lhes

permite incidir de forma efetiva [ou não] sobre esses cenários em função de seus interesses. A mudança fundamental na metodologia de poder que se estabelece nesse momento é a possibilidade de influenciar grandes massas de forma muito mais sutil, a partir de cálculos e medições que estão muito distantes do alcance da população em geral, o que é um fator importante para manter a aparente naturalidade do governo da população. E, no entanto, ainda se coloca um problema fundamental para o governo: como mover tantos indivíduos com tantos interesses e subjetividades distintas na mesma direção? Os primeiros teóricos da população dão ênfase a uma única invariante que se destaca como motor de ação da população: o desejo. É sobre o desejo, compreendido como um dos mais naturais instintos humanos, que o governo deve agir através da manipulação de outros fatores controlados para alcançar a produção do interesse coletivo. Para Foucault (2008, p. 94-95), a "produção do interesse coletivo pelo jogo do desejo: é o que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e a artificialidade possível dos meios criados para geri-la". Mas, se por um lado temos exemplos de agência sobre mortalidade, natalidade e tantas outras variantes ligadas à população enquanto espécie humana e sua inserção biológica, Foucault destaca também uma outra face da população: o público. Público, conforme a noção que aparece no século XVIII e que se mantém mais ou menos regular até os dias atuais,

> é a população considerada do ponto de vista de suas opiniões, das suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos. (FOUCAULT, 2014, p. 98-99)

Essas duas esferas da população, a espécie e o público, abrem novos espaços de agência de poder, e novas realidades sobre as quais o governo tem a possibilidade de desenvolver novos mecanismos de poder. Retomando agora a declaração de Thatcher, que abre a presente seção, temos mais elementos para compreender o que é "mudar a alma": mudar a alma é entrar no jogo do desejo, é agir a partir da artificialidade dos saberes, criar mecanismos de poder que atuem para produzir interesses coletivos favoráveis. Dentre esses mecanismos, um em especial – que já foi citado e que aprofundarei em seguida – se destaca: o regime de verdade.

Apesar de todos os estudos sobre a população desenvolvidos pelos fisiocratas e, posteriormente, por diversas correntes de pensamento que sofisticaram os mecanismos de poder, ainda no final do século XIX, Michel Foucault (2002) aponta que algumas das concepções filosóficas mais tradicionais sobre o sujeito ainda abordavam a formação dos sujeitos sociais a partir de uma lógica de orientação de poder muito impositiva. Segundo essa concepção, a formação do sujeito se dava de maneira assujeitada e pouco ele poderia fazer para mudar essa formação ou mesmo a realidade que o cerca. Muitas dessas concepções foram a base de construção do pensamento marxista em sua formação, no início do século XX, por exemplo. Essas percepções, que permanecem fundamentais entre saberes constituídos até a década de 1960, seguiam a lógica de uma hierarquia social opressora e bem definida de poder, que se apoia na mecânica de poder do soberano: orientada de cima para baixo e na qual os indivíduos são a ponta que reproduz o que lhes é imposto pela superestrutura, instituições seculares já estruturadas e fixadas trans-historicamente. Desse modo, os sujeitos são encarados como meros reprodutores de uma ideologia dominante, fadados a um destino já pré-definido. Caberia a esse sujeito emancipar-se, e esse processo passaria necessariamente pela descoberta da verdade, que o libertaria da opressão vivida. Considerando, no entanto, a rígida formação da sociedade e a condição altamente determinada dos sujeitos dentro dessa estrutura, sua transformação e seu poder de atuação para reverter as lógicas sociais parecem bastante limitadas nesse cenário.

Foucault (2002) propõe, em contrário, uma reflexão sobre como as práticas sociais são elas mesmas ferramentas de transformação e conformação de novos sujeitos histórico-sociais, o que ele denomina teoria do sujeito. Foucault destaca como as próprias noções de individualidade, de normalidade, de saberes e até mesmo de verdade desenvolvidas ao longo do século XIX produziram “novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos” (Foucault, 2002, p. 8) que ele intitula sujeito de conhecimento. O aspecto temporal é, como se pode observar, fundamental para a compreensão da sociedade, dos sujeitos, dos objetos e dos discursos que a compõem e, sobretudo, do que ele chama regime de verdade que orienta uma sociedade num determinado contexto sócio-histórico.

Ao delimitar o conceito de regime de verdade, Foucault aprofunda sua teoria da (an)arqueologia do saber[11] para explicitar uma espécie de cadeia de construção das relações de poder que mantêm as sociedades. Segundo ele, as práticas sociais que compõem uma determinada economia das relações de poder, e que são apropriadas socialmente para a manutenção de regimes de governo, só são possíveis por serem elas mesmas compostas por uma série anterior de regras, construções e simbologias que constituem aquilo que é tido dentro de determinado contexto como sendo a Verdadeira Verdade, ou como propõe o autor, o Verdadeiro. É a partir desse Verdadeiro, que possui em si mesmo *poder constrangente* (FOUCAULT, 2014, p. 89), que as demais práticas se regulam e se orientam, visto que os sujeitos sociais são constituídos e são parte constituinte, uma vez que aceitem suas regras, da operação da lógica do Verdadeiro. É importante ressaltar que não é simples fugir às regras do Verdadeiro, uma vez que não só toda a sociedade está impregnada pela convicção das práticas do Verdadeiro, como também porque aqueles que não seguem tais práticas são considerados desviantes e, geralmente, relegados à marginalização. É o poder constrangente aliado ao regime de verdade que regula o conceito de normalidade dentro de um determinado contexto. Aqueles que de alguma maneira desviem dessas imposições sociais são considerados loucos, criminosos, hereges, putas, entre outros adjetivos que indicam sujeitos que devem ser de alguma maneira apartados da sociedade.

Aprofundando essa noção de regime de verdade, Foucault (2014) apresenta seus estudos acerca do que denomina exercício do poder e dos dispositivos que vêm sendo utilizados para a manutenção desse poder ao longo da história em diferentes momentos. Em *Do governo dos vivos*, livro que faz a transcrição das aulas do curso ministrado no Collège de France entre os meses de janeiro e março de 1980, Foucault inicia a sustentação de seus argumentos com a recuperação da história do imperador romano Sétimo Severo, contada pelo historiador Dion Cássio, que governou na passagem entre os séculos II e III d.C. Conforme ela, Severo teria mandando pintar em seu palácio, especificamente na sala de audiências, onde fazia seus pronunciamentos e sentenças, a disposição do céu na exata hora de seu nascimento.

[11]Termo utilizado por Foucault para referir-se à sua metodologia de pesquisa em suas aulas do curso *O governo dos vivos* (1980).

Dentro daquilo que configurava o conhecimento e as crenças (o Verdadeiro) dessa época em particular, tratava-se de demonstrar que seu governo fora escolhido do alto, como se todo o universo conspirasse para levá-lo a essa posição e, dessa maneira, tornar inquestionável seu poder e, mais ainda, sua legitimidade. Era a demonstração a governados e inimigos de que a sorte e o destino caminhavam ao lado do governante e asseguravam sua posição. Dessa maneira, sua liderança se tornaria inquestionável e ameaçá-la seria considerado loucura. Essa breve história, embora longínqua em tempo e espaço de nosso contexto atual, exemplifica e ajuda a corporificar um dos principais argumentos de Foucault nesta obra: os governos do mundo inteiro, de maneira geral, se dão sempre acompanhados por uma manifestação de verdade. (FOUCAULT, 2014)

O céu de Severo, bem como os discursos, a disposição de objetos e rituais, são exemplos daquilo que o autor chama de *alethurgia*: " conjunto dos procedimentos, verbais ou não, pelos quais se revela o que é dado como verdadeiro em oposição ao falso, ao oculto, ao indizível, ao imprevisível, ao esquecimento" (FOUCAULT, 2014, p. 8). A *alethurgia* representa, para o filósofo, a essência de uma disputa hegemônica de sociedade, baseada em um princípio que aglomera muito mais do que argumentos meramente racionais. É perceptível que, ao longo dos séculos, essa *alethurgia* se transformou e adaptou-se a cada contexto sem, no entanto, perder seu caráter de uma verdade absoluta e inquestionável. Se a esse regime de verdade já aparecia como elemento fundamental na manutenção do poder desde as primeiras formas de organização social, Foucault (2008; 2014) se foca no desenvolvimento do que ele denomina razão de Estado. Desde o céu de Severo no século II, passando pelas cortes principescas européias dos séculos XV a XVII, havia uma constante preocupação com a constituição da *alethurgia*, já no modelo do poder-governo. A necessidade desse regime de verdade – reforçado em diversas instâncias – se mantém nos dias atuais, no entanto, é preciso que ele seja formado por mecanismos muito mais controláveis do que as estrelas do céu ou os adivinhos da corte. Para que o governo das populações seja eficiente é preciso toda uma gama de saberes e de mecanismos jurídico-políticos que sustente esse novo tipo de poder. À propósito dessas *alethurgias*, da razão de Estadoe de seu poder, destacarei agora um caso específico no qual é possível percebermos essa mecânica de poder operando: a escravidão e a cidade colonial. E para discorrer sobre o assunto, trago as reflexões de Aimé Cesaire em *Discurso sobre o colonialismo* (1978).

Nessa obra, o autor discorre sobre o processo de colonização e, de forma indireta, sobre produções discursivas que permitiram sua sustentação enquanto forma de governo. Sobre esse caso específico, o poeta martinicano destaca como o projeto colonial foi na verdade um último recurso ao qual a Europa apelou para "alargar à escala mundial a concorrência das suas economias antagônicas" (CESAIRE, 1978, p. 15). Não obstante, ele se adianta em dizer que em nenhum momento essa empreitada se produziu discursivamente dessa maneira, ao contrário, há um esforço constante em justificar o colonialismo através de um conjunto de enunciações que tem por base as "equações desonestas: cristianismo = civilização; paganismo = bárbarie" (p. 15) das quais somente poderiam resultar abomináveis práticas colonialistas e racistas. E a escravidão colonial, um dos produtos mais bem acabados desse regime, será tão bem sucedido que a lógica discursiva de incriminação na qual ela se apoiou persiste até hoje de maneira tal que, como destaca Cesaire:

> [...] não são unicamente as massas européias que incriminam, mas o acto de acusação é proferido no plano mundial por dezenas e dezenas de milhões de homens que, do fundo da escravidão se erigem em juízes. (CESAIRE, 1978, p. 14)

Outro martinicano, Frantz Fanon, toca mais especificamente na relação entre o colono e o colonizado e até mesmo sobre a configuração das cidades colonizadas. Fanon (1968) afirma que "o trabalho do colono é tornar impossíveis até os sonhos de liberdade do colonizado" (p. 73). Para que isso aconteça, Fanon elenca uma série de particularidades da organização da cidade colonial: de modo mais geral, o autor afirma que a originalidade inaugurada pelo contexto colonial é a completa naturalização das desigualdades e a convivência entre duas realidades econômicas completamente díspares. Fanon chega a fazer uma comparação entre a metrópole e a colônia. Ao descrever a metrópole – ou as "sociedades de tipo capitalista" (p. 28) – cita indiretamente as ideias de governo e de normalização aplicadas neste contexto: nos países capitalistas, entre o explorado e o poder interpõe-se uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de "desorientadores" (p. 28). Já no contexto colonial, o poder é construído com base na violência: "nas regiões coloniais, ao contrário, o gendarme e o soldado, por sua presença imediata, por suas intervenções diretas e frequentes, mantêm

contacto e o aconselham, a coronhadas ou com explosões de *napalm*, a não se mexer" (FANON, 1968, p. 28),

Essa oposição vai se construindo ao longo de todo o texto de Fanon, que em um momento mais explícito afirma que

> O mundo colonizado é um mundo cindido em dois. A linha divisória, a fronteira é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia. [...] A cidade do colono é uma cidade sólida, tôda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada. [...] A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a médina, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. (FANON, 1968, p. 28-29)

Esses cenários de oposições que vão sendo construídas ao longo do texto de Fanon nos ajudam a perceber qual era a razão de Estado aplicada ao contexto colonial. O martinicano afirma, inclusive, que nas colônias as análises marxistas precisam ser "ligeiramente distendidas" (FANON, 1968, p. 29), posto que no contexto colonial a raça ganha tamanha determinância que raça e classe são quase automaticamente interligadas. E essa divisão marcada pela raça e mesmo pela geografia não para por aí. O mundo colonizado é, todo ele, construído a partir de uma lógica maniqueísta: o colono é o supremo bem em contraposição ao colonizado, que é a "quintessência do mal" (p. 30). No extremo do maniqueísmo promovido pela razão de Estado colonial, o colono, modelo ideal do sujeito cartesiano, ao referir-se ao colonizado, chega mesmo a desumanizá-lo e "quando quer descrever bem [*o colonizado*] e encontrar a palavra exata, recorre constantemente ao bestiário" (p. 31). Na lógica colonial, em contraposição ao colono, que se coloca como o grande desbravador, o construtor da colônia, a imagem que se constrói do colonizado – seja o índio ou o negro – é a do inimigo, daquele que está sempre tentando sabotar o projeto colonial de "progresso" e "civilização".

E a escravidão tinha tal centralidade no projeto colonial que se entranhava e se refletia até mesmo na construção das cidades coloniais. É sobre esse aspecto que Lúcia Silva (2006) dá destaque especial. A geógrafa mostra como as vilas e cidades do Brasil colonial para se constituírem como administrativamente independentes precisavam

atender a uma configuração específica. Era preciso ter uma praça central e, nela, quatro marcos do poder edificado nas colônias: a cruz, a câmara, a cadeia e o pelourinho. O poder secular da igreja (a cruz), o poder do Estado (a câmara e a cadeia), e o pelourinho (a forma concreta do poder dos brancos sobre os negros) todos ali concentrados como representação simbólica da administração colonial. Afastando-se do centro e dos grandes sobrados habitados pelos colonos brancos, nos mocambos e cortiços se amontoavam os escravizados e ex-escravizados em locais que sempre eram taxados como perigosos porque neles se concentrava uma grande quantidade de "ralé de cor preta" (SILVA, 2006, p. 47). Toda essa construção discursiva, passando dos discursos desbravadores dos colonos à constituição geográfica das cidades coloniais davam ao contexto colonial certa coerência que facilitava a dinâmica de poder. E a principal instituição a partir da qual a cidade colonial se organizava era a escravidão.

Seja aos moldes europeus ou coloniais de razão de Estado, Foucault (2014) destaca uma problemática relevante dentre as diversas teorias que se voltaram ao seu estudo desde o século XIX e ao longo dos séculos seguintes; independentemente de seu contexto de produção, há sempre uma ingenuidade e um simplismo na forma de sua constituição. Todas elas se definem tendo por base uma lógica relacional entre Estado e sociedade e a busca por uma verdade oculta que se tenta, a todo custo, desvelar. Ele enfatiza que essa relação entre verdade e governo existe desde os tempos mais remotos até os governos mais contemporâneos, mas que o êxito desse modelo de governo se baseia exatamente na manutenção do regime de verdade enquanto consenso social. O assunto da próxima seção é justamente o regime de verdade dentro da contemporaneidade. Nela, me dedico a um tipo de governamentalidade que se formou na história recente: o neoliberalismo.

1.5 - Neoliberalismo como governamentalidade contemporânea: origens e história e formação de subjetividades

É com base na compreensão dos sujeitos como produtos de seu tempo, da construção dos discursos de verdade conformados em cada diferente contexto social e da relação íntima entre governos e regimes de verdade que Pierre Dardot e Christian

Laval (2016) discorrem sobre a sociedade neoliberal. Os autores começam sua hipótese diferenciando-se da compreensão de que o neoliberalismo seria simplesmente uma ideologia ou uma política econômica cujos princípios se baseiam em uma fé cega na autorregulação do mercado através da célebre *mão invisível*[12]. Tampouco defendem que o neoliberalismo seria a continuação da ideologia liberal: para eles, o neoliberalismo é uma nova forma de racionalidade e, portanto, de governo que vem se desenvolvendo ao longo da história recente e produzindo novas subjetividades.

Observando a sociedade a partir de uma perspectiva histórica, os autores argumentam que, em momentos anteriores, as sucessivas crises financeiras, políticas e os retrocessos sociais que têm caracterizado os ciclos econômicos mundiais na era neoliberal por si seriam fortes razões para que houvesse uma grande resistência à imposição de políticas alinhadas a esse pensamento em diferentes partes do globo. Na contramão disso, o que vemos é um fortalecimento do discurso neoliberal acompanhado de sucessivas eleições de governos com essa perspectiva mesmo em países onde o ideal do *laissez-faire*[13], retomado pelo neoliberalismo, já foi experienciado e hoje é entendido como um sistema inaplicável por tê-los conduzido a profundas recessões. Como explicar esse fenômeno?

Para os autores de *A nova razão do mundo* (2016), a resposta é bem mais complexa do que um processo meramente racional com viés estritamente economicista. Sua caracterização do neoliberalismo ultrapassa a lógica econômica e se aproxima do que Michel Foucault (2014) conceitua como *racionalidade política*. Dardot e Laval (2016) explicitam que "com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos do que a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos" (p. 16, grifo dos autores).

---

[12] O termo foi introduzido por Adam Smith em seu livro*A riqueza das nações* (1776). Segundo esse conceito, numa economia de mercado não há uma entidade coordenadora do interesse comum, entretanto haveria uma "ordem", uma "lógica" econômica, resultante da interação dos indivíduos, como se houvesse uma "mão invisível" que orientasse a economia.

[13] Em francês, "deixe fazer". O termo *laissez-faire* é utilizado em referência à doutrina econômica liberal, inspirada no pensamento de Adam Smith. Baseia-se na ideia de um mercado econômico livre de interferência do Estado.

Para entender esse fenômeno neoliberal, os autores remontam às origens dos primeiros debates daquilo que hoje é entendido por neoliberalismo. O regime econômico conhecido como liberalismo clássico, que se iniciou no século XVIII e começa a dar sinais de crise por volta do fim do século XIX, apresenta cada vez mais sinais de decadência do sistema durante a Primeira Guerra Mundial até que, durante o período entreguerras, começa um forte movimento de refundação intelectual da doutrina liberal. Eles ressaltam ainda que, essa crise, para além de qualquer cenário estritamente econômico, tem um fundo bem mais complexo de crise da governamentalidade vigente até então.

Os estudos da História, principalmente, dão conta de que em oposição ao que inicialmente fora proposto pela governamentalidade liberal, em diversos lugares do mundo, as crises dessa forma de governo deram origem a regimes contrários à defesa da liberdade, sua principal bandeira. Esses governos, todos com inspirações totalitaristas – como o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha – provocam fissuras nessa governamentalidade que se vê ameaçada pelo fortalecimento que ganha a doutrina socialista como principal alternativa de contraponto a esses regimes. Diante dessa conjuntura, os intelectuais liberais se propõem a repensar o liberalismo: compreender os erros e acertos de suas teorias e pensar novas formas de se reapresentar o mundo de maneira palatável nesse novo e complexo cenário. Percorrerei ao longo dos próximos parágrafos os séculos XIX e XX para apresentar um panorama histórico de como foi a empreitada das primeiras críticas ao modelo de Adam Smith até os esforços intelectuais empenhados em reformular as teorias liberais no século XX.

É possível afirmar que as avaliações de vários intelectuais do pensamento liberal (que não era unificado) já vinham apontando discordâncias em relação à sua formação original bem antes da década de 1930, quando esse movimento crítico se fortalece. Por volta do ano de 1880, os defensores do *laissez-faire* já percebiam que estavam perdendo sua credibilidade política e intelectual. Mesmo com a criação da *Liberty and Propriety Defense League* em 1882, a influência que exerciam já havia se reduzido diante de um movimento constante de ataques aos seus princípios. As considerações sobre idealismo dessa doutrina, bem como a fé na autorregulação do mercado independentemente de outras relações sociais e políticas, não eram mais suficientes para dar conta daquele

contexto: “O modelo atomístico de agentes econômicos independentes [...] cujas relações eram coordenadas pelo mercado concorrencial quase não correspondia mais às estruturas e às práticas do sistema industrial e financeiro realmente existente” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 39). As diversas práticas que se fortaleceram sobretudo nos Estados Unidos e na Alemanha, principais expoentes dos regimes liberais, como os relacionamentos estreitos entre grandes empresários e líderes governamentais, desacreditavam na defesa da separação entre governo e economia. A concentração de poucos homens à frente de grandes conglomerados de empresas fez ruir a ideia de um mercado harmonioso que regula o jogo concorrencial.

É nesse ambiente de refundação intelectual do liberalismo que se destaca Herbert Spencer. O filósofo começou, ainda no século XIX, a se posicionar contra aqueles que ele considerava como “reformistas” e “falsos liberais”. O spencerismo, como ficaram conhecidas posteriormente suas teorias, defendia que todas essas contradições que vinham sendo apontadas pelos críticos do liberalismo eram decorrentes de uma não separação total entre o Estado e o mercado. Para Spencer, aqueles que pensavam como Bentham — filósofo e jurista inglês e um dos fundadores da teoria utilitarista segundo a qual as ações humanas devem ser medidas em relação à sua capacidade de proporcionar maior ou menor prazer às partes envolvidas — e justificavam suas ações, assim como ações e intervenções do Estado em função de “um bem maior” ou em defesa da população mais pobre, estavam prestando um desserviço à sociedade.

Em oposição às ideias iniciais de Smith de que o desenvolvimento do mercado faria todos progredirem, Spencer defende que somente os mais aptos devem sobreviver na luta concorrencial. Adepto às ideias do darwinismo — teoria evolucionista inspirada pelas ideias do naturalista inglês Charles Darwin que se baseia no conceito da seleção natural, na qual os animais que melhor se adaptam ao ambiente em que vivem têm maior possibilidade de se manter e reproduzir sua espécie —, ele acreditava firmemente na sobrevivência dos mais aptos em todas as esferas sociais, inclusive na economia. Chegou mesmo a se posicionar em defesa da não interferência do Estado mesmo em casos como as legislações que dissessem respeito à regulação mais básica do trabalho nas fábricas. Leis de proteção aos mais fracos que limitavam o trabalho de crianças e mulheres em manufaturas de tingimento ou as que estabeleciam controles sobre as

condições em usinas de gás ou ainda as que proibiam a contratação de menores de 12 anos em minas de carvão eram consideradas por ele como interferências que atravancavam o desenvolvimento da economia e por consequência da sociedade. Em seu *L'individucontrel'État* (1885) [O indivíduo contra o Estado] defende que a "[...] lei da natureza sob o império segundo a qual uma criatura que não é suficientemente energética para se bastar, deve perecer" (SPENCER, 1885 apud DARDOT; LAVAL, 2016, p. 48).

Colocando o espírito concorrencial como a base mais importante para a manutenção da sociedade e fazendo um discurso altamente orientado pela lógica meritocrática, Spencer apresenta as bases para a fundação do discurso neoliberal. Com a alegação, de base naturalista e evolucionista, de que a cooperação entre os indivíduos surge quando eles concluem que podem obter vantagens pessoais ao manter esse tipo de relação, ele apresenta sua visão sobre o papel fundamental do Estado: garantir a execução de contratos previamente consentidos. E só. Spencer defende limitar o poder do parlamento, já que os parlamentares são "submetidos à pressão das massas incultas" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 50). Segundo Herbert Spencer, o papel cumprido por essas massas incultas e, portanto, menos aptas, seria o de refrear o desenvolvimento da economia e, por consequência, limitar a evolução da sociedade como um todo. É essa relação explícita e intrínseca estabelecida por Spencer entre o desenvolvimento econômico através do mercado concorrencial e a "evolução social" que ficará salvaguardada apesar de todas as críticas que viriam posteriormente às posições do filósofo, biólogo e antropólogo inglês.

As posições concorrencialistas de Spencer encontraram eco e consequência política nos Estados Unidos e foi o sociólogo William Graham Sumner quem mais ajudou a sistematizá-lo. O autor do ensaio *The Challenge of Facts* (1914) buscou cada vez mais naturalizar as práticas concorrencialistas do mercado. Para Sumner, a natureza e seus "escassos recursos" já seriam em si motivo suficiente para justificar a concorrência entre os homens na luta pela sobrevivência e, quaisquer tipos de "favorecimento" que o Estado fizesse em favor dos mais pobres (os menos aptos) seriam não só uma injustiça social, mas também um forte prejuízo ao avanço da sociedade, uma vez que aqueles que estão fadados à morte devido à sua inaptidão para

sobrevivência estariam sendo favorecidos em prejuízo dos “mais aptos”. É com esse discurso da luta “natural” pela sobrevivência dos mais aptos e a organização “natural” das sociedades através da lógica da propriedade privada que os grandes empresários norte-americanos passaram a justificar os grandes conglomerados empresariais e as mega fortunas que acumulavam no novo arranjo do sistema capitalista do final do século XIX.

Esse discurso radical defendido por Spencer na Inglaterra e Sumner nos Estados Unidos, que naturalizava o mercado e o isolava do artificial e controlado Estado, começou a ser amplamente questionado no período que sucede a Primeira Guerra Mundial. Com o caos que se abateu pelo mundo – países inteiros precisando ser reconstruídos do zero devido à destruição causada pela guerra e as constantes crises econômicas que desestabilizaram até mesmo as grandes potências capitalistas liberais da época –, ficou cada vez mais evidente a necessidade que os mercados tinham de uma intervenção estatal que os tirasse daquela situação instável. E foi assim que o *laissez-faire*, da maneira como foi originalmente formulado, se tornou discurso superado mesmo nas rodas liberais.

A insuficiência da teoria liberal original para dar conta desse cenário onde a intervenção estatal se fez necessária abriu espaço para os debates sobre um “novo liberalismo”. Com o avanço do socialismo, começava uma busca pela salvação do liberalismo e do sistema capitalista. As constantes reformulações apontavam para uma terceira via entre o liberalismo clássico e o socialismo para responder à questão que se impunha naquele momento: “até onde deve ir a intervenção estatal?” O economista britânico John Maynard Keynes, hoje muito criticado pelos pensadores neoliberais, foi um dos expoentes mais significativos na elaboração de uma resposta a essa pergunta. A doutrina que Keynes reivindicou para si, o keynesianismo, também chamado de novo liberalismo, liberalismo social ou socialismo liberal, propunha que o Estado funcionasse como regulador e redistribuidor das forças econômicas para evitar a “anarquia social e política” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 59).

Para Keynes e aqueles que defendiam um “socialismo liberal” e uma reaproximação com o radicalismo inglês – que era favorável às intervenções estatais sempre que se julgasse necessário –, havia que se confrontar a concepção altamente

individualista dos mecanismos econômicos e sociais implantados pelo liberalismo. Essa concepção, porém, causava um desequilíbrio no contrato social que caracteriza o Estado Moderno. O que podemos perceber pelos estudos de Dardot e Laval (2016) é que, nesse caso, se estabelece uma disputa fundamental sobre o conceito de liberdade. No keynesianimo, o Estado funcionaria como "garantidor da liberdade", que somente pode advir do consentimento livre das partes envolvidas. Este consentimento livre, por sua vez, só pode ser atestado a partir da igualdade entre as duas partes, e caberia ao Estado equilibrar todas as partes da sociedade com medidas coercitivas sobre os mais fortes e medidas protecionistas sobre os mais fracos.

O socialismo liberal, no entanto, não foi a única resposta formulada à crise do liberalismo e do *laissez-faire*. Partindo da mesma premissa de uma refundação do pensamento liberal, porém na contramão de suas análises e propostas, surge o neoliberalismo. O pensamento neoliberal, tal qual o novo liberalismo, admite que é necessária uma intervenção estatal, porém sua direção e sentido são diametralmente opostas: em vez de um Estado que garanta a igualdade entre as partes, sua função passa a ser de garantir uma suposta "pureza" da concorrência através de enquadramentos jurídicos que garantam a ação livre do mercado. Ainda tratando da disputa discursiva acerca dos sentidos de liberdade, o neoliberalismo constrói um tipo de pensamento no qual o Estado deve assegurar a liberdade do mercado e essa garantia se dá através da não-intervenção nas relações que se estabelecem entre as partes num determinado contrato. O neoliberalismo, que retoma em parte o spencerismo do século XIX, é de certa forma uma resposta à tendência distributiva para a qual vinha caminhando o liberalismo desde então. Dardot e Laval (2016) estabelecem o Colóquio Walter Lippmann como o marco fundador dessa corrente de pensamento. Realizado em Paris entre os dias 26 e 30 de agosto de 1938, o encontro reuniu 26 homens dentre os mais influentes economistas, filósofos e funcionários de alto escalão de diversos países que tiveram vasta influência sobre o pensamento econômico-político liberal do pós-Guerra como Friedrich Hayek, Jacques Rueff, Raymond Aron, Wilhelm Röpke e Alexander von Rüstow.

O termo neoliberalismo é uma das propostas que surge a partir do discurso de Louis Rougier, filósofo e organizador do colóquio. O evento, que se aproveitava da

presença de Walter Lippmann na cidade francesa para fazer o lançamento da tradução francesa de seu livro *An Inquiry into the Principles of the Good Society* [a edição francesa foi intitulada *La cité libre*] teve a abertura conduzida pelo próprio Rougier. O filósofo, que apresentou o livro de Lippmann como um manifesto pela refundação do capitalismo, propôs que esse esforço de refundação deveria receber um nome e sugeriu "liberalismo construtor", "neocapitalismo" ou "neoliberalismo". Qualquer que fosse o nome, sua proposta inicial era a de criar um sistema que evitasse a grande ascensão dos totalitarismos. Ainda em seu discurso, Rougier destaca da obra de Lippmann sua tese de separação entre o liberalismo e o *laissez-faire*. Diante das claras evidências dos males resultantes das práticas do livre mercado e com a "ameaça das doutrinas socialistas" a tese do autor estadunidense defendia que o regime liberal é "resultado de uma ordem legal que pressupõe um intervencionismo jurídico do Estado" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 75).

Apesar de esse ser o entendimento construído majoritariamente dentro do colóquio, ele encontra fortes resistências de alguns convidados, sobretudo daqueles chamados "neoaustríacos": Hayek e seu mestre Von Mises. Entre os consensos do colóquio estão a rejeição ao "coletivismo", ao "planismo" e ao "totalitarismo", o que incluiria o comunismo e o fascismo. Dentre as divergências estabelecidas no congresso estão as análises e táticas frente à grande crise de 1929 que, segundo Rüstow e Truchy, são decorrências da formação do pensamento liberal que, portanto, precisaria ser inteiramente refundado. A oposição a esse pensamento vem novamente dos austríacos, apoiados por Lionel Robbins e Jacques Rueff: para esses a crise é resultado de uma deturpação contínua do liberalismo clássico e a solução para a crise seria uma volta conservadora aos princípios originais do *laissez-faire*. É de autoria de Robbins o livro *La Grande Dépression, 1929-1934*[14], cuja edição francesa é prefaciada por Rueff. Nela, o autor apresenta em sua ideia central a tese de que a crise de 1929 foi gerada pelas constantes intervenções políticas que impediram a autocorreção dos preços por parte do mercado. Dardot eLaval (2016) destacam o caráter altamente nostálgico do texto de Robbins que, a todo tempo, busca remontar um suposto passado dourado, pré-Crise de 1929, em que o mercado era espontaneamente autorregulado. O que, de maneira geral,

[14]ROBBINS, Lionel. **La Grande dépression**: **1929-1934**. Tradução francesa de Pierre Coste. 1ª ed. Paris: Payot, 1935.

unifica o pensamento de todos esses autores conservadores é a crença de que o liberalismo não pode ser considerado falido, já que todas as sucessivas crises econômicas e sociais eram resultado da política intervencionista do Estado, e logo, a solução para elas era a garantia de liberdade de agência do mercado.

Ainda no debate sobre as concepções do que deveria ser esse neoliberalismo, Walter Lippmann é quem inaugura uma proposição importante, já citada nesta seção: a de que "a política neoliberal deve *mudar o próprio homem*" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 91. Grifo dos autores). O estadunidense afirma que numa economia que muda incessantemente, adaptar-se é uma tarefa constante "para que se possa recriar uma harmonia entre a maneira como ele [o ser humano] vive e pensa e as condicionantes econômicas às quais deve se submeter" (p. 91). Especificamente sobre esse ponto, para esta dissertação, me deterei ao desenvolvimento do pensamento austro-americano (representado especialmente por Hayek e Von Mises) cuja estrutura está assentada na oposição entre as forças "destrucionistas" – da qual o Estado seria o principal representante e sua ação somente levaria ao totalitarismo e à regressão econômica – e as forças "criacionistas" representadas pelo sistema capitalista tendo como seu principal agente o "empreendedor". Com essas premissas altamente reducionistas, os autores constroem suas ideias – altamente focadas na ação individual – de que a máquina econômica é perfeitamente estável e tende ao equilíbrio desde que não seja perturbada por "moralismos ou intervenções políticas e sociais destruidoras" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 134). Como suporte a essa ênfase na ação individual, se desenvolve o conceito de empreendedorismo, descrito por Dardot e Laval (2016, p.134) como "o tipo de conduta potencialmente universal mais essencial à ordem capitalista". Para eles, o homem-empreendedor é a principal contribuição da corrente econômica austríaca ao pensamento neoliberal e ressaltam como a produção do "sujeito empresarial" é uma das maiores contribuições para a estratégia traçada pelo neoliberalismo a partir desse momento. Apesar de se apoiarem em alguns conceitos do liberalismo neoclássico, nesse momento há modificações substanciais em seus significados. É o caso de "concorrência". Se num momento anterior há uma concepção de que a concorrência está relacionada ao desejo de ser melhor, de melhorar a sua sorte, a perspectiva neoliberal privilegia a visão da concorrência no mercado como

> um processo de descoberta da informação pertinente, como certo modo de conduta do sujeito que tenta ultrapassar os outros na descoberta de novas oportunidades de lucro. [...] A partir da luta dos agentes é que se poderá descrever não a formação de um equilíbrio definido por condições formais, mas a própria vida econômica, cujo ator real é o empreendedor, movido pelo espírito empresarial que se encontra em diferentes graus em cada um de nós e cujo único freio é o Estado quando trava ou suprime a livre competição. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 135-136)

Ao examinar este trecho com atenção é possível perceber como a proposta da corrente austríaca exigia muito mais do que mudanças meramente econômicas. E para que essas mudanças na formação de subjetividades e no jogo de poder sejam efetivas, como já apresentado anteriormente nas ideias de Foucault (2002), é preciso constituir uma série de saberes e instituições que validem os discursos que se articulam naquele momento. Nesse sentido, Von Mises retoma e desenvolve a praxeologia. Essa é descrita por Robert P. Murphy (2010) como uma abordagem da ciência econômica que se opõe àqueles que ele considera os "economistas positivistas", para quem os métodos de validação científica usam como parâmetro as ciências naturais. Nesse caso, a economia seria validada somente a partir de uma hipótese formulada por um economista e posteriormente testada, a fim de verificar a legitimidade de sua hipótese. Para Mises e os misesianos, as análises e proposições econômicas devem aproximar-se das ciências sociais e partir de observações e deduções que se baseiem no comportamento humano. A teoria do "axioma da ação", do princípio da ação humana, é o que dá início à praxeologia, ciência que estabelece segundo Murphy que

> Se quisermos ter êxito no atual ambiente, é simplesmente indispensável que cada um de nós atribua *intenções* e *razões* aos outros seres. Falando mais simplificadamente, se você quer chegar a algum lugar na vida, você tem de assumir que os outros humanos *agem*. [...] É o esforço intencional de um ser racional para atingir um grau maior de satisfação, de seu ponto de vista subjetivo. (MURPHY, 2010, n.p. grifos do autor)

Esse fragmento explicativo é bastante significativo para refletirmos sobre o tipo de subjetividade construída por Mises e a escola austro-americana, bem como pela agência de sujeito que decorre dessa subjetividade. É perceptível ao longo do trecho o

foco altamente individual das premissas e das proposições nas quais "você" é o único ser capaz de estudar e compreender como os outros humanos agem a fim de "chegar em algum lugar na vida", lugar esse que pode ser entendido como aquele em que você atinge "um grau maior de satisfação, de seu ponto de vista subjetivo".

Em proposições como essas acerca do homem e da sociedade é fácil perceber a linguagem funcionando como intervenção. A cada passo da teoria de Hayek e Mises nota-se a construção de um tipo de homem [empreendedor] que somente pode alcançar o equilíbrio social através de um tipo de específico de relação [concorrencial]. O empreendedor de Von Mises (2010) deixa de ser, como no liberalismo clássico, aquele que sabe melhor aproveitar as circunstâncias e as oportunidades que surgem. Para os empreendedores esses "dotes" são fruto de seu "espírito comercial": é esse espírito que permite que certos homens sejam capazes de enxergar ou prever oportunidades de lucros que outros não conseguem, graças a informações privilegiadas que detêm e das quais outros foram privados dentro da lógica concorrencial. Como se pode perceber na caracterização do *homo agens*, o de Mises, toda a responsabilidade de ação está centrada no indivíduo. Só ele é capaz de prever e construir os meios que podem alavancar sua sorte. Cabe a ele ser ativo, construtivo, criativo e, sobretudo, vigilante e competitivo a fim de não desperdiçar nenhuma informação ou privilégio que lhe permita uma vantagem concorrencial. No desenvolvimento do pensamento neoliberal da escola austro-americana, a figura do empreendedor é tão central que, durante a formação dessa linha de pensamento, até mesmo a prosperidade de países como a Inglaterra em comparação à França no final do século XIX é explicada em razão do "talento de seus empreendedores" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 152).

Note-se que, apesar de constantemente rechaçar as ideias positivistas e as ciências naturais, a construção do argumento central sobre o funcionamento social pela perspectiva austro-americana se assenta em uma nítida oposição entre natureza e artificialidade, na qual há um elemento "externo" e "não-natural" [o Estado] que tenta impedir o fluxo "natural" dos acontecimentos [o homem e seu espírito empreendedor protagonizando a livre concorrência e promovendo o equilíbrio social]. E, apesar de negar frequentemente as teorias e concepções dos fisiocratas por seu caráter "positivista", ao examinar os discursos produzidos por seus principais pensadores é

possível verificar como o discurso naturalista constrói um diálogo entre o pensamento da corrente austríaca e o pensamento fisiocrático do qual Foucault (2008) se apropria para construir sua teoria do biopoder. Seja na constante reiteração de elementos, estruturas e atitudes – tais como o "homem empreendedor", o "espírito comercial" – vistos como "naturais" e até mesmo na apropriação de nomenclaturas que dialogicamente se associam às ciências naturais – como o *homo agens* – é possível perceber a construção de um conhecimento que também busca sua validação nas ciências naturais, por sua característica de incontestabilidade. É possível também estabelecer diálogos entre fisiocratas e austro-americanos quando se percebe o constante esforço de construir deduções comportamentais dos seres humanos e da sociedade sobre os quais serão aplicados métodos de governo. No entanto, se para os fisiocratas há uma ênfase na métrica, no âmbito das populações, do governo através da gestão dos desejos, Hayek, Mises e os seguidores do axioma da ação dão exacerbada ênfase ao comportamento individual do sujeito. Dessa maneira, implementam uma filosofia que é uma espécie de auto-governo, no qual cada sujeito é responsável sozinho por suas ações e por suas consequências e cada fracasso do sistema não é fruto do sistema em si, mas da interferência de atores externos. O inimigo em questão nesse caso é o Estado, que tenta "refrear a liberdade dos empreendedores" e "desestabilizar o equilíbrio do mercado" que seria por si só, independente e funcional.

É ante essa estrutura discursiva extremista e polarizada – de individualismo intensificado e concorrência constante – que se constrói o indivíduo neoliberal. E para as subjetividades que decorrem desses discursos, não é possível estabelecer um caminho do meio, não há conciliação possível, é sempre Eu ou Outro, somente há a "democracia do consumidor ou ditadura do Estado" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 142). A próxima seção se dedicará a tratar mais profundamente acerca das relações formadas dentro da sociedade neoliberal a partir do que Mbembe (2017) nomeia políticas da inimizade.

1.6 - Políticas da inimizade e discurso contemporâneo de "inimigo": inspirações raciais

Se a conformação dos discursos, dos regimes de verdade e das formas de governo que são produzidos em diversos contextos sempre terão suas particularidades, o processo de globalização – que começa nas Grandes Navegações e se acelera cada vez mais com o advento da internet e os novos dispositivos eletrônicos – tem colaborado para acentuar certas tendências nos governos do mundo inteiro. Nesse sentido, a última década se viu diante da forte ascensão de discursos neoliberais que se fortaleceram através das eleições, ao redor do globo, de líderes de Estado com características conservadoras, populistas, nacionalistas. É o caso de Viktor Orbán na Hungria, Narenda Modi no Egito, Benjamin Netanyahu em Israel, Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil. Mas muitos outros países, mesmo que não tenham elegido como lideranças máximas de seus países pessoas que se declaram abertamente conservadoras e de ultradireita, é possível também neles perceber um crescimento exponencial deste tipo de discurso. É o caso da eleição de Marine Le Pen, que pertence ao partido *Rassemblement National*, que recentemente venceu as eleições europeias pela França e em janeiro de 2020 lançou novamente sua pré-candidatura à presidência do país, após ter sido derrotada com margem apertada no ano de 2017. Também é o caso do partido de extrema direita VOX, da Espanha, que vem ganhando espaço desde 2017 – reforçado ainda mais em 2018 com a independência da Catalunha e a crise migratória – e, atualmente possui três ocupantes no Parlamento Europeu, além de 52 dos 350 deputados do congresso espanhol. Até mesmo a Alemanha, que após a Segunda Guerra Mundial passou a tomar medidas drásticas contra o discurso nacionalista e racista, viu o crescimento do *Alternative für Deutschland* – recentemente considerado pelo *Bundesamt für Verfassungsschutz*, o serviço secreto alemão, como extremista – que hoje ocupa 11 cadeiras no Parlamento Europeu e elegeu 92 deputados dentre os 709 possíveis ao *Bundestag*. Em fevereiro, na Índia, após a vitória do BJP – partido de extrema direita – em Déli, cerca de duzentos hindus saíram armados e atacaram diversos bairros muçulmanos localizados no nordeste da capital indiana. Perseguições e ataques a muçulmanos e também de caráter antissemita por parte de extremistas nacionalistas crescem também na Nova Zelândia com o fortalecimento do grupo *Action Zealandia*, recentemente neutralizado pela polícia neozelandesa numa tentativa de ataque a uma

mesquita na cidade de Christchurch, que é, segundo o autor do ataque, “a cidade mais branca da Nova Zelândia” (DAALDEER, 2020).

Muçulmanos, negros, judeus, refugiados, comunistas. Por toda a extensão do globo, é notável como o novo reforço de políticas econômicas de caráter neoliberal tem se fundado em discursos de reforço nacionalista e de inimigo da nação sob suas mais variadas formas de acordo com cada contexto. Também é observável que este mesmo pensamento, que, em princípio, se organiza para fazer frente aos regimes totalitaristas tenha sido exatamente aquele que permitiu a retomada dos regimes totalitários. No mundo contemporâneo, enquanto se levantam muros, ou se elege a partir das promessas de muros, o discurso do inimigo iminente vai aprofundando o medo nas pessoas. E o medo é, afinal, um aliado poderoso nas disputas de poder, pois é ele que permite que em determinadas situações se instaurem relações de poder como soberania entre um governante e seu povo, como destaca Foucault (1999a, p. 287),

> quando os indivíduos se reúnem para constituir um soberano, para delegar a um soberano um poder absoluto sobre eles, por que o fazem? Eles o fazem porque estão premidos pelo perigo ou pela necessidade. Eles o fazem, por conseguinte, para proteger a vida. É para poder viver que constituem um soberano.

Mas, se a princípio toda essa conformação política parece confrontar o momento imediatamente anterior, Mbembe (2017) aponta o movimento que ambiguamente nomeia de saída da democracia, sobre o qual ressalta que os elementos que deram subsídio a esse cenário sempre estiveram presentes no projeto da Modernidade. Diante deste cenário em que a ameaça de guerra, seja ela interna ou externa, parece ser um dos elementos mais constantes em diversos países, o camaronês argumenta através de diversos elementos discursivos, históricos, políticos e econômicos como a democracia moderna – forjada em conjunto com o outros marcos da modernidade como Iluminismo e a Revolução Francesa – se assenta em diversos paradoxos que dão insumos para que se espalhem pelo mundo essas políticas da inimizade.

Em sua articulação sobre os diversos campos que se entrecruzam para constituir a modernidade, Mbembe (2017) evidencia como a abissal desigualdade na qual o mundo hoje está mergulhado – e que vem se aprofundando significativamente nos

últimos anos – é fruto do projeto colonial. Esse projeto, que é como o "gêmeo mau" da modernidade e dos ideais iluministas, é que torna aceitáveis relações comerciais absolutamente desiguais entre países, tais como na relação entre metrópole e colônia. Também é fruto da expansão colonial a cisão do mundo nas suas mais diversas dimensões: seja nos aspectos geográficos, como já citei anteriormente ao tratar da cidade colonial, seja na divisão do mundo entre úteis e inúteis – cujo critério que os diferencia está relacionado à capacidade produtiva de cada indivíduo – ou na criação de populações que são excedentárias e que, por isso mesmo, podem ser exterminadas. Um dos fatores preponderantes na legitimação dessa desigualdades nas mais diferentes esferas é o discurso racista.

O aspecto racial é, inclusive, um dos principais fundamentos dos quais Mbembe (2017) se utiliza para apontar as contradições da democracia construída pela modernidade. Para o teórico camaronês, um dos elementos que há de novo na democracia na qual estamos inseridos em tempos recentes não é tanto a violência do Estado em si, mas a crueza com que esse Estado apresenta sua face violenta. Se outrora a democracia se sustentava entre outros sistemas políticos devido à sua capacidade de se reinventar, sempre dissimulando e ocultando seu passado de violência – ainda que tolerasse uma série de violências políticas e legais – hoje o discurso violento faz parte do cotidiano social e parece ser o motor mais potente de mobilização de multidões em atuação nos dias atuais. Mbembe (2017, p. 30-31) ressalta que

> a simetria entre mercado e guerra nunca se evidenciou tanto como hoje em dia. [...] Esta estreita imbricação do capital, das tecnologias digitais, da natureza e da guerra, e as novas constelações de poder que ela possibilita são, sem qualquer dúvida, aquilo que mais directamente ameaça a ideia do político que, até então, servia de alicerce a essa forma de governo que é a democracia.

O que se destaca para mim ao longo do raciocínio desenvolvido por Mbembe (2017) é que, ao fazer a leitura de seu texto, é possível pensar metodologicamente sobre o que Foucault (2004) denomina "arquivo". Abstraindo a forma que comumente associamos a essa palavra – a princípio como documentos ou registros oficiais – Foucault se utiliza dessa metáfora para se referir à

> [...] lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. [...] Longe de ser o que unifica tudo o que foi dito no grande murmúrio confuso de um discurso, longe de ser

> apenas o que nos assegura a existência no meio do discurso mantido, é o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria. (FOUCAULT, 2004, p. 146 apud GIORGI, 2012, p. 35)

Nesse sentido, retomo o teórico camaronês para refletir sobre as condições evidenciadas por ele e que permitem elencar argumentos que ajudam a responder à pergunta: como se tornou possível uma explosão de discursos de ódio e cenários de guerra e violência explícita em uma sociedade hegemonizada, supostamente, por um sistema político – a democracia – que se funda em discursos de paz e estabilidade? Fica evidente em sua sustentação que o discurso sobre a democracia, sua fundação e manutenção, tanto filosófica quanto econômica, sempre conviveu e disputou espaço com outros discursos que até então vinham sendo abafados como o de estado de exceção e de legitimação da violência. Esses discursos e práticas que hoje se disseminam por todas as partes do mundo começaram a se organizar e ganhar força num contexto específico que nasce juntamente com a democracia e o Estado Moderno: a colônia. O que o autor traz em seu texto é que, ao contrário dos discursos que convencionalmente são replicados pelo senso comum sobre democracia, esse sistema tem, desde sua fundação moderna, com bases no iluminismo francês, uma estreita e fundamental relação com o sistema colonial e, portanto, com o regime escravocrata que dá as bases para a violência sistêmica e para a tolerância a todos os conflitos que são gerados por ela.

Ao pensar na ideia de constituição de um "inimigo comum" e da organização em torno da luta contra esse inimigo, Mbembe (2017) apresenta o sistema colonial e destaca que sua constituição e existência possuem em si uma possibilidade de bifurcação: o Estado colonial inaugura um sistema no qual coexistirem duas ordens com suas regras próprias e seus sentidos diferenciados. Há a "comunidade de semelhantes" (MBEMBE, 2017, p. 34) para os quais, ao menos em princípio, vigora a lei que tem como fundamento a premissa de igualdade entre os sujeitos. Em contrapartida, existe também instituída por lei uma comunidade de "não-semelhantes, ou ainda de sem-lugar" (p. 34), aqueles aos quais o único direito assegurado é o de não ter direito algum. Ambas as legislações, que compõem e regem a mesma sociedade no mesmo espaço de tempo, permitem que a desigualdade seja uma regra fundamentada em legislação.

Ainda sob essa análise das desigualdades regidas por lei e das comunidades de semelhantes e dissemelhantes, torno a destacar a relação entre metrópole e colônia. Também fundamentada numa profunda desigualdade – especialmente em aspectos econômicos e mercantis – as metrópoles onde se desenvolve o projeto democrático moderno enriqueceram indefinidamente a partir de um sistema de monopólio da exploração de produtos e de comércio com as colônias. Não é injusto dizer que o preço da relativa pacificação e estabilidade da Europa nesse momento, o que estabeleceu as condições para que se construísse um regime democrático, só foi possível graças à enorme violência a que eram submetidos aquelas e aqueles que viviam nas colônias, especialmente os escravizados. Alinhando essas duas experiências, tanto das relações intra-coloniais quanto extra-coloniais, podemos observar como a capacidade de criar discursos que assegurem a desigualdade entre os sujeitos tem se constituído em uma ferramenta poderosa para organizar as relações de poder e garantir que a configuração destas relações permaneça igual, ainda que as regras do jogo se alterem.

Assim, a produção dos corpos excedentes – que se funda na invenção da raça e no contexto colonial e é reforçado pelas leis da escravidão – continua tendo uma grande relevância na forma em que as relações sociais se dão nas colônias mesmo após a abolição dessas mesmas legislações. Recorrendo aos relatos de Alex de Tocqueville, Mbembe (2017) mostra como o simples ato de revogação das leis da escravatura nos Estados Unidos (1863) não foi suficiente para que estas duas comunidades, a dos colonos e a dos escravizados, bem como os privilégios de uma e a ausência de direitos da outra, deixassem de existir. Numa atitude diametralmente oposta àquela que se espera a partir do momento simbólico em que se abole a comunidade de não-semelhantes e que todos passam a responder a uma mesma legislação, o que se vê são esforços para que aqueles que foram libertados pela nova legislação sejam retirados ou se retirem do país. E, nesse sentido, as medidas que são tomadas vão até os casos mais extremos como as perseguições e os linchamentos públicos pois, em última instância, ainda que a lei diga o contrário, para a sociedade colonial o negro nunca deixaria de ser aquilo que sempre foi – uma mercadoria, um homem-metal, um homem-moeda. Se antes sua comercialização e mão de obra eram úteis à acumulação de capital por parte da elite colonial, a abolição faz com que essa sub-raça passe a ser não só indesejável, como absolutamente descartável.

Porém, há ainda mais aspectos da vida na colônia que são essenciais para que se compreenda o tipo de discurso que agora se reforça entre os defensores de discurso ultradiretista e conservador. A própria guerra como é feita no contexto colonial difere significativamente da forma como se constrói em seu sentido original. A começar por sua justificativa: o modelo de guerra que se inicia com as Grandes Navegações não se funda na perspectiva do direito, não busca reparar uma injustiça ou recuperar algo que foi surrupiado e, portanto, eleva a guerra a um patamar de violência que seria considerada injustificada, infligida de maneira gratuita. São guerras em que há uma imensa desigualdade entre as perdas humanas em cada uma das partes envolvidas:

> Num século e meio de guerras coloniais, os exércitos coloniais perderam poucos homens. Há historiadores que estimam estas perdas entre 280 mil e 300 mil, tendo em conta que só a Guerra da Crimeia originou cerca de 250 mil mortos. No decurso de três das principais "guerras sujas" da descolonização contamos 75 mil mortos do lado colonial e 850 mil do lado indígena. (MBEMBE, 2017, p. 46)

São guerras com altas concentrações de inocentes mortos. Essas mortes são, no entanto, justificáveis dentro desse tipo de guerra, posto que há nela uma concepção de inimigo diferente: o inimigo não é mais aquele que cometeu um crime a que devo reparar, mas um inimigo natural que, se não cometeu nenhum crime, ainda vai cometer. Essa construção discursiva acerca daquele que seria o "inimigo por natureza" (MBEMBE, 2017, p. 46) é que legitima que todo tipo de violência desferida contra os povos originários dos países invadidos pelos europeus. Essa mesma lógica de natureza, de caráter imutável, ou minimamente inalcançável, às mãos humanas é que dá sustentação ao tipo de poder que se estabelece na colônia. Com base nessa ideia de um inimigo natural, no regime de verdade do contexto colonial a violência ocupa um espaço central. Não por acaso, como já foi citado anteriormente, vemos que o pelourinho tem destaque pronunciado na administração colonial do Brasil. A violência é o que organiza a colônia e essa violência é direcionada aos grupos racializados. Os limites da lei inclusive são muito borrados nesse contexto:

> os crimes cometidos pelos indígenas são punidos no quadro normativo, no qual eles não figuram enquanto sujeitos jurídicos de pleno direito. Do outro lado, a qualquer colono acusado de ter cometido um crime contra um autóctone (inclusive, homicídio), bastava-lhe invocar a legítima defesa ou

> apelar às represálias, para escapar a qualquer condenação. (MBEMBE, 2017, p. 48-49)

Nessa mesma lógica, impera na colônia o abuso de autoridade. Ao soldado não é exigido que prove sua acusação. Para o acusado racializado não existe "inocência até que se prove o contrário". Diante da acusação do agente da lei a falta de provas é sobreposta pela invocação do imperativo de segurança e rapidamente a pena era aplicada ao nativo ou ao escravizado. Dos colonos não se cobrava sequer coerência entre as representações que eram feitas dos homens e mulheres racializados e aquilo que é fisicamente possível. É esse contexto colonial que Mbembe (2017) nomeia "corpo nocturno" (p. 42) da democracia, àquele que se encobre em face do "corpo solar" que seria toda a construção discursiva que ao longo de toda a história moderna tem se construído sobre esse sistema de governo.

Mas esse corpo noturno parece estar saindo ao sol. Em diversas parte do mundo, mesmo na Europa, onde a democracia moderna com os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade foram forjados, a democracia em seu formato idealizado tem parecido ser muito frágil. Multiplicam-se os ataques aos imigrantes, aos empobrecidos, e as perseguições religiosas. Se, no contexto europeu, isso é visto com certo ineditismo, os países que passaram pelos processos de colonização são "inspiradores" desses discursos e práticas violentas.

No Brasil, por exemplo, não é difícil identificar, ainda hoje, as mesmas práticas coloniais que aqui descrevi. Em nossa democracia brasileira somente no primeiro trimestre de 2019, 434 pessoas foram assassinadas pela Polícia Militar do Rio de Janeiro[15]. Todas essas mortes foram classificadas pela polícia como mortes por intervenção policial, o antigo auto de resistência. Os números em agosto desse mesmo ano chegaram a 1.249 mortes[16]. Numa perspectiva dialógica, não é difícil traçar um paralelo entre o que é descrito por Mbembe (2017) sobre bifurcação das leis no regime

[15] https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/03/rj-bate-recorde-na-apreensao-de-fuzis-em-2019-numero-de-mortes-por-intervencao-policial-e-o-maior-nos-ultimos-20-anos.ghtml
[16] https://exame.abril.com.br/brasil/mortes-pela-policia-do-rj-crescem-127-em-4-anos-como-frear-a-escalada/

colonial e o que afirma Isabel Lima, que ajudou a construir o mapa *Onde a polícia mata*:

> A gente sabe que a polícia mata, mas é preciso que se diga onde: e são nos territórios pobres e periféricos. São territórios onde o Estado se faz presente com o braço armado e onde estão mais ausentes as garantias de políticas públicas. São áreas abandonadas, de menor interesse econômico e turístico, onde o discurso de enfrentamento e de guerra às drogas é autorizado, a sociedade não se contrapõe. Lá, os direitos são relativizados. De uma maneira geral, a sociedade não se importa com aquelas vidas, como se fossem descartáveis. (LIMA, 2015 apud MERENCIO, 2015, online)

Nessa mesma perspectiva, destacando a organização espacial da cidade colonial como debatida por Césaire (1978) e Silva (2006), não é surpreendente que esse estudo da ONG Justiça Global aponte que a grande maioria desses casos ocorreu nas zonas Norte, Oeste e na Baixada Fluminense, onde se encontram a maior parte das pessoas empobrecidas e negras da cidade do Rio de Janeiro[17], similar à cidade do colonizado de Césaire.

E as heranças coloniais são muitas. Também hoje persiste a construção discursiva de que as áreas mencionadas são habitadas por pessoas "extremamente violentas" e "perigosas". Não à toa, muitos dos homicídios por parte de policiais nesses territórios são proporcionais a esse imaginário violento que se constrói acerca dos moradores da favela e da periferia. São 111 tiros desferidos contra um carro no qual estavam Wilton Esteves Domingos Júnior, Carlos Eduardo Silva de Souza, Wesley Castro Rodrigues, Roberto Silva de Souza e Cleiton Corrêa de Souza, jovens negros que se reuniam para comemorar o primeiro salário de um deles. Após laudo pericial – que confirmou que era falsa a alegação de que os jovens estavam armados e revidaram os tiros, e que os policiais envolvidos haviam forjado um flagrante contra as vítimas –, em novo depoimento, os policiais, autores desse crime brutal, disseram que o carro dos jovens foi confundido com outro que estava envolvido em um roubo de cargas[18]. São também os 257 tiros que o exército brasileiro disparou contra o carro de Evaldo dos Santos Rosa, que ia com a família, inclusive uma criança, para um chá de bebê na Zona

[17] http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/12/mapa-onde-policia-mata-no-rj-ve-relacao-da-letalidade -com-pobreza.html

[18] https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/07/chacina-de-costa-barros-penso-todo-dia-na -cena-do-crime-diz-pai-de-vitima.htm

Norte do Rio[19]. Destes, 80 tiros acertaram o carro e assassinaram Evandro, outro atingiu e matou Luciano Macedo[20], catador que, ao tentar socorrer esta família também foi assassinado. A alegação do exército, coincidentemente ou não, é a de que o carro de Evaldo foi confundido com um outro carro que havia praticado um crime poucos minutos antes. O delegado responsável pela investigação do caso afirmou que "tudo indica que os militares realmente confundiram o veículo com um veículo de bandidos"[21].

Esse nível de letalidade contra esses corpos negros e periféricos, os flagrantes forjados, os depoimentos falsos são uma constante na realidade brasileira e só se sustentam porque há recorrentemente discursos produzidos sobre esses corpos que os constroem sob o mesmo signo de inimigo construído por Mbembe (2017). Os inimigos naturais são aqueles que, se ainda não cometeram crimes, ainda os cometerão, aqueles que não são considerados sujeitos de direito, aqueles contra os quais todo tipo de violência é justificável. É assim que a democracia brasileira aplica sua "política colonial do terror" (MBEMBE, 2017, p. 38), que persiste justamente porque se apoia nos discursos de raça e no racismo que construímos ao longo de nossa história.

Ainda que haja muitas semelhanças com a cidade colonial construída de forma genérica por Mbembe e Césaire, ao compreender como Almeida (2019) que o racismo é – além de um processo político e econômico – um processo histórico, percebemos que os discursos racistas têm também suas peculiaridades, referentes aos diferentes contextos sociais por onde circulam esses discursos. No caso do Brasil, é possível perceber que um dos elementos centrais na construção do discurso racial é a negação do racismo. Não à toa, o atual chefe da nação, Jair Messias Bolsonaro – eleito com uma campanha que se fundava em discursos nacionalistas conservadores aliados a uma política econômica de cunho neoliberal – deu uma declaração pública em um programa de televisão afirmando que "Essa coisa do racismo, no Brasil, é coisa rara"[22]. Além da

[19] https://epoca.globo.com/os-257-tiros-contra-carro-de-evaldo-dos-santos-rosa-23687091
[20] https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/18/morre-catador-atingido-por-tiros-em-acao-do-exer cito-em-guadalupe-no-rio.ghtml
[21] https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/08/delegado-diz-que-tudo-indica-que-exercito-fuzilou -carro-de-familia-por-engano-no-rio.ghtml
[22] https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/05/08/interna_internacional,1052188/ bolsonaro-afirm a-que-racismo-e-algo-raro-no-brasil.shtml

negação, há ainda um forte teor nacionalista nessa afirmação. Uma vez que, retomando Almeida (2019), a raça é um dos discursos decisivos na formação dos Estados Nacionais, o próximo capítulo tratará dos discursos sobre o que nomeio “brasilidade” – os discursos sobre o nacionalismo brasileiro – como um mecanismo de manutenção do racismo no país. Tratarei ainda sobre a construção de políticas da inimizade no Brasil e como os discursos racistas têm funcionado num país que se funda na negação desse sistema.

2. "MINHA COR É O BRASIL!": A FORMAÇÃO DO DISPOSITIVO BRASILIDADE E SUAS INSPIRAÇÕES RACIAIS

Neste capítulo debruço-me inicialmente sobre o conceito de *dispositivo* – cunhado inicialmente por Michel Foucault em *História da sexualidade* (1999) e em *Microfísica do poder* (1978), e que posteriormente será trabalhado por Giorgio Agamben (2005), a fim de que essas conceituações possam me dar ferramentas para traçar um paralelo entre o conceito dispositivo e a nacionalidade, especialmente aquela que chamarei de "brasilidade". A segunda parte é dedicada às abordagens sobre nacionalidade e nacionalismo. Nela, parto das noções de *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2013) e dos estudos sobre formação de identidades (HALL, 2005; WOODWARD, 2012) para compreender a formação sócio-cultural e histórica do conceito de nação, bem como sua relevância nos processos de independência das colônias americanas e, paralelamente, na constituição do projeto de Estado Moderno Liberal.

Por fim, particularizo a formação da identidade nacional brasileira. A partir de uma pesquisa histórica, busco reconstituir alguns dos processos históricos que possuem elevado destaque no discurso nacionalista brasileiro como a Independência do Brasil e a abolição da escravatura e confrontá-los com as narrativas oficiais adotadas pelo país e que constituem nosso imaginário enquanto povo brasileiro. Meu intuito é, dessa forma, mostrar a operacionalidade do discurso nacionalista brasileiro que, atendendo às grandes narrativas nacionalistas, se apoia em estratégias discursivas como o mito da democracia racial, para operar uma lógica de governo (FOUCAULT, 2014). Esse governo se dá, principalmente a partir do ideal do branqueamento (BENTO, 2001; DOMINGUES, 2002; FERNANDES, 2013) que busca apagar as desigualdades raciais que são, ainda hoje, parte integrante da sociedade brasileira e de discursos liberais, sobretudo a meritocracia, que cumpre o papel de negar o caráter sistêmico das mazelas vividas por negras e negros no pós-abolição e atribuir-lhes culpas individuais por seus fracassos. Essa normalização dos corpos, que se forma a partir do dispositivo brasilidade é um discurso racista no qual o corpo negro não tem espaço a menos que aceite ser branqueado. É também o discurso de produção do excedente, que permite a

construção dos corpos indesejáveis e que, portanto, podem ser exterminados como os pobres e os que lutam contra as desigualdades estruturais do país.

2.1 O conceito de dispositivo por Foucault e Agamben

O conceito de dispositivo de Foucault (1999) está intimamente ligado ao esforço que o autor, em sua obra, faz para desconstruir o que convencionalmente vinha se construindo nas teorias sobre o poder. Seu desenvolvimento se dá diante da necessidade do teórico de apresentar a mecânica de operação das relações de poder estabelecidas por ele. Ao tipo de poder que até hoje é mais comumente concebido pelo senso comum – e como concebido e aperfeiçoado até o século XIX – Foucault (1999) vai chamar de "concepção jurídica" (FOUCAULT, 1999, n/p) e a mecânica de operação dessa lógica de poder será chamada de "limitativa" ou "negativa". Foucault (2008) explicita porque essa mecânica recebe esse nome ao afirmar que

> o movimento de especificação e de determinação num sistema de legalidade incide sempre e de modo tanto mais preciso quando se trata do que deve ser impedido, do que deve ser proibido [...] A ordem é o que resta quando se houver impedido de fato tudo o que é proibido. Esse pensamento negativo é o que, a meu ver, caracteriza um código legal. Pensamento e técnica negativos (FOUCAULT, 2008, p. 60).

A concepção jurídica de poder, como o nome deixa explícito, se assenta na ideia de que o poder vem da lei, especialmente dos processos de interdição que essa lei estabelece. "Por que se aceita tão facilmente essa concepção jurídica de poder?" (FOUCAULT, 1999b, n/p). É por discordar do que é entendido de maneira geral pelo senso comum como poder, que o francês vai tecer uma crítica à ideia de poder que, segundo ele, é uma das muitas heranças que nossa sociedade ainda carrega do século XIX, e vai buscar razões históricas que deem fundamento à sua argumentação: esse tipo de pensamento sobre o poder, ao qual, segundo o francês, "permanecemos presos" (FOUCAULT, 1999b, n/p), está intimamente ligado ao tipo de poder formulado pelo direito ainda na Idade Média. Foucault vai dizer ainda que, ao longo do tempo, esse modelo vai sofrer algumas críticas, porém a ideia central de concepção de poder se manterá praticamente inalterada.

Ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, por exemplo, avolumam-se as críticas à concepção jurídica de poder, entretanto, os ataques se concentram na monarquia, que detinha o direito de exercer o poder pela via do Direito, e a qual o novo regime pretendia derrubar. Nesse sentido, a crítica ao poder que se constrói durante a formação do Estado Liberal se concentra em apartar o poder-jurídico das práticas exercidas pelas monarquias, quando, na verdade, toda sua concepção e desenvolvimento se deu através das instituições monárquicas. Ou seja, as críticas atacavam a suposta tirania do soberano, enquanto a concepção do "poder-lei, do 'poder-soberania' que os teóricos do direito e da instituição monárquica tão bem traçaram" (FOUCAULT, 1999b, n/p) permaneceu inalterada durante todos esses anos. Dessa forma, a reivindicação liberal – longe de criticar o sistema político-jurídico sob o qual efeitos e processos de poder se escondem – era a criação de uma separação entre os processos políticos e jurídicos, em defesa de um sistema jurídico puro no qual todos os mecanismos de poder pudessem ser exercidos sem interferência política, sem excessos ou irregularidades.

Já no século XIX, começam a surgir críticas mais contundentes a esse poder-lei, que vão, em termos de complexidade, além do que já vinha previamente sendo elaborado, não somente questionando o poder real e a tirania do soberano, mas também refletindo acerca do próprio sistema do Direito, que seria, tal qual no sistema político-jurídico do Estado Absolutista, mais uma forma de exercer a violência de forma legítima (sob o aspecto jurídico), mas que resultaria, em termos práticos, na concentração de poder nas mãos de alguns que o utilizariam em causa própria e perpetuariam injustiças e dominação.

O que Foucault (1999b) explicita na comparação entre os dois modelos – tanto o que concentra sua crítica no soberano, quanto o que critica o sistema político-jurídico – e suas críticas políticas é que, independentemente do sistema em que se instaure, a concepção e o funcionamento do poder seguem as mesmas diretrizes. No fundo, apesar de todas as mudanças sociais, o rei segue sendo a figura que representa o poder. É ele que atravessa essa ideia de poder unicamente como dominação/interdição e que estabelece uma mecânica de dualidade de agências de poder na qual um é o rei que tudo pode e o outro é o súdito que a tudo obedece. Essa é a concepção que será rejeitada por Michel Foucault.

Em sua empreitada por construir não uma teoria do poder, mas uma "analítica do poder" (FOUCAULT, 1999b, n/p), ele questiona: "Por que reduzir os dispositivos da dominação ao exclusivo procedimento da lei interdição?" (FOUCAULT, 1999b, n/p). Segundo o francês, esse tipo de poder que se exerce a partir da lei e da interdição seria excessivamente monótono e pobre em criatividade, destinado a se repetir eternamente em suas táticas. Desse diagnóstico podemos compreender que, se assim fosse, seria muito mais fácil se contrapor à tão simplória mecânica de dominação. Foucault, em sua argumentação, defende justamente em contrário que "*é somente mascarando uma parte importante de si mesmo que o poder é tolerável.* Seu sucesso está na proporção daquilo que consegue ocultar de seus mecanismos" (FOUCAULT, 1999b, n/p, grifo da autora).

Para Foucault, o século XIX apresenta

> novos procedimentos e poder que funcionam, não pelo direito, mas pela *técnica*, não pela lei, mas pela *normalização*, não pelo castigo, mas pelo *controle*, e que se exercem em níveis e formas que extravazam (sic) do Estado e seus aparelhos. (FOUCAULT, 1999b, n/p. grifos meus)

Como já vimos no capítulo anterior, há muito mais elementos envolvidos na mecânica de operação do poder nas sociedades modernas: isso fica explícito nas exposições já traçadas pelo próprio Foucault a respeito da biopolítica (1999a) e do governo (2014), por exemplo. Diante da quantidade de informações possíveis de serem obtidas através das ciências e da sofisticação de uma mecânica de poder que opera através da gestão dos desejos como pensada a princípio pelos fisiocratas, a ideia de um poder unidirecional e impositivo parece bastante simplória.

Justamente por essa concepção, o autor defende que esses procedimentos, que possuem uma mecânica altamente complexa de funcionamento, só poderão ser corretamente analisados em toda sua sutileza e sofisticação uma vez que se abandona essa concepção de poder jurídico-discursivo, unidirecional, concentrado e soberano cujo ápice de sua manifestação está na enunciação da lei. Ao traçar seu contraponto, Michel Foucault nos diz que "o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada" (FOUCAULT, 1999b, n/p,). Ou ainda que "o

poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado" (FOUCAULT, 1979, p.248). Dessa premissa, conclui-se que o poder não emana de um único ponto em direção a outros, mas é formado por uma "multiplicidade de correlações de força [que] pode ser codificada em parte, jamais totalmente seja na forma de 'guerra', seja na forma de 'política'" (FOUCAULT, 1999b, n/p).

A partir dessas considerações, o que seria então aquilo que Michel Foucault denomina "dispositivo"? Em suas palavras, o dispositivo é um

> conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (FOUCAULT, 1979, p. 244)

Em relação à forma pela qual o dispositivo opera, o francês argumenta:

> de natureza essencialmente estratégica, o que supõe uma certa manipulação das relações de força [...] [e] está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem(sic) mas igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. (FOUCAULT, 1979, p. 246)

Notadamente, o dispositivo é um grupo complexo em que elementos, apesar de muito heterogêneos, podem ser agrupados por uma lógica que Gérard Wajeman vai chamar de "gênese" (FOUCAULT, 1979, p. 245). Foucault, em concordância com essa proposição, vai elencar os processos que ele considera essenciais para essa gênese do dispositivo. Num primeiro momento temos esse conjunto heterogêneo de elementos que somente é caracterizado como um dispositivo a partir da constatação da "predominância de um objetivo estratégico" (FOUCAULT, 1979, p. 245). No entanto, a manutenção desse dispositivo somente é bem sucedida quando consegue internalizar e reproduzir um duplo processo: a "sobredeterminação funcional" e o "preenchimento estratégico" (FOUCAULT, 1979, p. 245). A *sobredeterminação funcional* está ligada à capacidade do dispositivo de rearticular e reagrupar os elementos que o constituem diante de cada efeito, que pode ser positivo ou negativo, e que sempre terá a capacidade de modificá-

lo. Seja intensificando ou apontando as contradições entre estes elementos, o dispositivo exige uma incessante capacidade de manter a coesão entre o conjunto. Já o *preenchimento estratégico* do dispositivo está relacionado à sua capacidade de assimilar os efeitos, mesmo que negativos, que surgem em consequência da operação deste dispositivo, e conseguir positivá-los, de maneira que o próprio dispositivo pode utilizá-los em proveito de seu objetivo estratégico.

Nessas duas referências (FOUCAULT, 1999b; 1979), o filósofo francês nomeia e introduz o conceito de dispositivo que, embora seja uma categoria altamente importante e operacional para sua analítica do poder, tem linhas muito abstratas de delimitação. Giorgio Agamben (2005), em passagem pelo Brasil, vai trazer a público em uma conferência o resultado de uma pesquisa na qual ele se debruça sobre o conceito de dispositivo e busca tecer algumas reflexões suas sobre este tema. O primeiro esforço realizado pelo italiano se faz no sentido de realizar uma busca etimológica de "dispositivo": em seu ponto mais distante na história, Agamben vai remontar as origens dessa palavra em um debate teológico, datado entre os séculos II e VI, na formação da igreja cristã, que girava em torno da concepção de Deus Trino — aquele que seria um só deus em três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo — e das contradições que este debate trouxe ao seio da igreja.

A Trindade foi um conceito que encontrou resistência por grande parte da igreja que temia as aproximações entre a Trindade e as religiões pagãs de base politeísta. Diante desse impasse, os teólogos defensores da Trindade vão se justificar com base no conceito de *oikonomia*, derivada da palavra *oikos*. A oikonomia seria entendida como a "administração da casa" ou a "gestão da casa". O argumento dos teólogos defensores do Deus Trino era de que "Deus, quanto ao seu ser e a sua substância, é, certamente, uno, mas quanto a sua *oikonomia*, isto é, ao modo pelo qual administra a sua casa, a sua vida e o mundo que criou, é, ao invés, tríplice" (AGAMBEN, 2005, p. 12). O que o autor italiano vai dizer sobre essa doutrina teológica da *oikonomia* é que ela vai causar uma cisão e um paradoxo na ideia de Deus do cristianismo, que seguirá até os dias atuais como herança do pensamento ocidental: a divisão entre ser e ação, entre ontologia e práxis. A teologia da *oikonomia*, não se funda em nenhuma categoria de Deus como ontologia, e sim como práxis, e esta, por sua vez, está diretamente relacionada com a

ideia de “providência divina” que significa “o governo salvífico do mundo e da história dos homens” (AGAMBEN, 2005, p. 12). Toda essa complexa ideia da teologia da *oikonomia* e, especificamente da providência divina, será traduzida pelos latinos como *dispositio*. Ou seja, o dispositivo seria, originalmente, essa cisão de Deus em ser e práxis e a forma pela qual ele governa a vida humana.

O que Agamben propõe após esse apanhado histórico é avançar além das teorias foucaultianas e “situar os dispositivos em um novo contexto” (AGAMBEN, 2005, p. 13). A primeira proposição de Agamben é a de ampliar a noção de dispositivo estabelecida por Foucault. Dessa maneira, os dispositivos não seriam apenas os já citados “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 1979, p. 244), mas incluiriam também

> qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc, cuja conexão com o poder e em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – porque não – a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem dar-se conta das conseqüências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar. (AGAMBEN, 2005, p. 13)

O nível alto de generalização/abstração a que Agamben chega com esse conceito serve de subsídio para consolidar em seu argumento central acerca do que seria o dispositivo: para ele, o dispositivo é aquilo que nos tornou “humanos”. Tal como a *oikonomia* separa o deus cristão em ser e ação, o dispositivo separa o *homo sapiens* (ser vivente/ animal) do humano (ação/sujeito).

Entendo que, apesar de mais abstratas, as formulações de Foucault sobre o dispositivo e, sobretudo sobre sua operacionalidade desse conceito, são mais sofisticadas e permitem mais reflexões sobre o ponto que trabalharei adiante: a identidade nacional. Justamente por isso, são as premissas foucaultianas sobre o dispositivo que serão adotadas para a construção da nacionalidade – e por conseguinte, da brasilidade – enquanto um dispositivo. No entanto, o destaque às ideias e

considerações de Agamben sobre a origem do conceito de dispositivo não me parecem irrelevantes nem pequenas diante do que vivemos no cenário atual em que o neoliberalismo tem ganhado força como forma de governo. É possível, e até irônico, perceber o dialogismo entre a *oikonomia* [ou *dispositio*,no latim], vista como uma dimensão do Deus Trino, e a economia que hoje tem ocupado um lugar tão central, tal como Deus, na gestão dos Estados Nacionais. Também é observável como esses processos de separação dos quais trata Agamben (2005) em sua análise sobre a operação do dispositivo são bastante característicos da política de muros da qual trata Mbembe (2017). Questiono-me se a própria análise de Agamben não é, também, um produto da racionalidade neoliberal.

Ante a esse conjunto de premissas e reflexões, a próxima seção se dedica a aprofundar uma primeira proposição que faço nesta dissertação que é a ideia de identidade nacional, de maneira mais ampla, como dispositivo. Para tanto, me concentro nas ideias de identidade, nacionalidade e comunidade imaginada, a fim de que esses conceitos me deem os subsídios necessários para estabelecer o que chamo de "brasilidade" e caracterizá-la como um dispositivo de poder.

2.2 Identidade e nacionalismo

Para dizer, eis um dispositivo, procuro quais foram os elementos que intervieram em uma racionalidade, em uma organização...

Se para os teóricos há um esforço em apresentar a complexidade, a diversidade e a sofisticação dos recursos que são utilizados na construção de um determinado dispositivo, neste pequeno recorte tratarei das identidades nacionais como um dispositivo e, para tanto, tal como na citação que abre esta seção, buscarei os elementos históricos que contribuem para sua formação. É fundamental, para isso, começar com um debate acerca do desenvolvimento do conceito de identidade.

O primeiro ponto relevante para entender a identidade é que ela é, tal como a raça, um fenômeno da ordem da linguagem, que nada tem de natural ou de essencial em sua origem e que somente adquire sentido por meio de discursos produzidos

socialmente a partir de repertórios simbólicos compartilhados por um determinado grupo de pessoas. O segundo ponto é que a identidade é relacional. Ou seja, a marca da identidade do ser está intrinsecamente ligada àquilo que ele não é, ou seja, quando digo "*sou* brasileira", significa automaticamente que *não sou* curda, estadunidense, jamaicana ou de qualquer outra nacionalidade que tenha sido criada no planeta. Dito isso, o terceiro ponto que pode ser extraído dessa concepção de identidade é que, em sua formulação, ela é fortemente marcada pela ideia da diferença (WOODWARD, 2012). Como se pode perceber no exemplo que dei e que será sustentado por Kathryn Woodward (2012), o problema da diferença no que tange à construção da identidade é que essas diferenças, construídas socialmente, são sustentadas por ideias que se caracterizam por um forte teor de exclusão: só se *é* uma coisa porque *não é* outra coisa. É nessa lógica que as identidades, compostas por um vasto repertório simbólico, vão se consolidando por oposição a outros conjuntos simbólicos que representam outras identidades.

Apesar de a simples ideia de diferença não ser especialmente prejudicial à questão da identidade, dependendo do contexto sócio-histórico, essas diferentes identidades passam por processos de afirmação e, inevitavelmente, por processos de conflito graças ao choque de duas ou mais identidades que tentam impor sua superioridade frente à/s outra/s. Woodward (2012) afirma que esses períodos, em que aumentam o número e a proporção de conflitos de identidade, geralmente têm "causas e consequências materiais" (p. 10). Algumas dentre essas identidades acabam sendo mais marcadas pela existência de conflitos devido à importância que desenvolveram socialmente: é o caso das identidades nacionais. Aproximando-nos dessas identidades nacionais podemos percebê-las como fenômenos pertencentes à linguagem e ao discurso e, como tal, localizáveis no tempo e no espaço bem como passíveis de se traçar dialogicamente relações entre esse fenômeno e outros que lhe deram origem.

A começar pelos aspectos discursivos da identidade nacional, recorrerei a Hall (2005) e seus estudos sobre identidade nacional. O sociólogo afirma, assim como Woodward (2012) que, no mundo moderno, as identidades nacionais se constituem como uma das principais fontes de identidade cultural e que sua construção é tão sofisticada que, embora ela não tenha nada de essencial em sua formação, nós, muitas

vezes, agimos como se fosse. Como se todas e todos nós viéssemos com alguma coisa marcada na alma que nos tornasse parte daquele grupo que pertence a esta ou aquela nação. E também, muitas vezes, nos parece que sempre foi assim. Como se as nações sempre houvessem existido.Entretanto, esse tipo de formação discursiva nacionalista, que é facilmente identificada por nós, não só em referência a nós mesmos, mas também a tantos outros povos e culturas não é tão antiga quanto ela pretende parecer. Na verdade, me parece que essa é mais uma daquelas heranças que, como afirma Foucault (1999b), ainda trazemos do século XIX. Mais adiante tratarei mais detalhadamente sobre a forma como se organiza o discurso nacional. Por ora, me dedico a apresentar o contexto histórico no qual nasce esse discurso.

Em suas investigações, Benedict Anderson (2013) faz o esforço de historicizar e analisar a formação do pensamento que ele chama de "condição nacional" e que, posteriormente, vai desembocar no discurso nacionalista e nos conflitos de caráter nacional. A nacionalidade é, como já explicitado nos estudos anteriores, uma parte fortíssima da construção social dos indivíduos modernos. A ideia de nação está de tal modo internalizada nos sujeitos que a escrita de *Comunidades imaginadas* (2013), de Benedict Anderson, vai surgir, num primeiro momento, a partir de reflexões sobre os conflitos internos que se estabeleceram entre os Estados socialistas no fim da década de 1980. Diante de uma profusão extensa de conflitos nos territórios daqueles que formularam e propagaram o fim da era do nacionalismo, Anderson vai ressaltar que

> [...] desde a Segunda Guerra Mundial, todas as revoluções vitoriosas se definiram em termos nacionais – a República Popular da China, a República Socialista do Vietnã e assim por diante – e, com isso, se firmaram solidamente num espaço territorial e social herdado do passado pré-revolucionário. (ANDERSON, 2013, p. 27)

A construção da nacionalidade é de fato tão sólida que, como adiantou Hobsbawn em *Some Reflections on 'The Break-Up of Britain'* (1977), as experiências históricas das nações socialistas passaram, ao longo do tempo, a se aproximar cada vez mais, em forma e conteúdo, do nacionalismo tal como tem sido construído pelos Estados Modernos. E esse enraizamento/naturalização da ideia de nacionalidade alcança uma profundidade tal que, num apanhado geral das produções sobre o tema, Anderson

destaca que, em relação a essa concepção de uma "condição nacional" (ANDERSON, 2013, p. 30), da qual o nacionalismo é um fruto, pouco ou nada se produziu, seja pelos liberais ou pelos socialistas, de reflexões analíticas substanciais a respeito do tema. Diante dessa constatação, o historiador estadunidense vai se debruçar sobre a condição nacional a fim de compreender como ela se desenvolve até alcançar fenômenos como o nacionalismo. É impossível não perceber na escrita de Anderson uma metodologia que em larga medida se aproxima da analítica de poder de Michel Foucault (1999b).

E tal como o filósofo francês propõe em sua metodologia, Benedict Anderson também vai traçar as origens históricas e culturais dessa condição nacional. Remontando ao contexto do século XVIII, no qual ganham força os discursos nacionalistas, o historiador vai tecer uma estreita relação entre o fortalecimento do nacionalismo e o enfraquecimento do discurso religioso. Uma primeira constatação possível de ser explicitada é a similaridade entre os discursos religioso e nacionalista, já que ambos se apoiam em grandes narrativas que buscam responder e/ou dar sentido a questões existenciais da humanidade: "quem eu sou?"; "pra onde vou?"; "por que sofro?". Todas as perguntas para as quais a ciência de modo geral e outras doutrinas progressistas, como o marxismo, deixaram um grande vácuo de resposta com o declínio da fé religiosa, a condição nacional se dispôs a responder com os vínculos comunitários entre os mortos e os não nascidos desse solo, numa constante "re-generação" (ANDERSON, 2013, p. 37) que em muito se aproxima das promessas religiosas de vida eterna.

Essa reflexão é extremamente relevante para darmo-nos conta de que o nacionalismo não é um fenômeno — como constantemente se colocam as ciências — da ordem da racionalidade, mas da ordem do inconsciente. Ele se relaciona diretamente com os grandes sistemas culturais que o precederam e se aproxima, em formato, de seus antecedentes. Não por acaso é possível perceber uma aproximação discursiva entre eles: ela se dá na medida em que o nacionalismo se consolida exatamente para suplantar os sistemas anteriores: "a comunidade religiosa e o reino dinástico" (ANDERSON, 2013, p. 39). Porém, se nos atentamos ao fio histórico traçado pelo historiador estadunidense, fica mais do que evidente não só o dialogismo discursivo com esses sistemas precedentes, como também o papel desempenhado pela linguagem operando em todos

os cenários na construção de novas realidades. Anderson (2013) sustenta que o primeiro cenário a que o historiador recorre são as comunidades clássicas e que estas se caracterizavam, segundo ele, por uma forte tendência a considerarem-se "cosmicamente centrais" (ANDERSON, 2013, p. 40). Essa centralidade advinha, de uma maneira geral, da sacralidade de suas *línguas*. As religiões nas comunidades clássicas estavam associadas diretamente às línguas e a um purismo original: quanto mais morta a língua na qual os escritos sagrados estão, mais poderoso/desconectado da realidade terrena é esse manuscrito.

Nessa concepção, a língua era de tal maneira poderosa que a admissão de novos membros nas comunidades se dava através da purificação desses membros via aquisição da língua por aquele que era considerado "bárbaro" (ou estrangeiro). É possível perceber dialogicamente como essa concepção vai refletir em discursos do período colonial que advogavam em defesa da "redenção dos índios" através da assimilação, por parte desses, da cultura europeia que lhes era imposta. Anderson argumenta que circunstâncias que levaram ao fim a Idade Média também serão responsáveis pelo fim das grandes comunidades clássicas/ religiosas: em primeiro lugar, as viagens exploratórias da Europa para outras partes do planeta foram responsáveis por ampliar os horizontes geográficos e culturais daquela sociedade e, consequentemente, pelos questionamentos acerca do cosmocentrismo dessas comunidades. Em segundo lugar, a própria língua sagrada dos cristãos — o latim — foi rebaixada de seu patamar de sacralidade: deixou de ser a única língua ensinada e "ensinável". É nesse período que começa uma profusão de escritos publicados em diferentes línguas vernaculares. A subversão em relação à hegemonia do latim é muito rápida: em Paris, em menos de um século, entre 1501 e 1575, as publicações deixaram de ser quase em sua totalidade escritas em latim para serem em maioria esmagadora escritas em francês. Essa mudança tão drástica tem participação fundamental no que Anderson nomeia *print capitalism* (ou capitalismo tipográfico). A consequência explícita desse rebaixamento do latim foi a fragmentação dessa grande comunidade que, cada vez mais, se tornava pluralizada na medida em que ia se territorializando e se organizando através de suas peculiaridades.

Posteriormente à dessacralização do latim e à ideia universalizante nele contida, entra em descrédito também a legitimidade da monarquia sagrada, ideia que sustentava

o regime dinástico na Europa Ocidental. Esse processo que tem marcos históricos como a decapitação de Carlos Stuart em 1649 — em consequência de sua derrota diante dos parlamentos inglês e escocês durante a Guerra Civil Inglesa — vai culminar na Revolução Francesa em 1789, diante da qual se fez necessário para os monarcas defenderem o princípio da legitimidade. Foi essa necessidade de defesa que tornou a monarquia, antes bastante amorfa, em um modelo mais ou menos padronizado, seguindo o modelo instituído pela Europa Ocidental. A manutenção dos Estados dinásticos diante do encolhimento do princípio da legitimidade se deu através dos esforços de muitas dessas dinastias em buscar uma "chancela 'nacional'"(ANDERSON, 2013, p. 51) para seus governos. Foram estes dois declínios, da língua e da linhagem sagrada, os grandes responsáveis por transformar a visão de mundo que se constituía anteriormente e criar as condições para se "pensar nação" (ANDERSON, 2013, p. 52).

Outra transformação extremamente relevante para se pensar nação está diretamente relacionada às transformações na nossa concepção temporal. Benedict Anderson (2013) vai refletir sobre isso apoiando-se nas ideias de Walter Benjamin. O filósofo alemão é quem vai primeiro traçar a oposição do tempo como o concebemos hoje – um "tempo vazio e homogêneo" (ANDERSON, 2013, p. 54) – em contraposição à concepção temporal anterior, o "tempo messiânico" (ANDERSON, 2013, p. 54), advinda da Idade Média, e que curiosamente está relacionada à ideia de providência divina, ou seja, de dispositivo. Por tempo messiânico compreende-se um tempo, por assim dizer, intemporal, no qual tudo já está consumado de acordo com a vontade e sabedoria divinas. A divisão de presente-passado-futuro, portanto, não faz parte da lógica constituinte dessa ideia, uma vez que todos os acontecimentos são fruto do sagrado. O processo de homogeneização do tempo através de relógios e calendários propicia um novo entendimento da ideia de simultaneidade: diferente do pensamento medieval, no qual esse conceito era derivado da repetição dos acontecimentos ao longo do tempo, numa perspectiva vertical de ligação com Deus, o tempo do calendário permite uma compreensão horizontal de simultaneidade, resultante da coincidência dos acontecimentos em concordância com padrões previamente instituídos de medição do tempo.

Caminhando pela preponderância da linguagem na formação da condição nacional, Benedict Anderson vai destacar dois gêneros discursivos (chamados pelo autor de formas de criação imaginária) surgidos no século XVIII que, segundo ele, seriam os principais responsáveis por fornecer elementos que ajudaram a consolidar socialmente a ideia de comunidade imaginada e, posteriormente, a ideia de nação: o romance e o jornal. São esses dois gêneros que, segundo o autor, forneceram "meios técnicos para 're-presentar' o tipo de comunidade imaginada correspondente à nação" (ANDERSON, 2013, p. 55). A contribuição do romance se daria, basicamente, em duas frentes. A primeira delas tem a ver com a estrutura dos romances à época e o reforço que esses deram à concepção de tempo vazio e homogêneo. O romance foi capaz de mergulhar o leitor dentro de uma história que se passa em um tempo e espaço arbitrários – sem que conste na abertura dos livros toda a genealogia dos personagens que protagonizam a história, como o gênesis na bíblia, por exemplo – numa perspectiva onisciente, como se fosse uma espécie de Deus. A possibilidade de visualizar todas as relações que uniam os diversos personagens de uma trama enquanto esses faziam suas ações de maneira independente e simultânea,por vezes totalmente desconectadas umas das outras, possibilitou consolidar essa nova forma de pensar o tempo. A segunda contribuição está na construção sociológica das "sociedades" que era apresentada pelos romances: se vários desses personagens sequer se conheciam e jamais se esbarrariam na construção da trama, o que mais os unia, além da consciência do leitor? As sociedades às quais pertenciam os personagens. Sejam eles de Paris, Wessex ou Los Angeles, eles poderiam nunca se conhecer e ainda assim serem considerados como partes de um todo que é esse organismo sociológico "sociedade" da qual eles partilham o mesmo espaço geográfico e os mesmos valores culturais. Segundo Anderson,

> A ideia de um organismo sociológico atravessando cronologicamente um tempo vazio e homogêneo é uma analogia exata da ideia de nação, que também é concebida como uma comunidade sólida percorrendo constantemente a história, seja em sentido ascendente ou descendente. (ANDERSON, 2013, p. 56)

Os aspectos geográficos inclusive são uma parte importante dos romances nacionalistas, bem como da consolidação do imaginário nacional. Descrições detalhadas de paisagens locais e uso de dialetos regionais nos textos restringiam o alcance das publicações e reforçavam o caráter localizado dessas produções.

Em seus estudos, Anderson (2013) constata ainda que os elementos que caracterizam o romance nacionalista não estão restritos às produções europeias, e traz como evidência tanto uma novela escrita por um jovem indonésio, Marco Kartodikromo, em 1924, quanto o romance *El Perequillo Sarniento* [O periquito sarnento], criação de José Joaquín Fernandez de Lizardi, e considerado o primeiro romance escrito na América Latina, datado de 1816. Sobre esse último romance, ainda que Anderson não discorra sobre esse ponto específico na descrição de seu enredo, para mim são explícitos os atravessamentos de discursos colonizadores/racistas em toda a sua trama. Compreendido por Jean Franco (1971) como uma crítica ao governo colonial espanhol, ao ler o resumo do romance, escrito pelo mesmo Jean Franco e transcrito por Anderson (2013), vemos que *Perequillo,* o protagonista, desde pequeno "é exposto a más influências – criadas ignorantes [que] inculcam superstições" (ANDERSON, 2013, p. 61) e que posteriormente "ele que não quer trabalhar e não leva nada a sério" (ANDERSON, 2013, p. 61), além disso, é levado várias vezes em suas aventuras a 'estar entre índios e negros'" (ANDERSON, 2013, p. 61). Somente com esse pequeno resumo do romance mexicano, é possível perceber como a construção da condição nacional na América Latina é, desde sua concepção, atravessada muito fortemente pelo menosprezo de seus próprios protagonistas e cultura (como não pensar em "Macunaíma, o herói sem nenhum caráter"?) em oposição à valorização de uma moral e conduta que provêm do colonizador, mesmo quando os autores se propõem a fazer uma crítica ao sistema colonial.

No limite do aprofundamento da concepção temporal de simultaneidade está o gênero "jornal". Benedict Anderson (2013) ressalta como esse produto cultural, que tem uma relevância grande em nossos cotidianos (mesmo hoje com seus formatos digitais), e que é compreendido como uma espécie de portador dos fatos reais é, numa análise mais aproximada, uma obra de caráter altamente ficcional, que reúne acontecimentos diversos que ocorreram ao redor do mundo e tem como critério de seleção e ponto comum o fato de terem acontecido dentro de um mesmo espaço de tempo. Ao refletir sobre esse ponto, o historiador recupera uma reflexão de Hegel, na qual o filósofo germânico e um dos principais teóricos do Estado Moderno afirma que "os jornais são, para o homem moderno, um substituto das orações matinais" (ANDERSON, 2013, p. 68). Permanecendo nas comparações entre modernidade e religião, Anderson apresenta

a leitura matinal do jornal como uma cerimônia quase religiosa. Produzida no silêncio, tal como as orações fervorosamente repetidas por diversos membros que constituem uma comunidade, também os homens modernos realizam essa prática diariamente na certeza de que muitos outros, conhecidos e desconhecidos, repetem esse mesmo cerimonial que reforça o laço existente entre eles.

Como pudemos perceber a partir das análises de Benedict Anderson, a ideia de nação surge e se fortalece como uma substituta das grandes narrativas que davam sentido à vida social numa época anterior à formação do Estado Moderno. É uma narrativa de caráter altamente ontológico, que em muito se aproxima dos discursos religiosos e/ou dinásticos, e que só consegue ter coerência a partir de uma mudança significativa na concepção do tempo, que antes provinha de Deus, e que passou a ser convencionalmente medido e contado. Porém, as mudanças nas concepções sociais são apenas os subsídios para que a condição nacional e o nacionalismo fossem possíveis. Acompanhando e produzindo ao mesmo tempo discursos que reforçam essa condição nacional, romance e jornal são dois produtos que ajudaram a constituir um imaginário de comunidade em caráter nacionalista, porém o sucesso desses fenômenos está intimamente ligado ao desenvolvimento do sistema capitalista.

Dentro do sistema capitalista, o mercado editorial inaugurou a "era da reprodução mecânica de Benjamin[23]" (ANDERSON, 2013, p.74). Os dados apresentados por Anderson dão conta de que por volta de 1500 já haviam sido produzidos cerca de 20 milhões de livros e em 1600 esse número chegou a 200 milhões. Esse setor, que era controlado pela elite capitalista da época, estava interessado em expandir seus negócios ao máximo e, para isso, precisava alcançar tantas pessoas quanto possível. Nesse sentido, foi de extrema importância difundir as produções editoriais para o maior número de línguas vernaculares possíveis, uma vez que o latim, no qual eram produzidas as primeiras edições de livros, era de alcance apenas de uma elite letrada bilíngue, sobretudo do clero. Dessa forma, para maximizar seus lucros, os donos de editoras precisavam criar edições mais baratas e que fossem acessíveis ao maior

[23]Benedict refere-se aqui ao texto "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica", de Walter Benjamin.

número de pessoas possíveis e, para democratizar a leitura, era necessário que esses livros fossem produzidos em idiomas mais populares.

A reforma protestante de Martinho Lutero é um ponto fundamental nesse contexto, não só pela popularidade alcançada pelas teses de Lutero, escritas em alemão e amplamente difundidas nas portas das igrejas em Wittenberg em 1517, mas também porque a reprodução de sua bíblia foi o primeiro *bestseller* da história. Entre 1518 e 1525, um terço de todos os livros vendidos era de sua obra. Entre 1522 e 1546 produziram-se 430 edições, entre integrais e parciais da bíblia protestante (ANDERSON, 2013, p. 74). Essa profusão de edições vernaculares e a disputa pelas almas dos cristãos entre Martinho Lutero e a igreja católica ajudou a promover o declínio dos reinos dinásticos da Europa Ocidental que, apesar de nunca ter sido um sistema universal, tinha no latim e, por consequência, no cristianismo, seu ponto comum. Nesse momento, ocorre outro elemento basilar para a construção da condição nacional que, mais uma vez, tem a linguagem com fator decisivo: a adoção dos vernáculos como tática de centralização de algumas administrações públicas. Esse movimento de adoção de outras línguas vernaculares como oficiais, que se deu de forma lenta e gradual entre os mais diversos territórios da Europa Ocidental, contribuiu para quebrar a noção de unidade total que se construía dentro da comunidade cristã até então e que provinha da unidade da religião em torno do latim. Esse fenômeno de adoção de línguas oficiais do Estado unidas ao desenvolvimento do capitalismo tipográfico permitiu, num longo prazo, construir-se uma ideia de antiguidade das nações que só foi possível graças à fixidez da língua promovida pelo objeto impresso.

Entretanto, em meio a todos os processos de formação das identidades nacionais, e se opondo aos discursos que dão acentuado destaque à língua nativa como formadora da ideia de nação, curiosamente, as primeiras entidades que surgem com o formato do Estado Moderno e se autodenominam nações e repúblicas se localizam no chamado Novo Mundo, as Américas. Dessas, o Brasil se constitui como a exceção e foi a única nação a seguir, a exemplo de seu colonizador, uma lógica dinástica de organização de Estado. Essa constatação da posição vanguardista da América enquanto modelo de Estado Nacional é utilizada por Anderson (2013) para se contrapor às teorias de

formação do Estado de inspirações eurocêntricas, que desconsideram completamente as circunstâncias em que os pioneiros Estados Americanos foram formados.

Apesar das diferenças entre os processos de independência dos demais Estados latino- americanos e o brasileiro – contexto no qual situo esta dissertação –, considero de fundamental importância compreender quais elementos políticos, culturais e históricos permitiram esse tipo de configuração em um primeiro momento. Numa primeira observação, Anderson (2013) destaca como as declarações de independência dos Estados latino- americanos apresentam semelhanças suficientes para que possam ser analisadas como um conjunto. Nesse sentido, o historiador propõe uma oposição entre as análises do surgimento dos Estados Nacionais Europeus a partir da obra de Tom Nairn (1977), que estuda o desenvolvimento do nacionalismo, durante o século XIX, na Europa Ocidental, como reação à expansão e ao alargamento do capitalismo em diversos territórios naquele contexto. Se, para Nairn, a formação do Estado britânico, por exemplo, é resultado de uma política populista de iniciativa da classe média descontente que empenhou esforços na inclusão das camadas populares numa tentativa de canalizar essa energia das massas na formação de novos Estados, na América esse movimento é exatamente o oposto.

Anderson (2013, p. 86) ressalta como a classe média que constituía o território americano, sobretudo nas Américas Central e do Sul, era formada por uma quantidade irrisória da população que habitava por aqui e era constituída não por intelectuais e políticos, mas principalmente por grandes proprietários de terra, alguns comerciantes e diversos funcionários provinciais (advogados, militares e funcionários da administração pública). Os processos de independência americanos, protagonizados em sua maioria pela elite crioula[24], surgem, nesse sentido, não como um processo de inclusão das camadas populares nos processos políticos, mas principalmente como uma reação ao medo que essas elites sentiam de que acontecessem revoltas de caráter político vindos das camadas populares, formadas massivamente por indígenas e negros.

As insurreições e movimentos populares já começavam a eclodir e se organizar em diversos territórios americanos: como o movimento tupamarista no Peru, liderado

[24] *Crioulos* era o termo utilizado à época nas Américas Espanholas para referir-se aos brancos, descendentes de europeus, já nascidos em território americano.

pelo indígena João Gabriel Tupac Amarú II e sua companheira, filha de “pai negróide e mãe índia acriolada” (LUNA SILVA, 2016, p. 47), Micaela Bastidas, em 1780, que, em nível de organização regional, conseguiu unificar o Alto e o Baixo Peru e obrigou uma negociação dos termos hierárquicos político-militares contra o sistema colonial espanhol.

Ainda tratando de movimentos liderados pelas camadas populares na América Latina, há que se dar destaque, devido a suas reverberações posteriores, ao movimento liderado por Toussaint L'Ouverture na Província de Saint Domingue, atual Haiti, cujo processo revolucionário levou não só à independência do país, mas também o constituiu como a segunda República independente do hemisfério ocidental e a primeira República governada por pessoas de ascendência africana fora da África.

O Haiti, colônia que se dividia entre os domínios francês e espanhol, e a mais lucrativa à época, produzia “café, anil, cacau, algodão e outros gêneros [...] sobretudo o açúcar, em condições mais competitivas do que as outras colônias da época. Nessa produção, empenhavam-se meio milhão de escravos, a maioria africanos, na proporção de dois terços” (GORENDER, 2004, p. 295). Não obstante, toda lucratividade proporcionada pelo trabalho dos cerca de meio milhão de escravizados negros, cujo lucro ia parar nas mãos de aproximadamente 30 mil brancos que ali habitavam, os sujeitos que eram submetidos ao regime de escravidão ainda sofriam dos mais cruéis e degradantes tratamentos dispensados por seus feitores. Além das exaustivas e intermináveis jornadas de trabalho sob o açoite constante, aqueles que não aceitavam essas condições de exploração eram cruelmente castigados. Um desses castigos consistia em ser enterrado de pé, tendo somente a cabeça para fora da terra, o que podia resultar em uma morte altamente dolorosa, graças aos ataques de insetos e abutres que lentamente devoravam sua cabeça exposta ao tempo (GORENDER, 2004, p. 296). Em 1791, inspirados pela notícia vinda de Paris de que a convenção realizada pós Revolução Francesa abolira a escravidão nas colônias francesas, tem início a revolução dos escravizados, que abandonam as plantações, destroem os engenhos e começam a assassinar os proprietários (GORENDER, 2004, p. 297).

Desorganizado, devido à ausência de liderança, o movimento dos escravizados somente alcançará organização para fazer frente a seus opositores três anos após seu

início, quando L'Ouverture assume o comando dos revolucionários com seus conhecimentos sobre manobras militares. Enfrentando um exército que em números totais ao longo dos anos 1801 e 1803 chegou a 34 mil soldados franceses, e a perda de seu primeiro líder, Toussaint L'Ouverture, os jacobinos negros, liderados por Dessalines, se tornaram a única colônia francesa na qual Bonaparte não reinstituíra o sistema escravocrata. Em 29 de novembro de 1803, os revolucionários negros divulgaram a declaração preliminar de Independência e em 31 de dezembro foi declarada a Independência definitiva do novo país.

O pânico das classes médias crioulas de toda a América se intensificava diante de diversos acontecimentos: as recorrentes insurreições, as novas imposições das colônias que passavam pela re-hierarquização e centralização da administração colonial, as altas taxas de impostos e o monopólio comercial, a imigração massiva de pessoas vindas dos países colonizadores para assumirem cargos nas administrações públicas coloniais eram alguns dos fatores que ameaçavam a posição social da elite colonial. Além de todas as novas imposições da colônia, destaca-se ainda a massificação dos ideais iluministas que, se implantados, poderiam significar a libertação dos escravizados, e, por consequência, a perda da principal base de seu sistema econômico. Foi por essa conjunção de fatores que a elite crioula, que tinha pouquíssima "espessura social" (ANDERSON, 2013, p. 87), iniciou na América os processos de independência nacionais.

Como se pode notar, a formação das comunidades imaginadas e posteriormente dos Estados Nacionais Modernos se configura como um dispositivo formado por um complexo sistema de discursos e de relações que foram se aperfeiçoando ao longo da história e que, sobretudo desde o desenvolvimento do sistema capitalista, começaram a ser organizados em função da superação, no caso europeu, ou da manutenção, no caso americano, do poder que grupos locais adquiriram ao longo do tempo em diferentes territórios.

O caso da independência dos Estados latinos, que são de interesse particular nesta dissertação devido à proximidade de contexto com o Brasil, mostra que o sentimento nacional latino-americano é de criação de uma elite burguesa nacional e está profundamente atravessado tanto por uma lógica de distinção social, quanto por lógicas

econômicas e, também, por um acentuado caráter racista. Nesses aspectos, o caso brasileiro não é diferente dos demais territórios latino-americanos nesse período. No entanto, a primeira particularidade evidente de nosso país é que, diferente dos outros Estados latinos cujos processos de independência resultaram em regimes republicanos, por aqui, apesar da independência, seguimos sob um regime monárquico e mantivemos também um modelo de desenvolvimento econômico de base escravista. Para refletir sobre o processo de formação do Brasil enquanto Estado independente, recorro aos estudos historiográficos de Sonia Regina de Mendonça (2010), que se aprofunda em uma série de questões históricas acerca desse momento. Seu esforço é direcionado para demonstrar a complexidade do processo de independência brasileiro e, nesse sentido, desconstruir uma série de ideias que fazem parte do senso comum a respeito desse evento histórico.

A primeira quebra na narrativa simplista sobre a independência brasileira é a concepção bastante massificada e reproduzida – até mesmo nos discursos de governo oficiais e nos livros didáticos – de que o episódio do Grito do Ipiranga proferido por D. Pedro I seria o marco definitivo da emancipação do país. Diante de todos as revoltas e levantes apresentados e debatidos por Mendonça (2010) nesse mesmo contexto histórico, dar destaque proeminente ao episódio do Ipiranga constitui-se dialogicamente em um elemento muito significativo e característico da identidade brasileira: a ideia de que o povo brasileiro é pacífico. A ideia de que um imperador chega à beira de um rio e proclama a independência de um país sem quaisquer movimentos de contestação e que imediatamente todos que ali habitam passam a fazer parte de um novo país emancipado que não enfrenta nenhuma resistência interna ou externa é demasiadamente simplória, mas constrói a ideia de que aqui não é preciso lutar para alcançar a vitória. Longe de ser um evento isolado, vemos que isso se repete no famoso episódio da assinatura da Lei Áurea por parte da princesa Isabel, quando a bondosa princesa, tomada de um ímpeto humanitário, assina a lei que liberta os escravizados das crueldades do sistema escravocrata.

Retomando o processo da independência, Mendonça (2010) destaca os esforços historiográficos brasileiros, que se avolumam significativamente no primeiro centenário da independência em 1922, para criar uma associação entre o Império e um Estado

Liberal e ordeiro. Contrapondo-se a essa narrativa oficial, a historiadora ressalta que a independência do Brasil se deu, tal como nos demais países do mundo, em um momento altamente conturbado e de muita divergência política. Longe de ser resolvido no Grito, a autora considera que a emancipação do Brasil em relação à metrópole portuguesa começa já em 1808 como a fuga de D. João VI ao Brasil e a consequente abertura dos portos brasileiros e só se consolida em 1831, nove anos após D.Pedro II levantar sua espada às margens do rio Ipiranga. O apanhado histórico descrito por Mendonça (2010) apresenta uma complexa teia de disputas nas quais a independência do Brasil em muito se assemelha com os processos de seus vizinhos latinos. Tal como no Peru ou no Haiti, o caso brasileiro envolve a unidade em torno da emancipação em relação à metrópole, mas não em relação aos diversos projetos de soberania possíveis. Se a liberdade era consenso, a igualdade era altamente discutível.

Longe de ser um projeto de transição ordeiro e pacífico, a manutenção da monarquia no Brasil emancipado resultou de um processo altamente sangrento em que interesses antagônicos constantemente se chocavam. Além do evidente temor, por parte do Portugal, de perder sua mais rentável colônia, as muitas disputas do período ficam explícitas durante a assembleia constituinte convocada por D. Pedro em 1822: a defesa da constituição de uma república brasileira por parte dos prósperos comerciantes do sudeste que temiam a volta do exclusivo colonial, as províncias do norte que passaram a aderir ao sistema das Cortes como forma de se liberar da ameaça que o Rio de Janeiro constituía a medida em que se desenvolvia e se tornava a principal província do país. Mesmo depois da instauração da Monarquia brasileira, seu processo de consolidação não foi pacato: diante da excessiva desigualdade entre a hegemonia do sudeste e o restante do país, eclodiam por todo o território insurreições separatistas organizadas por grupos dominantes locais que se opunham aos “branquinhos do reino” (MATTOS, 2005) e à centralidade do projeto de centralismo imperial com foco na capital. É o caso da Sabinada na Bahia e da Farroupilha no Rio Grande do Sul. A capital, por sua vez, defendia o projeto de concentração da administração imperial sob o argumento de que a ruptura com a metrópole não poderia enfraquecer a forma já instituída de poder centralizado herdado do sistema imperial.

Dentre as razões que levam à consolidação do projeto monárquico centralizador frente às demais possibilidades que se constituíram no Brasil oitocentista, dois fatores foram fundamentais: o discurso nacionalista e o sistema escravista. Alinhados com o projeto de modernidade que se espalhava pelo resto do ocidente, a constituição de um poder soberano, como repetidas vezes tentava impor o poder central, não era suficiente para que as mais diferentes províncias – com interesses tão diversos quanto são suas diferentes constituições culturais e geográficas – se reconhecessem enquanto uma unidade e se submetessem a um poder central. Para que cessassem os questionamentos e os enfrentamentos ao Império/ Nação unificado, os dirigentes do Estado empenharam grandes esforços para construir um projeto "civilizatório" nacional que ultrapassasse os limites meramente impositivos da relação entre a capital e o restante do país. Era preciso um tipo de poder mais sofisticado que desse conta dessa integração e, nesse cenário, o discurso nacionalista desponta como um dispositivo importante. Nesse momento é que vão surgir os primeiros esforços de construção de um consenso sobre a nação "por intermédio da vulgarização de valores, signos e símbolos imperiais, da elaboração de uma língua e de uma literatura e história nacionais" (MENDONÇA, 2010, p. 8).

No entanto, como já destacado anteriormente, além dos repertórios simbólico-culturais e da construção dos saberes-poderes acerca da nação brasileira que se formava, outro fator foi também fundamental para que essa unidade fosse possível: o consenso em torno do sistema escravocrata foi de extrema importância para esse momento. Como já destacado, o movimento de independência foi capitaneado pela elite numa tentativa de manter seu poderio econômico e liberar-se das imposições metropolitanas. Assim, dificilmente houve esforços de inclusão da grande massa trabalhadora e empobrecida no novo Estado que se formava. Mendonça (2010) destaca que durante a luta pela independência, mesmo os chamados "democratas", considerados mais revolucionários e radicais por defenderem a inclusão do "povo" na política nacional, construíram uma noção bastante restrita sobre essa inclusão: "por povo [...] definiam a representação da "boa sociedade", isto, é, dos que eram livres e proprietários de terras e escravos, que se viam como brancos e longe estavam da plebe" (MENDONÇA, 2010 apud MATTOS 1987, p. 5). No entanto, do mais reformista ao mais radical ator político da emancipação brasileira, ainda Mendonça (2010) aponta como quase não houve qualquer manifestação

contra a “instituição servil” nem mesmo em favor do fim das práticas de tráfico de africanos que sustentavam essa cruel instituição. Isso se dá, principalmente, porque os escravizados representavam “o principal sustentáculo da economia nacional” (p. 8). Mas a despeito do projeto moderno e liberal que se tentava instaurar no país àquele momento, a existência da escravidão enquanto instituição sequer era considerada um impedimento ou um paradoxo, uma vez que os escravizados sequer eram considerados humanos: do ponto de vista jurídico, eram considerados “bens semoventes” e, portanto, mercadorias. Como mercadorias, faziam parte da propriedade individual que, em conjunção com a liberdade – do mercado – deveria ser respeitada e, portanto, mantinha-se intacta.

Os apontamentos de Mendonça (2010) sobre o Brasil pós-independência discorrem sobre uma sociedade na qual uma rígida hierarquização divide a sociedade entre a “boa sociedade” da qual faziam parte os livres, brancos e proprietários de escravos, a “plebe” ou os livres que não eram proprietários de escravos nem auto-reapresentados como brancos e os escravos. Nessa sociedade, apesar das grandes desigualdades, o poder central se instaura, os discursos nacionalistas ganham força e as relações desiguais seguem acontecendo de forma relativamente pacata. A fiadora dessa estabilidade porém, como apontam Julio César Vellozo e Silvio de Almeida (2019), é, mais uma vez, a escravidão. Em sua pesquisa, os juristas apontam como o período oitocentista foi marcado por um consenso grande em relação à “instituição servil” proporcionada pela democratização da posse de escravos até mesmo pelas camadas menos abastadas da plebe. Dessa maneira, o poder era, de certa forma, democratizado entre aqueles que aqui viviam, excetuando-se por óbvio, os escravos. Essa conclusão se dá com base no fato de que no Estado Moderno doséculo XIX a propriedade privada era um dos principais elementos garantidores do acesso e da participação política de seus possuidores.

No caso do Brasil, Vellozo e Almeida (2019) mostram como os escravos eram a posse mais valiosa e democratizada entre as diversas camadas da população e como deter a propriedade de um cativo garantia, política e juridicamente, uma série de benefícios e vantagens aos seus possuidores:

> Ter uma escravo era **possuir crédito**, já que as hipotecas de escravos eram o instrumento decisivo para tanto (Cf. MARCONDES, 2002); **demonstrar capacidade de empreender**, já que uma série de concessões governamentais estavam ligados a quantidade de escravos possuídas por aquele que as pleiteavam, a exemplo da concessão de terras para a mineração; **deter um fator de produção**, importante tanto para o trabalhador pobre que enfrenta as dificuldades de uma agricultura precária quanto para o grande produtor da **plantation; símbolo de status**, como o demonstra o costume de passear sendo pajeado por escravos pelos centros urbanos; **garantia de liberdade**, na medida em que, para um liberto, diante do perigo permanente da reescravização, a maior garantia de manutenção de uma liberdade sempre ameaçada e precária era possuir um escravo (Cf. CHALHOUB, 2012); possibilidade de participar da vida política, na medida em que, ter escravos era, na prática, garantir a renda, baixa, conforme veremos, que possibilitava votar. (VELLOZO; ALMEIDA, 2019. Grifo dos autores).

Como é possível perceber nesse trecho, a escravidão no Brasil era muito mais do que um sistema econômico, era também parte integrante do cotidiano e da socialização dos brasileiros, um dos motivos que ajudam a compreender porque o país foi o último a abolir o sistema em seu território. Outro fator relevante para esta dissertação, tanto pelo aspecto das relações raciais quanto pela formação nacional brasileira, tem consenso nas pesquisas de Mendonça (2010) e Vellozo e Almeida (2019): a constituição do negro africano como estrangeiro e, portanto, não-cidadão. Os juristas atestam que as libertações dos escravos no Brasil aconteciam em quantidade muito superior a outros países. Essa prática era utilizada como forma de pacificar os conflitos que surgiam nas senzalas e, sendo o Brasil o país com o maior volume de tráfico escravizados da história, essas libertações não traziam muitos prejuízos aos grandes proprietários. Ainda assim, seus estudos apontam como essas libertações eram somente concedidas aos negros e negras que fossem nascidos no Brasil, nunca aos africanos. Já Mendonça (2010) mostra como à "nação africana", saqueada e sequestrada para este país, jamais era concedida a possibilidade de se tornarem cidadãos brasileiros, pois essa opção era constitucionalmente ilegal.

Nesse sentido, a formação do Brasil enquanto império/nação passa, em diversos aspectos, pela manutenção e democratização do sistema escravocrata. Não acho que seja desprezível pensar que a abolição da escravatura, em 1888, é logo seguida pela constituição da república brasileira em 1889. Com isso quero ressaltar não só a relação entre o Império brasileiro e a escravidão, mas também entre a escravidão e a formação da nossa identidade nacional. Na próxima seção, me deterei mais detalhadamente nas

questões da formação da brasilidade e sua constituição como dispositivo de operação de poder.

2.3 Brasilidade como dispositivo

> "Todo dispositivo implica, com efeito, um processo de subjetivação, sem o qual o dispositivo não pode funcionar como dispositivo de governo, mas se reduz a um mero exercício de violência [...] os dispositivos visam através de uma série de práticas e de discursos, de saberes e de exercícios, a criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a sua "liberdade" enquanto sujeitos no processo mesmo do seu assujeitamento. O dispositivo é, na realidade, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações, e só enquanto tal é uma máquina de governo."

Esse trecho de Giorgio Agamben (2005) é como uma ponte que conecta esta seção e as que a precedem: nas seções anteriores busquei apresentar o conceito de dispositivo e demonstrar, através dos processos de formação dos Estados Nacionais, como o discurso nacionalista se configura como um dispositivo de governo tal como o filósofo italiano descreve no fragmento acima. Entendendo que todas as "práticas, saberes e exercícios" que constituem um dispositivo só podem se dar dentro de um contexto específico, nesta seção, me debruçarei especificamente sobre essa formação discursiva no Brasil. Faço esse esforço entendendo que, apesar das similaridades, cada um dos dispositivos nacionalistas opera obedecendo a lógicas particulares de seus diferentes contextos sociais e históricos.

Refletindo sobre a passagem de Agamben, ainda atrelado ao sentido foucaultiano acerca do dispositivo e sua operação, nesta seção busco desenvolver uma ideia central para as análises que se seguirão no próximo capítulo: a de que a "brasilidade" — como é comumente denominado o conjunto de discursos que constroem a identidade brasileira, ou seja, características comuns a todas as pessoas assignadas como brasileiras pelo simples fato de terem nascido dentro dos limites geográficos convencionalmente chamado de Brasil — é um dispositivo que opera no sentido de criar uma normalidade a respeito do comportamento dos sujeitos e cuja base de construção se dá em cima de lógicas racistas, ou seja, lógicas que são construídas e

organizadas de forma que beneficiem sujeitos socialmente classificados como brancos. Desenvolverei, portanto, a ideia que chamo “brasilidade” como um dispositivo, a fim de tentar estabelecer uma analítica do poder acerca dessa construção discursiva, bem como tentar identificar os efeitos que esses discursos nacionalistas produzidos no Brasil têm na subjetividade daqueles que são designados como brasileiros.

Antes, porém, de individualizar a brasilidade, apresento o capítulo *As culturas nacionais como comunidades imaginadas*, de Stuart Hall (2005). Em suas reflexões sobre a cultura nacional, Hall aponta que, tal como quaisquer outros elementos que compõem a identidade, a nacionalidade também é um discurso. A principal contribuição que extraio do pensamento de Hall está na sistematização que o autor consegue fazer de uma série de *estratégias representacionais* (p. 51) ou de estratégias discursivas, comuns aos mais diversos discursos nacionalistas e que serão preenchidos com um conjunto de significados em cada uma das culturais nacionais.

O primeiro elemento destacado por Hall (2005) dentro do discurso nacionalista é a *narrativa da nação* (p. 52). Nessa estratégia discursiva, o autor inclui “uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação” (p. 52). Como efeito de subjetividade é essa construção que se aproxima do que Anderson (2013) denomina “grandes narrativas”, como já citado na seção anterior. Ela é que busca dar sentido à existência das pessoas que vivem sob um mesmo “destino nacional”: é responsável por criar uma sensação de conexão entre os cidadãos daquela nação, sejam os que coabitam num mesmo momento histórico como também os que já morreram antes deles e os que virão após sua morte. Na sequência, Hall aponta que a identidade nacional tende a enfatizar as *origens*, a *tradição* e a *intemporalidade* (p. 53). Essas construções discursivas conferem a sensação de essencialismo ao discurso nacionalista: apresentar certas características como inatas e/ou imutáveis e permanentes ao longo da história é a base sobre a qual se constrói a ideia de que as características de uma determinada nacionalidade estão impressas nos genes dos cidadãos da comunidade imaginada que se forma em um determinado território.

A *invenção da tradição* é a terceira estratégia discursiva apontada por Hall (2005). Seu principal efeito discursivo é provocar a assimilação de determinados valores e normas pela população através da repetição de práticas ritualísticas ou simbólicas. O autor destaca como em grande parte das vezes essa tradição é muito mais recente do que ela pretende parecer ou mesmo fruto de uma invenção sem relação com algum fato que realmente tenha ocorrido. A quarta estratégia é a do *mito fundacional*, descrita como "uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo, não do tempo "real", mas de um tempo "mítico". Hall (2005) destaca a relevância desses mitos para povos historicamente subalternizados , uma vez que eles podem ser utilizados como base para a construção de narrativas alternativas que auxiliem, por exemplo, nos processos de descolonização e de formação de novas nações. A última estratégia discursiva apresentada por Hall (2005) é a ideia de um *povo ou folk puro, original* (p. 55).

Essa última estratégia discursiva, pouco desenvolvida nesse texto do sociólogo jamaicano, dialoga explicitamente com os conceitos de raça e racismo que já foram abordados até aqui (FOUCAULT, 2008; MUNANGA, 2003; MBEMBE, 2018a; ALMEIDA, 2019) e, para tratar da formação da brasilidade, é um dos conceitos centrais. Sua centralidade se dá na medida em que o mito fundacional brasileiro é fruto de um longo processo e que sua narrativa não trata de apenas um povo originário, mas de três deles.

Como tudo que pertence à nossa formação nacional, o sistema escravocrata e seus efeitos são elementos centrais na construção de nossa identidade nacional. Célia Azevedo(1987) evidencia que esse processo de construção do Mito das Três Raças se inicia quando o bem-sucedido sistema econômico escravista do Brasil começou a ser questionado e ameaçado logo no início do século XIX. Esse questionamento não se restringe ao artigo 10º do Tratado de Aliança e Amizade entre Brasil e Inglaterra de 1810, no qual o monarca D. João VI se comprometia a extinguir gradativamente a escravidão no Brasil. Nesse mesmo ano, a preocupação da ausência de uma "população homogênea e integrada num todo social" (AZEVEDO, 1987, p. 37) já era uma preocupação apresentada a D. João VI por Antônio Vellozo de Oliveira. O deputado, estadista e jurista brasileiro, inspirado pelos ideais liberais e meritocratas, diagnosticou

que o isolamento social dos diversos povos que existiam por aqui tornava-nos um povo antissocial, que não conhecia os prazeres da vida e tinha horror ao trabalho. Sua principal preocupação era que essas condições não eram favoráveis à implantação das práticas industriais e de "todas as virtudes sociais" que viriam com ela para o Brasil. Para que esse projeto de industrialização brasileira ganhe força, Vellozo sugere que D. João VI instrua a população e lhe mostre que é possível alcançar um lucro fácil, o que, por sua vez, infundiria na população o amor ao trabalho. Como se pode notar, o ideal moral burguês que separa as pessoas em "úteis ou inúteis" de acordo com sua capacidade produtiva esteve presente desde o princípio da formação nacional brasileira. Seguindo esse parâmetro moral aliado à escravidão que começava a se tornar muito custosa para seus mantenedores, emergem e ganham força os discursos sobre a inutilidade do negro. Esse tipo de discurso pode ser exemplificado a partir das palavras do próprio Vellozo de Oliveira, para quem os "negros braços dos selvagens africanos" custavam "importantes somas" aos proprietários, mas em contrapartida viviam somente "um curto espaço de tempo de oito a dez anos" e ainda "*resistiam ao máximo ao trabalho*" (AZEVEDO, 1987, p. 38, grifo meu).

De modo geral, o debate sobre a emancipação dos escravizados estava mais relacionada a questões econômicas e políticas do que morais: outro autor que questionava o sistema escravista, João Severiano Maciel da Costa, alegava que o escravismo multiplicava indefinidamente "a quantidade de uma população heterogênea, inimiga da classe livre" (AZEVEDO, 1987, p. 40). Mas o discurso moral era frequentemente acionado contra os escravizados e nos aponta que a maior parte dos discursos anti-escravagistas pouco ou nada tinham de altruístas: o próprio Maciel da Costa alegava que os escravizados possuíam uma "natureza bárbara, africana" de gente que "vive sem moral, sem leis, em contínua guerra" (AZEVEDO, 1987, p. 40). De modo geral, mesmo entre os progressistas, a inferioridade do africano parece um consenso: José Bonifácio, por exemplo, que atacava a visão cristã de que a escravidão era uma espécie de salvação para os povos sofridos da África e defendia a transformação dos escravizados em colonos livres, considerava que os africanos tinham "baixo nível mental" (AZEVEDO, 1987, p. 41) devido às condições de seu continente de origem.

Abolir a escravidão no Brasil não era, no entanto, uma tarefa fácil para as elites que governavam o país. Como já vimos em Vellozo e Almeida (2019), o pacto forjado em torno da escravidão era muito forte e desenvolveu "práticas 'civis, comerciais e penais da nação' num patamar de legitimidade que fundamentou os argumentos conservadores tal como foram explicitados [até mesmo] depois da Abolição" (CARA, 2006, p. 56). E tal como no processo da independência, era preciso que o país avançasse em direção ao progresso de forma "ordeira e pacífica". E a "desordem" que provoca temores na elite brasileira estabelece uma relação dialógica com a independência promovida pelos negros em São Domingos. A Revolução Haitiana, inspirada nos ideais daquela promovida na metrópole Francesa em 1789, teve consequências fatais para os senhores de escravos naquele país. Um tipo de revolta nesses moldes assombrava diuturnamente a elite escravista brasileira que, a essa altura e com a grande desproporção entre escravizados e senhores de escravos – tal como na ilha de São Domingos – vivia aguardando o momento em que se consumaria uma revolta desse porte no Brasil (AZEVEDO, 1987). A insurreição de diversas revoltas ao longo das primeiras décadas do século XIX, somada à constante fuga de escravos, formação de quilombos, assaltos a fazendas e outras práticas que já aconteciam desde o século XVI como forma de resistência à escravidão imposta aos negros pelos portugueses, "confirmavam" a suspeita dos grandes proprietários de que os negros aqui, tal qual em São Domingos e outros países, planejavam, numa espécie de conspiração racial, subverter a ordem estabelecida e subjugar seus senhores brancos.

Azevedo (1987) conta-nos ainda que, diante dos muitos impasses e da preocupação crescente acerca do número desproporcional de escravizados que poderiam eclodir uma revolução, a solução para sanar esse clima parecia ser a busca por uma identidade nacional unificada com urgência para conter o "inimigo doméstico" que se avolumava no país. Nessa construção do mito nacional, que passava notadamente por construir a tal "saída ordeira" da escravidão, alguns impasses precisavam ser resolvidos. Um deles está relacionado à formação na Europa de uma "ciência geral do homem". Apesar de sua formulação ser verificável desde meados do século XVIII, somente na segunda metade do século XIX chega com força ao Brasil. A base dessas novas teorias é a crítica ao conceito de *bom selvagem* teorizado por Rousseau, segundo o qual o processo civilizatório era responsável pela decadência da condição humana

(SCHWARCZ, 1993). Reforçados pela consolidação das ideias iluministas de priorização da razão e das ciências e rompendo com as ideias de "progresso às avessas" (SCHWARCZ, 1993, n/p) de Rousseau, cientistas como o naturalista francês Georges-Louis Leclerc – o Conde de Buffon – e o geógrafo e filósofo Cornelis de Pauw são alguns dos autores que dão as bases científicas para os discursos que justificaram uma suposta decadência do Novo Mundo. Baseado num modelo de moralidade superior do homem branco europeu e marcado pela forte oposição entre homem e natureza, os autores críticos de Rousseau constantemente associavam as Américas à carência, à debilidade, à decadência e à imaturidade. Essa "decadência irresistível [...][e] corrupção fatal" (GERBI, 1982, p. IX apud SCHWARCZ, 1993, n/p) seriam decorrentes do caráter edênico e da natureza abundante que condena todos os seus habitantes à degradação moral.

Esse discurso que isentava moralmente a Europa de toda exploração, devastação e saques cometidos no território americano ao longo de três séculos foi se aperfeiçoando, aproximando-se de aspectos biologizantes da raça e, nesse momento, a mestiçagem ganhou um papel central no debate. E, nos termos como a ciência darwinista e positivista da época forjou o debate racial, o Brasil estava fadado ao fracasso. Para os estudiosos europeus como o suíço Louis Agassiz, o francês Arthur de Gobineau ou o britânico Thomas Buckle, devido ao processo de mestiçagem, o país não tinha mais como salvar-se da degradação moral em que estava imerso. Os "homens de *sciencia*[25]" (SCHWARCZ, 1993, n/p) – que começavam a se formar na segunda metade do século XIX no Brasil e que se auto representavam como fundamentais na concepção de um projeto nacional e do futuro do país – não podiam aceitar essas concepções que rebaixavam o país a uma sociedade de última classe. Nesse sentido, os institutos de pesquisa brasileiros, bem como seus representantes cientistas partem em busca de um discurso que pudesse impulsionar um projeto científico desenvolvimentista brasileiro cujas inspirações advinham da ciência positivista europeia, mas que não podiam corroborar com a tese de que a mestiçagem, tão desenvolvida ao longo de nossa história, impediria o progresso do país.

[25] Opto por essa forma de escrita da palavra "ciência", tal como a autora, para referir-me à grafia original da palavra no Brasil do século XIX.

Para contrapor-se às proposições europeias, os cientistas brasileiros iniciaram o processo que levou à formação dos discursos raciais brasileiros à época. Suas construções provinham de uma série de traduções de textos escolhidos a dedo para que pudessem corroborar com a defesa da mestiçagem. Schwarcz (1993) destaca como essas teorias pareciam muitas vezes escolhidas ao acaso, uma vez que não tinham coerência entre si e algumas vezes até se contradiziam ou eram tiradas de seu contexto original. No entanto, como se pode observar pelo uso do discurso científico à época, essas incoerências não eram impedimentos à sua reprodução, pois

> o que interessava não era recordar o debate original, restituir a lógica primeira dessas teorias, ou o contexto de sua produção, mas, antes, adaptar o que "combinava" – da justificação de uma espécie de hierarquia natural à comprovação da inferioridade de largos setores da população – e descartar o que de alguma maneira soava estranho, principalmente quando essas mesmas teorias tomavam como tema os "infortúnios da miscigenação". (SCHWARCZ, 1993, n/p)

O que me parece haver de comum entre as teorias, tanto na Europa quanto no Brasil, era a constante tentativa dar um verniz científico às altas desigualdades e mazelas sociais que eram uma contradição ao projeto iluminista de "liberdade, igualdade e fraternidade". Assim sendo, as produções científicas racialistas, que surgem no final do século XIX, asseguravam que as hierarquias sociais eram da ordem natural das coisas e atendiam a uma lógica darwinista. Como teoria científica produzida à época, lhe era concedido um status de verdade absoluta. No entanto, se o projeto europeu demonstra com seus discursos uma suposta isenção dos males infligidos às suas colônias, no Brasil o projeto é o de "modernizar" a nação. E o projeto de modernização construído pela elite brasileira passava não só pela industrialização do território, mas também pelo branqueamento de sua população. Se as pressões pelo fim da escravidão que, entre outras razões, tinha relação com a industrialização e o "progresso" do país eram cada vez mais constantes, não havia dúvidas de que esse projeto de emancipação deveria ser realizado de forma lenta, gradual e "sob o controle estrito do Estado" (AZEVEDO, 1987, p. 76).

Mas se, até então, havia somente um grande medo acerca da Onda Negra que poderia decorrer da abolição[26], os defensores do imigrantismo, ainda que não se

[26] Essa passagem refere-se à uma série de artigos de autoria de Pereira Barreto para o jornal *A província* intitulada "Os abolicionistas e a situação do país". Nela, o autor "alertava os abolicionistas,

prendessem muito ao debate emancipatório, propuseram, novamente, uma solução "pacífica" para esse impasse. Diante de sua estratégia de importar centenas de milhares de brancos europeus, o que certamente equilibraria numericamente a quantidade de negros e brancos, por que não construir o discurso sobre as relações raciais por um outro viés menos agressivo? Essa estratégia conciliaria dois impasses que se impunham até então: o que os imigrantistas supunham era que a imagem de "paraíso racial brasileiro" (AZEVEDO, 1987, p. 76) – que viabilizaria o branqueamento de toda a população através da miscigenação que ocorreria sem restrições de cor, classe ou costumes – era atrativa para o imigrantes europeus, que se atrairiam pela possibilidade de ascender socialmente em um país sem preconceitos. Enquanto isso, esse mesmo discurso de paraíso racial e de convívio pacífico dava as bases para que a escravidão, enquanto sistema econômico, jurídico e cultural se estendesse por mais tempo no país sob a justificativa de que, no Brasil, as relações raciais eram isentas de quaisquer preconceitos e que, por isso mesmo, muito mais branda do que em todos os outros lugares onde o sistema escravocrata existiu.

Um dos grandes articuladores desse projeto no Brasil foi o médico francês Louis Couty. Em seus discursos, o médico tentava conciliar os interesses de três grupos distintos: os senhores de escravos, que precisavam ser convencidos da "irracionalidade" do sistema escravocrata para que os braços assalariados pudessem aproximar o Brasil das sociedades modernas; o governo, que precisava ser convencido sobre a importância de incentivar as imigrações europeias, que seriam formadas justamente aqueles que substituiriam os numerosos braços dos escravizados que começavam a se tornar um problema para as elites; e os abolicionistas, que precisavam ser convencidos de que o processo da abolição deveria ocorrer de maneira paulatina e não imediata como algumas pessoas e grupos defendiam, de modo que houvesse tempo suficiente para que se encontrasse uma solução para a onda negra.

Em um dos seus escritos que compõem os discursos sobre Brasil como paraíso racial, Couty afirma:

---

imprevidentes, exaltados e movidos mais pela compaixão do que pela razão, para o perigo representado por esta 'onda negra' que despejava na sociedade 'uma horda de homens semibárbaros, sem direção, sem um alvo social'". (AZEVEDO, 1987, p. 68)

> No Brasil, o liberto entra em pé de igualdade em uma sociedade onde ele é tratado imediatamente como igual [...]. No Brasil, não somente o preconceito de raça não existe e as uniões freqüentes entre cores diferentes formaram uma população mestiça numerosa e importante; sobretudo estes negros forros, estes mestiços, misturaram-se inteiramente à população branca[...]. Não é apenas à mesa, no teatro, nos salões, em todos os lugares públicos; é também no exército, na administração, nas escolas, nas assembléias legislativas, que encontram-se todas as cores misturadas em pé de igualdade e de familiaridade a mais completa[...]. O escravo propriamente não é em lugar algum considerado uma besta, como um ser inferior que se utiliza: é o trabalhador preso ao solo em condições sempre mais doces que aquelas de muitos de nossos assalariados da Europa (GUILLAUMIN ET CIE, 1881, p. 8-10 apud AZEVEDO, 1987, p. 78).

Diante desse paraíso de integração e acolhimento entre todos, qual seria então a explicação para que o Brasil continuasse sendo um país ainda tão desigual quando observado por uma perspectiva racial? O médico francês rejeitava as denúncias do movimento abolicionista sobre jornadas excessivas de trabalho e maus tratos aos escravizados. Opondo-se completamente a essa perspectiva do movimento negro, Couty afirmava inclusive que os escravizados trabalhavam pouco, que castigos corporais eram muito raros, que os negros escravizados em quase todos os lugares tinham direito a um pedaço do terreno em que poderiam cultivar produtos para si e vendê-los livremente. Diante disso, a desigualdade social na qual viviam os negros eram tão somente culpa dos próprios negros, já que as igualdades de condições estavam colocadas. Apesar de toda benevolência e acolhimento dos senhores de escravos, os negros eram preguiçosos, tinham tendências ao alcoolismo, à violência e à marginalidade. Mesmo os escravizados domésticos não compravam suas alforrias porque, apesar das facilidades oferecidas pelos seus senhores, que lhes davam muitas gorjetas, e do dinheiro que furtavam nas Casas Grandes porque eram preguiçosos, não tinham disciplina para guardar dinheiro e gastavam tudo com bebidas. Com seu paladar e comportamento infantil, negros gostavam muito dos paladares doces, especialmente de rapadura, tabaco e cachaça. Especialmente por esta última e, para obtê-la, trabalhavam até aos domingos ou cometiam delitos. Tão violento era o negro que não perdoava sequer seus membros familiares: dizia Couty que o negro já casado, ao encontrar uma mulher que amasse mais, matava sua parceira anterior, de modo que não há uma mulher negra que não ficasse satisfeita em ser escolhida pelo seu senhor como parceira sexual (AZEVEDO, 1987, p. 79-80).

Mas todos esses comportamentos dos escravizados, para Couty e outros que compunham o mesmo tipo de pensamento, tinham uma explicação não social, mas natural. Todas essas atitudes eram fruto de uma condição biológica incontornável, como ressaltaria Pereira Barreto. Os discursos científicos produzidos à época reforçavam essas afirmações com estudos que "comprovavam" o cérebro atrofiado dos africanos, o que lhes impedia de progredir social e moralmente, assim como também explicaria a posição social subalterna que lhes fora atribuída nas sociedades em que foram escravizados. Dialogicamente, esse discurso científico em muito se assemelha ao discurso de divisão social entre francos e gauleses no século XVII, já citado nesta dissertação.

A solução brasileira para acabar com a degeneração social e moral de nossa sociedade – gerada pela exposição dos brancos aos costumes, à cultura e ao caráter do negro – era a imigração massiva de trabalhadores europeus (AZEVEDO, 1987, p. 69) e também a mestiçagem, processo que, para Sylvio Romero, era estritamente necessário para que pudéssemos enfim construir o nosso "porvir ao branco" (AZEVEDO, 1987), a vitória que nos salvaria do declínio no qual estávamos imersos. E Romero, adepto fiel das teorias darwinistas, defendia que essa vitória no Brasil só poderia vir através de um "cruzamento das raças" e posterior processo de seleção natural, uma vez que

> atentas as agruras do clima, [o branco] tem necessidade de aproveitar-se do que útil as outras duas raças lhe podem fornecer, máxime a preta, com que tem mais cruzado. Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente. Dois fatos contribuirão largamente para tal resultado: — de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro a emigração européia! (ROMERO, 1880, p. 53 apud AZEVEDO, 1987, p. 71)

Couty também destacava a figura do "mulato" que, em comparação com o negro africano, possuía "uma conformação cerebral e capacidade intelectual superiores" (AZEVEDO, 1987, p. 80), obviamente, graças à contribuição da raça branca. Couty, no entanto, recorre às teorias darwinistas, como Romero, mas também ao spencerismo para afirmar que "eles [os mulatos] permanecem inábeis para as funções mais importantes,

para as funções de produção que exigem um trabalho seguido e regular" (GUILLAUMIN ET CIE, 1881, p. 88-90 apud AZEVEDO, 1987, p. 80).

Como se pode perceber, a formação dos Estados Modernos, de base iluminista, precisavam dar conta de suas contradições. Dessa forma, similar ao discurso europeu-colonizador que, em direção à uma nação de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, passou a produzir discursos em que esquivava-se dos anos de exploração colonial e responsabilizava a mestiçagem pela decadência das colônias americanas, a formação discursiva nacionalista no Brasil moderno atribuía aos negros e escravizados a culpa por todas as mazelas que se passavam em solo brasileiro. Para que esse discurso ganhasse força, houve um grande esforço de conciliação entre diversos interesses nacionais que, como já destacado anteriormente, buscavam sempre uma "solução pacífica" a fim de manter intactas as hierarquias sociais. Nesse sentido, o discurso de um Brasil sem preconceitos, fundado no Mito das Três Raças, foi meticulosamente articulado para que o branco se constituísse enquanto protagonista e meta da nação. E o mulato/mestiço não era senão uma espécie de "caminho do meio" para alcançar uma nação plenamente branqueada.

O debate sobre a brasilidade não se encerra aqui – pois exige muito mais aprofundamento do que uma dissertação é capaz de produzir – e envolve análises mais minuciosas sobre diversos discursos desenvolvidos ao longo do tempo em diferentes processos históricos, políticos e culturais. Tampouco é um dispositivo que se resume ao Mito das Três Raças ou à narrativa de nação pacífica como contada pela história adotada nos discursos oficiais, apesar de estes dois discursos serem uma base importante até os dias de hoje. Porém, retomando a epígrafe desta seção e assumindo a brasilidade como dispositivo e, portanto, como "máquina de governo", a próxima seção é dedicada a ressaltar os momentos históricos em que esse dispositivo foi mais acionado e os efeitos de subjetividades produzidos por ele.

2.4 A brasilidade em funcionamento

Quando Stuart Hall (2005) escreveu sobre as identidades nacionais como exposto nesta dissertação, no começo da década de 1990, o autor apontava que naquele momento se conformava um abalo nas identidades nacionais que sofriam com o

processo de globalização. Já os dias atuais parecem demonstrar uma espécie de reação do discurso nacionalista a esse movimento de enfraquecimento. Como vimos no primeiro capítulo, os movimentos nacionalistas estão avançando e se fortalecendo em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil.

No entanto, para falar sobre o desenvolvimento do dispositivo "brasilidade", sua operação e sua relação intrínseca com as construções de raça e racismo, embora este não seja um trabalho cuja abordagem principal se dê pelos estudos da psicologia, inicio meu argumento com a definição do Projeto Wikipédia Psicopatologia, desenvolvido pela UFRGS, sobre o termo "neurose":

> A neurose é uma das maneiras que o organismo psíquico encontra para se defender de conflitos que não foram passíveis de sofrer total recalcamento (Nasio, 1991). Com a ocorrência de um trauma, origina-se no psiquismo uma força excedente de energia que necessita ser recalcada, contudo, o processo de recalque também origina força no psiquismo no que tenta dominar essa carga, de modo que as forças entram em conflito. O que acontece no caso das neuroses, é o fato de que o recalque falha, de modo que a energia excedente originada pelo trauma, que também podemos denominar de gozo inconsciente e doloroso, vence a força do recalque, colocando o sujeito a mercê de profundo sofrimento, de modo que se desenvolve a neurose como a forma do organismo se proteger, transformando esse gozo doloroso sem que ele seja totalmente destrutivo para o sujeito. (MÜLLER, 2013, online).

Baseando-me nessa definição, defendo que a formação da nossa identidade nacional, sobretudo do mito da democracia racial, se desenvolveu como uma espécie de neurose coletiva na formação da subjetividade brasileira que decorre da não admissão do trauma da escravidão e de seu legado na história do Brasil. Em outras palavras, compreendo que, diante da mancha moral que o sistema escravista representa em nossa história, ocorreram, na formação da identidade nacional brasileira, sucessivas tentativas de apagar esse passado. Porém, apesar de suas forças, há uma forte resistência em contrário, de modo que essas tentativas se mostram insuficientes para apagar completamente o passado e o presente racistas. Diante disso, é possível localizar um conjunto de discursos que constituem a chamada "democracia racial", que aqui apresento como uma neurose, ou seja, uma forma de a brasilidadese proteger de seu trauma racial.

Enquanto discurso eminentemente racista, abordar o mito da democracia racial como neurose vai ao encontro da teoria apresentada por Mbembe (2018b) que afirma que, do ponto de vista psicológico,

> o racismo é o sintoma de uma neurose fóbica, obsessiva e, por vezes, histérica. O racista é a pessoa que se afirma pelo ódio, construindo o Outro não como seu semelhante, mas como um objeto ameaçador do qual seria necessário se proteger (p. 12).

No caso brasileiro, é possível ver a construção do mito-neurótico atravessando as diversas construções discursivas do cotidiano, assim como nossos símbolos nacionais. Como se fosse possível apagar "a nódoa da nossa pátria"[27] [Cf. Mendonça, 2014] com uma simples assinatura da Princesa Isabel – como alardeavam os jornais no dia seguinte à abolição, ou como se queimar os registros de propriedade de escravos, como mandou fazer Ruy Barbosa em 1890[28]– apagasse todas as relações sociais e econômicas construídas ao longo de mais de três séculos, o Brasil pós 13 de maio de 1888 anuncia que "Nós nem cremos que escravos outrora/ Tenha havido em tão nobre País/ Hoje o rubro lampejo da aurora/ Acha irmãos, não tiranos hostis" em seu hino da proclamação da República, em 1889, apenas um ano após a abolição da escravatura no Brasil. Estes são apenas alguns exemplos dessa tentativa neurótica de apagar o Outro de nossa história, para que enfim pudéssemos caminhar em direção a um futuro integrado e, sobretudo, branco.

Diante desse cenário de otimismo e confiança no futuro branqueado do país, que já vinha se desenvolvendo a partir da popularidade da teoria imigrantista, é possível perceber a brasilidade operando com força logo nas primeiras décadas da virada do século. O debate sobre a preponderância do racismo em nosso discurso nacionalista fica mais evidente quando nos aproximamos das reflexões sobre a supremacia branca, o branqueamento e as peculiaridades desses discursos disseminados no Brasil. Para aprofundar esse debate, trago as contribuições de Petrônio Domingues (2002) e

[27] Citação de um trecho do jornal "O País", de 14 de maio de 1888.
[28] A publicação da decisão do então Ministro da Fazenda no Diário Oficial da União pode ser acessada através do link: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1700013/pg-5-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-18-12-1890

Florestan Fernandes (2013), que abordam o branqueamento tanto na questão empírica, de estímulo a mestiçagem visando o desaparecimento do fenótipo negro, quanto em sua perspectiva ideológica, de superioridade branca e internalização dos modelos culturais brancos. Fernandes (2013) é mais enfático na questão nacionalista e, a partir de suas pesquisas, já na década de 1970, chega à conclusão que, para se integrar no Brasil, o negro ou mulato precisa passar "por um abrasileiramento que é, inapelavelmente, um processo de branqueamento" (FERNANDES, 2013, n/p). De fato, é possível ver no trabalho de ambos – embora no de Fernandes com mais ênfase – como o discurso nacionalista é recorrentemente acionado não só para que as elites pudessem negar seus comportamentos racistas, mas também, muitas vezes, para que através dessa mesma negação, os negros e mulatos que pretendiam se integrar e ascender socialmente pudessem ter algum nível de sucesso em sua empreitada.

Embora Fernandes (2013) se dedique mais ao discurso nacionalista e seu alinhamento com o ideal do branqueamento, foi nos exemplos de Domingues (2002) que consegui perceber com mais nitidez essa construção discursiva específica. Isso porque sua pesquisa se dá sobre as produções da chamada "imprensa negra", que produzia jornais e revistas dedicadas ao público negro no estado de São Paulo no começo do século XX. Como já vimos anteriormente, a imprensa tem um papel importante na formação do Estado Moderno, especialmente na construção de sua identidade e de sua pertença a um grupo específico. No caso da imprensa negra brasileira, a partir do contexto do início do século XX construído por Domingues (2002), pode-se supor que diante de uma realidade em que "três quintos da população negra da capital [...] vivia em estado de penúria, 'promiscuidade e desamparo social'" (FERNANDES, 1978 apud DOMINGUES, 2002), os interlocutores desses jornais eram os negros que pertenciam a uma classe média paulistana. Esse recorte é importante porque nesse momento, com a desigualdade social que assolava os negros, recém-libertos e sem nenhum tipo de reparação, dificilmente a grande massa ex-escravizada teria condições de produzir ou comprar jornais. Até mesmo de lê-los, posto que até o acesso à educação para eles era precário. Essa constatação é fundamental para compreender com mais profundidade a produção discursiva desses jornais e sua contribuição para a assimilação do ideal do branqueamento pela população negra, além da relação deste com a formação da brasilidade.

Embora em outros jornais de grande circulação também se reproduzissem discursos racistas, observar os textos produzidos pela classe média negra nos ajuda a perceber quais eram esses discursos e como foram apropriados e reproduzidos por esse grupo específico. No jornal *O Alfinete*, por exemplo, em sua edição de 22 de setembro de 1918, em duas matérias distintas é possível ver essas relações: em *Para nossos leitores*, o autor, que assina somente como Oliveira, discorre sobre a situação dos "homens de côr" no Brasil que eram "opprimidos de um lado pelas ideias escravocratas que de todo não desappareceram do nosso meio social e de outro pela nefasta ignorancia em que vegetam este elemento da raça brazileira, inconsciente de sua humilde situação moral" (OLIVEIRA, 1918, n/p). De modo geral, independentemente das críticas feitas à "raça branca opulenta [...] exercendo o seu poderio revoltante [que] campelle as preta a viver em eterna inferioridade" (OLIVEIRA, 1918, n/p), o final do artigo afirma que a solução para todos os problemas sociais enfrentados pelo negro é a alfabetização, para que o negro pudesse alcançar a "*victoria* final" que é contribuir com a "grandeza e a prosperidade de nossa querida *patria*" (OLIVEIRA, 1918, n/p). O artigo evidencia não só a grande desigualdade entre brancos e negros, mas também permite perceber quão importante era para a população negra sua aceitação e posterior integração na sociedade pós-abolição. Esse fenômeno se deu, nas palavras de Domingues (2002), porque

> Para legitimar sua dominação, parafraseando Karl Marx, a "raça branca" precisa que as demais raças e grupos étnicos, inclusive os negros, assimilem seus valores e passem a se comportar, pensar, sentir e agir conforme sua ideologia racial. [...] uma fração da população negra em São Paulo no início do século XX aceitou conceber-se nos moldes impostos pela ideologia racial da elite branca, uma vez que avaliavam, em larga escala, o processo de branqueamento como fenômeno natural e inevitável. (DOMINGUES, 2002, p. 573)

Ainda mais alinhado com os ideais do embranquecimento, em *Patricios!*, nessa mesma edição do jornal, Benedicto Fonseca afirma com convicção que o negro é culpado por suas mazelas e, em seus argumentos, é possível estabelecer um diálogo evidente com discursos liberais, especialmente o debate sobre meritocracia:

> Imitemo-os [os patrícios], affrontemo-nos arrojadamente as difficuldades que nos envolve e que **somos os verdadeiros culpados**; **culpados sim, porque sempre se nos apresenta pretesto**.

> Para proseguirmos os bons traços que a natureza nos offerece, não é só necessario a força de vontade, o querer, a constancia? (FONSECA, 1918, n/p, grifo meu)

Nesse último artigo, fica bastante evidente essa relação entre discurso nacionalista e o ideal do branqueamento: desde o título, o artigo parece se desenvolver com base em um duplo sentido construído a respeito da palavra-título da matéria. Nela, Fonseca convida negros e negras – a quem chama de "patrícios", aqueles que pertencem à mesma pátria – a imitarem o exemplo dos Patrícios, uma referência à elite da Roma Antiga (branca). Além de exaltar a "liberdade das idéas" que veio com a Independência do país, o final do artigo diz que "a patria já nos chama, poderemos então ser o mais infimo dos soldados? Penso que não! Jamais arrefecemos em nos instruir" (FONSECA, 1918). Novamente é possível perceber a relação entre a ascensão do povo negro através da educação com objetivo último de servir à pátria e, por meio desse ato, conseguir se integrar socialmente.

A brasilidade enquanto redenção de supostos crimes atribuídos aos negros, o maior deles terem nascido negros, pode ser encontrada nesses jornais repetidas vezes. Apesar de ser uma estratégia para contornar a variável biológica, que reforça a inferioridade do negro, para que essa afirmação seja aceita, é preciso também aceitar a premissa de que os negros são culpados e têm "pecados" a serem redimidos. Seguindo essa mesma lógica de pecado e redenção como parte do sacrifício para ser digno de participar da brasilidade, está o artigo *Echos do projecto F. Reis*, de T. Camargo, publicado no jornal *Elite* de 20 de janeiro de 1924.

A partir das relações dialógicas estabelecidas pelo autor ao longo do texto, é possível recuperar o contexto em que se publica tal artigo. Trata-se de uma espécie de nota de repúdio ao discurso, realizado no plenário da Câmara, por Fidelis Reis em defesa de seu projeto de lei nº 291/1923. O referido projeto trata da questão imigrantista no Brasil e é sugestão de Reis, após seu trabalho como relator do projeto de lei nº 209, de autoria dos deputados Cincinato Braga e Andrade Bezerra. O projeto original de Braga e Bezerra dispunha sobre a proibição da imigração de negros para o Brasil e emerge após a tentativa de uma organização norte- americana chamada *Brazilian*

American Colonization Syndicate [BACS] tentar comprar uma vasta extensão de terras no estado do Mato Grosso, onde instaurariam uma colônia de agricultores afro-americanos. Mais do que seu papel como relator do projeto, Reis decidiu apresentar um novo projeto no qual a restrição das imigrações se estendia também aos "amarelos" que, ao contrário dos negros – que tinham sua entrada totalmente proibida –, poderiam desembarcar por aqui, desde que em numa proporção que não ultrapassasse 3% do total anual de imigrantes no país.

Retomando o artigo de Camargo, sua crítica parece ser direcionada ao discurso proferido pelo deputado João de Faria no dia 20 de dezembro de 1923, no plenário da Câmara Federal, como relator do projeto de Reis. Este discurso, que não tem registro disponível nos Diários da Câmara – ao menos em sua versão digital – é citado por Thiago Ricciopo (2014) a partir do livro *O problema imigratório e seus aspectos étnicos na Câmara e fora da Câmara* (1924). Apesar de não haver transcrito o discurso de Faria como relator do projeto apresentado por Reis, Riccioppo (2014) afirma que, nas palavras de Faria era possível perceber "o seu claro posicionamento a favor do projeto de Reis e como as suas opiniões se afinavam" (p. 106). O título *Echos do projecto F. Reis* faz sentido nesse contexto. Independentemente das palavras proferidas originalmente por Faria, é possível recuperar ao menos o contexto a partir dos fragmentos apresentados no artigo de Camargo. Notadamente, ao longo do texto se percebe que a revolta de Camargo não é direcionada ao projeto de lei que proibia a imigração de pessoas pretas, uma vez que, como ele afirma, "todos nós estamos convencidos de que mais negros no Brasil seria *augmentar* o *infortunio* da raça infeliz" (CAMARGO, 1924, n/p). Toda angústia do autor do artigo é direcionada à justificativa proferida por Faria na defesa de tal projeto. Camargo afirma que, após as declarações de Faria, "por toda uma eternidade *vae* ficar patente que, o sangue negro é uma corrupção, que o elemento negro é uma desordem na formação do *caracter ethnológico* nacional" (CAMARGO, 1924, n/p).

Apesar de toda a indignação construída ao longo do texto, a solução proposta pelo articulista não poderia ser mais conciliadora e auto incriminatória: mesmo afirmando que por conta das declarações de Faria

> a posteridade amaldiçoará o negro, esse negro que fez o Brasil agrícola com seus braços, que fez o Brasil intellectual com o sangue de suas esposas as *quaes* aleitaram com tanto carinho os grandes vultos que hoje sentem *praser* em se tornarem nossos mais encarniçados inimigos (CAMARGO, 1924, n/p),

Ao que Camargo retruca,

> Pois bem. Ríamos. [...] Além da tempestade virá bonança [...] Centupliquemos os nossos esforços, eduquemos os nossos filhos, sacrifiquemos tudo para *eleval-os á* altura de perfeito cidadão e dia virá em que, proclamarão bem alto, para todo o Universo, que são brasileiros **tão dignos quanto os demais o são.** (CAMARGO, 1924, n/p)

Se a princípio há diferenças entre as disposições que incitam os autores de *Patrícios!* (FONSECA, 1918) e *Echos do projecto F. Reis* (CAMARGO, 1924) à sua escrita, é possível encontrar semelhanças que nos ajudem a compreender a brasilidade em funcionamento e sua estreita relação com o racismo, a ideologia do branqueamento e os ideais liberais. Ainda que no texto de Fonseca (1918) haja uma carga maior de culpabilização da raça – e, consequentemente, uma negação da participação do branco no processo de sequestro, assassinato e dominação do qual decorre o sistema escravocrata e o racismo – o texto de Camargo (1924) também reafirma a ideia da culpa negra. Mesmo que haja reações às posturas de ataques à raça "negra-brasileira", uma vez que outros negros "aumentariam o infortúnio da raça", o discurso de Camargo (1924) varia apenas na ideia de que a redenção dos negros brasileiros e sua participação na sociedade brasileira já teria sido assegurada, de forma meritocrática, pelos sacrifícios realizados pelos escravizados africanos e seus descendentes em nome da "construção da nação". Em ambos os casos, ainda retomando os ideais meritocráticos, a solução é sempre esforçar-se mais: estudar mais, trabalhar mais, aproximar-se mais do ideal branco para quem sabe um dia ser "tão digno" quanto os "demais cidadãos" [brancos].

Um dos elementos mais comuns em ambos os textos é o desejo de brancura do negro, que é resultado do processo de embranquecimento da nossa população. A partir de outro viés, que se aproxima em certa medida às ideias de dominação marxista de Domingues (2002) em relação à raça, Bento (2001) retoma as concepções psicológicas de Neusa Souza para definir o branqueamento "não como manipulação, mas como construção de uma identidade branca que o negro em processo de ascensão foi coagido

a desejar" (BENTO, 2001, p. 27). Ainda que sobressaia uma lógica impositiva desse desejo de brancura, já foi trabalhada anteriormente nesta dissertação as relações de poder sob a forma de governo e a gestão dos desejos. Dessa forma, é possível compreender o branqueamento com um aparato de governo da população negro-brasileira. Bento (2001) afirma ainda que esse aparato é formado não apenas pela internalização do desejo de brancura, mas também pelo "silêncio, a omissão ou a distorção que há em torno do lugar que o branco ocupou e ocupa, de fato, nas relações raciais brasileiras" (BENTO, 2001, p. 2) a fim de garantir a manutenção de diversos privilégios brancos que são resultantes desse processo.

Esses silêncios sobre a responsabilidade do branco acerca das desigualdades raciais no Brasil, também chamados por Bento (2001) de "pactos narcísicos" (p. 19), podem ser percebidos como um dos mecanismos que atravessam a construção da brasilidade. Essa construção discursiva da obrigação da redenção do negro dos pecados da escravidão que fora instituída pelo branco europeu durante o processo de colonização parece estar no cerne da construção de nosso dispositivo nacionalista. Isso se confirma, por exemplo, nas palavras de Fidélis Reis, ao defender seu projeto de restrição de imigrantes negros no Brasil. Segundo o deputado

> o nosso preto africano, para aqui veio em condições muito differentes, comnosco pelejou os combates mais ásperos da formação da nacionalidade, trabalhou, soffreu e com a sua dedicação ajudou-nos a arcar o Brasil que ahi está. Todavia preferível fôra que não tivéssemos tido. (BRASIL, 1923, p. 3941)

O que busco evidenciar neste capítulo é, de forma resumida, a ideia de que a brasilidade é um dispositivo que se apoia em estratégias discursivas de base nacionalista e que no Brasil, especificamente, o preenchimento dessas estratégias discursivas é em grande parte racista e liberal. Racista porque constrói um sistema de exclusão sistemática de negros e negras através da supressão de sua identidade e cultura e do desenvolvimento do processo de embranquecimento. Liberal, pois se funda supostamente nas condições de liberdade e igualdade entre todos aqueles que são assignados como "brasileiros". Deste modo, as desigualdades sociais e raciais são apagadas com base em ideias meritocráticas de esforço pessoal, o que também apaga o privilégio branco estrutural do país.

Como um dispositivo, a brasilidade se apoia em diversos poderes-saberes e é sustentado por eles (FOUCAULT, 2002). Nesse sentido, exponho os dados levantados por Jurandir Malerba (2006) sobre a produção historiográfica a respeito da independência do Brasil ao longo de diversos períodos tanto em teros de bibliografia geral, quanto na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (RIHGB).

Período	**Bibliografia geral**	**Na RIHGB**	**Total**
Século XIX-1908	58	42	100
1908-C.1930	83	43	***126***
c.1930-1964	51	13	64
1964-C.1980	201	99	***300***
c.1980-2002	60	6	66
Total geral	453	203	656

Fonte: MALERBA, 2006, p. 2

Embora o autor construa uma relação de sentido entre os dois períodos em que mais houve produções historiográficas sobre a independência e as celebrações que marcam o centenário (1922) e o sesquicentenário (1972) da independência do Brasil, penso que também é possível fazer a leitura de que esses foram períodos em que o discurso nacionalista se fortaleceu na sociedade: o primeiro período, que reúne as primeiras décadas do século, foi um período especial para a formação da identidade nacional brasileira. Esse caráter nacionalista das produções discursivas coincidiu e se reforçou com o período de crescimento de regimes totalitários pelo mundo no pós-Primeira Guerra Mundial, o que culminou, inclusive, na fundação da Ação Integralista Brasileira [AIB] – movimento político conservador, de inspirações fascistas, fundado pelo escritor, jornalista e político Plínio Salgado em 1932 – e na ditadura do Estado Novo, implantada por Getúlio Vargas entre os anos de 1937 e 1945. A justificativa para o golpe aplicado por Getúlio é justamente a proteção dos interesses nacionais e do nacionalismo contra “os ideais comunistas” que estariam se implantando no Brasil e ameaçariam os nossos costumes tradicionais. O segundo período apresentado no

levantamento de Malerba (2006) – de 1964 a 1980 – coincide com a implantação da ditadura civil-militar no país, cujas justificativas de instauração também tinham como mote a defesa do Brasil frente ao comunismo que representava uma ameaça aos interesses nacionais.

O que se pode perceber nos tempos atuais é que esse dispositivo volta a ser acionado num momento de fortalecimento das ideias neoliberais no Brasil pela força de sua imbricação no pensamento social brasileiro. A dimensão racista desse dispositivo é extremamente importante porque, ao mesmo tempo em que nega o racismo na qual foi forjada, ela auxilia na formação do discurso de "inimigo da nação", que se projeta não somente sobre os negros e negras, mas sobre todos os empobrecidos e aqueles que lutam contra as desigualdades no país. É também com base no discurso racial que se justifica o extermínio destes que são considerados "indesejáveis". No próximo capítulo, trago uma reflexão sobre o funcionamento do dispositivo brasilidade nos dias atuais, com destaque para a formação discursiva de um movimento negro de direita.

3. “SOU DALTÔNICO, NÃO VEJO CORES”: BRASILIDADE E NEOLIBERALISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA ATUAL

Após as reflexões sobre o cenário mundial e a história do Brasil, este capítulo detém-se mais detalhadamente no cenário nacional e na expansão dos discursos da chamada “nova direita brasileira”, especialmente os discursos que tangenciam a questão racial. Para tanto, no começo do capítulo abordo como o dispositivo brasilidade tem sido construído nos dias atuais e sua ligação com os discursos neoliberais que ganharam expressividade no Brasil. Essa constatação se dá através de pesquisas que mostram massivos investimentos financeiros de *think thanks* internacionais de caráter neoliberal, especialmente estadunidenses, no processo golpe que destituiu do poder a presidenta Dilma Rousseff.

Num segundo momento, apresento alguns pressupostos metodológicos desta pesquisa, assim como também desenvolvo alguns pensamentos sobre a importância do papel da linguagem como intervenção nesse contexto. A figura do “cidadão de bem” emerge nesse cenário como um elemento fundamental na construção discursiva dessa chamada “nova direita” cujas relações dialógicas apontam para outras práticas discursivas também da direita, sempre relacionadas à discursos racistas e intolerantes.

Em seguida, focalizando um pouco mais a pesquisa, passo uma análise da organização de estruturação dos discursos sobre a causa antirracista produzidos pela formação discursiva a que nomeio cidadãos [negros] de bem (CnB). Para tanto, parto de uma análise discursiva mais macro, que aborda as relações entre o grupo que hoje reivindica um movimento negro de direita e conservador e antigas organizações do movimento negro no Brasil, especialmente aqueles compostos por negros de classe média, como é o caso da Frente Negra Brasileira (FNB). A fim de melhor compreender como se dá a estruturação destes discursos, selecionei três sujeitos negros que ganharam expressividade no cenário político nacional – Hélio Lopes, Fernando Holiday e Sérgio Camargo – cujos discursos compõem o córpus a ser analisado mais a frente. Antes de chegar ao córpus propriamente dito, baseando-me na relação entre discurso e instituições (MAINGUENEAU, 2005) abordo a plataformização da internet e das redes sociais, além do uso do Big Data e da inteligência artificial como elementos importantes no reforço dos discursos de extrema direita no Brasil e no mundo, bem como elenco

algumas características resultantes desse processo de plataformização, como a formação das bolhas de informação, que dão suporte a esses discursos extremistas. Ressalto ainda como essa automatização tem feito com que as plataformas da internet cada vez mais se aproximem do que Foucault denomina dispositivos de segurança, um elemento essencial na gestão de poder através do governo.

Por fim, segue-se a análise de uma não linguista que resolveu adentrar esse campo de pesquisa: após a explanação sobre os critérios de seleção do córpus, faço uma análise que aponta para as interseções entre o debate racial e as ideias neoliberais e como ambos têm suporte na brasilidade tanto para manter as estruturas racistas em funcionamento quanto para produzir aqueles que se opõem a esse discurso como "inimigos da nação" . A última parte do capítulo é composta por alguns apontamentos iniciais sobre o uso das imagens por essa formação discursiva em plataformas digitais, além de alguns desdobramentos que podem ser realizados a partir deles.

3.1 - A brasilidade no contexto contemporâneo brasileiro

No Brasil contemporâneo, vemos um forte reavivamento e massificação do discurso nacionalista e dos símbolos nacionais. O atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, foi eleito com o slogan "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos". O reforço desse discurso de exaltação da nação é recorrente na história do nosso país, no entanto, neste contexto de governamentalidade neoliberal, ele também tem sido atravessado por ideias neoliberais e, nesse sentido, produzem-se discursos nacionalistas que defendem não mais o Estado como garantidor do bem-estar dos cidadãos, mas da livre concorrência e da soberania do "Mercado". É o caso da Semana do Brasil – campanha lançada pela Secretaria de Comunicação do Governo Federal em parceria com 4.680 empresas – para oferecer descontos em produtos e serviços[29]. Essa nova data comercial, que coincide com os festejos da Independência do Brasil, instituída oficialmente pelo governo federal é um bom exemplo desse tipo de produção discursiva.

[29] https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-09/governo-lanca-campanha-para-estimular-consumo -na-semana-da-patria

Outro exemplo é a Medida Provisória [MP] 905/2019, conhecida como “carteira de trabalho verde e amarela”: idealizada ainda como promessa de campanha do governo Bolsonaro, a MP já foi aprovada pela Câmara Federal, mas atualmente está revogada pelo presidente, a pedido do Senado, podendo ser reeditada a qualquer momento. Segundo a proposta do presidente, podem optar por essa modalidade de carteira de trabalho pessoas jovens e também maiores de 55 anos que estejam desempregados há mais de um ano. Na defesa desse projeto, os cálculos apontam que para “o empresariado haverá uma economia de 70% dos encargos, de 39,5% para 12,1% sobre a folha [de pagamento]”[30]. Ainda conforme os defensores dessa medida provisória, todos os benefícios concedidos aos empresários têm como objetivo aumentar a oferta de empregos no Brasil. Em resposta à oposição que acusa a retirada de direitos que vem em decorrência da aprovação da medida, os deputados que a apoiam, como o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), afirmam que "entre trabalhar e ter esses direitos reduzidos por um período, é melhor trabalhar”[31] ou ainda mais enfaticamente, como defende o deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), “quem dera fosse uma nova reforma trabalhista. Quem dera nós rasgássemos de vez a CLT, esse resquício fascista de legislação que nós ainda temos”[32]. O que se pode notar a partir desses dois exemplos é que a perspectiva econômica de nacionalismo, que tem sido sustentada por aqueles que reproduzem esses discursos, defende não o fortalecimento do Estado Nacional, mas o das empresas privadas sediadas nesse território.

Apesar de esse panorama ter uma correlação mais explícita com o campo econômico, não são somente esses elementos que me dão subsídios para caracterizar a brasilidade como dispositivo. Para desenvolver minha argumentação, retomo o pensamento de Foucault (1979), para quem dispositivo é uma rede que se pode estabelecer sobre um conjunto heterogêneo de elementos discursivos ou não, mas que decididamente está relacionado a uma natureza estratégica de disputa de poder. Se, para Foucault, a caracterização de um dispositivo se dá a partir da constatação de uma gênese do dispositivo (FOUCAULT, 1979, p. 245), que é a predominância de um objetivo

[30] https://www.brasildefato.com.br/2020/04/15/em-meio-a-pandemia-camara-aprova-carteira-verde-e-amarela -que-retira-direitos

[31] https://www.camara.leg.br/noticias/654106-defensores-do-contrato-verde-e-amarelo-esperam-criacao-de- empregos-oposicao-denuncia-reducao-de-direitos

[32] https://www.camara.leg.br/noticias/654106-defensores-do-contrato-verde-e-amarelo-esperam-criacao-de- empregos-oposicao-denuncia-reducao-de-direitos

estratégico, acredito que o panorama apresentado no capítulo sobre as origens históricas dos discursos nacionalistas no Brasil – e sua lógica de operação na formação e integração do Estado brasileiro, bem como sua função estratégica na manutenção do apagamento das desigualdades da formação deste mesmo Estado – são elementos significativos para justificar essa hipótese.

Por outro lado, a manutenção da brasilidade como dispositivo está relacionada à sua sofisticação enquanto potencial de disputa de poder dentro de nossa sociedade. Recuperando de Foucault (1979) os processos de manutenção dos dispositivos e alinhando-os com os diferentes processos históricos já apresentados, a "sobredeterminação funcional" (FOUCAULT, 1979, p. 245), entendida como a capacidade de rearticular elementos de um dispositivo diante de um efeito que tem a capacidade de modificá-lo, pode ser percebida/identificada, por exemplo, na reformulação do discurso nacionalista brasileiro no processo de abolição da escravidão e na integração do negro na história nacional. Já o "preenchimento estratégico" (FOUCAULT, 1979, p. 245), ou a capacidade de um dispositivo assimilar efeitos que inicialmente poderiam ser considerados negativos e utilizá-los em seu proveito, pode ser observada na formulação do Mito das Três Raças, que emerge a partir dos discursos negativos sobre a mestiçagem no Brasil que circulam em nossa sociedade. Ou ainda na assimilação do ideal do branqueamento pela população negra que, diante das desigualdades crescentes no período pós-abolição, passa a atribuir sentidos meritocráticos às mazelas em que vivia, o que retirou do Estado – e, nesse contexto, da nação – a responsabilidade sobre a não reparação dos danos causados pela escravidão.

Pensando a brasilidade como dispositivo e, portanto, como uma estratégia sempre inscrita nos jogos e disputas de poder, podemos supor que o acionamento e a reformulação desse dispositivo no contexto atual tem uma finalidade estratégica que, como proponho, está relacionada à formação de uma hegemonia em torno dos ideais neoliberais no Brasil. Para dialogar com essa hipótese, trago a contribuição de Kátia Gerab Baggio (2016), que trata da inserção de políticas e do pensamento neoliberal no contexto latino-americano e, especialmente, em nosso país. Embora a autora opte pela expressão "ultraliberalismo"em contraposição ao neoliberalismo, termo que ela considera amplo diante do grande espectro de concepções econômicas que abrange,

adoto a seguir ambos os conceitos. O ultraliberalismo será utilizado em referência às políticas econômicas adotadas pela escola neoaustríaca e por aqueles que dialogam com essas mesmas ideias no campo econômico, enquanto que o neoliberalismo será empregado em referência à perspectiva de Dardot e Laval (2016), que pensam o neoliberalismo como governamentalidade, uma estratégia de governo que não se limita às concepções econômicas.

O mapeamento construído por Baggio (2016) busca localizar historica e geograficamente as relações que se estabeleceram entre *think tanks*[33] estadunidenses, especialmente a Atlas Network, e sua influência nas políticas latino-americanas nos últimos períodos. Considero que a própria eclosão dessas *think tanks* como fenômeno mundial pode ser compreendida como um dos produtos da governamentalidade neoliberal que tem se consolidado, uma vez que essas instituições privadas, segundo a Escola Nacional de Administração Pública [ENAP],

> produzem pesquisas, análises e recomendações que contribuem para um ambiente de conhecimento, permitindo, inclusive, que os formadores de políticas públicas tenham ferramentas para tomar decisões mais embasadas, além de ter um papel importante na disseminação de conhecimento à sociedade. (ENAP, 2020)

Ou seja, sua função é interferir diretamente na esfera pública e na construção de políticas públicas, a partir de perspectivas e interesses constituídos em esferas privadas. A própria *Atlas Network*, da qual trato mais detidamente adiante, tem atuado desde sua fundação, no ano de 1981, para propagar ideias e políticas de cunho neoliberal em todo o mundo (BAGGIO, 2016). Originalmente batizada como *Atlas Economic Research Foundation*, a *think tank* estadunidense tem como idealizador e fundador Anthony Fischer (1915-1988), britânico adepto das ideias da escola econômica neoaustríaca de Hayek e Mises, que, ainda na década de 1950, havia também participado da fundação

[33] Para Barbosa (2017, n/p), *think tanks* são "a terminologia da Ciência Política e da Sociologia para a denominação de órgãos de formação de opinião e centros e instituições de pesquisa independentes". Já a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) define que "*Think tanks* são instituições que desempenham um papel de *advocacy* para políticas públicas, além de terem a capacidade de explicar, mobilizar e articular os atores. Atuam em diversas áreas, como segurança internacional, globalização, governança, economia internacional, questões ambientais, informação e sociedade, redução de desigualdades e saúde". Disponível em: <https://www.enap.gov.br/pt/noticias/afinal-o-que-e-um-think-tank-e-qual-e-a-sua-importancia .-para-politicas-publicas-no-brasil>

do *Institute of Economic Affairs*[34](IEA), cujas reuniões eram frequentadas sabidamente por Margareth Thatcher – Primeira Ministra britânica conservadora (BAGGIO, 2016).

Em números apresentados em seu site[35], a Atlas Network conta atualmente com 441 parceiros ao redor do mundo. Dentre esses, 99 estão na América Latina, sendo 15 destas situados no Brasil. Registrada como uma organização sem fins lucrativos – fato que implica que as doações feitas à empresa nos Estados Unidos são dedutíveis de imposto de renda – a *think tank* não recebe qualquer tipo de verba governamental, apenas doações individuais ou de empresas privadas e, entre seus doadores, estão os irmãos Koch, bilionários do ramo de petróleo e gás (BAGGIO, 2016)[36].

Todos os parceiros da Atlas Network têm em comum um nítido alinhamento com as políticas ultraliberais, fato que se repete nas parcerias estabelecidas pela *think tank* estadunidense no Brasil. No site do Instituto Liberal, a própria organização afirma que um de seus primeiros trabalhos como organização, ainda na década de 1980, foi a tradução de "ícones da Escola Austríaca de Economia [como] Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, o francês Frédéric Bastiat e a russo-americana Ayn Rand, entre muitos outros" (INSTITUTO LIBERAL, 2019) e ainda que "também publicou pensadores nacionais, como Alberto Oliva e Ricardo Vélez-Rodríguez" (INSTITUTO LIBERAL, 2019). Já o Instituto Liberal de São Paulo [ILISP], também por meio de seu site, afirma que sua meta"é apenas uma: tornar o Brasil um país onde as pessoas tenham plenos direitos à vida, liberdade e propriedade" (INSTITUTO LIBERAL DE SÃO PAULO, 2019).

A partir de suas pesquisas sobre as *think tanks* brasileiras, Baggio destaca que:

> Chama atenção a presença das mesmas pessoas em várias dessas organizações, incluindo empresários — que, com frequência, são patrocinadores desses institutos, ou seja, doadores de recursos, como pessoas físicas ou jurídicas — e os chamados "especialistas": economistas, jornalistas, cientistas políticos, juristas, "consultores" etc. São pessoas que atuam, ao mesmo tempo, em órgãos de imprensa da mídia corporativa, em

[34] Em tradução livre: Instituto de Assuntos Econômicos

[35]Dísponível em: <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory> acesso em 23 jul 2020.

[36]Ainda que seu fundador não viva mais, as políticas promovidas pela Atlas Network e seus parceiros seguem bastante alinhadas aos ideais econômicos ultraliberais de Fischer: é o que se percebe observando, por exemplo, a parceria entre a organização e a *Friedrich A. Von Hayek Society* na promoção do evento *Spring Symposium of the Junior Politics*, cujo tópico principal de debate é "Capitalismo não é o problema, mas a solução"

> geral como colunistas, e nas organizações liberais ou ultraliberais, além de participarem ativamente dos eventos dessas organizações, ministrando palestras, cursos etc (Baggio, 2016, p. 6).

Esse fragmento em especial aponta uma noção importante das *think tanks*: sua atuação não se restringe ao debate e à construção de políticas econômicas. Dialogando com a constatação de Dardot e Laval (2016) acerca do neoliberalismo como uma forma de governo e que, portanto, precisa se constituir como uma forma de pensamento que atravesse as mais diversas atividade humanas, Jefferson Rodrigues Barbosa evidencia que essas *think tanks* "são voltadas à persuasão e formação de novos consensos, intervindo nos campos da cultura, religião, economia, direitos civis, entre diversos temas" (BARBOSA, 2017, n/p).

Nesse sentido, destaco, por exemplo, o "Concurso de artigos em defesa da luta contra a corrupção" (INSTITUTO LIBERDADE, 2020) criado em 2018 pelo Instituto Liberdade, outra *think tank* brasileira, associada à Atlas Network. A partir da noção de saber-poder (FOUCAULT, 2002) é possível sustentar que iniciativas como essas fazem parte da estratégia de disputa de hegemonia de poder na sociedade brasileira. O lançamento de um concurso como esse no ano de 2018, ano eleitoral no contexto brasileiro, dialoga diretamente com as campanhas de diversos candidatos alinhados a políticas liberais, cujo mote principal era, e continua sendo, o "combate à corrupção". O propósito final do concurso de lançar um livro com os artigos vencedores, que posteriormente foi distribuído de forma gratuita, explicita ainda mais essa estratégia de disputa social através de produções de saber.

Ainda tratando das disputas travadas para além do campo econômico, temos o artigo de Rafael Câmara (2017) intitulado "9 fatos sobre o aborto que esconderam de você". Nesse texto, publicado no site do Ilisp – que tem entre suas missões "lutar pela **liberdade** econômica e **social** no Brasil" (INSTITUTO LIBERAL DE SÃO PAULO, 2019)– o autor sustenta uma posição contrária à liberação do aborto e afirma que "feministas, ativistas pró-aborto, pesquisadores ligados a instituições pró-aborto, mídia com viés de esquerda, dentre outros, descaradamente, manipulam dados em busca da liberação do aborto no Brasil em qualquer situação" (CÂMARA, 2017). A aparente contradição entre lutar pela liberdade social e condenar explicitamente a liberação do aborto – considerando que, na perspectiva liberal, "o cidadão é um sujeito racional, que

deve ser livre para decidir individualmente o seu futuro" (DOMBROWSKI, 2020) – é legitimada por uma autodefinição que é sustentada por aqueles e aquelas que defendem esses discursos: os "liberais na economia e conservadores nos costumes". Todavia, esse tipo de discurso contraditório não é novo na história do Brasil; os estudos de Alfredo Bosi (1988) sobre o período pós-Independência do Brasil apontam que os discursos liberais, que inspiraram a elite brasileira na luta pela libertação do Brasil da condição de colônia de Portugal, tiveram como ponto fundamental de inflexão para discursos mais moderados as pressões da Inglaterra pelo fim do tráfico negreiro.

É diante da grande lucratividade dessa atividade que a elite brasileira rearticula seu discurso frente à suposta contradição entre o liberalismo e a escravidão. Ainda que os liberais brasileiros, enquanto "classe fundadora do Império do Brasil" (BOSI, 1988, p. 8), reivindicassem as liberdades que conquistaram no processo da Independência, o fim do tráfico negreiro em sua fase mais lucrativa não era admissível para as elites econômicas. Era preciso defender as liberdades econômicas – de comércio, produção escravista, compra de terras - e políticas - eleições indiretas e censitárias – e, ao mesmo tempo, manter aquele que era o principal pilar de sustentação da economia, mas que confrontava os ideais liberais clássicos. Nesse contexto, ocorre então uma reformulação das defesas, até então fiéis e integrais, da política do *laissez-faire*: "mostrar que as idéias mestras da doutrina clássica, porque justas, deveriam aplicar-se com justeza às circunstâncias, às **peculiaridades nacionais**" (BOSI, 1988, p. 16, grifo meu). Fica evidente nesse exemplo não só que a concepção de liberal-conservador não é um fato novo, mas também que seu aparecimento no Brasil dialoga com a manutenção do sistema escravocrata na história do país. Também identifico o funcionamento da brasilidade enquanto dispositivo acionado para sustentar discursos, políticas e instituições racistas.

Retornando ao contexto atual, o trabalho de Baggio (2016) se empenha em apontar as conexões entre a Atlas Network e suas parceiras no Brasil e na América Latina e seu interesse na política dessa região. Uma das evidências que ela dispõe em sua pesquisa é constatada ao confrontar o que a Atlas afirma em seu site sobre os "suportes" que a empresa oferece a seus parceiros – "normalmente concedido em quantidades modestas de 5.000 a 10.000 dólares, e apenas em raras ocasiões irá exceder

a 20.000 dólares" (BAGGIO, 2016, p. 4) – e as prestações de contas de seus parceiros brasileiros.

O Estudantes pela Liberdade (EPL), que hoje está com suas páginas na internet fora do ar, por exemplo, declarou uma receita de zero reais nos dois primeiros anos de existência. O valor gasto pela *think tank* brasileira - R$29.199,37 em 2012 e R$46.780,96 em 2013 - teria sido integralmente pago por seu diretor-presidente Juliano Torres (BAGGIO, 2016). Já nos anos seguintes, é possível identificar financiamentos da Atlas Network: R$ 56.000,00 em 2014, R$ 82.000,00 em 2015 e R$ 139.000,00 em 2016. O contexto brasileiro nesses anos de altos investimentos da Atlas coincide com a atuação de diversos movimentos de rua que se organizaram para legitimar o golpe que derrubou a Presidenta eleita Dilma Rousseff. Esses grupos se fortaleceram utilizando-se principalmente da bandeira do "combate à corrupção", tal como já citado na atuação de outras *think tanks* neoliberais em atuação no Brasil, e do chamado "antipetismo", ou seja, do combate ao Partido dos Trabalhadores, que governou o país de 2003 até o golpe de 2015, cujas propostas políticas se opõem à concepção de Estado Mínimo, como defendido por aqueles que se alinham às políticas econômicas ultraliberais.

Para cumprir sua missão de construir esses novos consensos sociais, essas *think tanks* se utilizam de estratégias variadas para alcançar e ganhar a ampla adesão de indivíduos com subjetividades das mais diversas. Suas ações vão desde palestras, cursos e simpósios presenciais e online, passando por produção e venda de produtos como camisetas e livros e, com extrema relevância nos dias atuais, a disputa de opinião das redes sociais. Uma parte importante da forma como se dá essa disputa por parte dos autointitulados "libertários" são suas ações coordenadas e articuladas em rede que, devido à reprodução massiva de um mesmo discurso, ajudam a reforçar uma percepção de grande adesão a uma determinada causa ou a uma opinião sobre essa causa.

Entendendo que os discursos sobre raça sempre foram estruturantes nas sociedades modernas e que o debate racial tem adquirido centralidade em escala mundial, na próxima seção, faço uma breve reflexão sobre a massificação das formas de governo que acionam a linguagem e as construções de identidades nacionalistas para operar através das políticas da inimizade.

3.2 - "Aqui é lugar de ordem e progresso": uma análise sobre racismo e neoliberalismo nos discursos contemporâneos sobre a brasilidade.

Para iniciar esta seção, antes de apresentar a análise em si, apresento alguns dos pressupostos teórico-metodológicos que a orientam. Para construí-los, recorro especialmente a Rocha (2014) e à noção de "perspectiva discursiva" (ROCHA, 2014, p. 619), com a qual me alinho para desenvolver a análise que se seguirá. O primeiro desses pressupostos, já debatido no primeiro capítulo, está relacionado à concepção de linguagem compreendida como uma *forma de ação humana sobre o mundo*. Ou seja, tal como os homens trabalham, se organizam, constroem, destroem, também, através da linguagem, incidem sobre o mundo através dos textos que produzem (ROCHA, 2014, p. 623). O segundo está relacionado às *condições de produção do discurso*, ou à concepção de que os discursos só podem ser produzidos, só são "dizíveis" ou "expressáveis" em uma relação que se estabelece entre eles e as instituições que possibilitam sua emergência e que, posteriormente, garantem sua sustentação.

Estabelecendo uma relação entre esses pressupostos e os elementos já apresentados até aqui, compreendo que os discursos racistas, nacionalistas e neoliberais estão sustentados na formação do Estado Moderno capitalista. O racismo é uma peça-chave para o desenvolvimento capitalista já que a raça, como subproduto do racismo, deu à Europa condições de se consolidar seja filosófica e operacionalmente – "a raça é ao mesmo tempo ideologia e tecnologia de governo" (MBEMBE, 2018a, p. 75) – seja provendo as condições materiais, uma vez que, como defende o historiador Eric Williams, foi o empreendimento colonial que propiciou "um dos principais fluxos da acumulação do capital que, na Inglaterra, financiou a Revolução Industrial" (WILLIAMS, 2012 apud HONOR, 2015, p. 4). Tratando-se do nacionalismo, Almeida afirma que

> não por acaso a referência aos Estados modernos é acompanhada do adjetivo 'nacional'. A ideologia nacionalista é central para a construção de um discurso em torno da unidade do Estado a partir de um imaginário que remonte a uma origem ou a uma identidade comum (ALMEIDA, 2019, p. 99)

Por fim, o neoliberalismo, definido por Mbembe como “a época na qual o capitalismo e o animismo [...] tendem finalmente a se fundir” (MBEMBE, 2019, p. 17) está condicionado, por um lado, à concepção moderna de indivíduo e de competição promovida durante a formação dos Estados nacionais e, por outro lado, pela “universalização da condição negra” (MBEMBE, 2019, p. 17)

O terceiro pressuposto é a impossibilidade de separação entre o “mundo real” e as “palavras e textos”: as palavras e textos estão no mundo, constroem comunidades, participam ativamente dele e o organizam e, justamente por isso, não podem ser entendidos como mera representação de um suposto “mundo real” que existe intacto e que é reproduzido pela linguagem (ROCHA, 2014). É a concepção de *linguagem-intervenção* (ROCHA, 2006; 2014) que permite compreender a sofisticação da tática de disputa social desenvolvida, no âmbito da linguagem, pelas *think tanks* nacionais e estrangeiras. A construção dessa “onda conservadora” que tem atravessado o contexto brasileiro e mundial passa pela disputa do saber-poder que se dá nos diversos fóruns, livros, artigos, reportagens, entre outras produções que são articuladas por essas instituições. No entanto, é importante ressaltar que, tal como as palavras não estão em uma dimensão apartada do “mundo real”, a relação entre instituições e discursos também não o é: as instituições que garantem as condições de produção dos dizeres são, ao mesmo tempo e na mesma medida, produzidas por eles.

Por fim, evidencio que essa noção de linguagem-intervenção foi desenvolvida por Rocha (2006; 2014) com intuito de fornecer “maior concretude ao conceito de prática discursiva” (ROCHA, 2014, p. 624), desenvolvido por Maingueneau para dar conta dessa complexa relação entre discursos e instituições, a partir da constatação de que “a passagem de um discurso a outro é acompanhada de uma mudança na estrutura e no funcionamento dos grupos que gerem esses discursos” (MAINGUENEAU, 2005, p. 125) e que “a mudança de dominação discursiva num campo é acompanhada também de uma mudança correlativa dos espaços institucionais” (MAINGUENEAU, 2005, p. 127). Essas duas noções são centrais na análise que desenvolvo adiante, especialmente porque ela se debruça sobre uma mudança nas práticas discursivas da direita conservadora sobre as questões de racismo e antirracismo no Brasil.

3.2.1 - Nacionalismo e intolerância como formas de governo no Brasil (ou o reavivamento do "cidadão de bem")

O debate de Woodward (2012) sobre identidades já apresentado no capítulo anterior evidencia como o processo de construção das identidades tem um caráter especialmente negativo: quando um sujeito afirmauma determinada característica, elepor consequêncianega outras. O Branco só existe para diferenciar-se do Preto, do Amarelo, do Vermelho. Cada processo de construção de identidade, cada singularidade só pode ser construída a partir da separação. Nesse sentido, os discursos que produzem as identidades estabelecem sempre relações polarizadas e, ao mesmo tempo, de dependência, como afirma Maingueneau (2005, p 123): "O Outro representa esse duplo cuja existência afeta radicalmente o narcisismo do discurso, ao mesmo tempo em que lhe permite aceder à existência". Esse fragmento de Maingueneau (2005) é muito significativo no contexto que tem se formado no Brasil, do qual os discursos que analiso nesta dissertação são parte integrante. Isso porque uma das principais características dos enunciados produzidos por esse grupo, que se autodenomina "liberal na economia e conservador nos costumes", é a recorrente menção de forma pejorativa aos partidos de esquerda, mas, especialmente, ao Partido dos Trabalhadores (PT), partido que esteve à frente do governo brasileiro entre 2003 e 2015. Esses discursos – justamente por essa característica de polarização – são, em geral, bastante reducionistas e costumam construir a esquerda como responsável por todos os males que ocorreram no Brasil. Não são incomuns, por exemplo, enunciados como "o PT quebrou o Brasil"[37] ou afirmações de que há tentativas da esquerda e dos progressistas para "subverter todos os valores morais da sociedade"[38]. Dessa identidade construída em oposição aos partidos de esquerda e às políticas e valores defendidos por eles é que emergem os discursos que produzem essas identidades conservadoras neoliberais sob a denominação de "cidadãos de bem".

Muito pode ser recuperado para esta dissertação a partir de uma análise discursiva sobre a expressão "cidadão de bem". A começar pelo substantivo "cidadão"

[37] <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-pt-quebrou-o-pais-agora-e-oficial/>
[38] <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/visao-totalmente-deturpada-que-esquerda-tem-da-familia-tradicional/>

que, de acordo com o Dicionário Michaelis[39]pode significar "indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um **Estado**" (grifo meu). Essa pequena definição nos remete a uma explícita relação entre a cidadania e a questão nacional. Um cidadão é alguém que é reconhecido como igual aos seus por uma nação e que, portanto, usufrui dos mesmos direitos que os demais indivíduos daquele território nesta mesma condição. Dizer-se cidadão é reivindicar para si um status de pertencimento. Ser cidadão, no entanto, não é uma condição irrevogável, uma vez que pressupõe, inclusive, o cumprimento de uma série de deveres que, em contrapartida, lhe garante os direitos de cidadania. Nesse sentido, a expressão "cidadão de bem" poderia apontar certa redundância, uma vez que ser "do mal" pode lhe conferir a perda de seus plenos direitos. A locução adjetiva "de bem", nesse caso, entretanto, estabelece um pressuposto (DUCROT, 1987) de que há um "cidadão do mal" e, nesse sentido, destaca-se de uma forte carga moral decorrente do dualismo bem x mal. O significante "cidadão de bem", assim como outros signos linguísticos, é preenchido de acordo com subjetividades diversas que o produzem e ressignificam. Essa forma discursiva "cidadão de bem", que tem sido reforçada no Brasil, é adotada justamente na construção de um ethos determinado, que não se inicia no contexto atual.

Construir-se como um "cidadão de bem" não é, entretanto, algo próprio somente do cenário brasileiro. Muitos significados de outros cenários o atravessam. É o que aponta o trabalho de Cristiano Sandim Paschoal (2020), que caracteriza a referida expressão como "signo ideológico [...] resultado de uma cadeia de relações dialógicas com outros discursos marcados pela intolerância" (PASCHOAL, 2020, p. 1). Pascoal (2020) ainda recupera em dois contextos diferentes o uso desse termo: o primeiro deles é o jornal *Good Citizen* ["Cidadão de bem", em português], que circulou entre 1913 e 1933, coordenado pela líder religiosa Alma White, que pertencia ao grupo supremacista branco Ku Klux Klan. Alinhado à extrema direita, os discursos produzidos pelo jornal estavam principalmente associados a estes elementos: "o nacionalismo, a supremacia da raça branca, o anticatolicismo, o antissemitismo e a antiimigração" (PASCHOAL, 2020, p. 16).

[39] <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=cidad%C3%A3o>

O segundo contexto é o pronunciamento de Saddam Hussein à nação que governava, logo após a invasão dos Estados Unidos ao Iraque em 20 de março de 2003. Ao se dirigir "aos iraquianos **e às pessoas de bem** da nossa nação" (BURNET, 2019 apud PASCHOAL, 2020, p. 15, grifo meu), o governante iraquiano afirma que "neste contexto, eu não preciso repetir o que cada um de vocês deve e precisa fazer para defender nossa **nação** preciosa, nossos princípios e santidades" (BURNET, 2019 apud PASCHOAL, 2020, p. 15, grifo meu). Note-se que Hussein separa em dois os grupos de seus coenunciadores: os "iraquianos" e as "pessoas de bem". Com auxílio de Paschoal (2020), é possível recuperar quem são essas "pessoas de bem", visto que o governo ditatorial de Hussein ficou marcado, especialmente pela Operação Anfal[40], por um processo de incessantes tentativas de arabização do povo curdo[41] que habitava a região do Iraque. Nesse contexto é possível compreender que os iraquianos já seriam, por sua condição nacional, "de bem", enquanto as demais "pessoas de bem" seriam aquelas que pertenciam ao povo curdo e se converteram à ideologia árabe imposta por Hussein.

Em ambos os contextos, entendo que o "cidadão de bem" é aquele que vai às últimas consequências para defender um ideal nacional. A Ku Klux Klan é um grupo supremacista branco, criado no sul dos Estados Unidos e formado logo após a derrota dos estados situados nessa região durante a Guerra de Secessão, que resultou na assinatura, por Abraham Lincoln, da declaração da emancipação dos negros escravizados e na falência de vários dos pequenos produtores escravocratas da região. Segundo AleSantos (2019, online), "a primeira constituição da Ku Klux Klan era basicamente de brancos pobres, ex-escravocratas que perderam a guerra, quebraram e viram alguns negros conquistando espaço na sociedade". A construção do discurso supremacista branco no referido contexto estava diretamente relacionada a uma reivindicação dos brancos como os "verdadeiros estadunidenses" que se opunham aos

[40] Em reportagem de 2006, o site do jornal BBC Brasil destaca que a Operação Anfal, realizada entre fevereiro e setembro de 1988 assassinou entre 50 mil e 100 mil curdos que habitavam a região do Iraque. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/08/060821_anfalpu.shtml> acesso em jul. 2020.

[41] Segundo Pricyla Weber Imaral (2020, p. 1), "a população curda forma um dos maiores conjuntos étnicos do mundo, sem um Estado. Aproximadamente trinta milhões de pessoas vivem nesta região, que atualmente está dividida entre os territórios da Turquia, Síria, Iraque e o Irã. Durante o processo de formação dos Estados modernos que contemplam a região, os curdos tiveram seu direito de autodeterminação negados, sendo submetidos à assimilação forçada".

invasores/inimigos – os negros – que queriam corromper os "tradicionais valores americanos". Aqueles que compartilhavam desses ideais, posteriormente autoproclamados "cidadãos de bem", deveriam combater esse inimigo iminente através da organização de linchamentos e lutar pela restauração da "tradição americana" incluindo o restabelecimento do sistema escravagista.

Já a Operação Anfal, orquestrada durante a ditadura de Hussein, também inspirada em ideais nacionalistas, é resultante de um conjunto de discursos que ganha força a partir da eleição do partido Baath – o mesmo do ditador iraquiano – em 1968. O partido de orientação pan-árabe[42] produziu uma série de discursos nos quais os integrantes do povo curdo eram construídos como "inimigos da unidade nacional" (USO, 2006). Além da expulsão de seus territórios e do massacre de milhares de pessoas, essa operação ficou conhecida como a primeira vez em que um país utilizou armas químicas contra sua própria população e, ainda que em setembro de 1988 tenha sido declarada "anistia" aos povos curdos pela organização de defesa dos Direitos Humanos Human Rights Watch, os sobreviventes do massacre nunca puderam voltar às suas casas (USO, 2006).

Uma forte marca desses processos é a intolerância que constitui os discursos produzidos por aqueles que se reivindicam "cidadãos de bem". Esse signo linguístico é atravessado por diversas posições subjetivas nacionalistas, racistas, machistas que se sustentam com base em discursos supostamente saudosistas de volta a um passado nacional mítico-glorioso que foi corrompido por essa/aquela população ou esse/aquele costume/prática. Nesse sentido, a "missão épica" do "cidadão de bem" é restaurar a antiga glória da nação através até mesmo da eliminação física do inimigo/traidor, arriscando até mesmo a vida em defesa de sua pátria se preciso for.

A ideia de "cidadão de bem" parece-me fortemente relacionada à já citada *política da inimizade* (MBEMBE, 2017). O filósofo camaronês desenvolve a concepção de inimigo em diálogo com as proposições sobre a construção do negro estabelecidas por Frantz Fanon, que afirma que "o preto é um objeto fobógeno e ansiógeno[43]" (2008,

[42] Movimento político que prega a integração de diversos países de cultura árabe em uma grande comunidade de interesses convergentes.
[43] "Fobógeno" é aquilo que provoca medo ou fobia. "Ansiógeno", por sua vez, é o que provoca ansiedade.

p. 134). Estendendo essa lógica discursiva a outros corpos é que é possível aplicar a já citada "política colonial do terror" (MBEMBE, 2017, p. 38) e utilizá-la como forma de governo. As ações impulsionadas por esses discursos dialogam com o processo que Mbembe chama de *saída da democracia*, na qual "o movimento de suspensão de direitos, constituições ou liberdades são paradoxalmente justificados pela necessidade de proteger essas mesmas leis, liberdades e constituições" (MBEMBE, 2017, p. 68).

Esse tipo de governo que opera a partir do medo e da neurose somente funciona numa lógica relacional muito forte com seu opositor. Só é possível governar pelo medo uma vez que esse objeto fobógeno seja constantemente acionado e reavivado nas subjetividades que partilham esses discursos. Assim sendo, a existência do "cidadão de bem" é indissociável da manutenção e do fortalecimento – ainda que ilusório – de seu inimigo. Mbembe (2017) afirma que é esse objeto, sob o nome que tenha – negro, judeu, curdo, imigrante, muçulmano, petista, esquerdista – que move o desejo de segurança do sujeito que vive sob o medo constante. É a existência desse objeto enlouquecedor, muito mais forte e onipontente, que o impulsiona à conquista e à eliminação de seu inimigo. O *good citizen* só existe e se mantém porque "há negros prontos para matá-los ou para tomar seus lugares a qualquer momento e em qualquer lugar". O cidadão de bem iraquiano precisa constantemente estar vigilante diante da possibilidade de ser "corrompido pela cultura curda que tenta insistentemente acabar com a verdadeira nação iraquiana". E, aqui no Brasil, a missão do cidadão de bem é "impedir que o PT e a esquerda, que tenta se infiltrar nas mais diversas instituições, acabem com os valores tradicionais brasileiros". Em nome da manutenção da lei e da ordem nacional, o "cidadão do bem", e somente ele, está autorizado até mesmo a destruir essa ordem constitucional antes que seu inimigo o faça. Essa forma de governo que se organiza em função de um inimigo é particularmente poderosa porque une a naturalização/normalização dos dispositivos nacionalistas às construções neuróticas e ao desejo de eliminação do Outro que provêm do racismo. No entanto, como já explicitei anteriormente, cada um desses dispositivos é construído e acionado de acordo com contextos sócio-históricos determinados.

No Brasil, por exemplo, uma nação que forjou o Mito das Três Raças como mito fundacional, que se orgulha de ser um país com total ausência de preconceitos, o

racismo não poderia operar de maneira tão explícita quanto nos Estados Unidos ou na África do Sul com as leis *Jim Crow* ou o *Apartheid*, respectivamente. Da mesma maneira, uma nação que se constrói como um "povo pacífico" precisa encontrar maneiras específicas de produzir discursos de eliminação do inimigo. Meu trabalho na próxima seção será analisar como a "nova direita brasileira" tem organizado discursos sobre a causa antirracista, a fim de criar interseções entre o debate racial e as ideias neoliberais recorrendo à brasilidade como forma de operar esses discursos e deslegitimar os discursos que se oponham às suas concepções a partir da construção discursiva do "inimigo".

3. 3 - Entre a liberdade e os algoritmos: os discursos dos cidadãos [negros] de bem nas plataformas da internet

Quando você for convidado pra subir no adro
a fundação casa de Jorge Amado
Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos
Dando porrada na nuca de malandros pretos
De ladrões mulatos e outros quase brancos
Tratados como pretos
Só pra mostrar aos outros quase pretos
(E são quase todos pretos)
E aos quase brancos pobres como pretos
Como é que pretos, pobres e mulatos
E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados
[...]
Não importa nada:
nem o traço do sobrado,
nem a lente do fantástico,
nem o disco de Paul Simon,
ninguém é cidadão.

(Caetano Veloso e Gilberto Gil)

Os versos de Caetano Veloso e Gilberto Gil, apesar de terem sido escritos há quase três décadas, ainda se mostram um consistente retrato da dinâmica social de nosso país e a brasilidade se constitui como uma ferramenta importante para a manutenção desse cenário: os discursos sobre a passividade do povo brasileiro aliados aos que nos constroem como um povo sem preconceitos de qualquer esfera, especialmente nas relações raciais, reforça uma série comportamentos racistas e preconceituosos que são posteriormente minimizados com base nos discursos de formação nacional.

Ecoando a complexidade de um sistema colonial que vinha sendo apontada de maneira contundente por Fanon (1968), em 1993, Caetano e Gil miravam na violência policial que oprime corpos tanto dos soldados quanto dos civis que compartilhavam o risco de morte e a pele retinta. No entanto, como já abordado anteriormente, as relações de poder não necessariamente são construídas sob a forma da lei, da interdição e da imposição. O que proponho na análise que realizo nesta seção é uma reflexão sobre o

fortalecimento, no campo político brasileiro, de discursos que se utilizam de corpos negros para reforçar ideias racistas e neoliberais visando a legitimar ações que atacam direta ou indiretamente a vida das pessoas pretas brasileiras, num sistema bastante parecido com aquele denunciado por Fanon (1968) nas Antilhas e por Caetano e Gil no Brasil. Para isso, recorro a discursos produzidos por algumas figuras negras – a quem, como grupo, nomearei "cidadãos negros de bem" [doravante, CnB] – que ganharam proeminência no cenário político recente, a fim de refletir acerca do modo como se constroem suas falas e ações e os efeitos de subjetividades produzidos por elas numa conjuntura em que se fortalecem os discursos reacionários no país e no mundo. A escolha das pessoas cujos discursos foram analisados não é aleatória: todas elas, de alguma maneira, ocupam um espaço importante no cenário político nacional, e também nas redes sociais, que tem se mostrado um espaço importante de disputa, inclusive política, em tempos recentes.

A primeira figura que destaco é Fernando da Silva Bispo, popularmente conhecido como Fernando Holiday: o jovem de 24 anos elegeu-se vereador da cidade de São Paulo, atingindo a expressiva soma de 48.055 votos nas eleições de 2016. Autodeclarado negro, além de ser o mais jovem vereador eleito, aos 20 anos, Holiday é também o primeiro homossexual declarado a assumir uma cadeira na câmara dos vereadores paulistana. Seu pseudônimo é, segundo ele mesmo[44], uma homenagem à cantora negra de jazz estadunidense Billie Holiday[45]. Holiday é uma das mais influentes lideranças do Movimento Brasil Livre, um dos grupos associados à *Atlas Network* e também uma das principais organizações que articulou o golpe que destituiu Dilma Rousseff da presidência do Brasil. Eleito pelo partido Democratas (DEM), Fernando Holiday rasgou sua filiação no plenário da câmara municipal paulistana[46] em 11 de

[44]Conforme esse tweet: https://twitter.com/fernandoholiday/status/919006710752309250

[45]Nascida em 7 de abril de 1915 no estado da Filadélfia, Eleanora Fagan, conhecida mundialmente como Billie Holiday, foi uma talentosa e bem sucedida cantora de jazz durante as décadas de 1930 e 1940, enquanto os Estados Unidos ainda viviam um regime de segregação racial. Chegou a tocar em palcos importantíssimos como o Carnegie Hall e até mesmo no Metropolitan Opera House. Cantou com todos os nomes expressivos de jazz de sua época e chegou a gravar um filme com Louis Armstrong no qual, entretanto, interpretava não a si mesma, mas uma empregada. Uma de suas canções mais famosas Strange Fruit, Billie Holiday mandava uma mensagem direta de combate ao racismo ao denunciar os linchamentos praticados contra negras e negros. Apesar de toda a fama, morreu pobre e sem dinheiro até mesmo para pagar seu enterro. (FULKER, 2015)

[46]https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/11/holiday-rasga-filiacao-ao-dem-ao-vivo-saida -pode-levar-a-perda-de-mandato.htm

março de 2020 devido a divergências com um projeto de lei apresentado por um colega de partido, que limitava a atuação de aplicativos de transporte tais como Uber, 99 Taxi e Cabify na cidade. Atualmente está filiado ao partido Patriotas. Uma das principais bandeiras para sua eleição foi o combate à política de cotas para pessoas negras nas instituições de ensino superior. Recentemente o projeto de lei referente a essa promessa de Holiday foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Vereadores de São Paulo, porém não teve base de apoio em plenário nem mesmo entre seus colegas de partido. Diante desse cenário e de um provável arquivamento da proposta, Holiday conseguiu retirar o projeto de lei da pauta para tentar apresentá-lo novamente em outro momento.

A segunda figura é Hélio Fernando Barbosa Lopes, também conhecido como Hélio Negão ou Hélio Bolsonaro. Ele foi o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro nas eleições de 2018, alcançando a expressiva soma de 345.234 votos. O desempenho é ainda mais surpreendente ao constatarmos que, em 2016, sua candidatura a vereador pela cidade de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, obteve apenas 480 votos. Além da mudança de partido – em 2016 pelo PSC e 2018 pelo PSL – Hélio Negão, nome que adotou em 2016, "pegou emprestado" o sobrenome do então candidato à presidência Jair Messias Bolsonaro, assim como vários outros candidatos pelo Brasil. No entanto, diferente da maioria que se utilizou do sobrenome de Bolsonaro, Hélio Lopes já tinha uma história relativamente longa de convivência com o atual Presidente da República: embora ambos sejam capitães da reserva do exército, Lopes conheceu Bolsonaro nas corriqueiras visitas que o segundo realizou aos quartéis durante seus mandatos legislativos.

Porém, contrariamente aos outros candidatos que se utilizaram dessa estratégia, não somente o nome de Bolsonaro foi doado a Lopes na campanha de 2018: a prestação de contas de sua campanha ao TSE mostra que 45 mil reais – mais da metade do total arrecadado para sua campanha naquele ano – vieram de doações do comitê de campanha de Jair Bolsonaro[47]. Também diferente dos outros candidatos, Hélio Bolsonaro estava constantemente ao lado de Bolsonaro em sua campanha eleitoral pelo

[47] https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,quem-e-o-deputado-helio-lopes-conhecido-como-helio-negao, 70003006324

Brasil. No entanto, essa aproximação mais explícita entre ambos os candidatos é atravessada por um marco específico: um processo de racismo sofrido por Jair Bolsonaro após uma fala no Clube Hebraica do Rio de Janeiro em que comparou quilombolas a bois. A partir de então, Bolsonaro e Lopes tornaram-se quase inseparáveis em campanha e Lopes passou defender publicamente seu padrinho político: "Bolsonaro não é racista, e eu sou a prova disso"[48] foi uma das frases proferidas por Hélio pouco antes da decisão do STF se Bolsonaro seria ou não réu na ação movida contra o atual presidente. Desde sua eleição, o deputado já apresentou diversos projetos, e mesmo que nenhum deles tenha sido aprovado ainda, a atuação em que mais tem se destacado ainda é aquela que vem desempenhando desde a campanha de 2018: a defesa do Presidente da República. Seja se contrapondo às diversas acusações de racismo, homofobia, misoginia ou corrupção que têm se multiplicado desde as eleições ou divulgando as ações do presidente, as publicações que alcançam seus seguidores das redes sociais – mais de 1 milhão de seguidores que acumulou no Instagram, mais de 300 mil pessoas no Facebook e quase 300 mil seguidores no Twitter – são em grande maioria relacionadas às ações do presidente ou repostagens das páginas de Bolsonaro ou de seus filhos. Muito pouco se vê sobre prestações de contas de sua atuação na Câmara Federal. Mesmo depois da eleição de Bolsonaro à presidência, Hélio segue sendo seu fiel escudeiro: o acompanha em muitas das *lives* – meio virtual encontrado pelo presidente para dialogar com seus apoiadores – e também em diversas viagens pelo Brasil e pelo mundo.

A terceira e última figura que apresentarei nesta dissertação é a de Sérgio Nascimento de Camargo, ou apenas Sérgio Camargo, que, atualmente, ocupa a presidência da Fundação Palmares, "primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira" (FUNDAÇÃO PALMARES, 2016). Jornalista de formação, apresenta-se em sua conta no Twitter como um "negro de direita, antivitimista, inimigo do politicamente correto, livre"[49]. Sua indicação à presidência da Fundação Palmares foi extremamente contestada e chegou a ser suspensa

[48] https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45831493
[49] https://twitter.com/sergiodireita1

pela Justiça, após determinação judicial[50], devido às suas declarações que frequentemente se chocam com o objetivo principal da fundação que preside. Camargo já afirmou que "a escravidão foi terrível, mas benéfica para os descendentes"[51] e também que "o Dia da Consciência Negra é uma vergonha e precisa ser combatido incansavelmente até que perca a pouca relevância que tem e desapareça do calendário"[52]. Embora seja filho do ilustre poeta Oswaldo de Camargo, expoente não só por sua literatura como também pela militância no movimento negro, Sérgio Camargo não mede esforços para atacar as pautas construídas por seu pai e suas declarações são frequentemente tentativas de deslegitimar as ações do "movimento negro" e da "esquerda" que "impregna" o movimento negro.

No dia 23 de novembro de 2019, em sua página no Facebook, Camargo escreveu: "O Brasil terá um movimento de negros da direita conservadora. **Nós somos muitos! E sempre existimos!**"[53](grifo meu). Essa proposição da criação de um movimento de negros de direita e conservadores é uma constante não só nos discursos de Camargo, mas também nos de Holiday e Lopes. É recorrente em seus vídeos, posts, pronunciamentos e outras formas de expressão o desejo de construir esse movimento negro ativista, de direita e conservador.

Já as afirmações grifadas constroem alguns sentidos importantes que merecem destaque; observando os textos reproduzidos na imprensa negra na metade do século passado – da qual já tratamos no capítulo anterior –, podemos dizer que há uma parcela da população negra, especialmente daqueles que chegaram à classe média, que é conservadora porque suas subjetividades foram atravessadas pelo ideal do embranquecimento. Isso quer dizer que essa parcela, para se aproximar do ideal de brancura construído pelo colonizador, rejeita todas as produções que são próprias dos negros e exalta aquelas oriundas da cultura branca. Nesse sentido, sim, desde muito tempo, a luta pela inclusão dos negros na sociedade brasileira existe de diversas formas,

[50] https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/12/governo-suspende-nomeacoes-dos-presidentes-da-fundacao -palmares-e-iphan.ghtml
[51] https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/presidente-da-fundacao-palmares-nomeado-por-bolsonaro
-diz-que-brasil-tem-racismo-nutella.shtml
[52] https://www.facebook.com/sergio.camargo.184/videos/2485840924804567/
[53] https://www.facebook.com/sergio.camargo.184/posts/2493197787402214

inclusive por essas tentativas individualistas de ascensão social e/ou da assimilação da cultura do opressor. Contudo, ao adotar a palavra "sempre", Camargo se aproxima daquelas estratégias discursivas nacionalistas, como apontadas por Hall (2005), especialmente aquela que diz respeito ao foco nas *origens*, *tradições* e na *intemporalidade*. Dizer que os negros de direita são *muitos* e *sempre* existiram mobiliza sentidos de uma tradição significativa e autêntica [já que é adotada por "muitos"] e longínqua [o que remete a uma ideia de permanência e também de autenticidade das práticas desses grupos]. Se, como enfatiza Camargo, os negros de direita sempre existiram e, adotando a compreensão do poder não somente como uma imposição, mas como uma série de relações que são organizadas em função da resistência ou da manutenção dessas mesmas relações, quais são as condições que permitiram a emergência e ampla difusão desses discursos negros da direita na contemporaneidade?

Alinhando-me a Maingueneau (2005, p. 127) para pensar essas mudanças dentro do campo discursivo, destaco que "a mudança de dominação discursiva num campo é acompanhada também de uma mudança correlativa nos **espaços institucionais** (grifo meu), e que tal mudança é pensável em termos de **semântica global**". Diante dessa afirmação sobre as relações intrínsecas entre instituição e discursos, proponho-me a refletir sobre como mudanças institucionais – o avanço do neoliberalismo nos governos pelo mundo e os avanços tecnológicos, especialmente a democratização do acesso internet e o uso de algoritmos – aliados a discursos racistas e nacionalistas possibilitaram que esses discursos reacionários ganhassem expressão social e adesão de uma parte do povo brasileiro.

Ressalto ainda que, pensar essas mudanças em termos de semântica global, tem a ver com compreender que, diante de um discurso, não existe uma verdade exata a ser buscada nem sequer uma essência que se revele ao longo do processo da análise. Tampouco existe um pensamento hierárquico no qual um único plano discursivo (como vocabulário, tema, enunciação) ganhe preponderância sobre os demais ou que contenha em si alguma característica mais profunda ou reflexiva do que os demais. Os procedimentos construídos em termos de semântica global não levam em conta noções como "essencial" e "superficial", que se aproximade um pensamento estruturalista da língua ou até mesmo do pensamento humano em suas produções discursivas. Nesse

sentido, destaca Maingueneau (2005, p. 80): “não pode haver fundo, ‘arquitetura’ do discurso, mas um sistema que investe o discurso na multiplicidade de suas dimensões”.

Para além dessa recusa em separar as dimensões discursivas em caixas hierarquizadas, pensar os discursos em termos de semântica global é também recusar-se a pensar a língua como estática ou morta e, ao analisar discursos, compreender que os planos que analisamos são arbitrários e constituídos pelo olhar do analista.Por isso, o que se verá mais a frente em minhas análises é apenas um dos modos possíveis, construído com base em minhas subjetividades, para tecer uma análise sobre essas produções discursivas. Nada impede que novos olhares sobre esse mesmo corpus construam novos olhares, novas categorias e novas conclusões.

Seguindo ainda o pensamento de Maingueneau (2005, p. 126) sobre as “instituições que tornam um discurso possível” e sobre a “juntura do discurso e das instituições que produzem e fazem circular enunciados” (MAINGUENEAU, 2005, p. 128), parece-me evidente na construção desses discursos o papel do ambiente digital e de suas plataformas [Facebook, YouTube, Twitter, Instagram, WhatsApp], por meio das quais esses sujeitos difundem suas ideias. A contemporaneidade tem sido fortemente marcada pela democratização do acesso às redes virtuais e pelo uso das plataformas digitais, seja por uma boa parte da população e até mesmo pelas instituições. Hoje não somente pessoas possuem perfis pessoais nessas plataformas, mas também empresas, organizações, secretarias e ministérios produzem conteúdos para serem disponibilizados no Twitter, no Facebook, entre outros. Esse diagnóstico aponta para a importância que o ambiente virtual tem ocupado em nossas vidas e em nossas relações sociais.

Sobre os discursos produzidos na internet, Barros (2015) traça algumas de suas principais características, bem como seus efeitos de subjetividade. Assim, para a linguista, “os textos na internet ocupam posições temporais sempre intermediárias entre os pontos extremos da fala e da escrita ideais” (BARROS, 2015, p. 16) Ao longo do desenvolvimento desse pensamento, a autora aponta como o discurso na internet reúne características da fala – ao utilizar-se de ferramentas de interação que simulam uma conversa no mundo real, como os aplicativos de mensagens instantâneas como *WhatsApp* e *Messenger* – porém também escrita, uma vez que, embora simulem uma fala e adotem uma escrita informal, esses textos são majoritariamente construídos por

meio da escrita. Justamente por isso, os discursos na internet acabam produzindo efeitos de subjetividades de ambas as manifestações discursivas. Dessa forma, muitos dos textos escritos na internet, por simularem um ambiente de uma conversa, produzem os mesmos efeitos da fala – proximidade, improviso, espontaneidade, cumplicidade e afetividade – que, nesse ambiente, são positivados enquanto rejeitam/negativam os efeitos da escrita – objetividade, distanciamento, formalidade, elaboração.

Barros (2015) destaca ainda um componente importante: a organização enunciativa e veridictória dos discursos na internet, ou seja, a pesquisadora aponta como os discursos produzidos na internet são majoritariamente considerados como verdadeiros, mesmo que muitas vezes eles, inicialmente, pareçam falsos. Para refletir sobre esse status de "produtora da verdade" conferida à internet com o passar dos anos, não se pode deixar de considerar a forma como ela foi construída e se expandiu: desde que surgiu, havia grandes promessas de que a internet seria um espaço livre, democrático e igualitário (SILVA, 2020). Desse modo, a internet vem sendo produzida ao longo das últimas décadas como um espaço onde é possível encontrar diversas "verdades" que teriam sido ocultadas ao longo da história e os discursos elaborados nesse ambiente, em decorrência dessas premissas do ambiente internético, são considerados como grandes revelações. Essas características permitem a diferentes sujeitos fabricarem discursos que constroem a si e aos seus coenunciadores como perseguidos, por saberem de uma "verdade oculta", e também como "heróis", por terem a coragem de revelar essa mesma "verdade oculta" ao mundo, ainda que essa verdade seja deliberadamente falsa. Esse pequeno contexto nos mostra como os valores positivados e negativados nos ambientes internéticos (BARROS, 2015) estão diretamente relacionados a sua invenção e desenvolvimento: na internet, enquanto "espontaneidade", "improviso" e "proximidade" apontam para essa ideia de uma verdade a ser revelada para o mundo, "elaboração", "objetividade" e "formalidade", em contrário, apontam para grandes conspirações e ocultação da verdade.

Embora se mantenha esse status veridictório, e um discurso de horizontalidade e democracia, também nos ambientes virtuais os atravessamentos da governamentalidade neoliberal têm transformado as relações. Traçando um paralelo com o ideal de liberdade [de Mercado] defendido pelos liberais, que constantemente massacra muitos e beneficia

poucos, na internet, vê-se cada vez mais nitidamente o processo de concentração tanto de renda quanto de informações. Essa concentração é fruto do que Silva (2020) chama de datificação: a transformação de redes sociais, que inicialmente tinham o formato de *sites* (páginas na internet), em grandes plataformas que concentram uma grande quantidade de informações das mais diversas sobre seus usuários. Com o apoio do capital financeiro, diversas empresas com acesso a informações pessoais de seus usuários – tais como Google, Facebook, Amazon e Apple – passaram a investir na contratação de especialistas das mais variadas áreas científicas a fim de otimizar a capacidade de monetização da audiência (SILVA, 2020). De especialistas em design, marketing e informática a psicólogos e outros especialistas em comportamento humano e interação na internet, uma grande força-tarefa foi se construindo para garantir mais lucratividade para as plataformas e as empresas que são suas parceiras/clientes.

Toda essa acumulação de informações sobre os indivíduos, que se formou através de sistemas algorítmicos, é potencializada graças ao processamento dessas informações através da inteligência artificial, ou *big data*. Segundo Silva,

> Os sistemas algorítmicos tomam decisões por nós e sobre nós com frequência cada vez maior. A "autoridade é crescentemente expressa algoritmicamente. Decisões que eram normalmente baseadas em reflexão humana agora são feitas automaticamente. Software codifica milhares de regras e instruções computadas em uma fração de segundo" (Pasquale, 2015, p. 4). Estas decisões trazem impactos em diferentes níveis de imediaticidade e sutileza, podendo modular o comportamento e condutas de seus usuários. (SILVA, 2020, p. 123)

Esses processos de *big data* e gestão do comportamento humano me parecem facilmente correlacionáveis com a gestão das populações e os conceitos de governo e biopoder desenvolvidos por Foucault (2008). No entanto, diferente das métricas e estatísticas obtidas pelos fisiocratas – que tinham informações a partir de uma escala mais generalizada – a inteligência artificial acumula informações precisas sobre cada indivíduo e não mais somente sobre grandes grupos populacionais. Pensando na lógica de gestão do desejo, também apresentada por Foucault (2008), o tipo de poder/controle que se pode exercer sobre esses sujeitos é ainda maior, uma vez que, por meio do uso das redes sociais, o indivíduo fornece continuamente relatórios de informações detalhadas sobre seus pensamentos, preferências, localizações, entre outros.

Nesse sentido, a relação entre a "liberdade" prometida pelos primeiros anos da internet se vê a cada dia mais comprometida pelos processos de datificação (SILVA, 2020), enquanto o *big data*, defendo, se aproxima mais e mais do dispositivo de segurança:

> a segurança tem essencialmente por função responder a urna realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ele responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule. Essa **regulação no elemento da realidade** é que é, creio eu, fundamental nos dispositivos da segurança (FOUCAULT, 2008, p. 61, grifo meu)

Ainda segundo Foucault:

> essa reivindicação da liberdade foi urna das condições de desenvolvimento de formas modernas ou, se preferirem, capitalistas da economia. [...] essa liberdade, ao mesmo tempo ideologia e técnica de governo, essa liberdade deve ser compreendida no interior das mutações e transformações das tecnologias de poder. E, de uma maneira mais precisa e particular, **a liberdade nada mais é que o correlativo da implantação dos dispositivos de segurança** (FOUCAULT, 2008, p. 63, grifo meu)

Pensar as plataformas da internet, com suas configurações e seu uso nos dias atuais como um dispositivo de segurança tem relação direta com a presença cada vez mais constante dos *gadgets*[54] em nosso cotidiano e na mediação de nossas relações. Em decorrência disso, aumentaram significativamente os investimentos em publicidade na internet. Para garantir o retorno financeiro desses investimentos, o uso dos algoritmos e dos processos de datificação têm sido fundamentais, e em consequência desse uso, os ambientes virtuais têm se tornado cada vez mais fragmentados, criando o que hoje é conhecido como as "bolhas da internet". Essas bolhas são formadas principalmente porque, com a finalidade de manter as pessoas expostas o máximo de tempo possível a anúncios de seus clientes, os algoritmos capitaneados por inteligências artificiais criam sugestões de conteúdo baseados nos interesses de cada usuário.

É o que expõe o projeto *TheirTube* promovido pela *Mozilla Foundation* sobre o funcionamento dos algoritmos no *YouTube*: conforme a pesquisa promovida pela organização, 70% do conteúdo assistido pelos usuários da plataforma é decorrente de

[54] Termo utilizado para se referir a dispositivos eletrônicos portáteis tais como celulares, notebooks, tablets, leitores de e-book, entre outros.

conteúdos sugeridos pelo algoritmo (MOZILLA FOUNDATION, 2020). Isso quer dizer que a maior parte dos conteúdos a que os usuários do *YouTube* têm acesso não foi selecionada por uma pessoa, e sim por um cálculo cuja função é manter o usuário dentro da plataforma. Justamente por isso, a grande maioria dos conteúdos oferecidos aos que acessam o YouTube de alguma maneira corrobora com as posições dos usuários. A ausência de vídeos que destoem daquilo que o usuário já buscava inicialmente e a massificação do recebimento de conteúdos que reforçam suas crenças é o que cria essas "bolhas filosóficas/ideológicas" (MOZILLA FOUNDATION, 2020).

Para além das recomendações puras e simples dos cálculos da inteligência artificial, há mais um elemento importante que vem levantando indagações no funcionamento dessas plataformas, que é a proliferação, e mais, o favorecimento de conteúdos falsos e, especialmente, dos discursos de ódio na internet. Sobre esse caso, a jornalista Yasodara Córdova (2019) produziu um dossiê para o jornal *The Intercept Brasil*. Nele, aponta que, no ano de 2010, quando foi criado o sistema de recomendações, ele já era responsável por 60% dos cliques dos usuários (CÓRDOVA, 2019). Em 2015, com o desenvolvimento do chamado "aprendizado de máquina" e, posteriormente, com a tecnologia de inteligência artificial (I.A). denominada *Tensor Flow*, os seres humanos foram oficialmente descartados da supervisão do sistema. A sofisticada I.A. agora é capaz de compilar dados dos mais objetivos, até mesmo os mais sutis, como o tempo que o usuário assiste a um vídeo, seus likes e deslikes, as pausas que faz, os lugares que o mouse aponta, seus cliques ao longo das reproduções e, até mesmo como se dá o controle do volume pelo usuário. Todo o relatório de dados fornecido pelos usuários é transformado em métricas e compartilhado por diversos criadores de conteúdo para a plataforma – os *youtubers* – através de uma plataforma própria de conteúdo para eles: o *YouTube Studio*. Nessa plataforma, atendendo às métricas de audiência da plataforma, os *youtubers* são estimulados a produzir conteúdos considerados extremistas ou "bizarros", pois são os que mais atraem e mantêm os usuários conectados (CÓRDOVA, 2019). Em consequência disso, esses conteúdos são também os que mais recebem anúncios e, portanto, os mais recomendados para os usuários. Dessa maneira, esses conteúdos, que estou denominando de conspiracionistas, extremistas, especialmente da extrema direita, passaram a alcançar uma quantidade cada vez maior de pessoas e o comportamento dos usuários diante desses vídeos vai cada vez

mais imergindo as pessoas na bolha de conteúdos da extrema direita, sem acesso ao contraditório. Córdova (2019) ressalta ainda que, no Brasil, muitos dos produtores de conteúdo da extrema direita no YouTube reforçam suas ideias através da participação dos usuários em outras plataformas como o WhatsApp, por exemplo. Esse tipo de estratégia de comunicação garante a massificação de um mesmo tipo de conteúdo em diversas plataformas e, desse modo, as paredes da bolha tornam-se ainda mais intransponíveis e as "verdades" cada vez mais "absolutas".

Entender o funcionamento da internet e, sobretudo, das plataformas digitais aliadas ao neoliberalismo é um elemento fundamental para compreender a ascensão da extrema direita, mas percebê-la como um eficiente dispositivo de segurança (FOUCAULT, 2008), como um potente mediador da realidade, é um elemento chave para assimilar a preferência desses meios sobre os outros possíveis para a disseminação dos discursos dos cidadãos [negros ou não] de bem. Como já citado anteriormente, assim como os demais produtos e produtores do Estado Moderno/capitalista/liberal, o dispositivo de segurança tem na ideia de "liberdade", fundante na filosofia moderna ocidental, a sua principal força.

Nesse sentido, ao tratar das práticas discursivas de maneira mais ampla e não somente da disputa discursiva em um espaço institucional supostamente neutro, Maingueneau aborda a relação entre instituições e enunciados no caso do humanismo devoto, evidenciando que as "instituições parecem submetidas ao mesmo processo de estruturação do discurso propriamente dito" (MAINGUENEAU, 2005, p. 128) e são descritas nos mesmos moldes da formação discursiva, deste modo: "o mundo, a instituição e o texto fundem-se numa mesma enunciação" (MAINGUENEAU, 2005, p. 132). Essa lógica nos guia à relação central entre o conteúdo produzido pelos "cidadãos de bem" e as plataformas digitais às quais mais recorrem como meio de validação de seus discursos. Eliminada essa concepção, inclusive bastante moderna, de que existe neutralidade e até mesmo uma espécie de meritocracia nesses embates discursivos, recorro à ideia de governamentalidade neoliberal, já tratada nesta dissertação, como o grande pano de fundo no qual tanto as instituições quanto as práticas discursivas e subjetividades produzidas por esses grupos têm sido forjadas.

Para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo – especialmente nos moldes como vem ganhando força e proeminência nos dias atuais, a partir das escolas austro-americana e neoaustríaca – não pode ser considerado apenas um reavivamento da doutrina liberal originalmente fundada por Adam Smith. Os autores destacam que é preciso refletir sobre as contribuições originais que essa vertente tem construído e também sobre os efeitos subjetivos de sua aplicação nas instituições. Nesse sentido, eles apontam que "não captaríamos a originalidade do neoliberalismo se não víssemos seu ponto focal na relação entre as instituições e a ação individual" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 133). Mais do que modificar as dinâmicas econômicas, a proposta de Mises, Hayek e os demais filósofos dessa vertente neoliberal atravessa as formas de pensar e de se relacionar com o Estado e como sociedade. Ainda conforme Dardot e Laval (2016, p.135), "o neoliberalismo apresenta-se como um projeto político que tenta criar uma realidade social que supostamente já existe". Parece-me que essa doutrina neoliberal propõe uma reformulação das relações através de uma articulação de diversos saberes-poderes cuja função principal é dar sustentação ao capitalismo como único sistema possível de organização social.

Para tanto, nessa nova concepção de mundo, o *Homo Economicus*, idealizado pelo liberalismo clássico – no qual o homem e sua ação individual levam a máquina econômica ao equilíbrio – ganha nova forma: *o empreendedor* ou *homem-empresa* (DARDOT; LAVAL, 2018). Nessa nova dimensão de vida construída pelos neoliberais, o conceito de equilíbrio não tem mais espaço. Sendo uma doutrina que privilegia os valores de competição e de rivalidade, o Estado é construído como seu principal inimigo, uma vez que sua função de regulação é a todo tempo produzida como uma ameaça à liberdade do mercado, uma ditadura que "perturba a perfeita democracia do consumidor" (DARDOT; LAVAL, 2018, p. 137).

Para mim é evidente que essa nova governamentalidade, especialmente esse descrédito/ódio pelo Estado e sua construção como inimigo da sociedade e da democracia está na base das vitórias políticas e ideológicas de diversos defensores dos discursos neoliberais ao redor do mundo. Nesse cenário, explicita Fraser (2018, p. 44): "É como se massas de pessoas em todo o mundo pararam [sic] de acreditar no reinante senso comum que sustentou a dominação política nas últimas décadas". Figuras como

Trump nos Estados Unidos, Orbán na Hungria, Duterte nas Filipinas, Hernandéz em Honduras e Bolsonaro no Brasil são exemplos de governos que se elegeram com discursos extremistas, tendo como base cenários de crise política e social, se construindo como *outsiders* [externos] da cena política e com programas neoliberais de desmonte do Estado.

No entanto, mais do que o desmonte do Estado como o concebemos nas últimas décadas, para garantir que essa governamentalidade neoliberal substitua a anterior de maneira absoluta, é fundamental construir a competição e a rivalidade como valores positivos e, em decorrência dessa positivação, "moldar os sujeitos para torná-los empreendedores que saibam aproveitar as oportunidades de lucro e estejam dispostos a entrar no processo permanente de concorrência" (DARDOT; LAVAL, 2018, p. 136). Assim como o Céu de Severo citado por Foucault (2014), o empreendedorismo como valor social e humano tem sido mobilizado pelas mais diversas instituições num movimento que Dardot e Laval (2016, p. 151) nomeiam "universalidade do homem-empresa". Nesse movimento, além dos Estados de forma autônoma, diversas organizações mais amplas como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a União Europeia (UE) e a Organização das Nações Unidas (ONU) têm elaborado discursos que contribuem para incentivar a formação dos sujeitos dentro do "espírito do empreendimento" (DARDOT; LAVAL, 2016). No Brasil, esses discursos são cada vez mais recorrentes, especialmente com a disseminação das *think tanks* e das ações promovidas por elas tanto a nível governamental, quanto educacional e midiático e, para obter sucesso no país, as práticas discursivas desses sujeitos precisam se adequar ao contexto no qual eles se inserem.

As relações entre ideias liberais/meritocráticas e o dispositivo nacionalista brasileiro já foram explicitadas nesta dissertação, no entanto, assim como o neoliberalismo não é apenas um retorno do liberalismo clássico, a emergência desses discursos racistas e nacionalistas também não o é. A seguir, destacarei como a implantação do discurso neoliberal no Brasil se utiliza da brasilidade como dispositivo – e portanto como um mecanismo de poder com alta capacidade de adaptação e assimilação – para se reforçar e, ao mesmo tempo, aprofundar as desigualdades raciais já consolidadas por nossa longa história de escravidão e seu legado racista. Desse modo,

proponho-me a fazer uma reflexão sobre como esse discurso se estrutura a fim de que possamos refletir e nos articular diante dessa nova organização política e social que vem ganhando espaço no cenário nacional.

Tanto nas questões discursivas quanto nas questões da construção de identidade, o Outro tem papel determinante: o dia existe porque existe a noite. Um círculo não é quadrado, nem retângulo. A árvore não é uma flor, nem uma semente. Cada uma dessas coisas tem um significado e um valor social que determinamos a partir de suas diferenças e, no entanto, nem todas essas coisas são necessariamente hierarquizadas ou postas em confronto. Mas, no caso dessa construção discursiva e de identidade que se estabelece entre os cidadãos [negros] de bem, o embate é uma questão fundamental. Recuperando novamente os escritos de Maingueneau (2005, p. 123): "o mesmo não polemiza a não ser com aquilo que se separou à força para constituir-se, e cuja exclusão reitera explicitamente ou não, através de cada um de seus enunciados".

Tal como essa onda conservadora/reacionária se apoia de forma ampla em sua oposição ao "perigo" representado pela "esquerda" e pelo "PT", esse discurso negro conservador se coloca em oposição ao "movimento negro de esquerda". Como uma espécie de sub-discurso do movimento conservador-reacionário-neoliberal, que vem ganhando espaço no Brasil e que tem como principal representante o atual Presidente da República, as ideias produzidas pelos cidadãos [negros] de bem também se constituem da adoção de uma série de reducionismos: o que solapa a multiplicidade de movimentos negros existentes, tanto ao longo da história, quanto os que se avolumam nos dias atuais é um deles. Ainda em sua relação intrínseca com os discursos conservadores-reacionários-neoliberais, os discursos produzidos por aqueles que compartilham dessa subjetividade criam uma associação direta entre "o movimento negro" e "a esquerda", como se ambos não fossem movimentos sociais/políticos com concepções diversas de elaboração e de atuação, por vezes contraditórias e/ou incompatíveis como já apontava Lélia Gonzalez (2018), ao afirmar a existência de diversos movimentos negros no Movimento Negro.

Suas práticas discursivas, inclusive, alinham-se bastante àquelas produzidas por um movimento negro brasileiro de massas: a Frente Negra Brasileira (FNB), que,

durante a sua existência entre os anos 1930 e 1937, produziu textos como o *Canto da criança frente negrina*:

> Criança frentenegrina,/ Quero meus pais imitar./**É ordem que recebi:/ Aprender e trabalhar**./ Quem recua, trai a Raça:/ Quem duvida é Judas vil./ **Eu aceito a Disciplina,/ Pela glória do Brasil**./ Trabalho por minha Pátria,/ Progrido por minha Gente./ Criança frentenegrina/ Sempre avança para a frente./ Posso o que podem os outros,/ O que sabem também sei;/ Numa coisa eu venço a todos/ **No Trabalho o negro é rei!**/ Menino Negro! Esta Pátria,/ Desde o Prata até o Pare/ Chama por ti esperançosa:/ Que esperar, Negro? Vem já!/ Ouve, Negrinho valente!/ O Brasil grita por ti/ E o grito da Pátria ansiosa/ Vem do peito de Zumbi! (OLIVEIRA, 2002, p. 98-99, grifo meu)

Tal como na imprensa negra, reavivada na década de 1950, pós-Ditadura do Estado Novo de Vargas, que interrompeu a atuação da FNB, é possível perceber como as práticas discursivas desses movimentos se apoiam, concordam e até reforçam as ideias construídas sobre o negro em nossa formação nacional. Sua existência foi possibilitada – como afirma Laiana Lannes de Oliveira (2002) – pelos novos discursos da formação nacional que emergiram, como a primeira posse de Vargas com seu discurso nacionalista, o lançamento do ícone nacional *Casa Grande e Senzala* (1933), livro de Gilberto Freire, a valorização do mestiço como elemento nacional em oposição aos discursos racialistas deterministas anteriores. A própria FNB, ao se constituir como partido político em 1936, defendia um projeto político para o Estado com inspirações autoritárias e ultranacionalistas (DOMINGUES, 2007).

Nesse cenário, a atribuição da desigualdade à "vagabundagem" do negro e não às condições precárias e o trabalho forçado a que foi submetido desde seu sequestro em África, além de todo o abandono no pós-abolição, podem ser interpretados como uma tentativa de integração do negro nesse "novo Brasil". Ao reproduzir esse tipo de discurso, no entanto, aqueles que se alinham a ele implicitamente concordam com o dispositivo nacionalista brasileiro, com a premissa nele presente de que no Brasil não há nenhum tipo de preconceito e de que aqui todos são tratados como iguais.

Se, historicamente, movimentos como a FNB e a imprensa negra estão, em diversos aspectos, alinhados discursivamente a esse movimento conservador, quem seria esse Outro/Inimigo tão fundamental na construção da polêmica fundante da

identidade negra conservadora contemporânea? Para esta dissertação, a fim de delimitar o espaço discursivo ao qual os cidadãos [negros] de bem (doravante, CnB) fazem oposição, usarei como referência primeira o Movimento Negro Unificado (MNU). Segundo Ângela Figueiredo (2018, p. 1084):

> [entre os anos] 1978-2000, tem destaque a criação do Movimento Negro Unificado (MNU). Do ponto de vista do contexto político, o MNU foi influenciado tanto pela luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, quanto pelos movimentos de libertação dos países africanos. Muitos dos ativistas negros que contribuíram para a formação do MNU foram influenciados pela crítica marxista ao capitalismo, destacando o modo como o racismo serve a este sistema.

Surgido no bojo dos movimentos de luta contra a ditadura militar no Brasil na década de 1970, o MNU – fundado oficialmente no dia 18 de junho de 1978 em São Paulo – é uma entidade que reuniu diversas organizações de movimentos negros existentes à época em suas mais diferentes manifestações culturais e políticas. Entre as assinaturas do manifesto inaugural estão:

> Câmara de Comércio Afro-Brasileira, Centro de Arte e Cultura Negra, Associação Recreativa Brasil Jovem, Afrolatino América, Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira, Associação Cristã Beneficente do Brasil, Jornegro, Jornal Abertura, Jornal Abertura, (sic) Jornal Capoeira, Company Soul, Zimbabwe Soul" (GONZALEZ, 2018, p. 164)

Observando o texto construído por aqueles que inauguraram o MNU, é notável o deslocamento discursivo deste em relação aos discursos tanto da Frente Negra Brasileira quanto da classe média negra que constituiu majoritariamente a Imprensa Negra e as "entidades negras recreativas" (GONZALEZ, 2018, p. 149) nos períodos anteriores ao golpe militar.

> ainda na fase de sua convocação, não podemos mais calar. A discriminação racial é um fato marcante na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento da comunidade Afro-Brasileira, destrói a alma do homem negro e sua capacidade de realização como ser humano [...] Não podemos mais aceitar as condições em que vive o homem negro, sendo discriminado na vida social do país, vivendo no desemprego, subemprego e nas favelas. Não podemos mais consentir que o negro sofra as perseguições constantes da polícia, sem dar uma resposta (GONZALEZ, 2018, p. 163-164).

Diferentemente dos movimentos negros que anteriormente despontaram no cenário nacional, o MNU, desde sua fundação, aponta fortemente para a farsa da democracia racial brasileira que constitui um de nossos mais arraigados mitos fundacionais. Indo também na direção contrária de seus antecessores, o Movimento Negro Unificado não particulariza a questão racial, nem isenta o Estado e suas instituições do racismo que lhes dá sustentação. Nessa perspectiva de reconhecimento do Estado racista brasileiro, a emancipação individual não é uma solução possível, uma vez que o problema é sistêmico. Diante dessa compreensão coletiva de luta, é simbólico que, ao se reunirem no dia 7 de julho de 1978, após diversas manifestações de apoio em outros estados do Brasil, as cerca de duas mil vozes presentes nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo leram em conjunto a Carta Aberta em que reivindicavam "uma autêntica democracia racial brasileira" (GONZALEZ, 2018, p. 168).

Não consigo dissociar a ameaça que a proliferação dessa organização dos movimentos negros que desafiavam o ideário nacional representava em tempos de uma ditadura com ideais nacionalistas. Embora outras organizações estudantis e sindicais já viessem se organizando e lutando contra o Estado, foi em exatos seis meses após o lançamento do MNU que se instituiu a Lei no 6.620/1978, Lei de Segurança Nacional, que definia que "a guerra revolucionária é o **conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia**, ou auxiliado do exterior, que vise à **conquista subversiva do poder** pelo controle progressivo da Nação" (BRASIL, 1978, grifo meu). Ainda segundo essa mesma lei, as manifestações, produções midiáticas que apontassem as desigualdades raciais e o racismo que estrutura a sociedade brasileira podiam ser considerados como "guerra psicológica adversa", definida no parágrafo segundo:

> A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos políticos, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, **contra a consecução dos objetivos nacionais**. (BRASIL, 1978, grifo meu)

Mesmo com a perseguição do Estado, o MNU foi atuante no combate à ditadura militar e seguiu contestando a história oficial. Participou do processo de democratização

e ainda hoje é um movimento organizado. Para Figueiredo (2018, p. 1084) as principais contribuições do MNU foram:

> a desmistificação da mestiçagem, considerada como uma ideologia alienadora e, consequentemente, a crítica à democracia racial brasileira, como ideologia e como conceito interpretativo sobre o Brasil; A substituição do dia de 13 de Maio pelo dia 20 de Novembro, como o dia Nacional da Consciência Negra; O combate aos estereótipos raciais; A demanda pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares; A assunção de religiões de matrizes africanas; A ressignificação do termo negro para autoclassificação da cor no Brasil – a popularização do termo está intimamente relacionada às questões de afirmação da identidade negra; E a criação de uma área específica de direito e relações raciais.

Essas conquistas elencadas por Figueiredo (2018) são a indicação mais objetiva de que o MNU – e aqueles que se alinham a ele – são "o movimento negro" a que as figuras negras conservadoras se opõem, uma vez que é explícito em suas práticas discursivas a negação e a tentativa de desmonte de cada uma dessas pautas defendidas pelo Movimento Negro Unificado. Essas posições discursivas reafirmam a proposição de Maingueneau (2005, p. 123) de que "o O Outro representa esse duplo cuja existência afeta radicalmente o narcisismo do discurso, ao mesmo tempo em que lhe permite aceder à existência". Se, por um lado, esses discursos atacam abertamente as conquistas do Movimento Negro nas últimas décadas, é somente em função dessas conquistas que se abre espaço institucional para a emergência de discursos do tipo conservador/reacionário defendido por esses sujeitos. Por uma questão analítica, esse Outro ao qual os CnB fazem oposição chamarei de MNU+. Opto por essa sigla, uma vez que, ainda que o MNU seja uma grande referência, muitos outros movimentos surgiram desde a sua fundação e não necessariamente são uníssonos em toda sua atuação, dessa forma considero nesta formação discursiva [FD] os discursos do MNU e daqueles que de alguma maneira se alinham a ele.

Retomando as reflexões sobre como se dá a estruturação do discurso dos CnB, comecei o processo de seleção do córpus para análise: inicialmente produzi uma ampla coleta de textos através do uso de uma ferramenta disponibilizada pela plataforma Google chamada *Google Alerts*. Nela, é possível incluir alguns termos-chave e, a partir dessa inclusão, o usuário passa a receber relatórios por e-mail contendo links nos quais

os termos selecionados aparecem. Incluí os termos “Fernando Holiday” e, por uma questão dos múltiplos nomes com os quais se apresenta o deputado Hélio Lopes, acrescentei, além de seu nome, os termos “Hélio Negão” e “Hélio Bolsonaro” à busca. O termo “Sérgio Camargo” foi incluído posteriormente, uma vez que seu aparecimento no cenário político nacional ocorreu apóso início da escrita desta dissertação.

Os resultados que surgiram após as referidas buscas me ajudaram a construir um panorama mais geral tanto das atuações quanto do apoio ou da contestação que esses sujeitos vêm recebendo da mídia e da sociedade. Isso foi possível porque, devido à expressão dessas figuras, cada posicionamento dado por eles gerava inúmeras matérias de jornais e revistas eletrônicas, textos e vídeos que opinavam sobre seus discursos e posicionamentos e mesmo comentários tecidos a seu respeito por parte de usuários das redes sociais nesses respectivos espaços virtuais. No entanto, para atender ao objetivo de entender o funcionamento discursivo dessas identidades emergentes era preciso fazer um recorte que incluísse os discursos produzidos ou reproduzidos pelos próprios sujeitos nos quais esta pesquisa se referencia. Desse modo, passei a privilegiar o conteúdo disponibilizado por eles em suas páginas oficiais nas plataformas digitais Facebook, YouTube, Twitter e Instagram(**Helio Lopes:**https://www.facebook.com/depheliolopes/, https://twitter.com/depheliolopes, @depheliolopes no Instagram e o canal Deputado Hélio Lopes no YouTube*;* **Fernando Holiday:**https://www.facebook.com/fernandoholiday, https://twitter.com/FernandoHoliday, @fernandoholiday no Instagram e o canal Fernando Holiday no YouTube*;* **Sergio Camargo:** https://www.facebook.com/sergio.camargo.184, https://twitter.com/sergiodireita1, @sergiodireitano *Instagram,* Sérgio Camargo não possui página oficial no *YouTube*) e suas produções textuais nos últimos três anos (2018-2020), desde a consolidação do projeto conservador reacionário refletido na eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Ainda assim, o conteúdo disponibilizado era muito vasto, até porque as três figuras são muito ativas no uso das redes sociais, o que aumenta consideravelmente a quantidade de textos disponíveis para análise. Por isso, como meu objetivo envolvia entender como a noção de raça e racismo é construída por essas subjetividades, passei a privilegiar postagens que dissessem respeito a essa temática. Nesse sentido, comecei a

minha busca por datas nas quais a temática "raça" ganha evidência: 13 de maio e 20 de novembro.

A partir dos posts encontrados (ver anexos A a L), fui percebendo outros conceitos importantes que atravessam e sustentam os discursos raciais, de modo que essa exploração inicial me permitisse percorrer as *timelines* em busca de ampliar o corpus de maneira tal que fosse possível dar sustentação teórica a uma pesquisa sobre estrutura discursiva desse grupo. Devido ao fato de que essas subjetividades se originam e se sustentam com base na polêmica, elas acabam por adotar temas que, em sua maioria, são coincidentes com a formação discursiva a qual se pretende contestar. Assim, tal como nos discursos produzidos pelo Movimento Negro Unificado nas últimas décadas, temas como a mestiçagem, o Dia da Consciência Negra, a disputa histórica e o protagonismo dos negros, o combate aos estereótipos raciais e o direito nas relações étnico-raciais são temas que atravessam essas práticas. É no nível da FD, porém, que se evidenciam as dissemelhanças entre ambos. Passei então a categorizar algumas regularidades discursivas que atravessam esses temas, a fim de particularizar essa formação discursiva bem como apresentar elementos importantes na sua produção de sentidos. Essa categorização não é limitadora, até porque vários dos exemplos citados são transversalizados por mais de uma categoria. A proposta é tão somente evidenciar recursos utilizados na construção da FD.

O recorte final do córpus contou com 21 enunciados que foram catalogados (de "a" a "u") e categorizados por sua temática principal. Posteriormente, cada um deles foi analisado a fim de identificar como essa temática se desdobrava nos enunciados, bem como outros subtemas que atravessavam os fragmentos selecionados para, por fim, construir uma análise dos enunciados que evidenciasse como se estruturam esses discursos dos CnB. Todos os fragmentos coletados foram organizados em uma tabela, que será apresentada mais adiante. Nesse primeiro momento, apresentarei as categorias estabelecidas e tratarei de sua descrição bem como das relações que estabeleci a partir das análises do córpus.

O **nacionalismo**, como a própria autointitulação de "cidadãos de bem" já indica, é um dos temas mais trabalhados pelos cidadãos de bem em geral e também pelos CnB. Dentro dessa categoria estão elencadas as "histórias gloriosas" dos "verdadeiros

brasileiros" e a exaltação à bandeira e aos símbolos patrióticos. Como é o caso do slogan utilizado pela campanha de Hélio Lopes e que, ainda hoje, acompanha a maioria de suas postagens: "*Minha Cor é o Brasil*" (*a*), ou ainda em um post de campanha de Hélio com os dizeres "AQUI É LUGAR DE ORDEM E PROGRESSO" (*b*). Esses discursos, ligados à formação da identidade nacional, como já descrito no capítulo anterior, são marcados por discursos construídos como verdades absolutas e inquestionáveis, além de uma forte afirmação de si e dos seus e a consequente exclusão daqueles que são apontados como o Outro.

A **construção do inimigo**, que também carrega relações com o ideal nacionalista, é outro aspecto que aparece com regularidade: essa categoria talvez seja uma das mais características dessa FD. Nela, o enunciador busca atribuir a um grupo outro, o MNU+, uma série de ataques, conspirações, infiltrações, degradações (*d; e; f; g; l; s*), que tornam esse Outro uma figura temível/ ameaçadora. Nesse contexto, o léxico que remete ao combate/ guerra vocabulário é recorrente: verbos como "livrar", "dominar", "degradar", "reduzir", "enfrentar", "combater", "defender" e "sacrificar" atravessam os enunciados e constroem sentidos de uma guerra em curso entre esses dois grupos. A aproximação com os coenunciadores a partir de uma lógica discursiva que constantemente opõem um "nós" (coenunciadores) a um "eles" (Outro/ sujeito ameaçador) pode construir efeitos de subjetividade que afastem os coenunciadores que qualquer contato com outras perspectivas que não aquelas estabelecidas nessa mesma FD.

Ainda dentro da rede de interações estabelecidas pelos CnB está a **brasilidade**. Preferi particularizar essa categoria posto que, ela constitui um elemento importante no sistema de restrições semânticas no interior dessa prática discursiva. Para além da exaltação de símbolos nacionais, das forças armadas e da defesa da pátria de uma forma mais genérica – que serviriam a qualquer tipo de discurso patriótico – alguns elementos discursivos da construção da nacionalidade brasileira, especialmente os que se ligam às concepções de raça/racismo, são constantemente evocados pelos CnB. De maneira geral, essa categoria é formada por discursos que se esforçam para reiterar a versão oficialmente adotada pelo Estado de fatos históricos contestados pelo MNU, como a abolição da escravatura. Mas também aciona discursos como a mestiçagem (*i*) que dão

suporte a argumentos de negação do racismo estrutural. Nesse mesmo sentido, o Mito da Democracia Racial (*k*) aparece para negar o racismo e para reforçar características atribuídas genericamente aos brasileiros.

É a brasilidade que articula algumas restrições importantes nesse discurso: a pacificidade do brasileiro (*k;l*), por exemplo, é um elemento relevante da brasilidade e que poderia conflitar com os cenários de guerra aos quais essa prática discursiva constantemente recorre nas temáticas nacionalistas e de construção do inimigo. Essa observação me levou a perceber como há subentendido nos enunciados dos CnB que evocam léxicos militares ou de guerra, uma ideia de legítima defesa. O que justificaria o "combate/luta incansável" (*g;h;*) dos CnB seria os "massacres" (*h*) promovidos pelo MNU+. Esse tipo de articulação discursiva é, para Mbembe, resultado de um "período depressivo da vida psíquica das nações". Para o camaronês:

> Não ter inimigo - ou nunca ter sofrido atentados ou outros actos sangrentos fomentados por aqueles que nos odeiam, tal como odeiam nosso modo de vida - leva a que não exista uma espécie de relação de ódio que nos autoriza a dar curso a toda espécie de desejos, de outro modo, interditos. (MBEMBE, 2017, p.81)

Maingueneau (2005) e Mbembe (2017) se aproximam bastante ao tratar dessa relação com o Outro que é apenas um simulacro ou uma tradução do Mesmo que produz o discurso.

As temáticas nacionalistas/ufanistas não são os únicos a compor essa formação discursiva. Como já exposto, o fortalecimento da **governamentalidade neoliberal**, seja nos discursos ou nas instituições, é um dos elementos primordiais no fortalecimento dessa FD e, por consequência, seus ideais também atravessam esses discursos. Essa categoria é marcada pelos princípios como "liberdade individual", pela exaltação da figura do "empresário" e pela economicização do discurso. Dentro dessa categoria é possível perceber algumas articulações construídas pelos neoliberais como o Estado = Inimigo ou Socialismo = Estado = Ditadura (*m*).

Um dos fragmentos de Holiday (*n*) é bem significativo de como se dá a disputa neoliberal a respeito da construção discursiva de momentos que antecedem a concepção

neoliberal de mundo. Ao descrever Francisco de Paula Brito, o vereador paulistano afirma que ele foi na sua época "um dos maiores empresários brasileiros", cujo sucesso financeiro teria sido minado pelas "diversas mudanças na sociedade fez (sic) com que os seus negócios decaíssem, diminuindo o parque gráfico e as suas limitações". Bem diferente dessa versão é a nota de falecimento escrita por seu pupilo Machado de Assis (1861, p. 1) que afirma que

> [...] em vez de morrer, deixando uma fortuna, que o podia, morreu pobre como vivera graças ao largo emprego que dava às suas rendas e ao sentimento que o levava na divisão do que auferia do seu trabalho.
>
> Nestes tempos, de egoísmo e cálculo, deve-se chorar a perda de homens que como Paula Brito, sobresahem na massa commum dos homens.

Mesmo que a categoria **meritocracia** pudesse ser incluída na perspectiva neoliberal, sua regularidade discursiva é tão forte que optei por particularizá-la. Ela se constitui por discursos que ressaltam narrativas de superação e perspectivas individualistas, cuja marca mais evidente é o uso da primeira pessoa (*j; n; o*). De um modo geral essas narrativas apagam as lutas coletivas e tendem a utilizar-se dessas histórias "bem-sucedidas" como uma espécie de régua moral para isentar de responsabilidade o sistema racista que sustenta as desigualdades estruturais e subalternizam os negros e as negras. Nessa concepção, casa indivíduo sozinho é responsabilizando-os por seu "sucesso" ou "fracasso".

O discurso meritocrático também é acionado para articular uma desvalorização das políticas sociais de reparação. Construída como uma iniciativa do Estado e, portanto, nessa FD, como inimigo, as cotas raciais podem ser produzidas nos discursos como uma forma de "dominação" (*u*) ou de manipulação. No entanto, um caso recente de cotas na iniciativa privada novamente impulsionou os discursos de ataques com base na defesa de uma suposta igualdade e da "meritocracia". Esse enunciado de Sergio Camargo (*p*) traz um conflito importante dentro do sistema de restrições semânticas dessa formação discursiva. Nele, duas temáticas-chave para o CnB são confrontadas: a "liberdade", especialmente do Mercado, advinda da perspectiva liberal e o complexo de inferioridade do negro, resultado do processo de colonização. No embate entre essas duas restrições, a última prevalece à primeira: é possível compreender a partir desse embate a força que os discursos racistas ainda impõem no Brasil: diante de uma possível

reparação das históricas desigualdades que ainda permanecem estruturando a sociedade brasileira, um discurso que, em princípio, é defensor da não intervenção estatal nas empresas e na economia (CnB), passa a exigir punição do Estado por decisões individuais de empresas privadas, ferindo o princípio do livre Mercado amplamente defendido por aqueles que se intitulam liberais.

Finalmente, as categorias relacionadas aos aspectos raciais são as últimas que abordarei nesta dissertação. São elas **essencialização**, **embranquecimento** e o **complexo de inferioridade do negro**. A essencialização constitui um dos elementos mais fundamentais nessa formação discursiva: são discursos que se utilizam da reivindicação da condição racial dos CnB para deslegitimar as pautas construídas pelo MNU+. Esse tipo de estratégia discursiva tem sido muito utilizada e se referenda em deslocamentos de conceitos forjados pelos movimentos negros a partir de perspectivas eurocêntricas/ neoliberais. É o que aponta Sirma Bilge (2018) sobre os estudos de interseccionalidade e as transformações que o conceito sofreu desde que foi forjado pelas feministas negras até o uso corrente na academia por feministas brancas.

No caso dessa categoria especificamente, o conceito de *lugar de fala* foi inicialmente forjado pelo feminismo negro estadunidense por volta da década de 1980 e utilizado como estratégia militante para dar voz a grupos subalternizados a partir de suas vivências e das condições – ou da ausência – de acesso a direitos (RIBEIRO, 2017). Hoje, esse contexto se alterou drasticamente, como destaca Djamila Ribeiro (2017, p.56, grifo meu):

> Acredito que muitas pessoas ligadas a movimentos sociais, em discussões nas redes sociais, já devem ter ouvido a seguinte frase 'fique quieto, esse não é seu lugar de fala' ou já deve ter lido textos criticando a teoria sem base alguma com o único intuito de criar polêmica vazia. Não se trata aqui de diminuir a militância feita no mundo virtual, ao contrário, mas de ilustrar o quanto, muitas vezes, **há um esvaziamento de conceitos importantes por conta dessa urgência que as redes geram. Ou porque grupos que sempre estiveram no poder passam a se incomodar com o avanço de discursos de grupos minoritários em termos de direitos**.

Toda a pesquisa realizada nesta dissertação reafirma o diagnóstico apresentado por Ribeiro (2017) tanto sobre o uso das redes como um espaço de desconstrução e de esvaziamento, quanto do incômodo de grupos hegemônicos a partir da ampliação do alcance dos discursos dos movimentos negros contemporâneos. Os discursos de essencialização são aqueles que vão de encontro a esses conceitos e se utilizam de indivíduos negros para deslegitimar reivindicações construídas coletivamente. Helio

Lopes, por exemplo, gravou um vídeo no qual defende o presidente Jair Bolsonaro de uma fala racista contra ele mesmo (*q*). Diante dos apontamentos feitos por diversos movimentos negros, o deputado, antes de desqualificar as acusações, faz uma descrição sobre seus fenótipos como estratégia discursiva de legitimação de sua fala. Ao fazê-lo, recorre a um léxico que reproduz diversos estereótipos racistas e depreciativos - "dente amarelo", "cabelo duro" – como se a sua condição racial fosse o único critério de validação de um ato racista. O uso da linguagem autodepreciativa também pode apontar para um recurso que minimiza o tratamento recebido no ato racista, ao tornar essas ofensas algo "normal".

A essencialização também está relacionada a outros discursos que também compreendem a raça somente como a cor da pele do indivíduo. É recorrente nessa FD afirmações e questionamentos sobre a ausência de manifestações de aprovação do MNU+ e/ou de defesa de pessoas fenotipicamente identificadas como negras que se posicionam recorrentemente contra o projeto político defendido por esses mesmos movimentos como em (*r*). Nesse fragmento, a essencialização pode ser percebida na concepção apresentada por Camargo de que o movimento negro deveria apoiar o deputado Hélio Lopes, que tem sistematicamente produzido discursos de ataques aos movimentos negros e às suas reivindicações apenas por sua condição como homem negro e não com base no projeto de sociedade defendido por ele. Esse tipo de discurso reducionista ganha grande adesão num país em que o debate racial é um assunto altamente incômodo e forçosamente ocultado.

A categoria de **embranquecimento** está relacionada aos discursos produzidos por esses sujeitos para se aproximarem da cultura do padrão hegemônico-ocidental-eurocêntrico, enquanto se afastam e descartam a cultura negra. A hierarquia produzida por esses discursos tem uma base moralista que associa o que é produzido por brancos como "bom" (*s, t*), enquanto as produções da cultura negra são associadas ao "mau" (*r*), outra construção discursiva que dialoga com os movimentos negros brasileiros de classe média tratados nesta pesquisa.

A categoria **complexo de inferioridade do negro** é uma referência à obra de Frantz Fanon (2008). Segundo o psiquiatra martinicano, esse complexo seria resultante do processo de colonização que atravessa as subjetividades dos indivíduos colonizados. Fanon destaca como a manutenção desse complexo, que se caracteriza como uma

neurose para o sujeito racializado, é fundamental na manutenção do poder nas sociedades desse tipo e que "na medida exata em que esta sociedade lhe causa dificuldades que ele é colocado em uma situação neurótica" (FANON, 2008, p. 95).

O fruto dessa situação neurótica é o desejo de brancura. Vejo nessa temática serem mobilizados discursos acionam uma série de outros discursos construídos historicamente para fabricar esse desejo de brancura. As associações entre negros e animalidade, dependência, vagabundagem, vício, criminalidade e intelectualidade rebaixada são recorrentes em nossa sociedade e são utilizados com frequência nessa FD (*f, g, k, p, r, u*). Esses discursos disparadores da neurose do negro são, em todos os casos atribuídas ao Outro. É importante aprofundar mais adiante, e talvez a partir de outras perspectivas não somente discursivas, a relação de poder e de governo dos desejos que se estabelece a partir dessas construções discursivas disparadoras do complexo de inferioridade do negro sobre esses grupos.

A seguir, incluo a tabela na qual estão incluídas todos os fragmentos, categorizações e análises de forma mais detalhada:

	CATEGORIA	TEMA	ENUNCIADO	MARCAS
a.	nacionalismo	exaltação à bandeira e aos símbolos patrióticos	"**Minha Cor é o Brasil**" (Helio Lopes)	Afirmação polêmica, que se opõe às lutas do MNU+ pela afirmação da identidade negra no Brasil;
b.	nacionalismo	exaltação à bandeira e aos símbolos patrióticos	"**Aqui** é lugar de **ordem e progresso**!" (Helio Lopes)	demarcação de local: "aqui"/ determina quem cabe aqui. uso do lema bandeira brasileira, que dialoga com o ideal positivista.
c.	nacionalismo	histórias gloriosas exaltação à bandeira e aos símbolos patrióticos	"ele [André Rebouças] também **serviu ao exército** como engenheiro militar na Guerra do Paraguai, onde desenvolveu o torpedo" (Fernando Holiday)	Destaque para atuação militar na guerra; defesa da pátria.
d.	construção do inimigo	encenação de combate/	"A esquerda é para a raça negra **o mesmo q (sic) o parasita para**	"parasita": desumanização construída por meio de um léxico legitimado pela biologia e que

		desejo de eliminação	**seu hospedeiro**. **Livrar-se da esquerda é vital para o negro e seu futuro**". (Sergio Camargo)	desqualifica a esquerda comparando-a O verbo "*livrar-se*", indicando a eliminação do outro; O termo "*vital*" implica algo que ameaça a vida e o "*futuro*" do coenunciador e justifica a eliminação (legítima defesa);
e.	construção do inimigo	construção do objeto ameaçador	Bom, como **vocês** podem perceber, essas são biografias gloriosas de personagens que ao longo da história certamente **serviram** de exemplos pra crianças negras no Brasil, mas que **hoje são**, infelizmente, **omitidas pelo currículo escolar e omitidas também pelo movimento negro**, que **dominados por essa esquerda**, preferem simplesmente **criar mitos marxistas e histórias que não necessariamente representam os negros no Brasil**. (Fernando Holiday)	Oposição ontem x hoje: Ontem = "*biografias gloriosas*"; Hoje = *Omissão no currículo escolar*. **Construção do inimigo:** *criação de mitos marxistas* que ameaçam as nossas crianças através da infiltração nas escolas. uso do termo "vocês": aproximação com os coenunciadores uso dos verbos "*omitir*" e "*criar*": "movimento negro" e "esquerda" como manipuladora da verdade; "*essa*" antes de "*esquerda*": desqualificação.
f.	construção do inimigo	construção do objeto ameaçador meritocracia	[...] **vamos** sim formar um movimento de negros conservadores e patriotas, para se **contrapor** à **narrativa vitimista da esquerda, que degrada o negro,reduzindo-o a massa de manobra de seu torpe projeto de poder** (Sérgio Camargo)	**Divisão nós x eles:** uso da primeira pessoa do plural "[*nós*] vamos" em oposição "a esquerda [*eles*]", reforçada pelo uso do verbo "contrapor"; **meritocracia:** o uso do termo "*vitimista*" como oposição ao discurso de defesa do mérito individual **vocabulário de combate:** verbos "*degradar*" e "*reduzir*" além do termo "*massa de manobra*" = atribui ao Outro (esquerda) características de ataque,

				justificando a organização de uma "*legítima defesa*"
g.	construção do inimigo	encenação de combate / desejo de eliminação construção do objeto ameaçador elementos discursivos da formação brasileira	O Dia da Consciência Negra é uma vergonha e **precisa ser combatido incansavelmente** até que perca a **pouca relevância** que tem e desapareça do calendário. **É um feriado político, instituído pela esquerda** com o objetivo de propagar o **revanchismo histórico, o ressentimento racial e a degradante agenda progressista** (Sérgio Camargo)	**vocabulário de combate/ desejo de eliminação:** verbo "*precisar*" e o adjunto "incansavelmente" conferem um caráter de urgência ao verbo "*combater*" o uso da expressão "*pouca relevância*" aponta para a construção de uma verdade absoluta a partir de uma perspectiva individualizada, além de uma tentativa de desqualificar uma vitória dos MNU+. **Construção do objeto ameaçador:** "*a esquerda*", ameaçadora, que usa a "*política*" para promover "*revanchismo*" e "*ressentimento*"; **Elementos discursivos da formação brasileira:** "*revanchismo histórico*" e "*ressentimento racial*" são expressões que foram muito utilizadas pelos movimentos sociais e que agora são apropriadas e atribuídas ao MNU+. Para além disso "*revanchismo*" e "*ressentimento*" são ideias que opõem à ideia de pacificidade do povo brasileiro.
h.	construção do inimigo	encenação de combate / desejo de eliminação construção do objeto ameaçador	**Minha missão é [...] lutar incansavelmente** pela segurança pública nacional, que com **sacrifício da própria vida defende** a população e são **massacradas dia após dia pelo PT e pelo PSOL**. (Hélio Lopes)	**Construção de um cenário de guerra:** Oposição entre dois grupos: verbos "*lutar*", "*defender*" "*sacrificar*" atribuídos a si, constroem sentidos de heroísmo e legitima a violência contra esse Outro ("*PT* e *PSOL*") que promove "*massacres*" diários, **Léxico religioso/militar:** uso do termo "*missão*" constrói sentidos tanto no âmbito religioso quanto no discurso de combate. Em ambos remete a uma ordem que deve ser cumprida sem questionamentos.

i.	brasilidade	elementos discursivos da formação brasileira	Luiz Gama, nascido em 1830, **filho de mãe livre e de pai português** [...] Teodoro Sampaio que foi **filho de uma escrava com um padre** [...] Machado de Assis, que era filho de**mãe negra e pai português.** (Fernando Holiday)	Foco na ascendência dos personagens, destacando o caráter "mestiço" de suas origens, a fim de reforçar a ideia de mestiçagem que percorre o ideário brasileiro; **Genocídio do negro brasileiro:** A estratégia discursiva do enunciador, de construir a mestiçagem como um processo natural nas relações entre brancos e negros brasileiros é desconstruída por seus exemplos, todos de relações entre homens brancos e mulheres negras. Esse tipo de relações descritas reforçam a teoria levantada por Abdias do Nascimento (2016) que, ainda na década de 1970, apontava o estupro dos corpos femininos negros como estratégia de genócídio do povo negro, através do branqueamento biológico.
j.	brasilidade	defesa da história oficial Individualismo/ Meritocracia	A**VERDADEIRA data da ABOLIÇÃO da ESCRAVATURA** pela Princesa Isabel É 13 de maio de 1888, **a minha CONSCIÊNCIA NEGRA diz que a ABOLIÇÃO É a DATA mais IMPORTANTE para os NEGROS BRASILEIRO** (sic) (Helio Lopes)	**Disputa histórica:** o uso do termo *"verdadeira data da abolição da escravatura"* deixa subentendido a ideia de que há uma data "falsa", no caso, 20 de novembro, defendido pelo MNU+. O próprio uso de "*verdadeira*", implica em uma dicotomia (verdadeira/falsa) que alude à ideia de uma história única; **Prevalência da relação individual sobre a coletiva:** Ao construir a frase "a minha consciência negra diz...", atribui um sentido de que ele, individualmente, tem mais legitimidade para decidir do que os coletivos negros que propuseram a data a qual ele se opõe.
k.	brasilidade	elementos discursivos da formação brasileira complexo de inferioridade do negro	**Racismo real**existe nos Estados Unidos. A **negrada** daqui reclama porque **é imbecil** e **desinformada** pela esquerda	**Mito da democracia racial:** O uso do termo "*real*" acompanhando "*racismo*", reforça ideias previamente construídas em nosso imaginário social de que o racismo no Brasil é brando ou inexistente.

			(Sergio Camargo)	"*negrada*" é um termo muito utilizado pelo MNU+ e que aqui é apropriado por Camargo de maneira depreciativa. **Uso de linguagem depreciativa:** Atribuir aos negros adjetivos como "imbecil" e "desinformado" dialóga com o passado racialista que constrói o negro como um ser de inteligência inferior.
l.	brasilidade	encenação de combate elementos discursivos da formação brasileira	**Parem** com isso: **tentar dividir pra conquistar**, pô! Quando **vocês** vão dar um basta nessa divisão de classe? É de preto contra branco, é de rico contra pobre, é de homo contra hétero, nordestino contra sulista. **Somos um só Brasil!** (Hélio Lopes)	**Construção do inimigo:** Uso do imperativo "*parem* [vocês]", implica na criação da divisão "nós x vocês" aliada à célebre frase "*dividir pra conquistar*", famosa estratégia de guerra utilizada por César e Napoleão. Nesse contexto, é possível interpretar que há uma guerra em curso que é provocada pelo Outro. (esquerda/MNU+). **Afirmação polêmica:** "*Somos um só Brasil*" pode ser lida como uma afirmação polêmica que se opõe às denúncias feitas pelo MNU+ acerca das desigualdades sociais estruturantes da sociedade brasileira que é dividida pelo racismo, sexismo e classismo. Ao mesmo tempo em que reforça o mito da "unidade nacional", construído desde a independência.
m.	governamentalidade neoliberal	Demonização do Estado	[a esquerda é] muito **dependente** das ações do Estado, que **divergem** de **nossa** ideologia liberal, além de uma **associação partidária** muito clara com **comunistas** e **socialistas** que se **alinham** internacionalmente com **ditaduras** que **não representam o ideal de liberdade**	**Divisão nós x eles:** O adjetivo "*dependente*" atribuída à ideologia de esquerda, constrói sentidos negativos ao qual, aqueles que têm "*nossa*" ideologia liberal "*divergem*", o que por sua vez permite uma positivação da ideologia liberal. **Esquerda = política:** o termo "*associação partidária*" atribuído à esquerda, coloca os defensores do liberalismo numa posição de aparente neutralidade em relação à política.

			individuais (Fernando Holiday)	**comunismo = socialismo = ditadura.** O termo *associação*, assim como o verbo *alinhar* promovem uma ideia de que "*comunismo"*, "*socialismo"* e "*ditadura"* são sinonímios. O pensamento liberal, do qual o "*ideal das liberdades individuais*" é parte integrante, seria, nessa concepção, o oposto de uma "*ditadura*".
n.	governamentalidade neoliberal	individualismo/ meritocracia / exaltação do Mercado	Paulo (sic) Brito **se tornou** um dos maiores **empresários** do Brasil (Fernando Holiday)	Verbo "tornar-se", reflexivo; reforça uma narrativa meritocrática e individualista. **vocabulário neoliberal:** O editor, jornalista, escritor, poeta, dramaturgo, tradutor e letrista Francisco de Paula Brito é descrito como "*empresário*" na narrativa de Holiday.
o.	governamentalidade neoliberal	Individualismo/ Meritocracia	[...] ele tentou cursar Direito no Largo São Francisco, mas a **elite escravocrata paulistana da época** não o deixava progredir, portanto ele **se tornou** um autodidata, estudando Direit**o por conta própria**. Assim ele **se tornou** um rábula, um advogado sem diploma e **conseguiu** libertar mais de 500 escravos nos tribunais. (Fernando Holiday)	O uso da marcação temporal em "*elite escravocrata paulistana da época*" abre uma interpretação de que a elite escravocrata não existe mais nos dias atuais" Uso reiterado do verbo "*tornar-se*", juntamente com os verbos "*tentar*" e "*conseguir*" na 3ª pessoa do singular, além da expressão "*por conta própria*", apontam para uma narrativa de superação baseada numa lógica individualista.
p.	governamentalidade neoliberal	Meritocraria encenação de combate complexo de inferioridade do negro	A Bayer junta-se à Magazine Luiza e também promove um programa **exclusivo** para pretos. O marketing do RACISMO **avança**! Se não houver severa	O adjetivo "*exclusivo*" pode significar aquilo que que é privado ou restrito. Nele está implícita uma relação de poder exclusão a que historicamente os negros jamais tiveram acesso. Nesse sentido, explicita-se uma concepção de racismo como uma simples oposição racial e não como um sistema de exclusão construído

			punição, **na forma da lei**, o racismo será **legalizado** no Brasil. **Pretos tratados como inferiores**. Brancos, excluídos.O mérito jogado no lixo. (Sergio Camargo)	histórica e socialmente e que estrutura e orienta as relações até os dias atuais. **Léxico militar:** O uso do verbo "*avançar*" alude ao uso em em táticas de guerra como em "o inimigo avança" **Léxicos jurídicos:** termos como "punição", "legalizado" e "forma da lei" apontam para a tentativa de criminalização de uma ação que é legal e incentivada pela lei brasileira. Além de incorrer em uma contradição com a sua própria FD, uma vez que a não intervenção estatal nas empresas privadas é uma de suas principais pautas. Afirmar que há "*pretos tratados como inferiores*" dialoga com toda a história de subalternização do povo negro e consequentemente com o complexo de inferioridade do negro (FANON, 2008). Em decorrência dessa neurose, o negro que precisa provar-se igual ao "branco", rechaça essas ações.
q.	Essencialização	preponderância de traços físicos disputa de conceitos raciais	"sou negro... muito orgulho! Não, sou negro não, vou no detalhe hein, no detalhe: sou negro de **dente amarelo**, ó, **olho vermelho**, **narigão**, **cabelo duro**, ó a cor da unha. Negro! **Os lábios, meio até russo**"	uso de léxico depreciativo, - "dente amarelo", "cabelo duro"; "lábios russos" - com base em estereótipos racistas, de características físicas que são atribuídas pelo senso comum à pessoas negras, é utilizado para "legitimar" sua fala de negação de um ato racista.
r.	Essencialização	preponderância de traços físicos meritocracia	1 -**Preto que o movimento negro idolatra**: funkeiro Rennan da Penha, preso por associação para o tráfico. O HC	A oposição construída entre Rennan x Hélio atribuída negativamente ao MNU+ é reforçada pelo próprio enunciador ao estabelecer uma divisão moral entre ambos: *Rennan = traficante que deveria estar preso* x *Hélio = deputado mais votado*.

			saiu hoje, mas ainda pode ser revertido. 2-**Preto que o movimento negro detesta e quer distância**: deputado Hélio Lopes, **o negro mais votado da história**. Para a esquerda o negro só tem valor quando é marginal e propaga a nefasta agenda progressista para pretos das favelas e periferia - **funk, drogas, putaria, vida bandida** (Sergio Camargo)	Ao construir Hélio Bolsonaro como "*o negro mais votado da história*". explicita-se uma concepção essencializada de que Hélio Bolsonaro deveria ser valorizado pelo MNU+ apenas por ser *negro*, apesar de ter um projeto político que ataca centralmente suas lutas e conquistas. Menosprezo da cultura negra - funk - através da associação do ritmo e de seus produtores à condutas criminosas: "*drogas, putaria, vida bandida*".
s.	Embranquecimento	Valorização da cultura branca construção do inimigo desejo de brancura;	Em dias de **ataques** cada vez mais **frontais** aos **valores judaico-cristão**, não poderia me furtar de homenagear **a família**. **Instituição base do cristianismo** e, por tanto, da sociedade ocidental. **Eles tentam, a todo custo**, mas não conseguirão **destruir** a primeira instituição criada por **Deus, nosso Senhor**.	Léxico de combate: termos "ataques" "frontais", além do verbo "destruir", ação atribuída genericamente a "eles" aproxima os coenunciadores e "descaracteriza" o inimigo que pode ser qualquer pessoa. A mesma oposição nós (cristãos) x eles (anti-cristãos), constrói uma dicotomia na qual a sua visão de cristianismo é a única possível e, portanto, exclui a possibilidade de cristãos fazerem parte da esquerda e da militância negra; **Léxico religioso cristão**: A defesa da cultura do branco colonizador aponta para as lógicas do embranquecimento, a partir da negação de outras culturas não-brancas.
t.	Embranquecimento	Valorização da cultura branca desejo de brancura;	"Nesta antiga foto, aos 25 anos, ele com certeza interpreta **Liszt, Chopin ou Schumann**, **que cresci ouvindo em**	**Valorização cultura branca-europeia:** A menção aos compositores "*Liszt, Chopin* e *Schumann*" aponta para uma valorização da cultura branca em detrimento das culturas não-

			casa. (Sergio Camargo)	brancas (como o funk) **Desejo de brancura:** o destaque a essas figuras se relaciona com o ideal do embranquecimento (BENTO, 2001; DOMINGUES, 2002; FERNANDES, 2013).
u.	complexo de inferioridade do negro	construção do inimigo discursos colonizadores complexo de inferioridade do negro	**A esquerda é o maior dos racistas; vê o negro como subespécie de bandidos, de incapazes e como militantes reduzidos a animais raivosos**. Nunca pedimos à esquerda que nos "proteja" de expressões supostamente ofensivas. **Não somos seres indefesos que necessitam de sua tutela**. (Sergio Camargo)	A frase "*A esquerda é o maior dos racistas*"está relacionada a uma concepção de racismo como qualquer menção a existência de raças, tal como o fato de o MNU+ afirmar a existêcia do racismo no Brasil. **Oposição nós x eles:** Atribui à esquerda "[ela] vê o negro como…" discursos históricamente construídos sobre uma suposta tendência a criminalidade. A ideia de negros "*indefesos*", "*que necessitam de tutela*", também aponta para discursos que se relacionam com o complexo de inferioridade do negro, afastando o coenunciador.

Fonte: Elaboração Própria

3.3.1 - Para além do verbo: apontamentos para uma análise intersemiótica

Devido ao tempo de desenvolvimento de uma dissertação, não foi possível desenvolver as análises que se seguem de maneira mais aprofundada. Entretanto, ainda que numa fase inicial, acho importante deixá-las registradas nesta pesquisa a fim de que os avanços que alcancei até este momento possam servir para abrir espaço para pesquisas futuras, sejam elas minhas ou de quem leia estas linhas que escrevo.

O corpus selecionado para esta análise, disponibilizado através de plataformas digitais, é um tipo de conteúdo que não se apresenta apenas sob a forma verbal. Considerando que nesse ambiente os aspectos audiovisuais ganham relevância,

considerei os estudos de Maingueneau (2005) que tratam da análise das práticas intersemióticas, ou seja, da ampliação da noção de discurso e de práticas discursivas que, durante algum tempo, foi trabalhada do ponto de vista puramente textual, mas que não necessariamente se restringe a ele. O uso destes outros domínios discursivos não-verbais, não é, no entanto, aleatório:

> a coexistência de textos que pertencem a domínios semióticos diferentes não é, entretanto, livre no interior de uma formação discursiva determinada. Não é qualquer domínio que pode figurar com qualquer outro, e essas restrições são função ao mesmo tempo do gênero de práticas discursivas concernidas e do conteúdo próprio de cada uma (MAINGUENEAU, 2005, p. 147)

Ainda trabalhando com a perspectiva de polêmica (MAINGUENEAU, 2005) que origina o discurso dos CnB em oposição aos discursos do MNU+ e analisando os gêneros e práticas discursivas desse primeiro grupo, destaca-se para mim a "imbricação semântica" (MAINGUENEAU, 2005, p. 113) que se estabelece entre esses dois grupos avança para além das questões temáticas e atinge até mesmo os gêneros dos quais se utilizam. Uma vez que existe essa relação umbilical entre duas práticas que disputam um mesmo espaço discursivo, a construção dos domínios semióticos utilizados acabam também por se assemelhar.

Por essa razão é possível perceber como alguns dos domínios semióticos utilizados durante anos por movimentos populares e de esquerda são hoje também apropriados por grupos que se intitulam de direita e conservadores. Camisas, broches, bonés e outros acessórios com imagens e textos militantes por exemplo, são cada vez mais populares entre os militantes da direita. Hélio Lopes, por exemplo, que em suas diversas aparições ao lado do presidente muito pouco fala, tem se utilizado de camisetas com mensagens que reforçam e legitimam seus ideais racistas e liberais/conservadores.





Fig. 1 e 2. *Lives de Jair Bolsonaro no Facebook.*

As imagens acima apresentadas são de transmissões ao vivo – as chamadas *lives* – criadas pelo perfil de Jair Bolsonaro. Nessas *lives*, em que Presidente da República dialoga com seus apoiadores, Hélio Lopes cumpre um papel discursivo importante. Calado a maior parte do tempo, o deputado se torna mais uma peça do cenário construído por Bolsonaro. A bandeira do Brasil, ao fundo, constrói sentidos de patriotismo; a caneca com o símbolo do Batalhão de Operações Especiais, o BOPE, remete a seu discurso armamentista e de defesa da violência e da tortura; e, nesse contexto, Hélio Bolsonaro, sempre ao lado do presidente nas fotos, cumpre o papel de isentar Bolsonaro das falas racistas que dispara, a partir de uma noção, difundida no senso comum, de que quem tem um amigo negro, não pode ser racista.

Acredito ser de extrema importância num ambiente digital, onde a imagem tem um espaço privilegiado, analisar a construção e o uso dessas imagens na formação dos discursos uma vez que, como ressalta hooks (2019):

> as imagens desempenham um papel crucial na definição e no controle do poder político e social a que têm acesso indivíduos e grupos sociais marginalizados. A natureza profundamente ideológica das imagens determina não só como outras pessoas pensam a nosso respeito, mas como nós pensamos a nosso respeito. (PARMAR apud hooks, 2019, n/p)

Particularizando o córpus desta dissertação, apontarei como outras materialidades não discursivas, como já ressaltado por Maingueneau (2005), obedecem às restrições semânticas da prática discursiva em questão tanto em sua como no conteúdo. Nos posts abaixo divulgados no Facebook e no Instagram de Hélio Bolsonaro, são exemplos de como o nacionalismo se constrói através das imagens. A imagem da bandeira do Brasil é utilizada nas figuras 4 e 5 através de fotos que compõem o fundo das imagens, mas o próprio logotipo da campanha de Hélio possui em uma das letras "o" do sobrenome adotado - Bolsonaro - mais um símbolo que remete à bandeira. A citação ao hino nacional (Fig. 5) e ao lema inscrito na bandeira (Fig. 6) completam o post.



Fig. 3, 4 e 5 - *o nacionalismo nos posts de campanha de Hélio Bolsonaro.*

Ainda tratando do nacionalismo, mesmo Sérgio Camargo, que pouco produz de imagens próprias para divulgação em seus perfis pessoais, tem feito uso de um recurso também muito utilizado na internet: os emojis. Os emojis são pequenas figuras variadas, que são muito utilizadas para complementar o significado de um texto. Nos últimos tempos, a maioria de seus posts, tanto no Facebook como no Twitter são finalizados com um emoji com a bandeira brasileira (Fig. 7 e 8), uma forma reforçar a ideia de que seus discursos são "patrióticos":

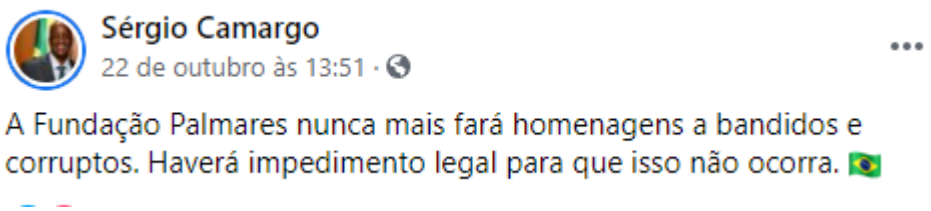


Fig. 6 - *Sérgio Camargo no Facebook.*

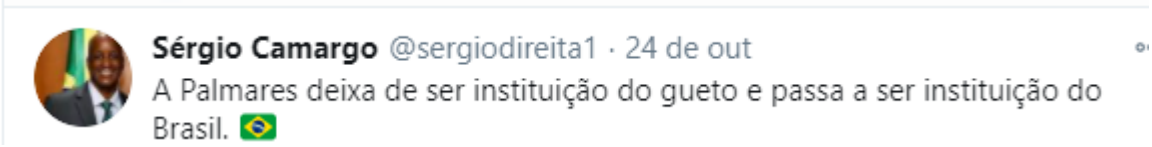


Fig. 7 - *Sérgio Camargo no Twitter.*

A construção do inimigo é outra abordagem recorrente na produção de imagens dos CnB e tal como na questão nacionalista o uso das cores é um elemento relevante. Nos posts de Hélio Lopes que se seguem (Fig. 9, 10 e 11), tanto figuras históricas a que esse grupo ideologicamente se opõem, como Paulo Freire (Fig. 10) como associação com crime e criminosos (Fig. 9 e 11), utilizam-se da cor vermelha. Nesse sentido, a criminalização dos grupos de esquerda que sempre utilizaram a cor vermelha como símbolo se dá também nessa correlação de cores que põe em vermelho tudo que é negativo.



Fig. 8, 9, 10 - *O uso do vermelho nos posts de Hélio Bolsonaro.*

Essa construção do "inimigo vermelho" não é, no entanto, de uso exclusivo de Hélio, nem é utilizado somente para pessoas que se auto identificam com a esquerda como o caso de Paulo Freire (Fig. 10). Os posts abaixo (Fig. 12 e 13), extraídos do Facebook de Fernando Holiday, que recentemente rompeu a aliança eleitoral que tinha estabelecido com o presidente Jair Bolsonaro, passou a representá-lo com textos na cor vermelha. A frase "o pior líder do mundo" (Fig. 12) e a palavra "traidor" (Fig. 13) associadas ao atual presidente nos posts, também recorrem a essa cor como forma de afastá-lo da ideia de "patriota" que é sempre bastante valorizada nessa FD. A representação de Bolsonaro e o uso das cores nos posts de Holiday e no post de Hélio

(Fig. 14), que apoia o presidente, são evidentes. Já no post de Hélio, o único elemento em vermelho é a palavra “corrupção”, da qual seu discurso pretende não só afastar-se, mas associá-la ao seu Outro.







Fig. 11, 12 e 13 – *Bolsonaro nas redes de Fernando Holiday e Hélio Bolsonaro*

Estes são apenas alguns apontamentos iniciais de uma pesquisa que pode e deve ser desenvolvida se quisermos alcançar a complexidade dessa FD e de sua relação com a emergência de discursos conservadores na sociedade brasileira. Outras questões como a performatividade desses sujeitos nos vídeos que produzem, análises mais detalhadas sobre as escolhas de fotos, o uso de emojis, as citações a referências *pop*’s, o uso de imagens de pessoas negras, e como eles se auto constroem nas diferentes plataformas são algumas das temáticas que podem ser aprofundadas a partir do referencial construído nesta dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se passa de *vítima* a *vitimista* no Brasil?

Já ao final deste trabalho, consegui sintetizar em uma pergunta as angústias que me inquietavam desde que esses discursos me tomaram e me fizeram perseguir a resposta a essa pergunta que ainda não tinha materialidade, mas que rondava meus pensamentos desde sempre: como se deu o processo que leva o Estado brasileiro a exterminar, em quantidades superiores às de muitas guerras, aqueles que formam a maioria de sua população sem que haja uma grande revolta nacional?

Estudar as relações raciais é um aspecto fundamental para compreender a formação da sociedade moderna/capitalista/ocidental. Especialmente nos países colonizados, o sistema escravocrata deixou marcas profundas que nunca cicatrizaram. O racismo, que deu as bases ideológicas e sustentou a escravidão, permanece justificando os abusos e o extermínio dos corpos negros. A raça, a ficção mais bem acabada do racismo, produziu os caminhos que até os dias de hoje permitem mercadorizar os corpos, especialmente os corpos não-brancos. Como toda ficção, os discursos sobre raça são assegurados pela linguagem e, diante dos efeitos produzidos por essa ficção, não se pode mais compreender a linguagem como uma ferramenta neutra ou inocente. Diferente do que se possa concluir a partir das relações violentas que se estabeleceram no mundo colonial, o poder não se resume ao ato de subjugar e exterminar um corpo. Creio que parte mais poderosa do poder está associada ao processo que justifica diante dos olhos alheios essa subjugação, de modo que não há contestações sobre essas ações. Ao tratar das dinâmicas de poder, Foucault (2014) desconstrói a concepção de poder somente como imposição e interdição e analisa formas de poder através do governo, bem mais sutis, que se desenvolvem a partir dos processos de normalização.

Linguagem é poder e o poder de dizer não é conferido a qualquer um. Alguns de nós sabem disso: não à toa Grada Kilomba (2019) usa a metáfora da máscara e afirma que a boca é o órgão de opressão por excelência porque é ela que os/as brancos/as querem controlar. Também não por acaso, hooks (2013) evidencia que, após o sequestro de nossos corpos, a primeira coisa que nos foi tomada foi a língua, posto que se a linguagem é o que organiza as atividades humanas, a sua ausência é um elemento

fundamental na dominação dos corpos e especialmente de nossas mentes. Nesse sentido, o conceito de linguagem-intervenção (ROCHA, 2006; 2014) é um elemento importante para compreender como se estabeleceram historicamente as relações de poder a partir de uma série de discursos que, a partir da concepção de uma verdade única, puderam construir todo um sistema de normalizações.

Outra característica forte da formação da modernidade são os Estados Nacionais. A sustentação do sistema capitalista tem na organização estatal e na garantia do Estado como regulador do Mercado um de seus pilares mais fortes. Para organizar o Estado, novamente a linguagem e os processos de normalização são ferramentas importantes na construção das identidades nacionais, que cumprem a função de organizar grupos que aceitem as leis estabelecidas dentro de um determinado território. No entanto, a experiência colonial é decididamente uma marca da modernidade que atravessa as relações sociais e a construção do inimigo, que marca a experiência colonial, é também central no dispositivo nacionalista.

No Brasil, mais do que em outros lugares em que o sistema escravocrata não durou tanto tempo ou não sequestrou tantos corpos, o dispositivo nacionalista precisa dar centralidade ao discurso racial. A experiência da Revolução Haitiana constituiu-se como um paradigma da modernidade e o medo de uma nova revolução nesses marcos, especialmente no Brasil, onde a desproporção numérica de colonos e colonizados era semelhante, moldou outras formas de organização do poder que ajudassem a garantir o controle dos corpos sem a imposição da força física. A experiência da brasilidade, firmada no racismo, construiu narrativas como o Mito das Três Raças, o Mito da Democracia Racial e o ideal do embranquecimento (BENTO, 2001; DOMINGUES, 2002; FERNANDES, 2013). Pela perspectiva da linguagem-intervenção, podemos dizer que a brasilidade é o que molda nossas subjetividades e forja nossas relações sociais. E a elaboração desse dispositivo, que vem sendo forjado desde o processo da independência, está relacionada com a eliminação de qualquer vestígio do negro em nosso país, seja pela exclusão social que deixa morrerem os corpos, seja pelo embranquecimento, físico ou cultural, que garante um semi lugar – sempre contestável – que corpos negros tentam ocupar nesse território para onde forçosamente foram trazidos. Os efeitos de subjetividade produzidos por este não-lugar construído para os

corpos negros na experiência colonial como um todo, e no Brasil em particular, é também um recurso utilizado na gestão do poder colonial, a partir do complexo de inferioridade do negro (FANON, 2008).

O ensaio elaborado por Mbembe (2017b, online) no qual ele afirma que "a crescente bifurcação entre a democracia e o capital é a nova ameaça para a civilização" tem se tornado cada vez mais contundente. Assim como no mundo colonial, para que a sociedade normalize o extermínio dos muitos braços que já não são mais necessários dentro do capitalismo especulativo financeiro, é preciso reavivar as condições que permitiram seu funcionamento. O neoliberalismo, que se apoia em discursos "neodarwinianos" (MBEMBE, 2017b, online), utiliza-se do modelo racial para criar novas ameaças ao velho estilo da colônia ao redor do mundo: o imigrante, o terrorista, o esquerdista são todos novas roupagens cuja estrutura discursiva está fortemente alijada no modelo colonial.

Especialmente no Brasil, em que a maioria da população é composta por negros, qualquer modelo de governo precisa incluir os negros, ou estará fadada a uma onda de protestos que apavora aqueles que hegemonizam o poder no país desde que os europeus começaram a saquear essas terras. Justamente por isso, os movimentos negros que se organizaram a partir de 1970 e culminaram com o formação do MNU em 1978, bem como os movimentos que posteriormente dialogaram com suas pautas, representam uma ameaça a esse modelo de governo que se estabeleceu desde a Independência do Brasil. Denunciar a estreita relação entre racismo e capitalismo – concretizada no encarceramento, exclusão e empobrecimento da população negra – assim como o racismo imbricado em nossa formação nacional é uma ameaça à manutenção do sistema capitalista e do neoliberalismo no Brasil. Justamente por isso é importante criar uma separação entre "negros" e o "movimento negro", entre os negros que precisam dar suporte ao modelo hegemônico de governo, caso contrário, os questionamentos a esse sistema podem implodir até mesmo a suposta democracia que durante anos foi construída no país, sempre em defesa de poucos.

Nas palavras de Luiza Bairros,

> Não necessariamente um conhecimento sobre o que é o racismo, sobre os efeitos que ele produz, implica em um consenso acerca do que deva ser feito.

> Há uma disputa pela hegemonia do tratamento da questão racial. Mas a boa notícia é que está sendo quebrada a hegemonia branca, estabelecida historicamente, acerca do que é o racismo e quais são as formas que devem ser adotadas para combatê-lo. Isso sempre foi definido pelos brancos. Hoje, o jogo está virando. A disputa pela hegemonia é explícita nas polarizações contra e a favor das ações afirmativas. Quem vencerá essa disputa só o tempo dirá.(POMPEU, 2016, online)

O apontamento de Bairros acrescenta um ponto importante nessa conjuntura: correlacionando a noção de dispositivos de Foucault (1999b; 1979) e os estudos do discurso (MAINGUENEAU, 2005) é possível elaborar possibilidades que expliquem a massificação de discursos como os dos "cidadãos [negros] de bem". Esses discursos – que se relacionam com outros formulados nas tentativas de inclusão do negro na sociedade brasileira – mas que anteriormente ficavam restritos aos redutos negros, ganham força num momento em que o debate racial se tornou inegável. Diante da força que o debate racial ganhou no Brasil e no mundo, e da ameaça que se constitui à ameaça capitalista branca, o sistema precisa reorganizar seus dispositivos a fim de que o poder siga sendo operado pelas mesmas mãos. A capacidade de criar discursos que assegurem a desigualdade entre os sujeitos tem se constituído em uma ferramenta poderosa para organizar as relações de poder e garantir que a configuração dessas relações permaneça igual, ainda que as regras do jogo se alterem.

Nesse cenário, a internet e as plataformas digitais têm se constituído como um aparato relevante nessa disputa pela hegemonia, uma vez que o advento dos algoritmos e da inteligência artificial tem fixado cada vez mais os usuários no ambiente digital, o que lhes propicia também cumprir um papel importante na mediação da realidade e, por sua vez, na construção do Regime de Verdade que busca se estabelecer nesse momento de crise epistêmica. O que está em jogo hoje não é mais a luta pela verdadeira abolição (FERNANDES, 2017) no Brasil, mas a possibilidade de que as condições impostas aos negros na colônia se estendam a toda a massa empobrecida que somente cresce com o aumento da concentração de renda no mundo inteiro (MBEMBE, 2018a, online).

Embora eu não seja uma linguista, acredito que os estudos da linguagem, assim como pesquisas de caráter interdisciplinar, devem ser ampliados a fim de aumentar a capacidade crítica da sociedade que vem sendo ameaçada pelas tentativas de imposição de novos regimes duais que não preveem e não toleram a existência da diferença. Espero que esta dissertação contribua para ampliar os estudos e, sobretudo, as

articulações sobre essa formação discursiva que nasce de um desejo constante de eliminação de uma ameaça sem rosto, de um Outro que pode ser qualquer um, inclusive o Mesmo que reproduz esse discurso na tentativa de incluir-se no mundo em que o humano, rebaixado, não cabe ou pelo menos não vale tanto quanto a competição, o dinheiro e o Mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFINAL, o que é um think tank e qual é a sua importância para políticas públicas no Brasil? **enap.gov.br**, 2020. Disponível em: <https://www.enap.gov.br/pt/noticias/afinal-o-que-e-um -think-tank-e-qual-e-a-sua-importancia-para-politicas-publicas-no-brasil> acesso em 20 jul 2020.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra travessia**, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, jan. 2005. ISSN 2176-8552. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>. Acesso em: 20 nov. 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. 1 ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ASSIS, Machado. Comentário da Semana. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, ano 41, n. 351, 24 de dezembro de 1861, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/094170/per094170_1861_00351.pdf>

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites — Século XIX**. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAGGIO, Kátia Gerab. **Conexões ultraliberais nas Américas: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas**. *In*: XII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2016, Campo Grande/ MS, Anais Eletrônicos do XII Encontro Internacional da ANPHLAC, p. 01-26. Disponível em: <http://antigo.anphlac.org/sites/default/files/Katia%20Gerab%20Baggio%20_Anais%20do%20XII%20Encontro%20Internacional%20da%20ANPHLAC.pdf> acesso em 13 jul. 2020.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues.**"Movimento Brasil Livre (MBL)" e "Estudantes Pela Liberdade (EPL)": ativismo político, *think tanks* e protestos da direita no Brasil contemporâneo**. In: 41º Encontro Anual da ANPOCS, 2017, Caxambu/MG, n/p. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-3 0/gt11-15> acesso em 18 jul 2020.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. A complexidade discursiva na internet. **Cadernos de Semiótica Aplicada**, v.13, n.2, 2015, p. 13-31. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/8028> acesso em: mai. 2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. São Paulo: Editora CEERT, 2001. Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/ publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2020.

BILGE, Sirma. Interseccionalidade desfeita: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade. Tradução de Flávia Costa Cohim Silva. **Revista Feminismos,** v. 6, n. 3, set-dez 2018, p. 67-82. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/33680> acesso em jul. 2020.

BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. **Estudos Avançados**, São Paulo , v. 2, n. 3, p. 4-39, dez. 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art text&pid=S0103-40141988000300002&lng=en&nrm=iso>. acesso em jul. 2020.

BRASIL. Lei no 6.620, de 17 de dezembro de 1978.**Define os crimes contra Segurança Nacional, estabelece sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979 /L6620.htm> acesso em set. 2020.

_____. Ministério da Fazenda. **Avisos do Governo, 1891**. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/diarios/1700013/dou-secao-1-18-12-1890-pg-5>.

_____.Câmara Federal**. Diários do Congresso Nacional - Estados Unidos do Brasil.** p. 3933-3950. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD23OUT1923 .pdf#page=>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CÂMARA, Rafael. **9 fatos sobre o aborto que esconderam de você**. Ilisp, São Paulo, dez. 2017. Disponível em: <http://www.ilisp.org/artigos/9-fatos-sobre-o-aborto-que-esconderam- de-voce/> acesso em 23 jul. 2020.

CAMARGO, T. Echos do projecto F. Reis. **Elite**. São Paulo, ano 1, n. 2, 20 de janeiro de 1924, n/p. [4] Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/elite/elite- 20011 924/>

CARA, Salete de Ameida. **Esqueletos vivos e argumentos indecorosos**. In: JUNIOR, Benjamin Abdala; CARA, Salete de Almeida (orgs). Moderno de nascença: figurações críticas do Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. 1ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CÓRDOVA, Yasodara. Como o YouTube se tornou um celeiro da nova direita radical. **The Intercept Brasil**. São Paulo, 10 jan. de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019 /01/09/youtube-direita/> acesso em out. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMBROWSKI, Osmir. Conservador nos costumes e liberal na economia: liberdade, igualdade e democracia em Burke, Oakeshott e Hayek. **Rev. Katálysis**, Florianópolis , v. 23, n. 2, p. 223-234, ago. 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php

?script=sci_art_text&pid=S1414-49802020000200223&lng=pt&nrm=iso>. acesso em jul. 2020.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. **Estudos afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 563-600, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script =sci_arttext&pid=S0101-546X2002000300006&lng=en&nrm=iso> acesso em maio/ 2020.

_____. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo – Revista do Departamento de História da UFF**, v. 12, 2007, p. 113-136. Disponível em: <http://www. scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>

DUCROT, Oswald.**O Dizer e o Dito**. São Paulo: Pontes, 1987.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global Editora, 2013. Ebook.

_____. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2017

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 2, 2018, p. 1080-1099. Disponível em: <https://www. scielo.br/pdf/rdp/v9n2/2179-8966-rdp-09-02-1080.pdf> acesso em jul. 2020.

FIORIN, J. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

FONSECA, Benedicto. Patricios! **O Alfinete**. São Paulo, ano 1, n. 3, 22 de setembro de 1918, n/p. [4] Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/o-alfinete/ o-alfinete-22091918-2/>

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976).** Tradução: Maria Ermantina Galvão. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Trad. J. A. Guilhon de Albuquerque e M. T. C. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999b. Ebook.

_____. **A verdade e as formas jurídicas.** Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 3ª ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

_____.**A arqueologia do saber.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Segurança, território e população: curso dado no College de France (1977-1978)**. Tradução: Eduardo Brandão. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Do governo dos vivos**. 1ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

FRANCO, Jean. **An Introduction to Spanish-American Literature**. 1ª ed. New York: Cambridge University Press, 1971.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. Tradução de Paulo S. C. Neves. **Política & Sociedade**, Florianópolis, vol. 17, n. 40, set./dez. 2018, p. 43-64. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/2175-7984. 2018v17n40p43/38983> acesso em set. 2020.

FULKER, Rick. Billie Holiday, uma cantora à frente de seu tempo. **Carta Capital**, São Paulo, abr. 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/billie-holiday-um a-cantora-a-frente-de-seu-tempo-7172/> acesso em ago. 2020.

FUNDAÇÃO PALMARES. **Palmares Fundação Cultural**. c. 2016. Estrutura organizacional. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=95> acesso em ago. 2020.

GIORGI, Maria Cristina. **Da escola técnica à universidade tecnológica: o lugar da educação de nível médio no plano de desenvolvimento institucional do CEFET/RJ**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense - Niterói, 281 p. 2012.

GORENDER, Jacob. **O épico e o trágico na história do Haiti**. *Estud. av.*, São Paulo , v. 18, n. 50, p. 295-302, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100025&lng=pt&nrm=iso> acesso em dez. 2019.

HALL, Stuart. **Raça o significado flutuante**. 1995. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>. Acesso em: 15 dez. 2018

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11a ed. Rio de janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWN, Eric. **Some reflections on 'The break-up of Britain'**. New Left Review, 105, set./out 1977. Disponível em:https://newleftreview.org/issues/I105/articles/eric-hobsbawm -some-reflections-on-the-break-up-of-britain. acesso em: 06 dez. 2019.

HONOR, André Cabral. A base do conceito de escravidão na historiografia brasileira: Eric Williams e sua obra seminal capitalismo e escravidão. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, vol. 12, n. 1, jan-jun/2015, p. 1-7. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF35/Resenha_3_Andre_Cabral_Honor_Fenix_Jan_Jun_2015.pdf> acesso em jan. 2020.

hooks, bell. **A língua: ensinando novos mundos/novas palavras**. In: _____. Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. p. 223-233.

_____. **Olhares: raça e representação**. 1ª ed. São Paulo: Elefante, 2019.

IMARAL, Pricyla Weber. Primavera curda, da utopia à realidade: Confederalismo democrático na Síria. **Revista Vernáculo**, n. 45, jan-jun/2020, p. 40 - 65. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/61420>. Acesso em jul. 2020

INSTITUTO LIBERAL. **Instituto Liberal**. c.2019. Quem somos. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/quem-somos/#1486658358202-4e024ac6-2775>. Acesso em: 23 de jul. de 2020.

INSTITUTO LIBERAL DE SÃO PAULO. **Ilisp**. c.2019. Quem somos. Disponível em: <http://www.ilisp.org/quem-somos/>. Acesso em: 23 de jul. de 2020.

INSTITUTO LIBERDADE. **Instituto Liberdade**. c.2020. Concurso de artigos em defesa da luta contra a corrupção. Disponível em: <https://institutoliberdade.com.br/concursodeartigos/>. Acesso em: 23 de jul. de 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista.** São Paulo: Três Estrelas/ Buenos Aires: Ariel, 2005.

_____. **The Rhetorical Foundation of Society.** London: Verso, 2014.

LUNA SILVA, Claudia Heloisa. Tensões interculturais e lutas anticoloniais na sociedade andina: autodiscurso e representação de Micaela Bastidas. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 57, dez. 2016. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/30093/21672>. Acesso em: 05 dez. 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MALERBA, Jurandir. **Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (c. 1980-2002)** In: MALERBA, Jurandir (org). A Independência Brasileira: Novas Dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n.1, p. 8-26, maio/2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11601/13370> acesso em 08 fev.2020.

MATTOSO, Camila. MBL cria movimento para reunir pessoas LGBTQIA+ que não sejam de esquerda ou bolsonaristas. **Folha de São Paulo,** São Paulo, mai. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/05/mbl-cria-

movimento-para-reunir-pessoas-lgbtqia-que-nao-sejam-de-esquerda-ou-bolsonaristas.shtml. acesso em 13 mai. 2020.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Tradução de Marta Lança. 1ª ed. Lisboa: Antígona, 2017.

_____. **A era do humanismo está acabando**. Tradução de André Langer. 2017b. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/eventos/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando acesso em: mai. 2019.

_____. **Crítica da razão negra**. 1ª ed. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

_____. **O fardo da raça**. Entrevistas com Achille Mbembe a Arlette Fargeau e a Catherine Porevin. São Paulo: n-1 edições, 2018b.

MELO, Rachel E. L. L. F. **As guerrilheiras curdas do peshmerga e o combate ao estado islâmico**. 2018. 34f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/20626/1/PDF%20-%20Rachel%20Emanuelle%20Lima%20Lira%20Farias%20de%20Melo.pdf> acesso em: jul. 2020.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A independência do brasil em perspectiva historiográfica. **Revista Pilquen**, Argentina, v. 1, n. 12, p. 1-10, mai./2010. Disponível em: <http://revele.uncoma.edu.ar/htdoc/revele/index.php/Sociales/article/view/1938/58339> . acesso em: abr. 2020.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Memórias da escravidão nos embates políticos do Pós-abolição.** In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe (org). Histórias do pós-abolição no mundo atlântico:identidades e projetos políticos – volume 1. Niterói : Editora da UFF, 2014.

MERENCIO, Karina. Justiça Global lança mapa interativo "Onde a Polícia Mata". Disponível em <https://br.boell.org/pt-br/2015/12/21/justica-global-lanca-mapa-interativo- onde-policia-mata> acesso em abr.2020.

MILLS, Charles W. **The Racial Contract**. 1ª ed. Nova Iorque: Cornell University Press, 1999.

MISES, Ludwig Von. **Ação Humana.** 31ª ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

MOZILLA FOUNDATION. **Mozilla**. c. 2020. Step Inside Someone Else's YouTube Bubble. Disponível em: <https://foundation.mozilla.org/es/blog/step-inside-someone-elses-youtube- bubble/> acesso em out. 2020.

MÜLLER, Thaís de Lima. Neuroses e seus diferentes mecanismos de defesa. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/psicopatologia/wiki/index.php?title=Neuroses_e_seus_diferentes_mecanismos_de_defesa> acesso em dez. 2019

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/ 04/uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2018.

MURPHY, Robert P. **Praxeologia - A constatação nada trivial de Mises.** Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=230>. Acesso em março 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva, 2016.

OLIVA, Anderson. **Lições sobre África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino de história da África no mundo atlântico**. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília - Brasília, 415p. 2017.

OLIVEIRA. Para os nossos leitores. **O Alfinete**. São Paulo, ano 1, n. 3, 22 de setembro de 1918, [4]. Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br /imprensanegra/index.php/o-alfinete/ o-alfinete-22091918-2/>

OLIVEIRA, Laiana Lannes de. **A Frente Negra Brasileira: política e questão racial nos anos 1930**. Dissertação (Mestrado em História Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, 112 p. 2002.

ORTEGAL, Leonardo. **Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 133, p. 413-431, set./dez. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext>. Acesso em: 22 fev. 2019.

NAIRN, Tom**. The Break-up of Britain: Crisis and Neo-nationalism**. 1ª ed. London: New Left Books, 1977.

PASCHOAL, Cristiano Sandim. O novo tom axiológico da expressão "cidadão de bem": refrações semânticas e indícios de estratificação da sociedade brasileira. **Memento**, Três Corações, v. 11, n. 1, jan-jun/2020, p. 1-22. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/ index.php /memento/article/view/6130> acesso em jul. 2020

PINTO, Céli R. J. A **trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015)**. *In:* SOLANO, Ester; ROCHA, Camila. (org). As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019, p 15-53.

POMPEU, Fernanda. **Assim falou Luiza Bairros**. Portal Geledés, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/assim-falou-luiza-bairros/> acesso em jul. 2020.

REIS, Fidelis; FARIA, João de. **O problema imigratório e seus aspectos étnicos na Câmara e fora da Câmara.** Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1924.

RICCIOPPO, Thiago. **Inassimiláveis ou prejudicialmente assimiláveis: raça, etnia, miscigenação, imigração e trabalho na perspectiva de Fidélis Reis (1919-1934)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 193 p. 2014.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** 1ª ed. Belo Horizonte(MG): Letramento, 2017.

ROBBINS, Lionel. **La Grande dépression**: **1929-1934**. Tradução francesa de Pierre Coste. 1ª ed. Paris: Payot, 1935.

ROCHA, Décio. Representação e intervenção: produção de subjetividade na linguagem. **Gragoatá**. Niterói: Ed. UFF, v. 21, p. 355-372, 2006.

_____. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, n. 3, p. 619-632, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ld/v14n3/1518-7632-ld-14-03-00619.pdf> acesso em jan. 2020.

SANTOS, Ale. Os primeiros defensores da superioridade branca no Brasil foram mais poderosos que a Ku Klux Klan. **Revista Vice**, São Paulo. 29 Agosto 2019. Guia Historicamente Correto do Brasil. Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/mbmv7y/os-primeiros-defensores-da-superioridade-branca-no-brasil-foram-mais-poderosos-que-a-ku-klux-klan>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Ebook.

SILVA, Lúcia. Etnia e Território: Como Pensar as Cidades Brasileiras Sob o Ângulo Racial. **Revista do Mestrado de História**, Vassouras, v. 8, n. 1, p. 27-50, 2006.

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código**. *In:* SILVA, Tarcízio (org). Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRUA , 2020.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

USO de armas químicas contra iraquianos marcou operação Anfal. **BBC Brasil**, São Paulo.21 de agosto, 2006. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/__2006/08/060821_anfalpu.shtml> acesso em jul. 2020.

VELLOZO, Julio César de Oliveira; ALMEIDA, Silvio Luiz de. O pacto de todos contra os escravos no Brasil Imperial. **Rev. Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 10, N.

03, 2019 p. 2137-2160. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdp/v10n3/2179-8966-rdp-10-03-2137 .pdf>. Acesso em fev. 2020.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In:* _____. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 11ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012.

Anexo A – Transcrição do vídeo “quem são os verdadeiros heróis negros -Especial dia da consciência negra” de Fernando Holiday

nham, nham, nham, nham, nham…

Sempre que se fala em consciência negra, a extrema esquerda que simplesmente se apropriou do movimento negro gosta de reescrever a história e de certa forma até criar alguns mitos, como o próprio Zumbi dos Palmares, que não lutou contra o racismo ou contra a escravidão simplesmente até mesmo porque estes termos não existiam à época, e acabam apagando verdadeiros personagens que estes sim fizeram e conseguiram grandes sucessos nas suas lutas em favor dos negros num tempo bem complicado. É sobre eles que vamos falar no vídeo de hoje, mas antes não esquece de dar aquele like, se inscrever no canal e tocar o sininho pra receber as notificações.

Durante o Império, muitos foram os nomes que lutaram em favor dos negros tanto favoravelmente à abolição da escravidão como também auxiliando os negros libertos a promoverem a ascensão social. Essas pessoas também acabaram se tornando verdadeiros exemplos de cidadão, superando diversas dificuldades sociais e entrando pra história como verdadeiros símbolos e exemplos para os brasileiros.

Bom… o meu preferido vocês já devem conhecer é Luiz Gama, nascido em 1830, filho de mãe livre e de pai português. Logo na sua infância, ele teve que superar uma grande tragédia: foi vendido aos 10 anos de idade, em 1840, pelo seu próprio pai pra poder pagar dívidas de jogo. Obviamente que a venda era ilegal, já que a sua mãe negra já era livre. Naquela época, os escravos baianos tinham muita fama de fujões, por isso o repasse de Luiz Gama foi dificultado naquela época até que ele conseguiu ser comprado na Fazenda de Alfereres, onde ele se tornou um escravo doméstico aos 17 anos de idade. Lá, ele conheceu o estudante Antônio Rodrigues que passou a ensiná-lo diversas matérias e acabaram de certa forma se tornando amigos. Sendo, portanto, alfabetizado, ele se tornou um leitor voraz e acabou percebendo que tinha sido vendido de forma ilegal. Conseguiu fugir pra São Paulo, onde entrou na justiça exigindo a sua liberdade, até que conseguiu. A partir daí, ele tentou cursar Direito no Largo São Francisco, mas a elite escravocrata paulistana da época não o deixava progredir, portanto ele se tornou um autodidata, estudando Direito por conta própria. Assim ele se tornou um rábula, um advogado sem diploma e conseguiu libertar mais de 500 escravos nos tribunais. Ganhou a fama como advogado e escritor e atuou como um grande militante na causa abolicionista e republicana. Ele também chegou a ser dono de um jornal, o Radical Paulistano, que atuava e muito na causa negra onde tinha como colega o grande jurista e político Rui Barbosa. Em 1882, ele faleceu, vitimado de diabetes e causou comoção em todos os paulistanos.

Outro grande personagem ilustre foi o baiano Teodoro Fernandes Sampaio ou simplesmente Teodoro Sampaio que foi filho de uma escrava com um padre. Inicialmente ele foi educado pelo próprio pai, até que foi levado a São Paulo e Rio de Janeiro, onde se formou no Colégio Central e, posteriormente, se formou em engenharia, se tornando também professor. Em 1878, após se formar, ele voltou pra Bahia pra rever sua mãe e seus irmãos e juntou dinheiro pra comprar diversas cartas de alforria, conseguindo libertar todos eles. Em 1878, ele retornou pra Bahia pra rever sua mãe e seus irmãos e passou a juntar dinheiro, conseguindo, em 1879, libertar sua mãe e seus irmãos, comprando as cartas de alforria. Quando D. Pedro II montou a comissão hidráulica, ele também foi chamado, e não era somente o único brasileiro na comissão, que era majoritariamente formada por norte-americanos, como também era o único negro. Esse seu trabalho fez com que ele fosse convidado pelo geógrafo americano Orweil Derby pra formar a comissão geográfica e geológica que fazia a medição da base geográfica do Brasil. Em São Paulo, ele ainda foi nomeado engenheiro chefe da comissão cantareira e, posteriormente, se tornou também diretor e engenheiro chefe de saneamento do Estado de São Paulo. A partir daí, ele se junta com outros grandes engenheiros e forma a Escola Politécnica de São Paulo, que hoje pertence à USP, e também fundou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Assim, ele se tornou um dos pioneiros no estudo dos rios do Brasil e na relação entre a língua tupi e a geografia brasileira. Além disso, ele foi um dos primeiros a afirmar que a ação dos bandeirantes foram fundamentais pra formação do Brasil. Uma curiosidade sobre o Teodoro Sampaio é que o seu conhecimento sobre geografia do Brasil fez com que ele fosse convidado por Euclides da Cunha para auxiliá-lo a escrever *Os sertões*. Sendo assim, ele se tornou conhecido por todo o Brasil e dois municípios, um no interior da Bahia e um no interior de São Paulo foram rebatizados em seu nome para homenageá-lo.

A intelectualidade negra foi fundamental no Império do Brasil para que a abolição se tornasse possível e um deles foi o comerciante, livreiro e editor Francisco de Paula Brito. Ele foi considerado por muitos o pai da literatura brasileira e ficou famoso por lançar na sua editora diversos novos autores, inclusive autores negros que tinham suas obras recusadas por seus concorrentes. Paulo (sic) Brito também entrou pra história por ter dado o primeiro emprego ao então adolescente Machado de Assis, que era filho de mãe negra e pai português, e começou a sua carreira como revisor tipográfico naquela editora. Segundo o historiador Rodrigo Godoi, Paulo (sic) Britto se tornou um dos maiores empresários do Brasil, trabalhando com maquinário importado e lançando jornais engajados na causa negra como *O mulato* e *O homem de cor*. As diversas mudanças na sociedade fez (sic) com que os seus negócios decaíssem, diminuindo o parque gráfico e as suas limitações. Ele faleceu em 1861, no Rio de Janeiro.

Outra personalidade pouco conhecida dos brasileiros é Ernesto Carneiro Ribeiro. Ele era um polimata, isso é, tinha conhecimento em várias áreas, assim como Santos

Dumont, Isaac Newton e tantos outros e nasceu no município de Itaparica na Bahia. Ele se mudou para Salvador em 1839, onde estudou humanidades e se formou em medicina pela faculdade de medicina da Bahia. Se formou eu 1864 e conseguiu o título de Barão Vilanova, devido às suas pesquisas em biomedicina. Com a fundação da República, ele foi convidado pelo então governador Manuel (verificar a grafia) Vitorino para organizar e formar o plano educacional do estado. Segundo o historiador Mario Simonsen, ele foi chamado porque era um médico e um educador prestigiado e poderia ter sido decisivo na formação e na organização do plano educacional. O feito mais ousado de Ernesto foi a revisão do código penal escrito por Cloves B. Vilaqua (verificar ortografia). Foi mais ousado ainda pelo fato dele ter feito essa revisão do código em apenas 4 dias. Essa revisão também causou diversas intrigas e discussões com seu ex-aluno jurista Rui Barbosa. E, além de Rui Barbosa, ele teve entre seus alunos escritores como Euclides da Cunha e o político Rodrigo Lima.

Com a influência de seu pai e a sua formação de engenheiro, logo ele se tornou conhecido na cidade do Rio de Janeiro, que era a capital do Império, até por resolver um problema de abastecimento de água e fazer estudos sobre novas formas de exploração dos mananciais. Além disso, ele também serviu ao exército como engenheiro militar na Guerra do Paraguai, onde desenvolveu o torpedo.

Apesar da sua obra como engenheiro, André Rebouças ficou mais conhecido pela sua luta em favor da abolição ao lado de pessoas como Machado de Assis, Cruz e Souza, José do Patrocínio. Ele fundou por exemplo a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão ao lado de Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. Ah! Ele também participou da Confederação Abolicionista e também redigiu os estatutos da Associação Central Emancipadora. André Rebouças foi contra o golpe republicano de 1891 e, por isso, ele partiu pro exílio em Portugal junto com a família real. Tanto que em 1892, ele foi convidado pelo Império Português pra trabalhar em Luanda, capital angolana, junto com o império. Lá, ele ficou só por quinze meses até que decidiu se mudar para Funchal, na Ilha da Madeira, onde faleceu em 1898.

Bom, como vocês podem perceber, essas são biografia gloriosas de personagens que ao longo da história certamente serviram de exemplos pra crianças negras no Brasil, mas que hoje são, infelizmente, omitidas pelo currículo escolar e omitidas também pelo movimento negro, que dominados por essa esquerda, preferem simplesmente criar mitos marxistas e histórias que não necessariamente representam os negros no Brasil.

Anexo B – Transcrição do vídeo “Primeiro pronunciamento no plenário da Câmara” do Deputado Hélio Lopes

Senhor presidente e demais pares dessa casa, povo brasileiro! Dia primeiro iniciamos nossas atividades aqui no parlamento com o compromisso da lealdade com Jair Messias Bolsonaro e sua missão de mudar o Brasil de verdade. Agradeço aos meus trezentos e quarenta e cinco mil votos e duzentos e trinta e quatro eleitores, que há mais de vinte anos acompanham Jair Messias Bolsonaro e confiaram a mim a responsabilidade de representá-los aqui no parlamento. Minha missão é combater a corrupção instituída pelo PT e considerada a maior da história do Brasil, lutar incansavelmente pela segurança pública nacional, que com sacrifício da própria vida defende a população e são massacradas dia após dia pelo PT e pelo PSOL. Vamos aqui defender a família, que tem que ser respeitada. A população foi à rua, pediu o impeachment da Dilma, graças a Deus aconteceu. E de forma democrática elegeu Jair Messias Bolsonaro como Presidente da República. Meus amigos, hoje completa-se cinco meses daquele ato covarde: a tentativa do homicídio com o presidente da República. Quero saber: quem mandou matar Jair Messias Bolsonaro? Meu irmão de coração. Eu sei que ele é branco sim. Eu sou preto. Sou daltônico, não enxergo diferença. A minha cor é o Brasil. Juntos vamos mudar esse Brasil e colocar no rumo que ele merece. Vamos dar suporte a Jair Messias Bolsonaro que vai ser considerado o maior presidente da história do Brasil. Muito obrigado!

Anexo C – Transcrição do vídeo "A MINHA COR É O BRASIL! QUAL A COR DE UMA PARTE PEQUENA E BARULHENTA DA MÍDIA??? #DeputadoHelioLopes #MinhaCorÉoBrasil #bolsonaroATÉ2026 #PTnuncaMais", de Hélio Lopes

Olá, amigos! Deputado Hélio Lopes. Saiu na mídia que Bolsonaro cometeu um crime de racismo porque disse que eu demorei dez meses pra nascer. Gente, para de mimimi! Para de baboseira, rapaz! Deixa minha vida em paz, meu! Não preciso de defesa de vocês não, rapaz! Se liga, Brasil: vamos prestar atenção nessa mídia! Vamos falar de coisa positiva que esse governo tá fazendo? O índice de criminalidade reduziu muito. Fala isso! Fala que o Brasil tá crescendo, a confiança no Brasil tá lá em cima. Mais de 8 mil pessoas deixaram de morrer ano passado. Vocês acham pouco? A violência caiu bastante em todos os sentidos. O Brasil, gente, precisa de vocês, mídia, pra pensamento positivo, chega! Sou negro, muito orgulho! Sou negro não, vou no detalhe, hein, vou no detalhe: sou negro, ó, dente amarelo, olho vermelho, narigão, cabelo duro, ó a cor da unha. Negro! Os lábios: meio até russo! Ãhn... negro! Com muito orgulho! Muito orgulho! Mas somos todos iguais. Parem com isso: tentar dividir pra conquistar, pô! Quando vocês vão dar um basta nessa divisão de classe? É preto contra branco, é de rico contra pobre, é de homo contra hétero, nordestino contra sulista... somos um só Brasil! Deus, quando fez o ser humano, ele não tem essa diferença que um é preto, um é branco, não! Todos são filhos Dele, isso é pra quem acredita em Deus. Parem de tentar me defender! Parem de tentar colocar coisa onde não tem! Já vão começar com esse discurso mimimi de racismo? Vocês não tem jeito. Antes você falava "Bolsonaro tá andando com um negro porque foi acusado de racismo" Sabe quanto tempo de amizade que eu tenho com ele? Deixe de ficar falando essas besteira! "Ah... que Bolsonaro usa o deputado Hélio negão pra brigar contra o racismo, aí entrou o primeiro ano, meu amigo, meu irmão de consideração, nada mudou. Pessoa correta, de hábito simples. Aí vem vocês: "ah... que Bolsonaro discrimina as mulheres". Criou um ministério, pô, pra cuidar das mulheres. Damares faz um excelente trabalho. Parem com essa baboseira. Direitos humanos e família nunca teve ministério. Vocês, mídia, que defende a coisa correta, principalmente vocês aí, ó... eu não queria falar não, eu não vou falar... Vocês que tá vendo esse vídeo sabe qual o canal que eu to falando, que sempre fica nessa baoseira, ó, sempre. Gente, basta, pô! O Brasil tá crescendo, rapaz! Parem com isso! Parem! Nós temos pela primeira vez nomeou seus ministros com total liberdade, dentro da meritocracia. Nas Forças Armadas, ministé... ministro da Defesa, general Fernando, um general, militar. Da Justiça, Sérgio Moro, símbolo, símbolo da coisa correta. Símbolo da [operação] Lava Jato. "Ah... que Bolsonaro não fez isso" vê lá a ministra Teresa Cristina, mulher, engenheira agrônoma, super inteligente e capaz, vocês nunca... nunca vi vocês enaltecer a ministra Teresa, enaltecer a Damares. Parem com essa baboseira! Parem com isso e me deixa em paz! Não preciso que vocês fiquem me defendendo! "Ah que Bolsonaro chamou o Hélio de negro!", "Bolsonaro...". Chamou não! Sou negro, pô! Tá preocupado por causa disso? Palavrinha? O importante... o importante são as ações que ele tá tomando, pô. É um presidente que não é corrupto. O outro lá não só era corrupto como tava preso. Um ano: nada aqui, nada! Nada! De corrupção. E vocês ficam falando isso aí, rapá? "Ah... o jeito do Presidente falar...". Deixa o jeito dele falar, pô! Tu é professor de português? Tá se metendo na minha vida, cheio de coisa acontecendo aí, pô! Vai levar... leva imagem positiva pra levantar a auto

estima pessoas do interior do Brasil que lá a informação não chega, chega através de vocês e vocês não leva coisa boa. Leva pra aquele pessoal que tá lá “ó, o emprego tá chegando, vai chegar aqui até vocês”, “o desenvolvimento tá acontecendo”, “coisas estão acontecendo no Ministério da Saúde, na Educação, na infraestrutura, na Economia”. Parem com isso! Deixem a minha vida em paz! Tá ok? Estamos combinados? Eu [inaudível] tá aqui ó: Presidente Bolsonaro. E aqui? O pessoal fala “o negão do Bolsonaro, Helio negão, Hélio Lopes, Hélio Bolsonaro”. Meu nome, Hélio Fernando Barbosa Lopes com muito orgulho, muito orgulho. Quem tem que sentir se houve discriminação ou não sou eu, pô! Sou maior de idade, subtenente do exército, pai de família e parlamentar, não preciso de vocês tentar dividir pra conquistar. Tá dado o recado, hein! Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. Vamos juntos mudar esse Brasil de verdade! Pedindo a Deus que toque o coração, não de você, repórteres, mas sim de quem tá acima de vocês, aqueles que falam assim: “bota essa matéria”, para que Deus toca no coração e coloca notícias positivas, que tá acontecendo coisas excelentes nesse Brasil, tá ok? Um abraço, hein!

Anexo D – Hélio Lopes no Facebook













Helio Lopes
13 de maio ·

👉👀 hoje comemoramos a Lei Áurea que no dia 13 de maio extinguiu a escravidão no Brasil.
👉👀Parabéns a todos nós pela data de hoje.
👉👀 Coloquei alguns NEGROS importantes da nossa história e esquecidos pela ESQUERDA.
#FechadosComBolsonaro
#DeputadoHelioLopes
#MinhaCorÉoBrasil

Helio Lopes
22 de novembro às 10:42 ·

👉👀 SOMOS UM SÓ POVO, UMA SÓ NAÇÃO, SOMOS UM POVO MESTIÇO - mistura de várias raças!
- QUEREM NOS SEPARAR PELA COR DA PELE MAS NÃO VÃO CONSEGUIR!
#DepHelioLopes #MinhaCorÉoBrasil
#FechadosComBolsonaro

Helio Lopes
31 de maio ·

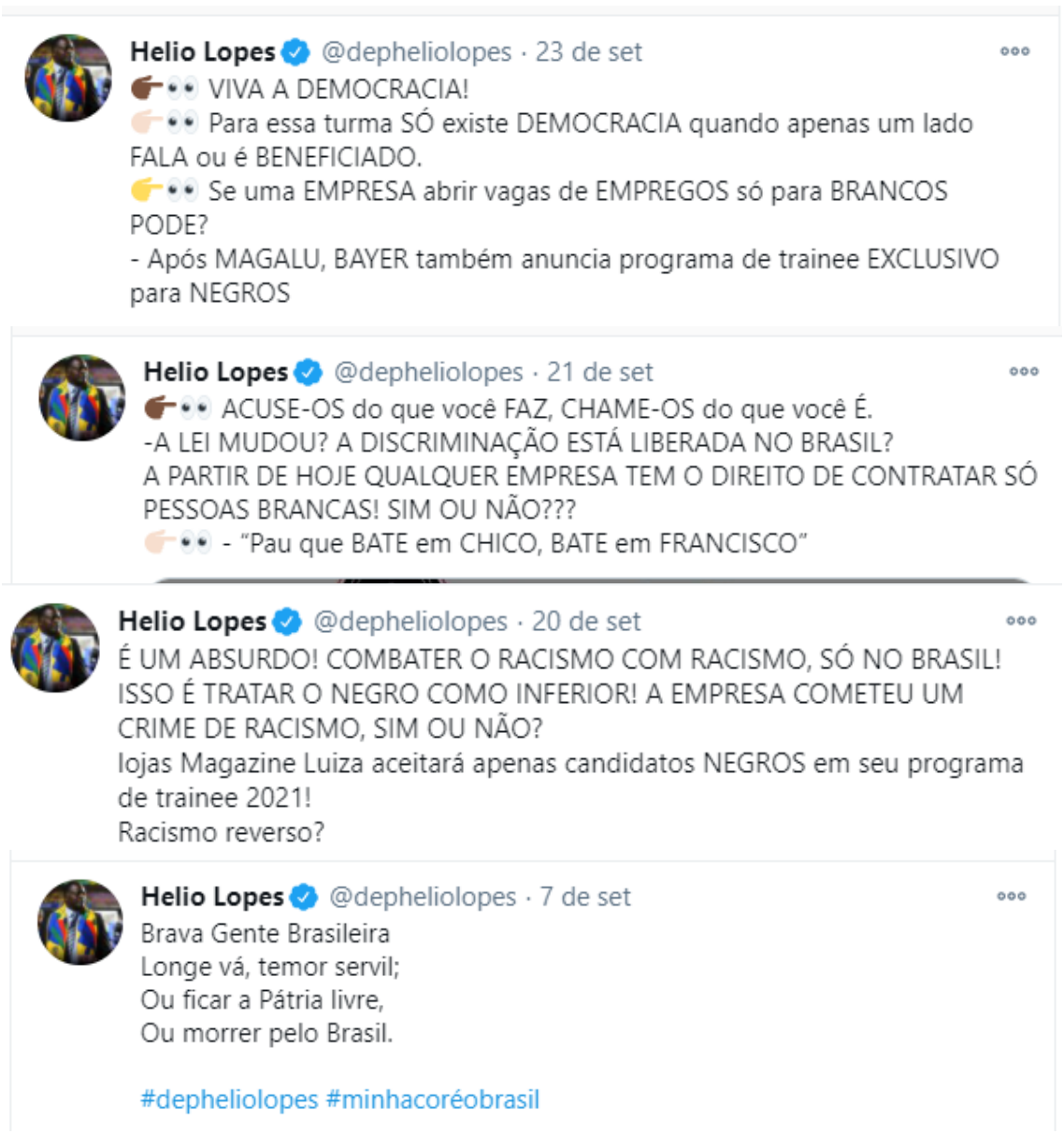
👉👀 A VERDADEIRA data da ABOLIÇÃO da ESCRAVATURA pela Princesa Isabel É 13 de maio de 1888, a minha CONSCIÊNCIA NEGRA diz que a ABOLIÇÃO É a DATA mais IMPORTANTE para os NEGROS BRASILEIRO. Tenho minhas dúvidas se o movimento negro conhece quem foi Luís Gama, NEGRO, ADVOGADO que foi ESCRAVO e se tornou um dos grandes ABOLICIONISTAS brasileiros, André Rebouças, NEGRO, foi um ENGENHEIRO MILITAR, inventor, ABOLICIONISTA e monarquista brasileiro e José do Patrocínio, NEGRO, FARMACÊUTICO, JORNALISTA, escritor, orador e ativista político brasileiro, destacou-se como uma das figuras mais IMPORTANTES dos movimentos ABOLICIONISTA e Monarquista no país. TEM OUTROS NEGROS IMPORTANTES DESSA ÉPOCA.
- Eu tenho um questionamento: será que a figura de Zumbi é mesmo a que melhor representa a cultura ANTIRRACISTA? Claro que não!
@sergiodireita TMJ nessa luta pela VERDADE!🇧🇷
👉👀 E conhecerVERDADE e a VERDADE vos LIBERTARÁ. João 8:32
#FechadosComBolsonar #DeputadoHelioLopes

Helio Lopes @depheliolo… · Agora
- Hoje é Dia da Consciência Negra no Brasil (narrativa criada pela ESQUERDA), relembra a morte de Zumbi dos Palmares.
- A minha CONSCIÊNCIA não tem COR! Acho ERRADO dar COR a uma CONSCIÊNCIA! Somos LIVRES é LIBERTOS, eu tenho a minha CONSCIÊNCIA livre! Como é a sua CONSCIÊNCIA?

Anexo E – A *timeline*verde e amarela do @depheliolopes no Instagram



Anexo F – @depheliolopes no Twitter



Helio Lopes @depheliolopes · 23 de set

👉👀 VIVA A DEMOCRACIA!
👉👀 Para essa turma SÓ existe DEMOCRACIA quando apenas um lado FALA ou é BENEFICIADO.
👉👀 Se uma EMPRESA abrir vagas de EMPREGOS só para BRANCOS PODE?
- Após MAGALU, BAYER também anuncia programa de trainee EXCLUSIVO para NEGROS

Helio Lopes @depheliolopes · 21 de set

👉👀 ACUSE-OS do que você FAZ, CHAME-OS do que você É.
-A LEI MUDOU? A DISCRIMINAÇÃO ESTÁ LIBERADA NO BRASIL?
A PARTIR DE HOJE QUALQUER EMPRESA TEM O DIREITO DE CONTRATAR SÓ PESSOAS BRANCAS! SIM OU NÃO???
👉👀 - "Pau que BATE em CHICO, BATE em FRANCISCO"

Helio Lopes @depheliolopes · 20 de set

É UM ABSURDO! COMBATER O RACISMO COM RACISMO, SÓ NO BRASIL! ISSO É TRATAR O NEGRO COMO INFERIOR! A EMPRESA COMETEU UM CRIME DE RACISMO, SIM OU NÃO?
lojas Magazine Luiza aceitará apenas candidatos NEGROS em seu programa de trainee 2021!
Racismo reverso?

Helio Lopes @depheliolopes · 7 de set

Brava Gente Brasileira
Longe vá, temor servil;
Ou ficar a Pátria livre,
Ou morrer pelo Brasil.

#depheliolopes #minhacoréobrasil


MC Carol @mc_caroloficial · 17 de fev
Nao existe chacinas com meninos loiros. Homens brancos de olhos azuis não são presos e mortos porque foram confundidos.
ISSO É UM ABSURDO!
Nossas vidas importam!
Vidas negras importam!
94
3,7 mil
13 mil
Mostrar esta sequência
Helio Lopes @depheliolopes · 9s
Em resposta a @mc_caroloficial
@mc_caroloficial Quando o país é atingido pela injustiça, a violência e a banalidade de forma endemica, só quem sai privilegiado é quem usa o discurso da divisão por "raça" para se catapultar politicamente. Precisamos lutar por um país sem divisões. #DepHelioLopes
DEPUTADO FEDERAL
HÉLIO LOPES
@depheliolopes

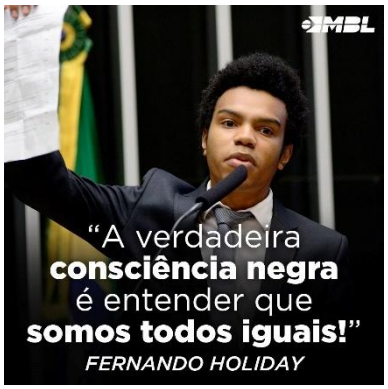
Anexo G – Fernando Holiday no Facebook











Fernando Holiday
5 de agosto de 2017 ·

Mr. Catra falou exatamente o que penso: Contra as cotas raciais e contra o dia da consciência negra, ambos só reforçam o racismo.
Ver menos

Fernando Holiday
20 de novembro de 2017 ·

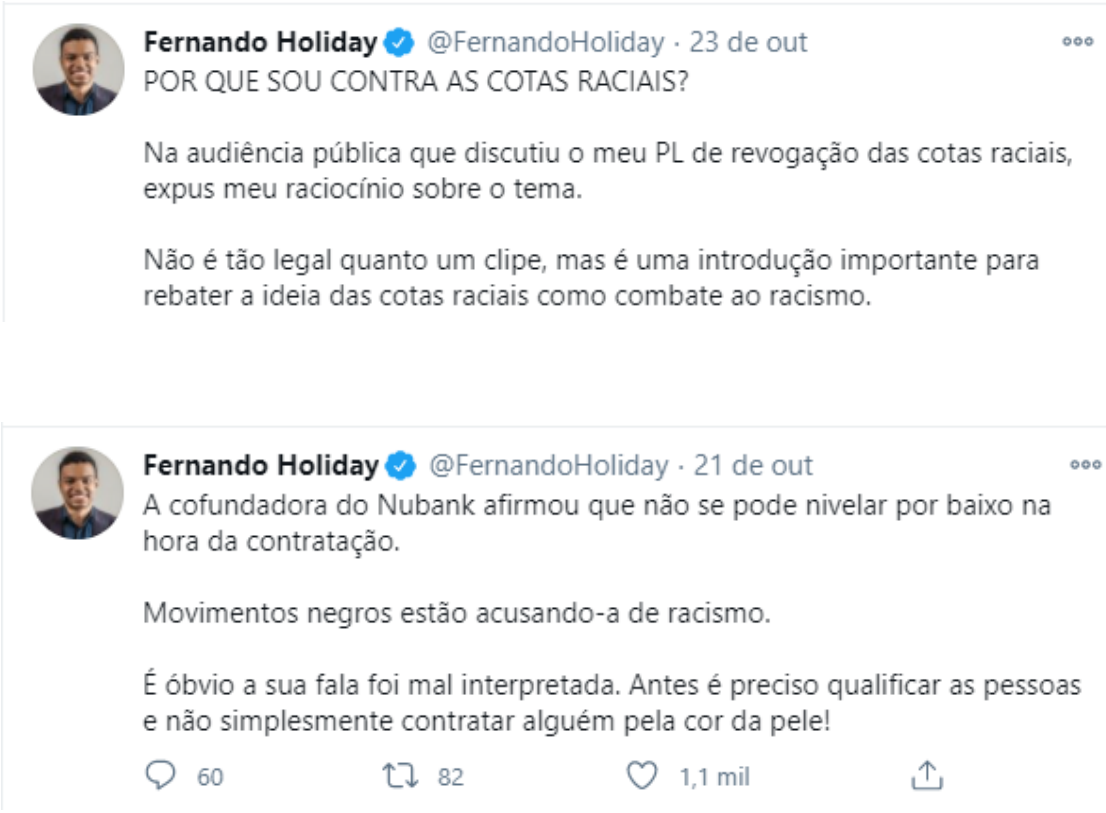
FERNANDO HOLIDAY COMENTA SOBRE O DIA DA CONSCIÊNCIA...

O dia que pelo seu próprio conceito, não deveria existir, o dia da consciência negra que é feriado na cidade de São Paulo. Devemos parar e pensar, temos mesmo que comemora-lo? Ainda mais um dia que resolveu homenagear um homem que também escravizava negros e executava os que não eram sucedidos em escapar do Quilombo dos Palmares. Zumbi não é exemplo de negro pra ninguém, e o dia da consciência negra deveria na verdade ser o dia da consciência humana.

Fernando Holiday
29 de janeiro de 2017 ·

Em mais um trecho da minha participação no Programa Realidade Brasil com **Gildinho**, falo da minha concepção quanto ao Dia da Consciência Negra. A consciência não deve ter raça, credo ou opção sexual. Deve ser posta em prática todos os dias por indivíduos livres e com responsabilidades, direitos e deveres iguais perante a lei em uma sociedade realmente democrática. Sou contra cotas, sou contra a segregação e principalmente, contra politicas racistas que em nada favoreceram os negros ao longo da história.

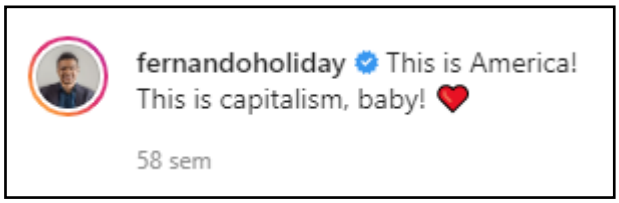
Anexo H – @fernandoholiday no Twitter



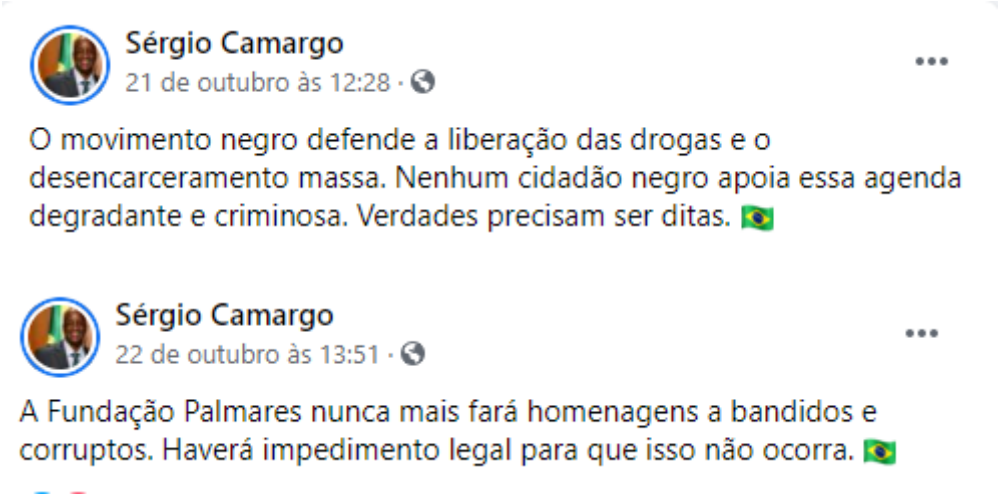
Anexo I – @fernandoholiday no instagram

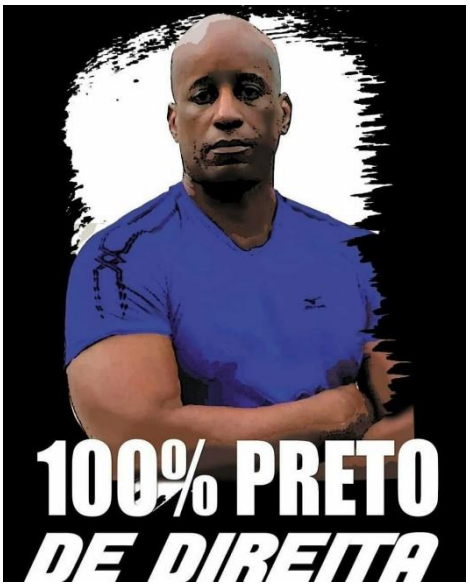






Anexo J – Sérgio Camargo no Facebook

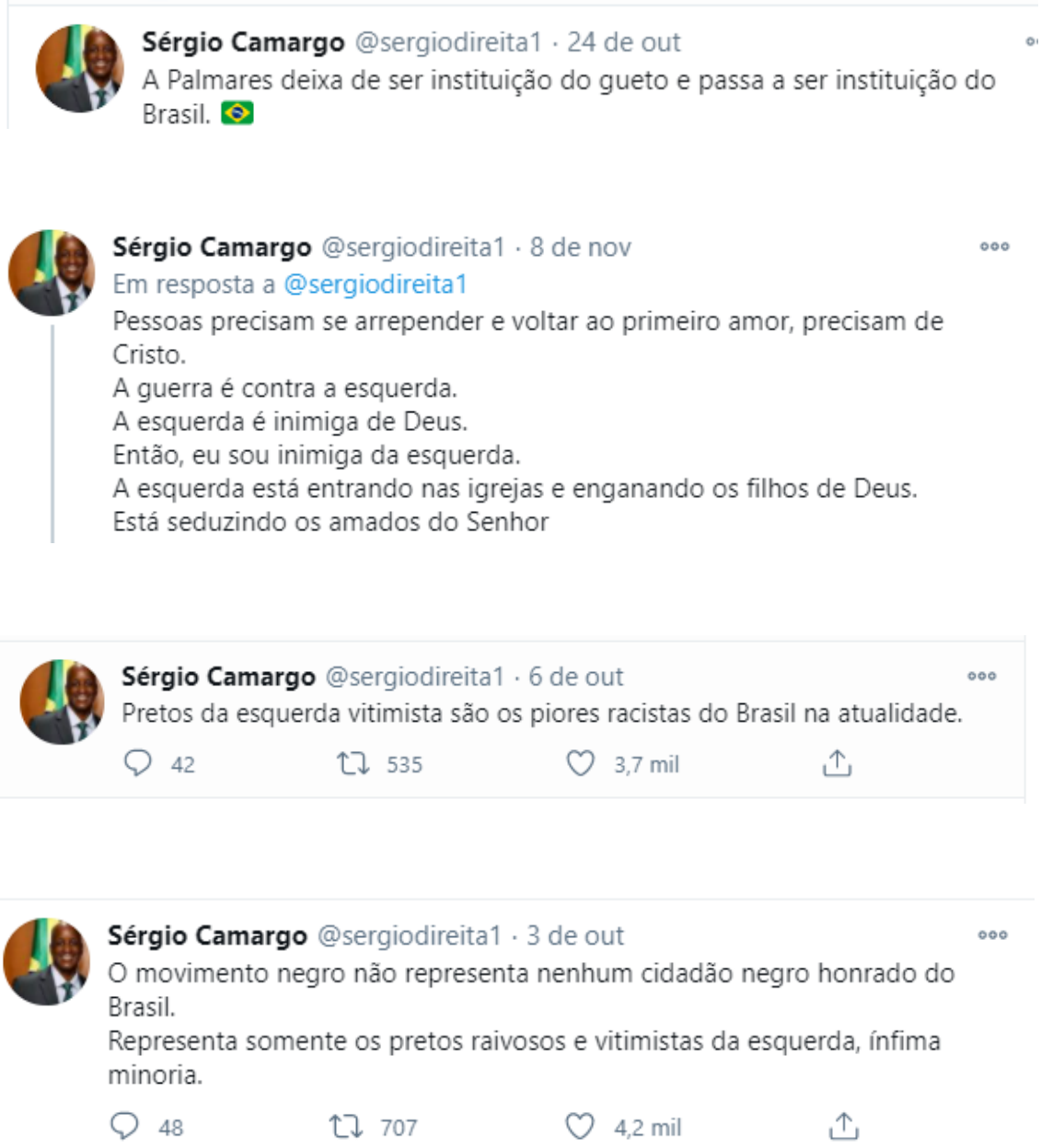








Anexo L – @sergiodireita1 no Twitter



Sérgio Camargo @sergiodireita1 · 24 de out

A Palmares deixa de ser instituição do gueto e passa a ser instituição do Brasil. 🇧🇷

Sérgio Camargo @sergiodireita1 · 8 de nov

Em resposta a @sergiodireita1

Pessoas precisam se arrepender e voltar ao primeiro amor, precisam de Cristo.
A guerra é contra a esquerda.
A esquerda é inimiga de Deus.
Então, eu sou inimiga da esquerda.
A esquerda está entrando nas igrejas e enganando os filhos de Deus.
Está seduzindo os amados do Senhor

Sérgio Camargo @sergiodireita1 · 6 de out

Pretos da esquerda vitimista são os piores racistas do Brasil na atualidade.

42 535 3,7 mil

Sérgio Camargo @sergiodireita1 · 3 de out

O movimento negro não representa nenhum cidadão negro honrado do Brasil.
Representa somente os pretos raivosos e vitimistas da esquerda, ínfima minoria.

48 707 4,2 mil


uniaolibertadora • Seguir
AULA SOBRE COTAS RACIAIS
Sérgio Camargo @sergiodireita1 · 16h
As fraudes, assim como "tribunais raciais" que tentam coibi-las, são consequências nefastas do sistema de cotas raciais, este sim o verdadeiro problema.
Cotas devem ser sociais, para os estudantes pobres de qualquer tom de pele, desde que disciplinados e esforçados.
Sérgio Camargo @sergiodireita1 · 6h
A caçada a "pretos fakes" amplia-se nas universidades federais. Acabar com cotas raciais é a única solução definitiva e moralmente aceitável. O sistema estimula a fraude, acirra o ressentimento, fere o princípio da igualdade e rebaixa o mérito. Cotas devem ser socio-econômicas.
Sérgio Camargo @sergiodireita1 · 5h
Fraudes raciais devem ser coibidas e punidas, mas a raiz do problema são cotas por critério de raça. As fraudes são a consequência inevitável e vergonhosa deste sistema, são seu efeito colateral.